

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
CENTRO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Tese de Doutorado

**A HISTÓRIA DA CRIAÇÃO DO PARQUE NACIONAL DO
ARAGUAIA: DISPOSIÇÕES E MOTIVAÇÕES PARA A
CONSERVAÇÃO DA NATUREZA**

Márcia Helena Lopes

Orientador: Professor Doutor José Luiz de Andrade Franco

Coorientador: Professor Doutor Kelerson Semerene Costa

Brasília, julho de 2019

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
CENTRO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

A HISTÓRIA DA CRIAÇÃO DO PARQUE NACIONAL DO ARAGUAIA:
DISPOSIÇÕES E MOTIVAÇÕES PARA A CONSERVAÇÃO DA NATUREZA

Tese de Doutorado submetida ao Centro de Desenvolvimento Sustentável da Universidade de Brasília, como parte dos requisitos necessários para a obtenção do Grau de Doutor em Desenvolvimento Sustentável

Aprovada por:

Professor Doutor José Luiz de Andrade Franco (CDS/UnB) (Orientador)

Professora Doutora Cristiane Gomes Barreto, (CDS/UnB) (Examinadora Interna)

Professor Doutor Sandro Dutra e Silva (UEG/UNIEVANGÉLICA) (Examinador Externo)

Professor Doutor André de Almeida Cunha (ICB/UnB) (Examinador Externo)

Brasília, 30 de julho de 2019.

LOPES, Márcia Helena.

**A História da Criação do Parque Nacional do Araguaia:
Disposições e Motivações para a Conservação da
Natureza/ Márcia Helena Lopes**

Brasília, 2019

217p..

Tese de Doutorado. Centro de Desenvolvimento Sustentável.
Universidade de Brasília, Brasília.

1. Conservação da natureza. 2. Parque Nacional. 3. História.
I. Universidade de Brasília. CDS. II. Título.

É concedida à Universidade de Brasília permissão para reproduzir cópias desta tese e emprestar ou vender tais cópias, somente para propósitos acadêmicos e científicos. A autora reserva outros direitos de publicação e nenhuma parte desta tese de doutorado pode ser reproduzida sem a autorização por escrito da autora.

Assinatura

Não há nada como o sonho para criar o futuro.

Utopia hoje, carne e osso amanhã.

Victor Hugo

Para Mariana,
amor que ilumina a minha existência.

AGRADECIMENTOS

Ao professor José Luiz de Andrade Franco pela orientação, confiança e encorajamento; ao professor Kelerson Semerene Costa pelas ricas observações. Aos colegas, professores e corpo administrativo do Centro de Desenvolvimento Sustentável pelo aprendizado e convívio nesses quatros anos.

Ao professor Sandro Dutra e Silva por ter me apresentado a História Ambiental e me incentivado a seguir por seus enigmáticos caminhos.

Aos Coordenadores do programa PROCAD/UNESP/UNB/UNIEVANGÉLICA por me proporcionarem a oportunidade de realizar a missão acadêmica junto ao Programa Pós-Graduação Sociedade, Tecnologia e Meio Ambiente.

Ao chefe do Parque Nacional do Araguaia, Sr. Raoni Japiassu Merisse pela receptividade e disposição com que me concedeu longas e preciosas entrevistas e por disponibilizar as condições materiais para a realização da pesquisa de campo.

Ao Sr. Juraci, o mais antigo funcionário ainda na ativa do Parque Nacional do Araguaia, por me guiar pelos cerrados da ilha do Bananal e pela generosidade com que compartilhou as muitas histórias e experiências colecionadas ao logo de uma vida dedicada ao parque.

Aos dedicados profissionais dos arquivos públicos que consultei pela enorme paciência em ajudar uma advogada que se propôs ao desafio, nada óbvio, de mergulhar no universo de fatos e acontecimentos históricos.

À CAPES pela concessão de bolsa de estudos.

À Cris, José Carlos, Luiza, Eric e Carol pela amizade, carinho e imenso apoio em Brasília. Amigos que levo para a vida!

À Cris, Vivian, Fernanda e André, amigos que ganhei durante essa caminhada, pela solidariedade e as muitas palavras de incentivo que ajudaram a transformar desânimo em energia, incerteza em convicção.

À minha família, meus pais Antônio e Maria (*in memoria*), minhas irmãs Patrícia e Cláudia, meus sobrinhos Gu, Jo, Teté e Sarinha, base da minha existência, por acreditar e apoiar minhas escolhas.

E por fim, quero agradecer especialmente à Mariana e Maurício, pela compreensão, encorajamento, alegria e amor com que incondicionalmente caminharam ao meu lado nesta jornada. Esta tese tem muito do amor de vocês!

RESUMO

Esta tese visa investigar como se deu o processo histórico da ocupação do território da ilha do Bananal e sua relação com as preocupações em torno da conservação da natureza. A questão apresentada tem origem nos estudos atuais sobre a relação cultura-natureza, mais precisamente, ligados às ideias sobre o movimento de conservação da natureza. Busca-se compreender, a partir de uma perspectiva histórica de longo prazo, os modos de formação e transformação humana de um espaço natural específico em conexão com a emergência das ideias e ações para a proteção de seu patrimônio natural. Procura demonstrar, como as motivações para a criação do Parque Nacional do Araguaia estiveram ligadas tanto aos objetivos governamentais de interiorização do desenvolvimento nacional pela ocupação e expansão econômica do interior do país, quanto às ações para a conservação da natureza conduzidas por agentes locais e nacionais. O trabalho adota a abordagem metodológica da história ambiental, transitando nos três níveis analíticos proposto por Worster (1991). O primeiro nível envolve a descrição da natureza presente na região da ilha do Bananal antes e independentemente da presença humana. O segundo nível considera o processo histórico da ocupação humana da ilha do Bananal antes e durante a formação da fronteira de colonização. O terceiro nível, aborda os planos mental e intelectual relativos às representações da natureza expressa nas percepções, ideias e visões de agentes locais e nacionais sobre o ambiente natural da ilha do Bananal e sua conservação. O desenvolvimento da tese foi sustentado por pesquisa bibliográfica e documental em diversos arquivos das cidades de Brasília, Goiânia e Rio de Janeiro. Também foram consultados os acervos digitais da Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional, do Arquivo Nacional do Rio de Janeiro e de Brasília, do Arquivo Público do Distrito Federal, do Congresso Nacional, da Presidência da República, do Centro de Documentação da Fundação Getúlio Vargas e da Biblioteca Brasileira e Mindlin da Universidade de São Paulo.

Palavras-chave: fronteira, parque nacional, conservação, ilha do Bananal.

ABSTRACT

The aim of this thesis is to investigate how the historical process of the occupation of the territory of Bananal Island occurred and its relationship with the concerns about nature conservation. The question presented stems from current studies on the culture-nature relationship, more precisely linked to ideas about the nature conservation movement. It seeks to understand, from a long-term historical perspective, the ways of human formation and transformation of a specific natural space in connection with the emergence of ideas and actions for the protection of its natural heritage. It seeks to demonstrate how the motivations for the creation of the Araguaia National Park were linked both to the governmental goals of internalizing national development through the occupation and economic expansion of the interior of the country, as well as to actions for nature conservation conducted by local and national agents. The work adopts the methodological approach of environmental history, moving in the three analytical levels proposed by Worster (1991). The first level involves the description of nature present in the Bananal Island region before and regardless of human presence. The second level considers the historical process of human occupation of Bananal Island before and during the formation of the colonization frontier. At the third level, it deals with the mental and intellectual plans related to the representations of nature expressed in the perceptions, ideas and visions of local and national agents about the natural environment of Bananal Island and its conservation. The development of the thesis was supported by extensive bibliographic research and dense documentary research in several archives of the cities of Brasilia, Goiânia and Rio de Janeiro, and in the digital collections of the Digital Library of the National Library, National Archives of Rio de Janeiro and Brasilia, Archives Public of the Federal District, National Congress, Presidency of the Republic, Documentation Center of Getúlio Vargas Foundation and Brasiliana Library and Mindlin of the University of São Paulo.

Keyword: frontier, National Park, conservation, Bananal Island.

SUMÁRIO

LISTA DE FIGURAS	x
LISTA DE TABELAS	xi
LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS.....	xii
INTRODUÇÃO	1
1 EXPRESSÕES DA NATUREZA NO PARQUE NACIONAL DO ARAGUAIA: PROCESSOS GEOECOLÓGICOS E DIVERSIDADE DA VIDA.....	7
1.1 O PARQUE NACIONAL DO ARAGUAIA NO CONTEXTO GEOGRÁFICO REGIONAL.....	10
1.2 OS PROCESSOS ECOLÓGICOS E A DIVERSIDADE DA VIDA NO PARQUE NACIONAL DO ARAGUAIA.....	22
2 UMA ILHA, VÁRIAS FRONTEIRAS: A OCUPAÇÃO HUMANA DO BANANAL.....	44
2.1 A FRONTEIRA INTERIOR: PRIMEIROS OCUPANTES HUMANOS DO BRASIL CENTRAL.....	48
2.2 FRENTES COLONIAIS DE DESBRAVAMENTO: BANDEIRANTES, JESUÍTAS E MINERADORES.....	62
2.3 ESTRATÉGIAS DE POVOAMENTO DO VALE DO MÉDIO ARAGUAIA: ENTRE ÍNDIOS, NAVEGANTES E BOIADEIROS	89
3 RAÍZES HISTÓRICAS DO PARQUE NACIONAL DO ARAGUAIA.....	110
3.1 OS PARQUES NACIONAIS NA VISÃO DE ANDRÉ REBOUÇAS: A ILHA DO BANANAL E SETE QUEDAS.....	110
3.2 DE PARAÍSO SERTANEJO A PARQUE NACIONAL: IMAGENS PROJETADAS DA ILHA DO BANANAL.....	124
4 O PARQUE NACIONAL DO ARAGUAIA: MOTIVAÇÕES E INICIATIVAS PARA SUA CRIAÇÃO.....	142
4.1 UM PARAÍSO TURISÍCO DE CAÇA E PESCA NO CORAÇÃO DO BRASIL.....	143
4.2 VISIONÁRIOS DA CONSERVAÇÃO EM GOIÁS.....	152
4.3 CONVERGÊNCIAS E DIVERGÊNCIAS ACERCA DA CRIAÇÃO DO PARQUE NACIONAL DO ARAGUAIA.....	161

CONSIDERAÇÕES FINAIS	186
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	190
FONTES	208

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1	Localização do PNA	7
FIGURA 2	Planície do Bananal	11
FIGURA 3	Cobertura sedimentar do PNA	14
FIGURA 4	Malha hídrica interna do PNA	16
FIGURA 5	Solos do PNA	21
FIGURA 6	Distribuição florística no PNA	25
FIGURA 7	Localização da Mata do Mamão	26
FIGURA 8	Parque de Cerrado (campo de murundus)no PNA	28
FIGURA 9	Murundus no PNA	29
FIGURA 10	Mata ciliar do rio Javaés no PNA	30
FIGURA 11	Jacaré atropelado na estrada de acesso ao PNA, município de Lagoa da Confusão/TO	35
FIGURA 12	Corredor da Biodiversidade do Araguaia	42
FIGURA 13	Carta geográfica geral da Capitania de Goiás elaborada por Ângelo dos Santo Cardoso em 1753	76
FIGURA 14	Mapa dos Julgados, elaborado por Thomas de Souza em 1778	84
FIGURA 15	Anúncio Cinter – Expedição turística à ilha do Bananal	148
FIGURA 16	Anúncio Avian – Expedição turística à ilha do Bananal	149
FIGURA 17	Anúncio Exprinter – Expedição turística à ilha do Bananal	149
FIGURA 18	Croqui da Zona Controlada segundo Coimbra Bueno	180

LISTA DE TABELAS

Tabela 1	Arquivos consultados na cidade de Brasília	4
Tabela 2	Arquivos consultados na cidade de Goiânia	4
Tabela 3	Arquivos consultados na cidade do Rio de Janeiro	5
Tabela 4	Acervos digitais consultados	5
Tabela 5	Evolução da legislação sobre o Parque Nacional do Araguaia e o Parque Indígena do Araguaia na ilha do Bananal	50

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ADEFLORA	Associação de Defesa da Fauna e Flora de São Paulo
ADEMASP	Associação de Defesa do Meio Ambiente de São Paulo
ANA	Agência Nacional de Águas
AHG	Arquivo Histórico de Goiás
APA	Área de Proteção Ambiental
APP	Área de Preservação Permanente
CEPAL	Comissão Econômica para a América Latina e Caribe
CDB	Convenção sobre a Diversidade Biológica
DASP	Departamento Administrativo do Serviço Público
DF	Distrito Federal
DIP	Departamento de Imprensa e Propaganda
DEIP	Departamento Estadual de Imprensa e Propaganda
DNPA	Departamento Nacional de Produção Animal
DNPV	Departamento Nacional de Produção Vegetal
DNPVN	Departamento Nacional de Portos e Vias Navegáveis
DOE	Diário Oficial do Estado
DOU	Diário Oficial da União
EMBRAPA	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
ERX	Expedição Roncador-Xingu
EUA	Estados Unidos da América
FBC	Fundação Brasil Central
FAB	Força Aérea Brasileira
FBCN	Fundação Brasileira para Conservação da Natureza
FLONA	Floresta Nacional
GO	Estado de Goiás
IBDF	Instituto Brasileiros de Desenvolvimento Florestal
IBAMA	Instituto Brasileiro
ICMBIO	Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade
IHGB	Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro
INPA	Instituto Nacional de Pesquisa Amazônica

IUCN	International Union for Conservation of Nature
JBRJ	Jardim Botânico do Rio de Janeiro
JK	Juscelino Kubitschek de Oliveira
MAIC	Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio
MAPA	Ministério da Agricultura, Pecuária e do Abastecimento
MMA	Ministério do Meio Ambiente
MME	Ministério de Minas e Energia
MNRJ	Museu Nacional do Rio de Janeiro
MT	Estado do Mato Grosso
ONG	Organização não governamental
OB	Operação Bananal
PA	Estado do Pará
PEC	Parque Estadual do Cantão
PNA	Parque Nacional do Araguaia
PL	Partido Liberal
PSD	Partido Social Democrático
SCP	Serviço de Caça e Pesca
SFF	Serviço Florestal Federal
SGRJ	Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro
SNA	Sociedade Nacional de Agricultura
SNUC	Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza
SPI	Serviço de Proteção ao Índio
SPVEA	Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia
SUDECO	Superintendência de Desenvolvimento Econômico do Centro-Oeste
TO	Estado do Tocantins
UA	Unidade animal
UDN	União Democrática Nacional
UFAM	Universidade Federal do Amazonas
UK	United Kingdom

INTRODUÇÃO

O parque nacional do Araguaia (PNA) é uma das áreas de proteção integral que compõem o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza. Ele foi criado, sobre o território da ilha do Bananal, localizada no médio curso do rio Araguaia, durante o governo do presidente Juscelino Kubitschek de Oliveira¹. Sua dimensão original cobria os dois milhões de hectares das terras insulares. O PNA foi o primeiro parque nacional constituído em área de ocorrência do bioma Cerrado, com faixas de transição no bioma Amazônia.

Esta tese visa investigar como se deu o processo histórico de transformação da ilha do Banana em uma área de proteção natural. A questão apresentada tem origem nos estudos atuais sobre a relação cultura-natureza, mais precisamente ligado às ideias sobre a conservação da natureza. Busca-se compreender, a partir de uma perspectiva histórica de longo prazo, os modos de formação e ocupação humana de um espaço natural específico em conexão com a emergência das ideias e ações para a proteção de seu patrimônio natural.

Desde a primeira geração de intelectuais protetores da natureza no Brasil, os parques nacionais foram defendidos com base em valores científicos, estéticos e culturais, mas também econômicos relacionados à manutenção de um certo estoque de recursos considerados importantes ao bem-estar das gerações presente e futuras (Dean, 1996; Franco & Drummond, 2009). Na realidade, as preocupações relacionadas a um cuidado com o meio natural no Brasil remontavam ao final do período colonial, envolvendo questões mais pragmáticas relativas ao uso previdente dos recursos naturais (Pádua, 2004). Uma visão mais próxima da noção moderna de conservação começa a se manifestar a partir do final do século XIX, alcançando maior visibilidade e efetividade nos anos 1930, quando a aprovação de um corpo de leis voltadas à regulamentação do uso dos recursos e à sua proteção possibilitou significativos avanços para a época. Um deles sendo o estabelecimento dos três primeiros parques nacionais brasileiros (Franco & Drummond, 2009).

¹ Utilizarei a abreviatura JK para me referir ao presidente Juscelino Kubitschek de Oliveira, iniciais pelas quais ficou mundialmente conhecido.

Na época em que o PNA foi criado, o movimento pela conservação da natureza ganhava mais expressividade com a organização da Fundação Brasileira para a Conservação da Natureza (FBCN), entidade de caráter civil que agregou pessoas de vários segmentos da sociedade em torno da causa da proteção da natureza. Com efeito, o governo JK herdou não somente condições legais e administrativas favoráveis ao desenvolvimento de políticas conservacionistas, mas também uma sociedade razoavelmente mais bem organizada para pressionar o poder público neste sentido. Mesmo em face da hegemonia do discurso desenvolvimentista dos anos 1950, defendendo na tese que o cenário político permitiu uma certa margem de articulação das ideias conservacionista resultando em ações efetivas, como a criação novos parques nacionais, nesse período.

Os poucos estudos que abordam o PNA no momento de sua criação o fazem de forma tangencial e descolada da questão da conservação da natureza. Eles o situam como um elemento da fronteira, fruto do projeto nacional-desenvolvimentista do governo JK. Nessa perspectiva, justificam a motivação para sua criação nas políticas de integração econômica do vale do Araguaia no que ficou conhecido como Operação Bananal (Borges, 1987; Gonçalves, 1984; Oliveira, 1978; Lima Filho, 2001; Trevisan et al., 2014). Procuo demonstrar, que as motivações para sua criação antecedem as ações do governo federal de promover o desenvolvimento da fronteira Ocidental pela ocupação e expansão econômica da bacia do Araguaia, mas surgem das preocupações de atores locais com a proteção da fauna selvagem da região. A hipótese sustentada é de que a criação do PNA decorreu, principalmente, das ideias sobre a conservação da natureza que vinham sendo, no campo científico e social, consolidadas no Brasil.

Para historiar o parque nacional do Araguaia, optei por trabalhar com a abordagem metodológica da história ambiental, conforme proposto por Worster (1991). Este autor apresenta três níveis pelas quais a análise da história ambiental é possível e envolvem o estudo: (i) da natureza propriamente dita; (ii) da interação entre espaço geográfico, tecnologias de produção e relações sociais; (iii) das ideias, mitos e representações do mundo natural.

No escopo da pesquisa, o primeiro nível envolve a descrição do meio biótico e abiótico da ilha do Bananal. Ele contribui para identificar os processos naturais responsáveis pelos elementos que serviram de atrativo ou condicionante à instalação das primeiras sociedades humanas. Neste sentido, envolve o conhecimento das condições ambientais que orientaram o modo de ocupação e transformação do espaço. O desenvolvimento deste nível foi baseado em pesquisa bibliográfica no campo das ciências naturais. Neste nível trabalhei exclusivamente com fontes secundárias, cujo detalhamento apresento na introdução do primeiro capítulo.

O segundo nível considera o processo histórico da ocupação humana da ilha do Bananal antes e durante a formação da fronteira da colonização. Busquei compreender a interação entre a cultura e a seleção de um quadro de recursos considerados úteis ao seu desenvolvimento. Para tanto, tomei como base a história econômica, social e ambiental de Goiás. Trabalhei, conjugadamente, com material bibliográfico e documental buscando construir um panorama das relações sociais e econômicas no vale do rio Araguaia no geral, e especificamente na ilha do Bananal. O conjunto dessas fontes colaborou para a elaboração do segundo capítulo.

O terceiro nível, aborda o plano mental e intelectual relativo às representações da natureza expressas nas percepções, ideias e visões de agentes locais e nacionais sobre o ambiente natural da ilha do Bananal e sobre sua conservação. Para o desenvolvimento dos capítulos que respondem a este nível de análise, - terceiro e quarto – localizei um conjunto de documentos inéditos envolvendo jornais, revistas, leis, documentos governamentais, processos judiciais, pronunciamentos, discursos e entrevistas de autoridades públicas.

Conforme Drummond (1991) observa, este campo historiográfico pode congrega uma ampla gama de materiais em sua análise. Assim, embora o trabalho seja voltado a uma análise história do processo de criação de uma área protegida no Brasil, a abordagem multidisciplinar foi uma opção metodológica fundamental à compreensão da relação entre o mundo natural e o mundo social. Por isso procurei me referenciar e me socorrer de conhecimentos produzidos por outras áreas, especialmente as ciências sociais e biológicas. Estudos no campo social foram importantes para a compreensão de conceitos como sertão,

fronteira, frente de expansão, frente pioneira, movimento social, e os estudos no campo da biologia forneceram valiosos subsídios para entender as principais características ambientais da ilha do Bananal. Além da pesquisa bibliográfica multidisciplinar, o desenvolvimento da pesquisa foi sustentado por uma densa pesquisa documental em diversos arquivos das cidades de Brasília, Goiânia e Rio de Janeiro, e nos acervos digitais da Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional, Arquivo Nacional do Rio de Janeiro e de Brasília, Arquivo Público do Distrito Federal, Congresso Nacional, Presidência da República, Centro de Documentação da Fundação Getúlio Vargas e Biblioteca Brasileira e Mindlin da Universidade de São Paulo. A seguir apresento a relação dos arquivos e acervos consultados com a indicação do tema pesquisado.

BRASÍLIA	
IBAMA	Parque Nacional do Araguaia
ICMBIO	Parque Nacional do Araguaia
Arquivo Público do Distrito Federal	Entrevista Jerônimo Coimbra Bueno e Abelardo Coimbra Bueno
Arquivo Nacional	Fundo Fundação Brasil Central e SUDECO
FUNAI	Processos de demarcação das Terras Indígenas localizadas na ilha do Bananal
Memorial JK	Operação Bananal

Tabela 1: Arquivos consultados na cidade de Brasília

GOIÂNIA	
IGPA	Ocupação pré-histórica do Brasil Central Povos indígenas de Goiás
AHG	Documentos históricos de Goiás – Colônia, Província e República
IPEHBC	Ocupação da Ilha do Bananal – documentos gerais
IHGG	Textos história sobre Goiás
Museu Antropológico	Povos indígenas de Goiás

Tabela 2: Arquivos consultados na cidade de Goiânia

RIO DE JANEIRO	
Arquivo Nacional	Governo Getúlio Vargas Sindicância da Operação Bananal
Biblioteca Nacional	André Pinto Rebouças

Tabela 3: Arquivos consultados na cidade do Rio de Janeiro

ACERVOS DIGITAIS	
Hemeroteca da Biblioteca Nacional	Jornais do RJ: Correio da Manhã, O Paiz, Jornal de Notícias, O Comercio Jornais de Goiás: Cidade de Goyaz
Arquivo Público do DF	Cartografia histórica de Goiás
Congresso Nacional	Pronunciamentos Senador Jerônimo Coimbra Bueno Projeto de Lei Deputado Gerson de Castro Costa
Presidência da República	Entrevistas, Discursos e Mensagens ao Congresso Nacional do Presidente Juscelino Kubitschek de Oliveira
Centro de Documentação da Fundação Getúlio Vargas	Biografia: André Pinto Rebouças, Juscelino Kubitschek de Oliveira, Jerônimo Coimbra Bueno, Gerson de Castro Costa
Biblioteca Brasileira e Mindlin	Obras históricas gerais

Tabela 4: Acervos digitais consultados

O primeiro capítulo é dedicado à apresentação das características ambientais do parque nacional do Araguaia (PNA). Ele contempla aspectos da geologia, da hidrografia, do clima, dos solos e da biodiversidade presente na ilha do Bananal. O capítulo está organizado em três seções. A primeira seção aborda os aspectos geográficos do parque, considerando o conjunto das características geológicas, climáticas, pedológicas e hidrológicas, com ênfase no sistema fluvial da bacia sedimentar do rio Araguaia. A segunda seção descreve o contexto biológico envolvendo a variedade da flora e da fauna. Por fim, é discutido o papel do PNA na conservação.

Partindo da noção de que as terras sobre as quais os parques nacionais são criados possuem uma história de intervenção humana, mais ou menos remota, mais ou menos visível, o segundo capítulo aborda o processo de formação da fronteira de ocupação do vale do Araguaia, caracterizado por três fases principais: (i) ocupação pré-colonial da ilha do Bananal; (ii) as frentes coloniais

de desbravamento; (iii) as frentes de integração econômica do Araguaia: navegação fluvial, fronteira pecuária e colonização. Cada fase corresponde a uma seção do capítulo.

O terceiro capítulo explora a relação entre a representação do mundo natural e as ideias sobre a conservação da natureza, com foco na ilha do Bananal. Ele está dividido em duas seções. A primeira analisa a primeira proposta para a criação de um parque nacional no Brasil, apresentada por André Pinto Rebouças. A segunda seção analisa a representação da ilha do Bananal nas páginas da revista *A Informação Goyana (1917 - 1935)* e sua relação com a emergência de um pensamento que atribui valor científico, econômico e estético ao mundo natural

Por fim, o quarto e último capítulo é dedicado à análise das motivações e iniciativas em torno da criação do parque nacional do Araguaia. Ele está dividido em duas seções. A primeira aborda o contexto das reivindicações para a conservação da natureza da ilha do Bananal. A segunda seção analisa as diferentes visões sobre o parque nacional do Araguaia no contexto da política de integração nacional do governo JK.

1 EXPRESSÕES DA NATUREZA NO PARQUE NACIONAL DO ARAGUAIA: PROCESSOS GEOECOLÓGICOS E DIVERSIDADE DA VIDA

O Parque Nacional do Araguaia (PNA) ocupa o terço setentrional da grande ilha do Bananal, localizada no sudoeste do estado do Tocantins, na planície do médio rio Araguaia, entre os Paralelos $9^{\circ} 50' S$ e $11^{\circ} 10' S$ e os Meridianos $49^{\circ} 56' W$ e $50^{\circ} 30' W$. A ilha marca a divisa estadual entre Mato Grosso, Goiás, Pará e o Tocantins.

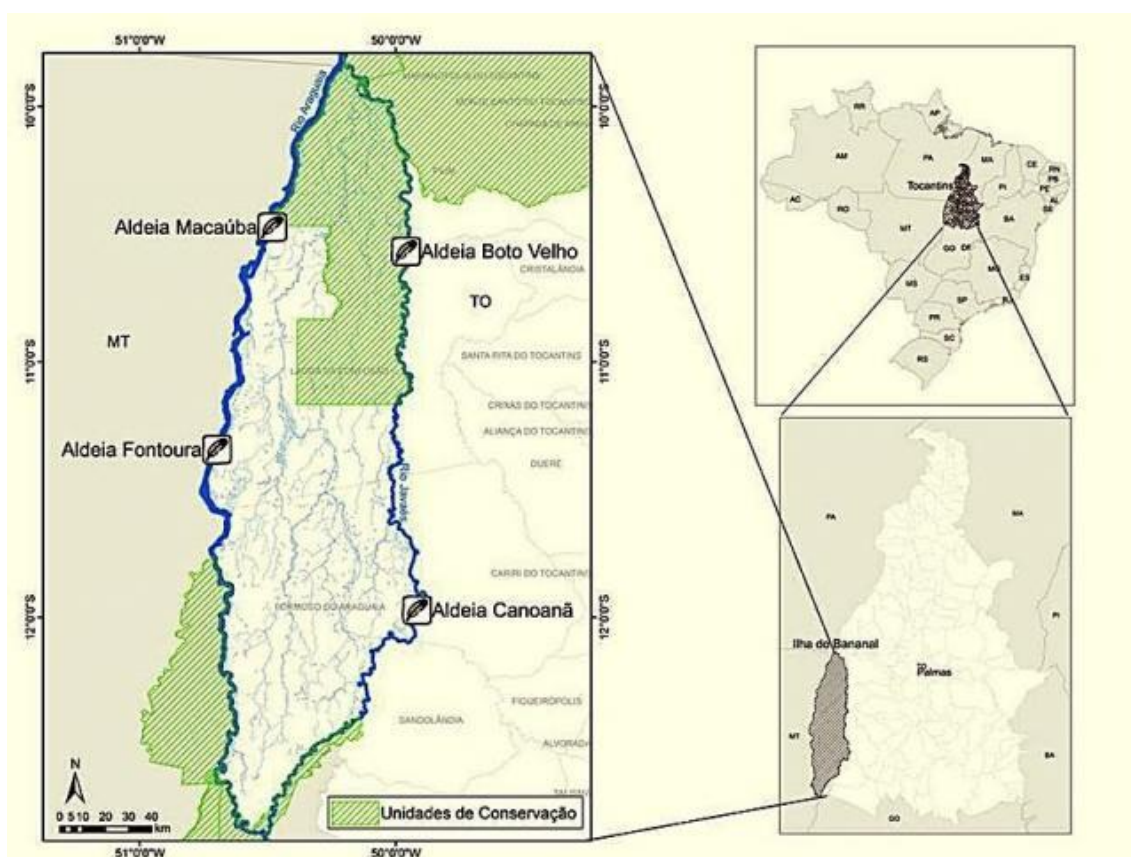


Figura 1: Localização do Parque Nacional do Araguaia
Fonte: Prefeitura de Pium - Tocantins

Ecologicamente, a região se caracteriza por ser uma faixa de transição entre os biomas Cerrado e Amazônia, com marcante predominância do primeiro. Esse espaço biofísico, geograficamente bem delimitado pelo contorno do rio Araguaia a oeste, e seu braço menor, o rio Javaés a leste, no coração do

sertão brasileiro, detém uma importante parcela da biodiversidade nacional. Ao mesmo tempo, o PNA acolhe um singular patrimônio cultural inerente à presença secular dos povos Karajá na ilha do Bananal.

Entende-se que, os processos naturais são responsáveis pela oferta dos elementos que servem de incentivo ou de obstáculo à constituição da base material das sociedades humanas e estão, portanto, diretamente ligados ao modo de ocupação do território. Visto por este ângulo, os atributos ambientais de uma localidade orientam, ao mesmo tempo em que dotam de sentido, os processos de apropriação da natureza pelos humanos envolvendo a seleção dos elementos naturais úteis ao seu desenvolvimento tecnológico e à reprodução simbólica do espaço.

Assim, o conhecimento preliminar do meio natural é relevante, na medida em que oferece suporte à compreensão, no campo social, das relações dos humanos com os espaços geográficos ocupados. Em outras palavras, ajuda a desvendar como as sociedades foram, através dos tempos, afetadas pelo seu meio ambiente e, inversamente, como e com que resultados elas impactaram esse ambiente. Este primeiro capítulo busca compreender como se manifestou, ao longo do tempo, o meio físico e biológico encontrado hoje no PNA. Para tal, ele apresenta as principais expressões do meio natural da região contemplando aspectos da sua geologia, hidrografia, clima, solos, flora e fauna.

O capítulo se insere no primeiro nível de investigação da história ambiental. Ele envolve o delineamento dos aspectos orgânicos e inorgânicos do meio natural e busca entender a distribuição, a organização e o funcionamento do mundo natural. Trata-se de identificar os processos físicos e ecológicos que atuaram na formação da biodiversidade da ilha do Bananal. Biodiversidade esta, que justifica a afetação de parte do seu território como uma unidade de conservação da natureza de proteção integral.

Ele está dividido em duas seções. A primeira apresenta os atributos abióticos dos domínios da natureza na região da ilha do Bananal, envolvendo o PNA. Destacam-se as principais características geográficas e o conjunto das feições geológicas, climáticas, pedológicas e hidrológicas regionais, com ênfase no sistema fluvial da bacia sedimentar do rio Araguaia, entendido como o elemento ambiental mais influente na composição da paisagem do parque. O

contexto ecológico e biológico é abordado na segunda seção e abrange a diversidade da flora e da fauna, identificadas e listadas, e as espécies atualmente consideradas em ameaça de extinção.

A pesquisa bibliográfica no campo das ciências naturais orientou o desenvolvimento do capítulo. No âmbito da geologia e da climatologia, os estudos mais recentes sobre a região referem-se, respectivamente, aos trabalhos de Barbosa et al. (1966) e Nimer (1989), indicando até o presente a validade científica dessas análises. No que concerne à bacia hidrográfica do Araguaia as pesquisas de Latrubesse e Stevaux (2002, 2006), Latrubesse et al. (2006, 2007, 2009), Vieira (2002), Aquino et al. (2008, 2009), Morais (2006), Valente & Latrubesse (2012) aportam importantes contribuições para a compreensão da formação, do desenvolvimento e do comportamento do canal principal do rio Araguaia e seus principais afluentes, bem como de grande parte da Planície do Bananal. O Projeto Radam Brasil do Ministério das Minas e Energia (MME) (1981) e o Plano de Manejo do Parque Nacional do Araguaia, atualizado pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) em 2001, foram os documentos principais para a geologia, o solo e o clima.

De modo geral a literatura sobre a fitofisionomia do bioma Cerrado apresenta uma grande variação de classificações que são definidas a partir de critérios diferenciados. Nesta pesquisa adotamos a classificação proposta por Ribeiro & Walter (1998), empregada por Sano, Almeida e Ribeiro (2008). Os levantamentos sobre a flora e a fauna encontradas especificamente no PNA são relativamente modestos. Para a flora Mileski (1994) apresenta um mapa fitoecológico da ilha do Bananal abordando aspectos da sua vegetação e ecossistemas. Para a fauna de mamíferos, a ictiofauna, a herpetofauna e avifauna tomamos como referência principal os estudos para o Plano de Manejo do PNA (2001). Foram utilizados como literatura complementar, por se tratar da mesma região geográfica, os estudos de Pinheiro (2007), Pinheiro & Dornas (2009), Dornas & Pinheiro (2011), Dornas et al. (2011) sobre a avifauna do Parque Estadual do Cantão (PEC), bem como o Plano de Manejo desta unidade estadual elaborado pelo Instituto Natureza do Tocantins (NATURATINS).

Estas fontes foram essenciais para o desenvolvimento da abordagem no primeiro nível da história ambiental. Elas possibilitaram compreender o PNA a partir de sua estrutura biofísica e funcionamento ecológico, permitindo o mapeamento do cenário onde se desenrolam as interações entre humanos e não humanos.

1.1 O PARQUE NACIONAL DO ARAGUAIA NO CONTEXTO GEOGRÁFICO REGIONAL

O Parque Nacional do Araguaia é uma unidade de conservação (UC) de proteção integral situada totalmente sobre as terras insulares fluviais da ilha do Bananal, na grande planície sedimentar aluvial identificada como “Planície do Bananal” (MME/Radam Brasil 1981).

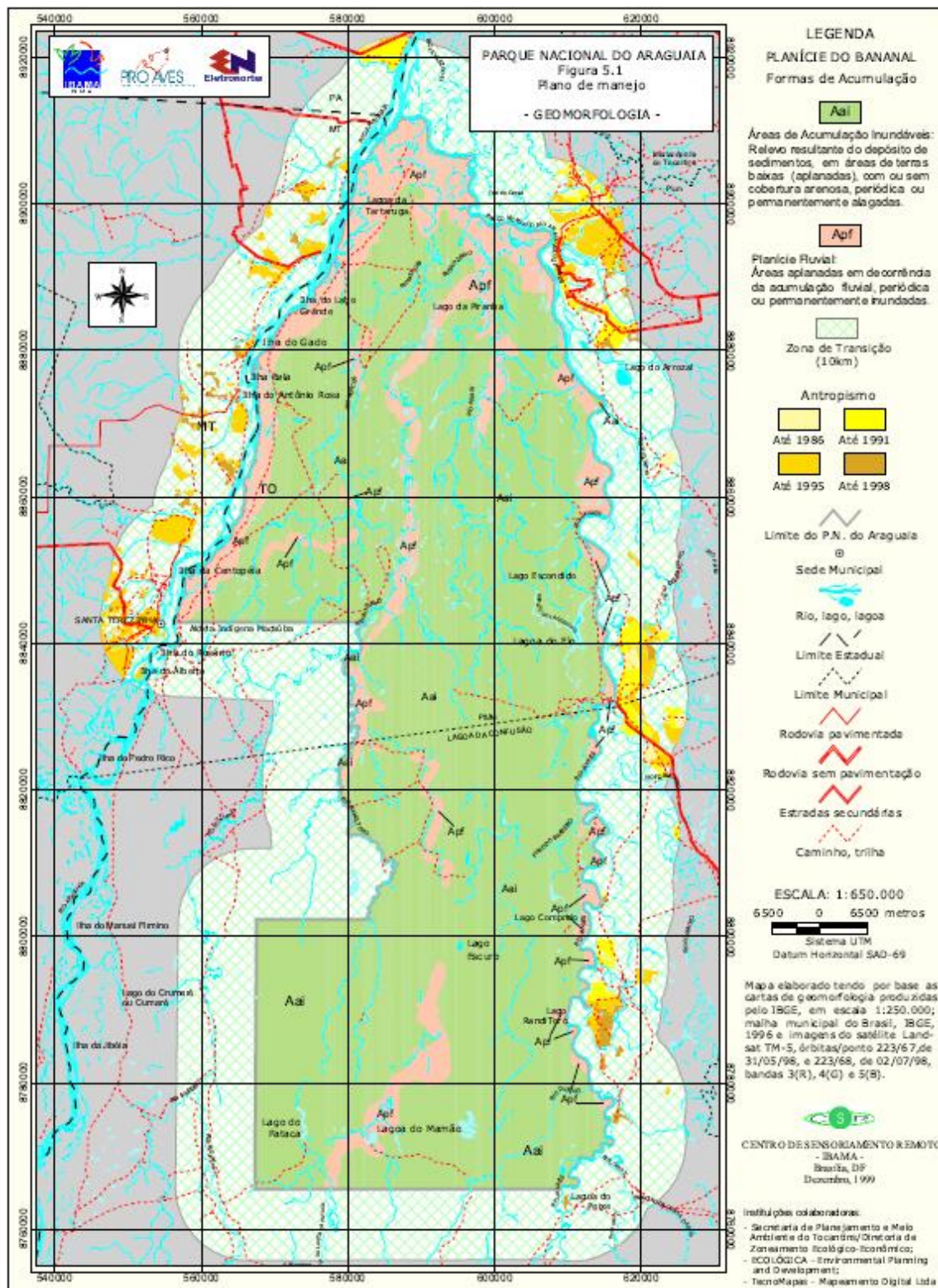


Figura 2: Planície do Bananal no PNA
 Fonte: IBAMA Plano de Manejo PNA

Esta planície se constitui em uma grande faixa deposicional que integra o sistema da bacia do médio rio Araguaia. Ela abrange a área entre o rio Tapirapé,

o rio Formoso e o rio Javaés, incluindo suas extensas superfícies de inundação marginal, além da totalidade das terras da ilha do Bananal. Sua extensão territorial é de aproximadamente 90 mil km², em altitude que varia entre 200m e 220m acima do nível do mar (MME/Radam Brasil 1981; IBAMA 2001; Vieira 2002; Moraes 2006; Valente & Latrubesse 2012). O relevo é muito plano, com poucos morros residuais isolados. A planície é contornada pela unidade geológica Depressão do Araguaia, que possui uma fisionomia bastante diferente e cuja linha de contato com as terras mais baixas é bem definida e variada, apresentando a formação de inúmeras lagoas circulares ou semicirculares (IBAMA 2001; Vieira 2002; Moraes 2006). “A oeste, caracteriza-se por uma passagem em rampa. A leste, é um pouco mais acentuado. E a sudeste, (...) o contato é marcado por forte ruptura de declive, com desnível de 30m, em barranca muito retilínea” (MME /Radam Brasil 1981, p.220).

A estrutura hidrológica e geomorfológica da planície do Bananal, conjugada ao regime de inundação periódica no vale do Araguaia, permite qualificá-la como uma área úmida. A amplitude da sua faixa de alagamento é comparada à do Pantanal Matogrossense. No contexto brasileiro, estas duas planícies sedimentares são reconhecidas como os grandes expoentes nacionais de *wetlands* em Savanas Tropicais de inundação periódica, equiparadas aos Llanos de Moxos, na Bolívia e aos Llanos del Orinoco, na Venezuela e Colômbia (Viera 2002; Valente & Latrubesse 2012).

As áreas úmidas são internacionalmente reconhecidas como fundamentais ao equilíbrio ecológico. Para Junk et al. (2006, 2013) elas funcionam como verdadeiras esponjas, absorvendo no período das chuvas o excesso das águas precipitadas e as redistribuindo na atmosfera, no lençol freático, nos aquíferos, nos rios e riachos. Ainda, segundo os autores, estudos sobre as zonas úmidas em várias partes do mundo indicaram que a biodiversidade nessas áreas é proporcionalmente maior do que em outros ecossistemas. Em razão dessa especificidade, o PNA foi reconhecido em 1993 como um ‘Sítio Ramsar’, segundo as diretrizes da Convenção de Ramsar que pactuou o compromisso internacional de proteção das áreas úmidas do globo.

Geologia

Como um todo, esta região é definida como uma unidade geológica sedimentar da Era Cenozoica. Considera-se que alterações climáticas importantes, associadas às oscilações verticais irregulares na crosta terrestre ocorridas no final do Cretáceo e durante o Quaternário (aproximadamente entre 65 e 2,5 milhões de anos antes do presente) resultaram no aplainamento do relevo, que foi retrabalhado, dando origem à planície. A sua sedimentação está relacionada à combinação do acúmulo de substratos de origem pleistocênica, ligados à Formação Araguaia e aos depósitos aluviais holocênicos presentes no segmento dos rios do sistema araguaiano (IBAMA 2001; Valente & Latrubesse 2012).

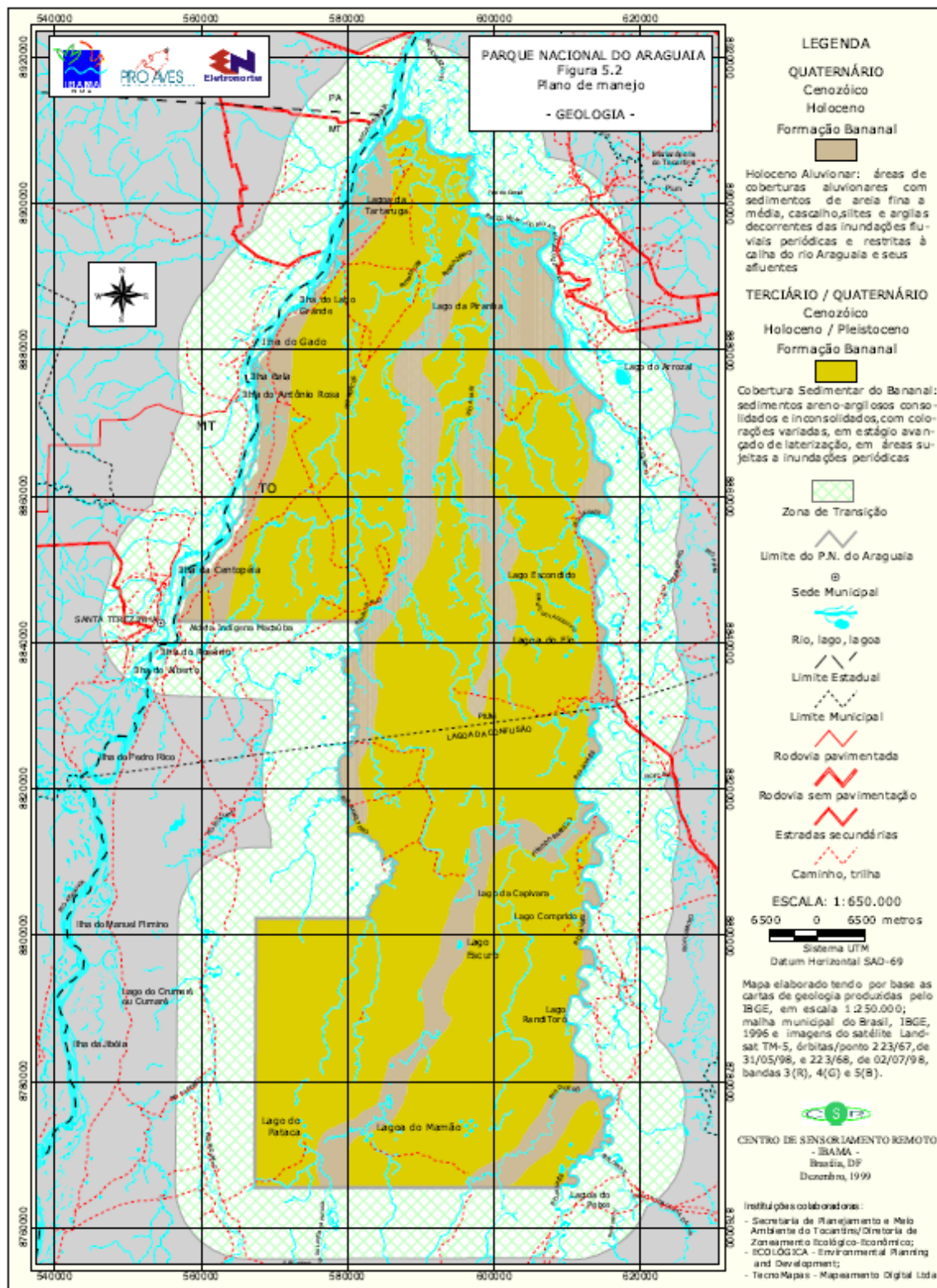


Figura 3: Cobertura Sedimentar do PNA
 Fonte: IBAMA Plano de Manejo PNA

A sedimentação pluviofluvial de camadas do terciário-quaternário distribui-se ao longo da mesopotâmia entre os rios Araguaia e Tocantins. A

extensão desses depósitos na bacia do rio Araguaia é muito expressiva, atingindo 23% de sua área total (Morais 2006). A ilha do Bananal é considerada a feição geomorfológica mais importante da planície e, segundo a literatura, corresponde a uma exceção na sedimentação aluvial normal de um grande rio. A explicação mais aceita para tal excepcionalidade é dada por Barbosa: “como a jusante [do rio Araguaia] não há soleira dura, formando nível de base local, julga-se tratar de uma área de subsidência diferencial, de caráter tectônico” (MME/Radam Brasil 1981 p. 144).

Os sedimentos do Pleistoceno são formados por conglomerado de cimento limonítico, castanho escuro e brilhante, com seixos bem arredondados de rochas duras, recobertos por areias amareladas ou acastanhadas siltosas, ferrugíneas e firmes, embutidas nas camadas terciário-quadernário (Barbosa 1984). Já os depósitos do Holoceno, estão relacionados ao processo de aluvião e se compõem basicamente de areias médias e finas, leitos areno-siltosos e matéria orgânica, principalmente de origem vegetal. Os primeiros são mais antigos e estáveis, e menos suscetíveis a deslocamentos intensos, como os segundos. Esta característica definiu, ao longo do tempo, os contornos atuais da ilha do Bananal.

A bacia hidrográfica do rio Araguaia comanda o sistema fluvial de drenagem da grande ilha. Seus tributários mais importantes são os rios Babilônia, Diamantino, do Peixe, Caiapó, Claro, Vermelho, Crixás-Açu, pela margem direita, e o Cristalino e das Mortes, pela sua margem esquerda. O rio Javaés, considerado um braço menor do próprio Araguaia, participa da sua rede de drenagem. Na sua margem esquerda desaguam os rios Diderô, Barreiro, Aruari e Riozinho (formado pelo rio Randi-torô), que nascem e correm inteiramente no interior da ilha. Pela margem direita, o Javaés recebe as águas do rio Formoso, seu principal afluente.

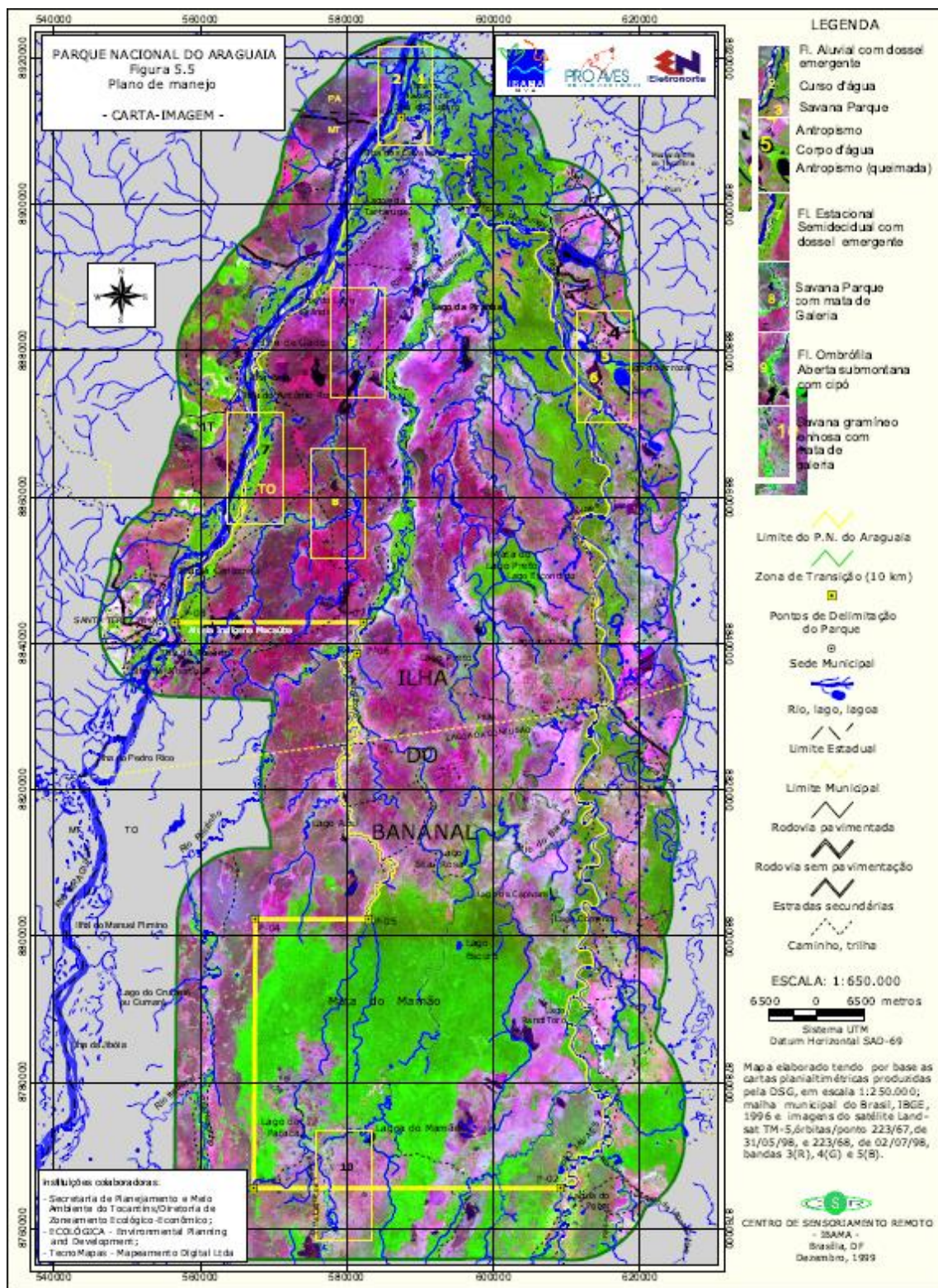


Figura 4: Malha hídrica interna do PNA
Fonte: IBAMA Plano de Manejo PNA

A malha hídrica interna da ilha do Bananal é bastante significativa. Ela é composta por várias nascentes, rios perenes (de médio e grande porte) e um

grande complexo de lagos. A ocorrência de lagos naturais é uma particularidade do ecossistema da planície, cujas formações lacustres são encontradas em grande quantidade. Somente para a área do parque nacional são descritos duzentos lagos (IBAMA 2001). Esses lagos são depósitos de biodiversidade essenciais à manutenção da vida aquática em toda a bacia do Araguaia. Durante a seca, os lagos perenes funcionam como verdadeiros berçários de peixes. Na época das chuvas, o transbordamento garante a conectividade dos ambientes aquáticos e contribui para o repovoamento dos rios do sistema.

O Araguaia é um rio importante regionalmente, tanto no aspecto ecológico como no geopolítico e socioeconômico. Ele é um dos principais cursos d'água que corta, no sentido Sul-Norte, o território central do Brasil, abrangendo os biomas Cerrado e a Floresta Amazônica, duas regiões fitogeográficas de notável biodiversidade. A região de sua nascente sofre a influência do bioma Pantanal, o que amplia ainda mais a biodiversidade da região (Mileski 1994; Latrubesse et al. 1999; Vieira 2002; Moraes 2006; Aquino et al. 2005, 2009). Ao mesmo tempo, o Araguaia marca a fronteira política entre o Centro-Oeste e o Norte, estabelecendo a ligação entre as duas macrorregiões. Em outros tempos, o rio foi considerado a porta de entrada para o sertão, e foi historicamente defendido como a principal artéria de comunicação e de integração de Goiás ao contexto nacional (Castelnau 1949, Magalhães [1863] 1974; Moraes, 1880, Karasch 2016).

A principal característica do Araguaia é ser um rio de planície com estrutura marcada por uma compartimentação em degraus. São nítidas três seções ou níveis: alto, médio e baixo curso. Esta distinção foi feita primeiramente pelo Departamento Nacional de Portos e Vias Navegáveis (DNPVN), que elegeu o grau de declividade e de navegabilidade do canal principal como critérios funcionais para essa divisão (IBDF 1981). Posteriormente, ela foi atualizada por Latrubesse & Stevaux (2002), que adotaram os critérios da hidrologia e da geomorfologia do rio para redefinir essas unidades. Adotamos neste trabalho a marcação estabelecida por estes autores, amplamente presente na literatura atual sobre a Bacia do rio Araguaia (Latrubesse et al. 2006, 2007, 2009; Vieira 2002; Aquino et al. 2009; Moraes 2006; Valente & Latrubesse 2012).

A seção identificada como alto Araguaia demarca a área que vai da nascente do rio na serra dos Caiapós, na divisa entre os estados de Goiás, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, até a cidade de Registro do Araguaia. Neste trecho, o rio percorre 450km e sua área de drenagem atinge 36.400km². O relevo é mais acidentado que nas demais seções, apresentando altitude de 1.000m. O leito é formado por uma composição de rochas muito antigas de idade pré-cambriana e de rochas basálticas e sedimentares paleozoicas e mesozoicas (Latrubesse & Stevaux 2006; Morais 2006).

O curso do médio Araguaia é o trecho mais longo e plano do rio e o que permite melhor navegação. Ele se estende de Registro do Araguaia até Conceição do Araguaia, já no estado do Pará, percorrendo cerca de 1.160 km. Sua área de drenagem se expande extraordinariamente em relação ao trecho anterior, atingindo 321.000 km². Isto se deve à incorporação de importantes tributários ao sistema fluvial como o rio das Mortes, o rio Vermelho e o rio Crixás. Como descrito anteriormente, o médio Araguaia abriga a grande planície do Bananal onde se localiza o PNA (Latrubesse & Stevaux 2002, 2006; Morais et al. 2008; IBAMA 2001).

Por fim, o baixo Araguaia é definido como o curso do rio entre Conceição do Araguaia e a sua confluência com o rio Tocantins. Este trecho atinge o sul do estado do Pará, havendo maior ocorrência do bioma Floresta Amazônica. O rio segue sobre um canal de rochas cristalinas pré-cambrianas, com declividade média de 7cm/km e 0,70 m de profundidade, apresentando pequenas cachoeiras e algumas corredeiras (Latrubesse & Stevaux 2006). Neste ponto, o Araguaia deságua no rio Tocantins encerrando o seu percurso.

Clima

Na classificação de Koeppen, toda a planície do Bananal se encontra sob o domínio do clima tropical semiúmido do tipo AW, característico das savanas tropicais. Duas estações bem definidas – verão e inverno – se manifestam ao longo do ano. O verão é bem marcado pelo prolongado período de chuvas que ocorre entre os meses de outubro e abril; o inverno absorve uma seca intensa

entre os meses de junho e setembro. O mês de maio é considerado um período de transição entre as duas estações. A temperatura média durante o ano é estimada em 25°C. Setembro é o mês mais quente, com temperatura média em torno de 38,5°C. Julho é considerado o mês mais frio, apresentando temperatura média de 15°C (IBAMA 2001; ANA 2009).

Segundo Vieira (2002), nessa região o clima é determinado pelo perfil da massa de ar Equatorial Continental que atua no Norte e parte do Centro-Oeste brasileiro. Via de regra, essa corrente possui caráter estável e seu domínio propicia bom tempo. Ela se forma na zona aquecida do Continente Sul-americano, caracterizada pela presença de florestas e savanas, onde dominam as chuvas e ventos fracos do regime depressionário, sobretudo no verão. Durante o inverno são praticamente constantes os ventos alísios de sudeste da massa Equatorial Atlântica e os ventos do nordeste e leste, responsáveis pelo regime de seca e estabilidade, com céu claro e dias ensolarados. No verão, há o domínio absoluto da massa Equatorial Continental, provocando grande volume de chuvas (Vieira 2002).

A topografia da planície, extremamente baixa e aplainada (traços que se aplicam inteiramente à ilha do Bananal), não atua de forma significativa na distribuição das chuvas (IBAMA 2001; ANA 2009). O padrão de precipitação decorre muito mais da atuação dos sistemas de circulação das massas de ar atmosférico. A época chuvosa contribui, em média, com cerca de 80%, do total de precipitação anual, que são sempre superiores a 1.700mm (MME/Radam Brasil 1982; Moraes 2006, ANA, 2009). Eventualmente, em janeiro e fevereiro, ocorre o fenômeno conhecido como “veranico”, quando se seguem vários dias sem chuva e de tempo ensolarado. O mês de maior índice pluviométrico é janeiro, enquanto o de menor é julho (Vieira 2002).

Os solos na planície são predominantemente pouco profundos, argilosos, bastante ácidos e pouco permeáveis. Essas características auxiliam a ocorrência das enchentes durante o ciclo das chuvas, que se estendem por grande parte da planície, e de forma muito intensa na ilha do Bananal, notadamente no PNA. O nível da água nas áreas mais baixas pode ser superior a dois metros acima do solo (Mileski 1994). No entanto, o aspecto pedológico, por si só, não constitui um agente determinante das inundações. Elas decorrem da combinação de três

fatores: (i) os tipos de solos, que não permitem uma drenagem eficiente; (ii) a estrutura do relevo insular, excessivamente plana em toda a sua extensão, e; (iii) a superficialidade do lençol freático que entra em saturação nessa época do ano (MME /Radam Brasil 1981; Mileski 1994; IBAMA 2001; Morais 2006). As particularidades geofísicas do terreno, conjugadas ao fator climático, cumprem um papel ecológico importante, retratado na evolução da paisagem e na biodiversidade no parque nacional.

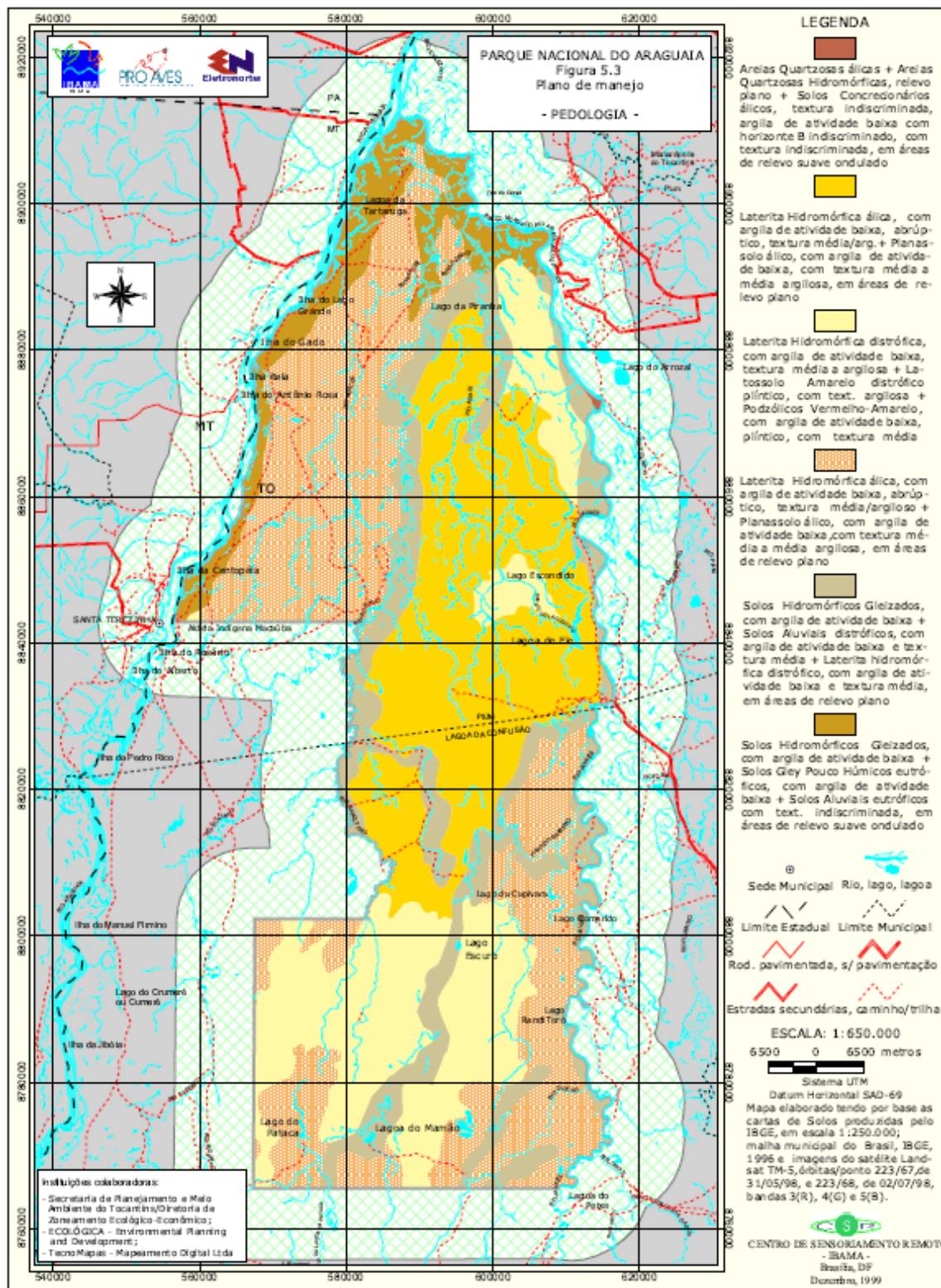


Figura 5: Solos do PNA
 Fonte: IBAMA Plano de Manejo PNA

1.2 OS PROCESSOS ECOLÓGICOS E A DIVERSIDADE DA VIDA NO PARQUE NACIONAL DO ARAGUAIA

A dinâmica das águas é o elemento ambiental mais influente na estrutura, composição e configuração da paisagem do PNA. O pulso de inundação (descrito por Junk et al. 1989) do rio Araguaia pode ser considerado a força motriz que propicia tanto a diversidade quanto a produtividade biológica na ilha. Segundo Junk et al. (1989), as inundações anuais de longa duração são responsáveis pela constituição de ambientes diversificados, com variação entre espaços aquáticos, semiúmidos e terrestres (totalmente secos). Proporcionam assim, multiplicidade de habitats, favorecendo a formação de ecossistemas biodiversos (Junk et al. 1989).

No caso da região de estudo, o fato da inundação durar aproximadamente quatro meses, acompanhando o ciclo das chuvas, permite o desenvolvimento de estratégias adaptativas dos organismos vivos, em particular na zona de transição entre ambientes aquáticos e terrestres, o que contribuiu para uma biodiversidade maior, se comparada com outras localidades. Segundo Ward & Stanford (1995), nas planícies aluviais as inundações são fundamentais na manutenção de ecossistemas aquáticos – lênticos (de água parada como lagoas e represas) e lóticos (água corrente como rios, riachos, nascentes) – e ecossistemas semiaquáticos, transformando-os em ambientes de grande riqueza de espécies. Essa particularidade faz com que o PNA detenha uma biodiversidade importante, fruto do lento e contínuo processo de adaptação às condições climáticas, edáficas e hídricas.

Fitofisionomias e vegetação

A vegetação na planície do Bananal em geral, e particularmente no PNA, é bastante diversificada, característica da área de tensão ecológica entre a Amazônia e o Cerrado. Estes dois biomas são importantes tanto pela sua extensão (ocupando respectivamente o primeiro e o segundo lugar em distribuição contínua no território nacional), como por sua biodiversidade. Dentre as florestas tropicais a Amazônia é considerada a mais biodiversa. O

mesmo ocorre para o Cerrado, reconhecido como a savana mais rica em biodiversidade (Myers et al. 2000). Apesar do Estado do Tocantins pertencer à região Norte compondo parte da Amazônia Legal, a Floresta Amazônica (de terra firme) ocupa apenas 9% do território estadual. Os 91% restantes estão sob o domínio do bioma Cerrado (Silva 2007).

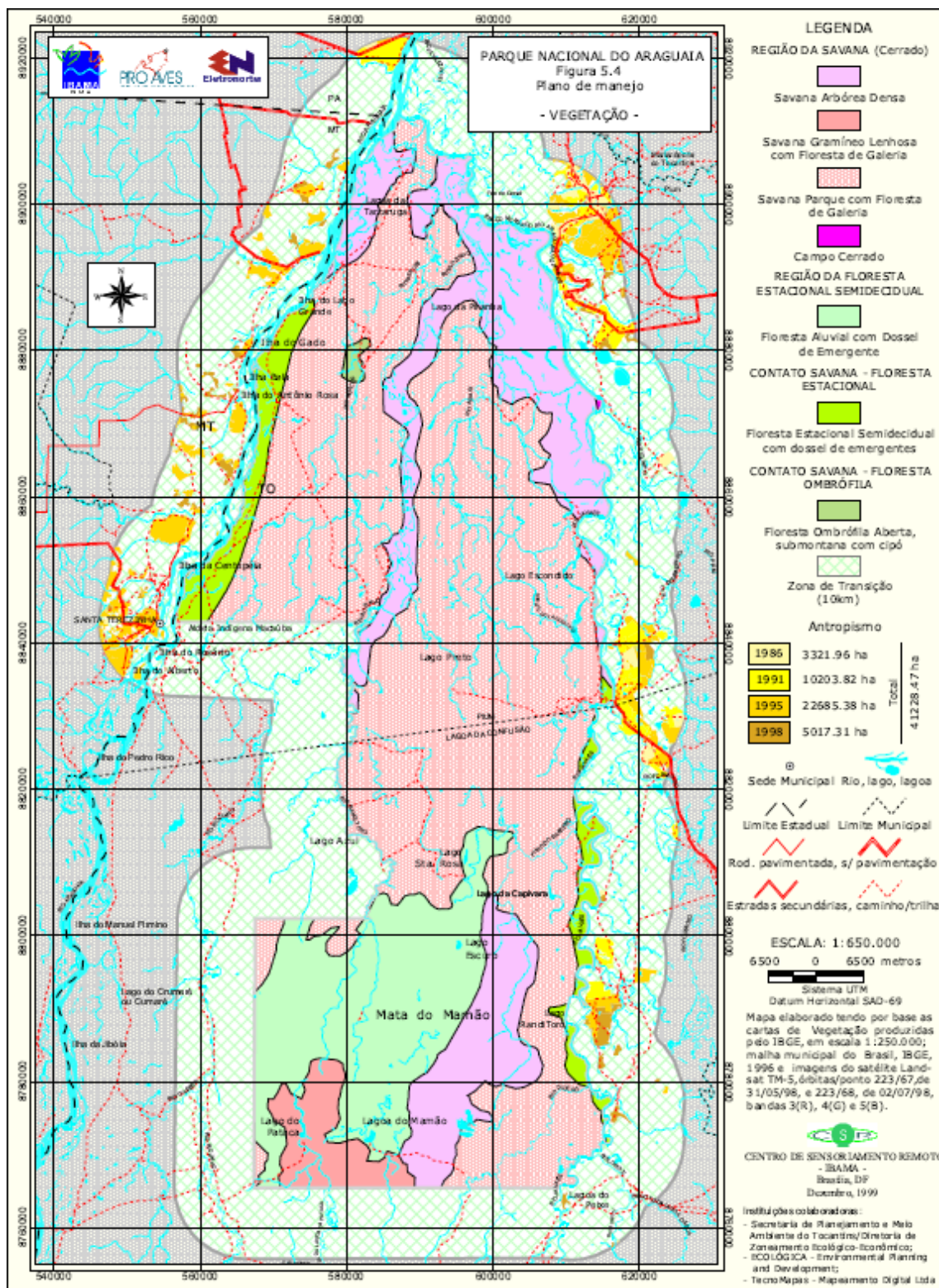


Figura 6: Distribuição florística do PNA
 Fonte: IBAMA Plano de Manejo PNA

A flora do PNA é bastante significativa. A última listagem feita para a unidade de conservação é de 2001 e apontou 550 espécies, distribuídas em 100

famílias botânicas para o ecótono Cerrado e Floresta Amazônica (IBAMA 2001). Contudo, como os levantamentos de espécies são realizados por amostragem, em alguns lugares pré-selecionados, pode ser que a diversidade florística seja bem maior do que o apontado.

No parque nacional, predomina a fisionomia do Cerrado em suas expressões florestais, savânicas e campestres. A manifestação das espécies amazônicas ocorre entrelaçada às formações florestais cerradenses, como nas matas de galeria e matas ciliares, mas também em uma mancha isolada de Floresta Ombrófila Aberta (área de tensão ecológica entre a Amazônia e o espaço extra-amazônico) próxima ao rio Mercês (IBAMA 2001).

A Mata do Mamão é a unidade florestal mais expressiva dentro do parque. Ela é caracterizada como uma Floresta Estacional Semidecidual Aluvial (vegetação típica do Bioma Mata Atlântica com distribuição ocasional no Cerrado). Localizada no sul do PNA, esta mata é considerada importante por sua dimensão e excepcionalidade no conjunto vegetacional. Embora, sua estrutura seja semelhante às das matas ciliares, a flora é diferenciada. Nela se destacam as espécies taimbuca (*Buchenavia spp*), tamaquarí (*Caraipa spp.*), amapá (*Parahancornia spp*), tauri-cachimbo (*Courati spp.*), louro (*Aniba spp.*) (IBAMA 2001).

Existe grande preocupação por parte da gestão do parque nacional com a integridade dessa mata, considerada a área com maior floresta nativa e biodiversidade da ilha do Bananal. Nos últimos anos ela tem sofrido severamente com os incêndios que ocorrem anualmente durante o período de seca intensa. Segundo informações do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBIO), em 2017 o fogo consumiu 332 mil hectares dos 557.714 hectares da área total do PNA, sendo que os principais focos de incêndios se concentraram na região da Mata do Mamão. A origem desses incêndios é atribuída eminentemente à atividade humana.

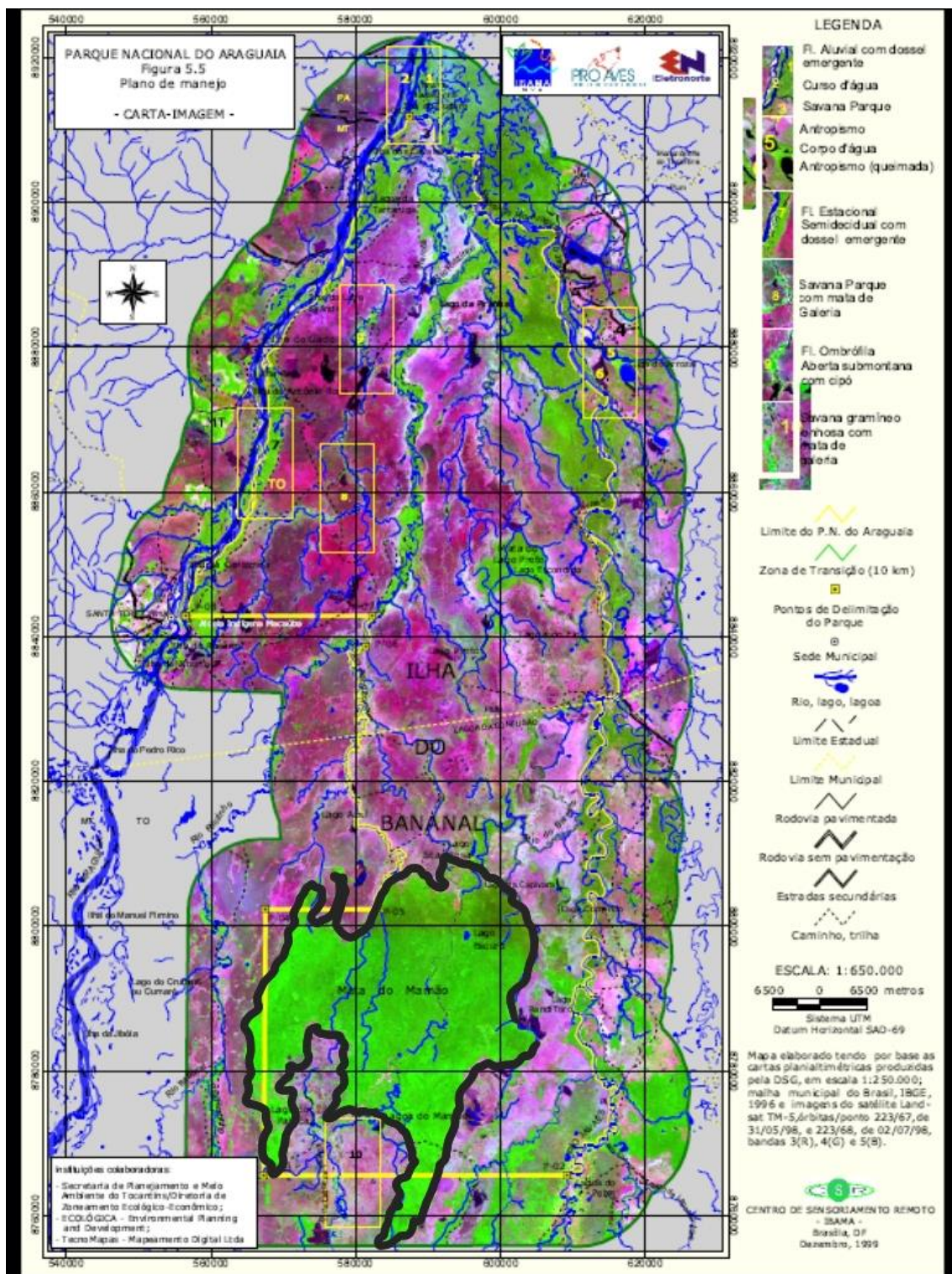


Figura 7: Localização da Mata do Mamão (grifo meu)
Fonte: IBAMA Plano de Manejo PNA

Como ressaltado anteriormente, no PNA a vegetação é particularmente influenciada pela conjugação da condição do relevo, da variação dos solos e da intensidade das enchentes. Nos terrenos mais baixos (zonas inundáveis)

prevalecem as espécies herbáceas, em particular as gramíneas, havendo uma gradativa transição para áreas arbustivas, geralmente em terrenos mais altos e secos. As espécies arbóreas típicas das formações florestais encontram-se concentradas nesses terrenos, nas matas ciliares e matas de galeria ao longo dos cursos dos rios e no entorno dos inúmeros lagos. Esta composição garante uma alta variedade de nichos, que abrigam espécies adaptadas aos três ambientes: secos, úmidos e de transição. Mileski destaca que na ilha do Bananal, a particularidade das áreas úmidas “proporcionam ao ambiente um desenvolvimento de formas biológicas próprias, em níveis micro e mesoclimático, não extrapolável ao ambiente de Savana das terras altas” (Mileski 1994 p.26). Sendo assim, as espécies de flora mais comuns são aquelas que exibem maior adaptação à umidade.

A distribuição das fitofisionomias do Cerrado no PNA é ampla. Considerando a classificação proposta por Ribeiro e Walter (1998), são identificadas (i) as formações florestais do tipo Cerradão, Mata Ciliar e Mata de Galeria; (ii) as formações de savana do tipo Cerrado *Sensu stricto* e Parque de Cerrado; (iii) as formações campestres do tipo campo limpo (savana gramíneo-lenhosa) e campo sujo (campo cerrado).

A fitofisionomia do tipo Parque de Cerrado é dominante na paisagem, e se caracteriza pela presença de pequenos agrupamentos de árvores com no máximo seis metros de altura, fixadas sobre termiteiros (cupinzeiros) conhecidos como ‘murundus’ (figura 8).



Figura 8: PNA Parque de Cerrado (campo de murundus)
Fonte: Autora, set/2017

Os campos de murundus, ou Parque de Cerrado, integram uma paisagem específica do Brasil Central caracterizada por um campo graminoso, onde se distribuem inúmeros montes de terra arredondados e convexos, com diâmetro de 0,2 a 20 metros e altura variando entre 0,1 e 1,5 metros, revestidos por vegetação lenhosa de cerrado (Oliveira-Filho, 1992; Ribeiro & Walter, 1998). Eles se manifestam em áreas de saturação hídrica, se estendendo pela grande várzea do rio Araguaia. Durante as enchentes os murundus funcionam como redutos para várias espécies mais sensíveis ao estresse hídrico (Marimon et al., 2012).

No entorno e nas áreas adjacentes aos murundus dentro do PNA, predomina uma vegetação herbácea do mesmo tipo que ocorre nas áreas de campos úmidos. As espécies arbóreas de ocorrência mais comuns nesta fitofisionomia são: lixeira (*Curatella americana*), abio carriola (*Pseudocladia lateriflora*), murici (*Byrsonima crassifolia*), pau-d'arco-amarelo (*Tabebuia ochracea*), marupá (*Simaruba spp.*), pequi (*Caryocar brasiliensis*), copaíba (*Copaifera eliptica*), caraíba (*Tabebuia carayba*), meridiba (*Terminalia spp.*), sucupira-amarela (*Pterodon polygalaeflorum*), angelim (*Dalbergia spp.*), sucuúba (*Plumeria spp.*). Ainda são encontradas plantas como as samambaias,

a marmelada, o velame-roxo, a canarana; lianas como a japecanga, a unha-de-gato, o pajuí; e caméfitas como o caju-rasteiro, o araçá, a mandioca-de-veado, o algodão-bravo, entre outras (IBAMA, 2001). Os termiteiros compõem a excêntrica paisagem, se espalham em grande número por extenso plano e criam um cenário pitoresco (figura 9).



Figura 9: PNA Murundus
Fonte: Autora, set/2017

As áreas mais altas do terreno, pouca propensas às inundações, abrigam uma vegetação típica do Cerradão. Sua maior área de ocorrência encontra-se a leste e a sudeste da Mata do Mamão, “nas depressões em meio ao cerrado *sensu stricto* e nas transições para a mata seca” (IBAMA, 2001, Encarte 5, p.36). O Cerradão encontrado no PNA é o típico de solos pantanosos (distróficos) onde predomina a mescla de espécies do cerrado *sensu stricto* e das matas de galeria, o que implica em uma formação florística bastante heterogênea. No parque nacional foram identificadas quatro famílias botânicas: Leguminosae, Icacinaceae, Chrysobalanaceae E Vochysiaceae. Dentre as principais espécies podemos citar a copaíba (*Copaifera langsdorffii*) e a sucupira branca (*Pterodon pubescens*), a sôbre (*Emmotum nitens Benth. Miers*), a coco de bode (*Hietella glandulosa*); e a pau terra de folha larga (*Qualea grandiflora*). Os dominantes

arbóreos mais comuns no Cerradão são a lixeira (*Curatella americana*), o paus-terra (*Qualea grandiflora*), o pau-terra (*Qualea parviflora*), a faveira (*Dimorphandra mollis*), o barbatimão (*Stryphnodendron adstrigem*), o angico-preto (*Piptadenia sp.*), a sucupira (*Bowdichia virgilioides*), o guatambu (*Aspidosperma sp.*), o tarumã (*Vitex sp.*), o pau d'óleo (*Copaifera sp.*), mandiocão (*Schefflera sp.*), o pequi (*Caryocar brasiliense*) (Mileski, 1994; IBAMA, 2001).

As matas ciliares e as matas de galeria que bordeiam os cursos de água formam uma rede florestal um tanto densa (figura 10). Espécies típicas são a *Calophyllum brasiliense*, a *Andira paniculata*, a *Copaifera langsdorffii*, a *Simaruba versicolor*, a *Xylopia emarginata*, a *X. sericea*, a *Mauritiella armata*, a *Cyperus giganteus* e a *Eleocharis interstricta*. Geralmente, essas matas são inundáveis e circundadas por campos úmidos, limpos ou sujos (Mileski 1994, IBAMA 2001).

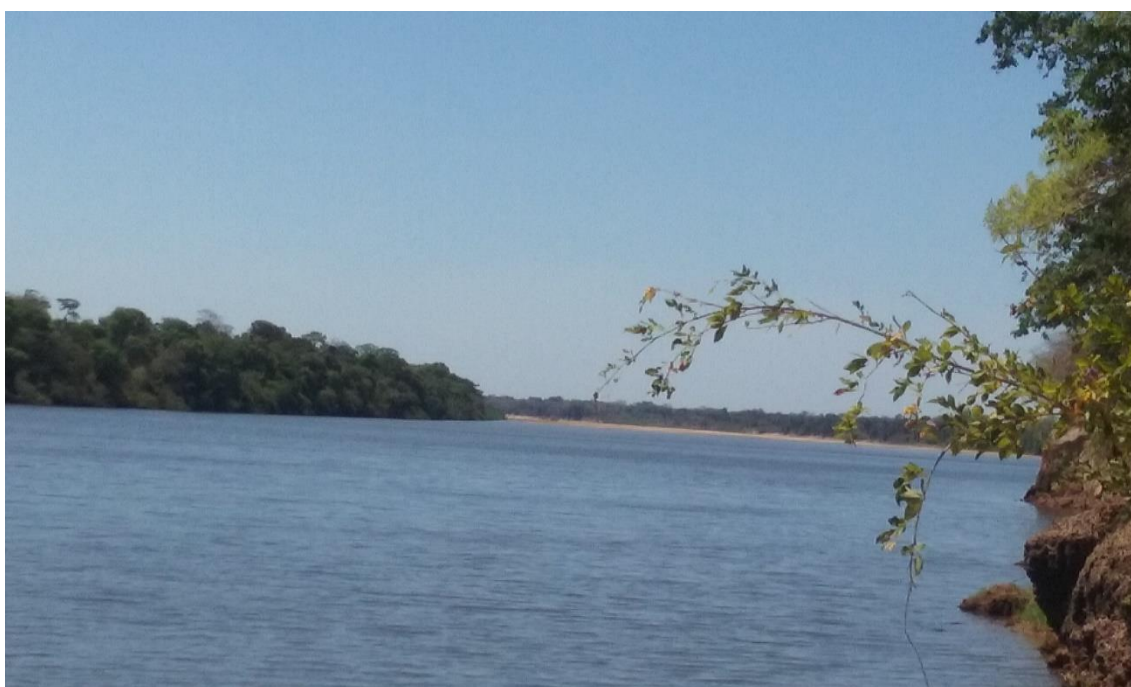


Figura 10: Mata ciliar rio Javaés PNA
Fonte: Autora, set/2017

Os campos ocupam grandes extensões das terras mais baixas da ilha. No geral, este ambiente é amplamente afetado pelas inundações periódicas. Os campos limpos apresentam uma vegetação rasteira, composta por gramíneas

sem a presença de árvores ou arvoredos espaçados, ao contrário do que ocorre nos campos sujos. Aliás, é justamente esta característica que os diferencia (Ribeiro & Walter, 1998).

Para os campos sujos as espécies lenhosas mais importantes encontradas no PNA são *Anacardium occidentale*-Cajú (*Anacardiaceae*), *Caryocar coriacea* – pequi (*Caryocaraceae*), pau d'óleo ou copaíba *Copaifera langsdorffii* - (*Leguminosae*), *Himatanthus obovatus* – pau de leite ou janaguba (*Apocynaceae*), *Tabebuia caraiba*, *T. ochracea*, *T. serratifolia* - ipê (*Bignoniaceae*), *Vitrex cf. polygama* (*Verbenaceae*), *Tocoyena formosa e Genipa americana* (*Rubiaceae*), *Vochysia haenkeana* – escorrega macaco (*Vochysiaceae*). As herbáceas principais, tanto nos campos limpos como nos campos sujos, são as *Bulbostylis capilaris*, *Andropogon bicornis*, *Eragrostis rufescens*, *Paspalum lineare e Trachypogon plumosus* (*Gramineae*) (IBAMA, 2001).

Fitoplâncton e Zooplâncton

A bacia do rio Araguaia desenvolve-se ao longo de vastas planícies com extensas várzeas e lagoas marginais. Considerando a ecologia da região, o PNA como um todo pode ser considerado um grande sistema aquático, daí ser portador de uma considerável riqueza de fitoplâncton. As matas ciliares e de galeria no interior da ilha exercem um papel importante nas comunidades de fitoplâncton. A partir da matéria orgânica depositada nas águas, elas ajudam na concentração de nutrientes, favorecendo sua proliferação e diversificação. No geral, os ambientes lóticos não são favoráveis à presença do fitoplâncton, mas no PNA não há uma limitação drástica, ao contrário, eles são favorecidos por águas fartas em nutrientes. As análises realizadas por amostragem para elaboração do Plano de Manejo do PNA indicaram a ocorrência de organismos pertencentes às classes: Chlorophyceae e Zygnemaphyceae (Divisão Chlorophyta); Chrysophyceae, Diatomophyceae e Xanthophyceae (Divisão Chromophyta ou Chrysophyta); Cyanophyceae (Divisão Cyanophyta ou

Cianoprocariontes); Euglenophyceae (Divisão Euglenophyta); Dinophyceae (Divisão Pirrophyta) (IBAMA, 2001).

Quanto às comunidades de Zooplâncton, o mesmo estudo indicou a presença de cinco grupos: Rotífera, Cladóceros, Copépoda, Insecta, Nematoda.

Os rotíferos contribuíram com maior número de representantes, ocorrendo em todos os sítios e pontos estudados, com maior riqueza de espécies nos rios Formoso e Mercês, em fevereiro/março e em setembro/outubro. O grupo Cladóceros apresenta maior densidade e riqueza de espécies no Rio Mercês, devido, provavelmente, à ocorrência de organismos alóctones procedentes de outros sistemas e transportados pela chuva, uma vez que este rio passa por uma boa extensão do interior da ilha do Bananal, nesta época dotada de um grande número de lagoas formadas pelo excedente hídrico, além dos lagos naturais aí existentes. No grupo Copépoda, o grande número de formas jovens, que é comum na época chuvosa, dificultou a identificação, porém os adultos calanoides foram frequentes (*sic*). Dentre os insetos, destacaram-se as larvas de dípteros, representadas pelo Chaoboridae. Coleoptera - 03 famílias - Ephemeroptera - 06 famílias - Diptera - 03 famílias - Hemiptera - 10 famílias - Odonata - 05 famílias. (IBAMA, 2001, Encarte 5, p.23)

Ictiofauna e herpetofauna

A fauna aquática de vertebrados no parque chama atenção pela sua variedade e abundância. A ictiofauna está estimada em 300 espécies para os rios e lagos do médio Araguaia. Se comparado ao padrão amazônico, que tem em torno de 2.000 espécies catalogadas, a ictiofauna regional parece modesta, no entanto ela apresenta espécies endêmicas e raras como o *Maratecoara lacortei*, *Pituna compacta*, *Plesiolebias aruana*, *Plesiolebias lacerdai*, *Symptonichthys costai*, *Spectrolebias semiocellatus*, classificados como peixes temporários da família Rivulidae (IBAMA, 2001). Geralmente, os peixes temporários não são encontrados nos cursos de águas permanentes. Eles ocupam nichos muito especializados em várzeas, isoladas das águas permanentes.

A população regional, indígena e não indígena, utiliza-se largamente da pesca como atividade econômica e de subsistência. Dentre os peixes escamados, os mais apreciados para alimentação são o pacu (*Myloplus sp.*), a caranha (*Colossoma mitrei*), o pirarucu (*Arapaima gigas*), o piauí (*Schizodon sp.*), a

corvina (*Pachirus schomburgi*), a sardinha de água doce (*Triportheus trifurcatus*) e a traíra (*Hoplias malabaricus*). Os peixes de couro preferidos são o pintado (*Pseudoplatystoma coruscans*), o filhote (*Brachyplatystoma sp.*) e o fidalgo (*Ageneiosus brevifilis*) (IBAMA, 2001).

O comércio de peixes é bastante dinâmico, existindo no entorno da ilha do Bananal colônias de pescadores profissionais, incluindo os indígenas no PNA. Contudo, não há um controle efetivo da atividade, o que ocasiona um impacto negativo sobre o recurso, decorrente de sua sobre-exploração. As espécies mais valorizadas comercialmente são o pirarucu (*Arapaima gigas*), o filhote e a dourada (*Brachyplatystoma sp.*), o pintado (*Pseudoplatystoma coruscans*), o tucunaré (*Cichla monóculos*), o barbado (*Pinirampus pinirampu*), o surubim (*Pseudoplatystoma fasciatum*) e espécies correlatas (*Sorubim lima*, *Hemiosorubim platyrhincus*) (IBAMA 2001).

O Araguaia é conhecido nacionalmente como um dos principais destinos turísticos no Centro-Oeste. Durante o mês de julho grande número de pessoas se deslocam para as incontáveis praias de areias brancas e finas ao longo do rio. A pesca esportiva estimula, há várias décadas, esse tipo de turismo. Nem sempre ela foi esportiva, e ainda hoje são registrados casos de pesca predatória. As espécies mais atrativas para este esporte são o aruanã (*Osteoglossum bicirrhosum*), a bicuda (*Boulengerella cuvieri*), o tucunaré (*Cichla monóculos*), a cachorra (*Hodrolicus scomberoides*) e o matrinchã (*Brycon sp.*) (IBAMA, 2001).

Os numerosos cardumes de piranhas (*Serrasalmus sp.*) presentes nos rios da bacia do Araguaia fazem com que suas águas sejam temidas pelos visitantes e habitantes locais. No tempo das tropas de boiadeiros os vaqueiros chegavam a sacrificar um animal, lançando-o às piranhas, para conseguirem atravessar suas boiadas. Daí a expressão popular no Brasil Central: “boi de piranha”.

A quase totalidade das espécies da herpetofauna encontradas no PNA são típicas do bioma Cerrado. Apenas seis espécies são amazônicas: a perereca (*Osteocephalus taurinus*), o lagarto teiú (*Tupinambis teguixim*), o jacaré-açu (*Caiman niger*), o cágado mata-matá (*Chelus fimbriatus*), a tartaruga (*Podocnemis expansa*) e a tracajá (*Podocnemis unifilis*) (IBAMA 2001).

A fauna de anfíbios da América do Sul é a mais rica do planeta com 1.740 espécies identificadas. No Brasil são 517 espécies distribuídas nos seis biomas terrestres, sendo que 17 espécies estão presentes no ecótono do PNA.: o sapo (*Bufo ocellatus*) e o sapo cururu (*Bufo paracnemis*), as pererecas (*Hyla sp.1*, *Hyla sp.2*, *Hyla rubicundula*, *Hyla raniceps*, *Osteocephalus taurinus*, *Sinax (gr) rubra*, *Sinax fuscomarginatus*, *Phrynphyas venulosa*, *Pseudis Tocantins*), a mini perereca (*Elachistocleis ovale*), as rãs (*Physalaemus cuvieri*, *Leptodactylus podicipinus*, *Leptodactylus fuscus*), a rã manteiga (*Leptodactylus ocellatus*) e a rã pimenta (*Leptodactylus labyrinthicus*) (IBAMA 2001).

Os répteis no PNA estão representados pelas ordens Crocodylia, Chelonia, Squamata. Os maiores répteis encontrado no PNA são os jacarés. Das três espécies de ocorrência na região, duas estão presentes no PNA: *Caiman crocodilos* e *Melanosuchus niger* – popularmente conhecidos como jacaretinga e jacaré-açu, respectivamente. Enquanto o jacaré-açu é mais exigente quanto ao habitat, selecionando lugares mais conservados (são frequentemente encontrados em lagos conectados a grandes rios, igarapés, alagados em terras úmidas) e não suportam águas salobras ou salinas, o jacaretinga é uma espécie tida como generalista. Ele se adapta a diferentes ambientes: abertos, de águas tranquilas ou levemente agitadas, pântanos, rios, lagos, riachos, e até manguezais e restingas. Durante as cheias esses grandes répteis se dispersam pelos vários ambientes alagados da ilha e seu entorno para se alimentarem e reproduzirem. É comum a presença do jacaretinga nos quilômetros de canais de irrigação e nos campos inundados de arroz e soja das propriedades rurais vizinhas ao PNA (IBAMA 2001). Esta dispersão torna a espécie vulnerável a atropelamentos ao tentar atravessar de um canal a outro pelas estradas (figura 11).



Figura 11: Jacaré atropelado na estrada de acesso ao PNA, município de Lagoa da Confusão/TO
Fonte: Autora, set. de 2017

Foram identificadas na área do PNA duas espécies de tartarugas aquáticas (*Podocnemis unifilis* e *Podocnemis expansa*) e uma espécie terrestre de jabuti (*Gochelone denticulata*) oito espécies de serpentes (*Boa constrictor*, *Corallus hortulanus*, *Atractus pantostictus*, *Clelia plumbea*, *Mastigodryas boddaerti*, *Spilotes pullatus*, *Tantilla melanocephala* e *Thamnodynastes strigilis*) e nove espécies de lagartos (*Iguana*, *Hoplocercus spinous*, *Micrablepharus atticolus*, *Cercosaura ocellata*, *Mabuya frenata*, *Mabuya guaporicola*, *Ameiva ameiva*, *Tupinambis teguixim* e *Tropidurus torquatus*) (IBAMA 2001).

É provável que exista muitas outras espécies da herpetofauna ainda não registradas para o PNA. Os levantamentos realizados até o momento não contemplaram a totalidade do território da unidade, tampouco as variações climáticas anuais, quando as condições ambientais são alteradas drasticamente. Estudos mais recentes na área do PEC, que se localiza ao Norte da ilha do Bananal na margem direita do rio Javaés, apontaram uma diferença de 18 anfíbios e 2 répteis para mais nesta unidade. (NATURATINS, 2015)

Mastofauna

Mesmo a mastofauna ainda é um grupo pouco estudado, carecendo de maior atenção. Os mamíferos estão representados pelas seguintes ordens: Euarchontoglires (Primates, Rodentia, Lagomorfa), Laurasiatheria (Carnívora, Perissodactyla, Artiodactyla, Chiroptera e Cetácea), Marsupialia (Didelphimorphia) e Xenarthra (Cingulata e Pilosa) (IBAMA, 2001). No geral, as espécies dos pequenos mamíferos não voadores presentes no parque, apresentam larga distribuição e pertencem em sua maioria ao Cerrado. A exceção são os primatas, onde três das quatro espécies existentes no parque são da Amazônia, e a outra, dos dois biomas (Cerrado e Amazônia) – macaco-da-noite (*Aotus sp.*), macaco-prego (*Cebus apella*), cuxiú (*Chiropotes satanas*), bugio (*Alouatta belzebul*). Outros mamíferos representantes amazônicos são a preguiça (*Bradypus variegatus*), o tamanduá (*Cyclopes didactylus*) e o coati (*Sciurus sp*) (IBAMA 2001).

As espécies descritas com maior frequência pela literatura e pelos moradores locais são os seguintes. Dentro dos Euarchontoglires os da ordem Primates, citados acima; da ordem Rodentia, a mais ampla delas, o coati (*Sciurus sp*), os ratos (*Calomys sp.*, *Oecomys sp.*, *Bolomys lasiurus*, *Pseudoryzomys simplex*, *Oryzomys megacephalus*, *Oligoryzomys sp.* *E Holihilus cf sciureus*), o ouriço-cacheiro (*Coendou prehensilis*), o preá (*Cavia aperea*), a capivara (*Hydrochoeris hydrochoeris*), a cutia (*Dasyprocta agouti*), a paca (*Agouti paca*), e o punaré (*Thrichomys apereoides*); da ordem Lagomorpha o coelho (*Sytilagus brasiliensis*). Dentre os Laurasiatheria da ordem Carnívora o cachorro-do-mato-vinagre (*Speothos venaticus*), a raposa-do-campo (*Pseudalopex vetulus*), o lobo-guará (*Chrysocyon brachyurus*), cachorro-do-mato (*Cerdocyon thous*), a jaguatirica (*Leopardus pardalis*), o gato-do-mato (*Leopardus sp.*), o jaguarundi (*Herpailurus yagouaroundi*), a suçuarana (*Puma concolor*), a onça-pintada (*Panthera onca*), a ariranha (*Pteronura brasiliensis*), a lontra (*Lutra platensis*), a irara (*Eira barbara*), o furão (*Galictis sp*), o mão-pelada (*Procyon cancrivorus*) e o quati (*Nasua nasua*); da ordem Perissodactyla a anta (*Tapirus terrestris*) é a única representante; da ordem Artiodactyla o caititu (*Pecari tajacu*), a queixada

(*Tayassu pecari*), o veado-mateiro (*Mazama americana*), o veado-campeiro (*Ozotocerus bezoarticus*) e o cervo-do-pantanal (*Blastocerus dichotomus*); da ordem Chiroptera são oito espécies de morcegos descritas (*Saccopteryx bilineata*, *Peropteryx* sp., *Noctilio albiventris*, *Phyllostomus hastatus*, *Artibeus lituratus*, *Artibeus* sp., *Carollia perspicillata* e *Molossus molossus*); da ordem Cetácea a espécie *Inia araguaiensis* conhecida como o boto cor-de-rosa ou boto do Araguaia, recentemente identificada. Dentre os Marsupialia da ordem Didelphimorphia estão as mucuras gambás (*Didelphis albiventris* e *Didelphis marsupialis*), a cuíca (*Caluromys* sp) e quatro espécies de catitas (*Gracilinanus* sp.1, *Gracilinanus* sp.2, *Marmosa cf murina* e *Marmosops* sp.). Dentre os Xenarthra da ordem Pilosa estão a preguiça (*Bradypus variegatus*), o tamanduá-bandeira (*Myrmecophaga tridactyla*), o tamanduá-mirim (*Tamandua tetradactyla*) e o tamanduá (*Cyclopes didactylus*) e na ordem Cingulata o tatu-galinha (*Dasypus novencinctus*) e o tatu-canastra (*Priodontes maximus*) (IBAMA 2001).

A ação antrópica tem impactado, direta e indiretamente, o habitat desses animais. Algumas espécies como a ariranha, a onça-pintada, o cervo-do-pantanal, o tamanduá-bandeira, o tatu-canastra, outrora abundantes na região, são hoje consideradas ameaçadas de extinção. Outras, como o cachorro vinagre e a anta estão apontadas como vulneráveis (ICMBIO, 2016; Jorge et al., 2013; Medici et al., 2012, Nascimento & Campos, 2011).

A relevância de novos e permanentes estudos sobre a biodiversidade brasileira é ilustrada pela recente descrição de uma nova espécie do boto cor-de-rosa. Acreditava-se que os imponentes golfinhos de água doce que habitam a bacia do médio Araguaia conhecidos como boto do Araguaia fossem da espécie *Inia geoffrensis*, a mesma encontrada na bacia Amazônica. No entanto, pesquisadores do Instituto Nacional de Pesquisa Amazônica (INPA), Universidade Federal do Amazonas (UFAM) e Universidade de Dundee (UK) descobriram que se trata de uma outra espécie nomeada *Inia araguaensis* sp.nov (Hrbek et al, 2014). Os estudos confirmaram tratar-se de espécies irmãs, cuja especiação estima-se ter ocorrido aproximadamente a 2,08 milhões de anos antes do presente, coincidindo com a separação da bacia Araguaia-Tocantins da bacia Amazônica (Hrbek et al. 2014).

Avifauna

A avifauna do Araguaia é esteticamente atrativa. As narrativas de naturalistas e viajantes que percorreram a região a partir do final dos oitocentos até meados do século XX trazem grande quantidade de referências à variedade e beleza dos incontáveis bandos de aves aquáticas e terrestres habitantes do vale. Não raras vezes esses escritos expressavam a surpresa e o encantamento diante da raridade do espetáculo que as aves proporcionavam ao viajante desavisado (Castelnau, 1949, Ribeiro da Silva, 1936; Caiado, 1950).

Para o PNA, estão descritas 219 espécies de aves pertencentes a 54 famílias, em sua maioria de ampla distribuição nos dois biomas, embora encontre-se também muitas espécies endêmicas. Segundo a literatura, existe a possibilidade da presença de mais 102 espécies de aves que, embora não registradas nos levantamentos no parque, são de ocorrência na região. Quando considerada a área de influência da ilha do Bananal, incluindo as duas unidades estaduais de conservação ali presentes – o PEC e a área de proteção ambiental (APA) da ilha do Bananal/Cantão – esse número tende a subir consideravelmente. Segundo Pinheiro & Dornas (2009) para estas duas áreas de proteção foram encontradas 418 espécies, sendo 27 endêmicas amazônicas e 09 endêmicas do Cerrado. “Isto representa 9,8% dos endemismos amazônicos e 30% dos endemismos de Cerrado” (Pinheiro & Dornas, 2009, p.189).

Silva (1996) sugeriu que as florestas ciliares e de galeria do Cerrado atuam como um corredor migratório para as aves amazônicas, que penetram o bioma por essa via. Silva & Bates (2002) consideraram o vale do Araguaia um centro de endemismo para aves do Cerrado. Essas avaliações reforçam a importância da região no contexto da biodiversidade brasileira, em particular da conservação da avifauna.

A peculiaridade de área úmida faz com que o PNA seja o habitat de muitas espécies de aves de ambientes aquáticos. Bandos de garças frequentam as praias dos rios Araguaia e Javaés e os lagos e varjões no interior da ilha, onde se alimentam de peixes, sapos e pequenos animais aquáticos. As principais

espécies presentes são a garça-moura (*Ardea cocoi*), a garça-branca-grande (*Ardea alba*), a garça-branca-pequena (*Egretta thula*) e a garça-real (*Pilherodius pileatus*) (IBAMA, 2001).

A garça-vaqueira (*Bubuleos ibis*), também encontrada no PNA, é uma ave exótica originária do continente africano. Ela possui hábitos terrestres e nutre-se de pequenos insetos, como gafanhotos, carrapatos e outros. Está associada à existência das manadas de grandes herbívoros e, provavelmente, colonizou a ilha com a implementação da pecuária na década de 1920. Outros pássaros de comportamento semelhante ao das garças são o socozinho (*Butorides striatus*), o savacu (*Nycticorax nycticorax*), o savacu-de-coroa (*Nyctanassa violacea*), o socó-boi (*Tigrisoma lineatum*) e os soco-vermelho (*Ixobrychus exilis*) (IBAMA, 2001).

A rica variedade de aves aquáticas no PNA inclui o mergulhão-pequeno (*Tachybaptus dominicus*), o mergulhão-caçador (*Podilymbus podiceps*), o biguá (*Phalacrocorax brasilianus*), o biguatinga (*Anhinga*), a curicaca (*Theristicus caudatus*), o colhereiro (*Platalea ajaja*), o maguari (*Ciconia maguari*), o tuiuiú (*Jabiru mycteria*), a marreca peba (*Dendrocygna bicolor*), a irerê (*Dendrocygna viduata*), a marreca-cabocla (*Dendrocygna autumnalis*), o pato-corredor (*Neochen jubata*), o marreca-toicinho (*Anas bahamensis*), a marreca-ananaí (*Amazonetta brasiliensis*), o pato-de-crista (*Sarkidiornis sylvicola*), o pato-do-mato (*Cairina moschata*), o maçarico-pintado (*Actitis macularius*), a narceja (*Gallinago paraguayae*), o martin-pescador-grande (*Megaceryle torquata*), o martin-pescador-pequeno (*Chloroceryle americana*), o martin-pescador-da-mata ou ariramba-pintado (*Chloroceryle inda*), o martin-pescador-miúdo ou arirambinha (*Chloroceryle aenea*). A variedade de aves com hábitos terrestre é bastante limitada, quando comparada às aves de hábitos aquáticos que é bastante importante na ilha (IBAMA, 2001).

Várias espécies de aves de rapina são encontradas no PNA. Pertencentes à família Accipitridae estão o gaviãozinho (*Gampsonyx swainsonii*), gavião-tesoura (*Elanoides forficatus*), gavião-pomba (*Ictinia plúmbea*), gavião-caramujeiro (*Rostrhamus sociabilis*), gavião-pedrez (*Buteo nitidus*), gavião-caboclo (*Heterospizias meridionalis*), cauã (*Urubitinga urubitinga*), uiraçu-verdadeiro (*Harpia harpyja*), apacanim (*Spizaetus ornatos*), gavião-pega-

macaco (*Spizaetus tyrannus*). Dentre os Falconídeos estão a acauã (*Herpetotheres cachinnans*), o tem-tem (*Micrastur semitorquatus*), o gavião-carrapateiro (*Milvago chimachima*), o carancho (*Caracara plancus*) e o falcão-de-coleira (*Falco femoralis*) (IBAMA, 2001).

Muitas dessas aves são consideradas predadores do topo da cadeia alimentar. Elas são reconhecidas como importantes para a manutenção do equilíbrio ecológico das áreas onde vivem, pois mantêm as populações de suas presas em estado de equilíbrio, evitando superpopulações. Por outro lado, por serem extremamente sensíveis à contaminação na cadeia alimentar e alterações no seu habitat funcionam como indicadores biológicos. As aves de topo de cadeia alimentar presentes no PNA são: a águia-pescadora (*Pandion haliaetus*), o biguá (*Nannopterum brasilianus*), a biguatinga (*Anhinga*), o arapapá (*Cochlearius cochlearius*), o trinta-réis-grande (*Phaetusa simplex*), o trinta-réis-anão (*Sternula superciliaris*), o talha-mar (*Rynchops niger*), a suindara (*Tyto furcata*), o caburé (*Glaucidium brasilianum*), o martim-pescador-grande (*Megaceryle torquata*), o martin-pescador-pequeno (*Chloroceryle americana*), o martim-pescador-da-mata (*Chloroceryle inda*), o martim-pescador-miúdo (*Chloroceryle aenea*) e todas as espécies de Falconídeos, (IBAMA, 2001).

A região da ilha do Bananal é uma rota importante para algumas aves migratórias. O PNA se torna a moradia sazonal da águia-pescadora (*Pandion haliaetus*) e do maçarico-pintado (*Actitis macularius*), ambos originários da América do Norte (IBAMA 2001). Pinheiro & Dornas (2009) relatam dez visitantes do Hemisfério Norte para o PEC e APA da ilha do Bananal/Cantão: *Pandion haliaetus*, *Buteo swainsoni*, *Falco peregrinus*, *Pluvialis dominica*, *Tringa flavipes*, *Tringa solitaria*, *Actitis macularius*, *Calidris fuscicollis*, *Progne subis* e *Hirundo*. Duas destas espécies coincidem com as identificadas para o PNA – *Pandion haliaetus* e *Actitis macularius*. Como essas áreas de proteção estão localizadas muito próximas umas das outras, sendo o rio Javaés o seu marco divisório, encontram-se sob as mesmas condições ambientais, o que pode assinalar a possibilidade de que espécies migratórias identificadas para o PEC e a referida APA possam eventualmente ser encontradas também no PNA.

A variedade de aves é um grande atributo do PNA, como de toda a região. Particularmente, o parque pode se beneficiar com a estruturação de um turismo ecológico, envolvendo a observação de pássaros como atividade de destaque. Algumas propriedades privadas no seu entorno estão investindo nesse tipo de turismo, como a Pousada Praia Alta, no município de Lagoa da Confusão, que recebe observadores de várias partes do mundo em suas reservas florestais².

Embora o meio natural do PNA tenha sofrido significativas alterações ambientais decorrentes da antropização do espaço, o PNA ainda abriga um patrimônio natural nacional relevante, tanto do ponto de vista estético quanto do científico, razão pela qual ele deve ser mantido e efetivamente implementado. A pesquisa bibliográfica apontou que existem lacunas importantes no entendimento da biodiversidade presente na área do PNA. Os inventários realizados no contexto do plano de manejo da unidade são limitados, pois as amostragens são pontuais, não alcançando os ecossistemas como um todo. O manejo atual do PNA é baseado em estudos que foram realizados há quase vinte anos. É imperioso investir na implementação de monitoramento e avaliação dos impactos, externos e internos, sobre as espécies e seus habitats.

Atualmente, a concepção do corredor ecológico pretende assegurar, por meio da integridade e da conectividade dos vários ecossistemas, o fluxo gênico entre as populações de uma mesma espécie, de modo a preservar sua vitalidade reprodutiva. É a variedade de genes entre os indivíduos que permite às espécies resistir com maior facilidade às situações de vulnerabilidade, como exposições a doenças e mudanças ambientais drásticas. No caso do PNA, ele incorpora o projeto Corredor da Biodiversidade do Rio Araguaia, foi proposto pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) em parceria com o Instituto Onça Pintada e o Earthwatch Institute (figura 12).

² Informação obtida em entrevista realizada com o gerente da propriedade em 17/09/2017.



Figura 12: Corredor da Biodiversidade do Araguaia
 Fonte: IBAMA/IOP/EI

O projeto visa ampliar a conservação a partir da implementação de uma grande área que interligue a ecorregião de transição entre os biomas Pantanal, Cerrado e Floresta Amazônica, tendo como eixo o rio Araguaia. Atualmente, este curso d'água tem sido considerado como um dos mais conservados e ricos em biodiversidade do país.

O projeto do corredor destaca uma faixa de conservação de 20km de largura de cada margem do rio, no curso de 2.600km, conectando as várias categorias de áreas protegidas, tanto em terras privadas como em terras públicas, já existentes na região. A proposta é conectar as áreas de preservação permanente (APP) e as reservas legais (RL) dos imóveis rurais, as terras

indígenas e as várias unidades de conservação da natureza de proteção integral – Parque Nacional do Araguaia/TO, Parque Nacional das Emas/GO, Parque Estadual do Cantão/TO Parque Estadual do Araguaia/MT – e de uso sustentado – Área Estadual de Proteção Ambiental (AEPA) do Bananal-Cantão/TO, Área Federal de Proteção Ambiental (APA) Meandros do Rio Araguaia/MT, Floresta Estadual (FLOES) do Araguaia/GO. Como se pode notar, esse conjunto de unidades de conservação constitui a área central do extenso corredor, o que as tornam essenciais aos objetivos da conservação no vale do Araguaia. A concretização desse projeto poderá representar um grande ganho para a biodiversidade regional, principalmente no que concerne à sobrevivência das espécies que dependem de grandes áreas nativas para sua reprodução e dispersão.

A biodiversidade presente no parque é fruto das múltiplas interações entre os seres vivos e o seu meio físico. A presença de várias espécies, algumas endêmicas, revela que a ilha do Bananal foi, em um passado remoto, o palco de vigorosas adaptações evolucionárias que permitiram aos seres vivos desenvolver as condições necessárias para ali sobreviverem. Essas condições ecológicas também determinaram a adaptação dos primeiros humanos que ali se instalaram. Assim, pode-se entender que a paisagem observada hoje no PNA é o resultado das dinâmicas ecológicas, mas também das transformações sociais ao longo do tempo.

O mundo biótico se constituiu a partir de movimentos envolvendo o surgimento e a propagação de todas as formas de vida ao longo de milhões de anos de processo evolutivo. Sendo assim, a biodiversidade remanescente que se pretende conservar no PNA apresenta-se como uma herança natural. A sua existência, não foi, e não pode ser atribuída à inteligência transformadora dos humanos. Ela se constitui em um tipo de patrimônio do qual nenhuma cultura pôde, até o momento, prescindir. Notadamente, é essa biodiversidade que forneceu (e ainda fornece) os recursos materiais e as condições ambientais que permitiram à espécie humana empreender e prosperar sobre todas as demais espécies no vale do Araguaia. O capítulo seguinte trata da ocupação humana do médio Araguaia das diferentes relações estabelecidas com a natureza ao longo do tempo.

2 UMA ILHA, VÁRIAS FRONTEIRAS: A OCUPAÇÃO HUMANA DO BANANAL

Este capítulo toma como premissa a tese de Carruthers (2011), segundo a qual os parques nacionais são entidades territoriais moldadas por um passado que contempla uma dimensão humana relacionada ao uso da terra e dos recursos naturais, e, exatamente por isso, eles não se constituem em espaços neutros ou paisagens sem história. Ao considerar uma história do PNA, o objetivo deste capítulo é compreender o processo de ocupação humana da ilha do Bananal e seu entorno. Ele se insere no segundo nível de investigação da história ambiental.

O processo de ocupação humana da ilha do Bananal, tal como do Brasil Central e de muitas outras regiões brasileiras a partir da colonização europeia, pode ser interpretado tomando-se o conceito de fronteira. O termo fronteira é aqui utilizado não no seu sentido clássico geopolítico da linha que define domínios territoriais entre países ou unidades políticas, mas como uma grande extensão de terras que, consideradas livres, sofrem um processo intenso de ocupação espontânea e/ou de colonização por populações vindas de outras localidades, próximas ou longínquas (Turner, 1976; Hennessy, 1978).

A fronteira é caracterizada pela distância e isolamento das regiões de ocupação consolidada, para onde afluem pessoas desconhecidas entre si, vindas de localidades diferentes, com visões de mundo e expectativas também distintas, mas cujo propósito converge na expectativa de ascensão social e patrimonial, geralmente relacionada à exploração dos recursos naturais – terra, minérios, flora, fauna. Como se trata de um área em consolidação, as instituições do Estado, quando presentes, tendem a ser fracas, fragmentadas ou pouco eficazes; as regras de convivência costumam ser frouxas e a coesão social baixa. Na ausência de normas balizadoras do comportamento social, desse caldeirão cultural que é a fronteira emergem tensões que se concretizam em situações de conflito e violência. Além disso, as pessoas atraídas para a fronteira compartilham a crença de que as novas terras eram terras de ninguém, coisa sem dono (*res nullius*), ou seja, bens “livres”, e como tal, sua apropriação individual ou coletivamente era legítima. E, ainda que essas terras possuam

habitantes anteriores, e esses apoiem e, de certa forma, até se beneficiem do processo de colonização, dificilmente eles são incorporados à fronteira como sujeitos. Quando não são eliminados pelas diferentes formas de violência, acabam deslocados ou submetidos às formas tradicionais de dominação. Portanto, A fronteira é um espaço dinâmico e contraditório, suscetível a pressões permanentes relacionadas à ocupação desordenada da terra e à apropriação tumultuada dos recursos naturais por diversos grupos sociais, cada um com interesses e estratégias próprias (Turner, 1976; Hennessy, 1978; Webb, 1979; Haller et al., 2000; Martins 2012).

Essa noção de fronteira que conjuga aspectos geográficos, sociais e econômicos, foi inaugurada por Roderick Turner em 1893, no ensaio *The Significance of the Frontier in American History*, ao analisar os efeitos e consequências sociais e culturais do movimento da ocupação Oeste dos Estados Unidos (EUA). Turner (1976), descreveu a fronteira interna norte-americana como uma onda em constante expansão, que transformou espaços “vazios” e selvagens em terras civilizadas. A importância da fronteira na história americana estava no seu papel simbólico para a formação da identidade nacional. A fronteira era o lugar do renascimento, onde a cultura, as instituições e as crenças da sociedade do velho mundo foram renovadas, reelaboradas e cederam lugar para um tipo originalmente americano. Nas palavras de Turner, “a fronteira é a mais rápida e mais eficaz linha de americanização (...) o avanço da fronteira tem sido um movimento constante de afastamento em relação à influência da Europa, um crescimento constante de independência no sentido de fortalecimento dos traços norte-americanos”(Turner, 1976 p. 2-7). Berço do individualismo e da liberdade, o historiador atribuiu à fronteira a força vital da democracia norte-americana. Worster (Dutra e Silva, 2017 p. 17) considera que Turner elabora uma história que celebra a marcha da civilização sobre a *wilderness*. Ao fazê-lo ressalta o mito e não contrapondo aspectos factuais como a destruição social e ecológica da expansão para o Oeste.

Para o historiador inglês Alistair Hennessy (1978), as categorias fundantes encontradas no conceito de fronteira norte-americana defendido por Turner, não se aplicam às demais regiões da América, notadamente, quando transposto à colonização dos países latino-americanos. Primeiro porque estes

sofreram um processo distinto de ocupação, podendo-se falar em diferentes fronteiras, com diferentes modelos interpretativos. Segundo, porque nessa região do Continente a fronteira não possibilitou a construção de uma sociedade democrática na medida em que intensificou o poder central e seu sistema de domínio fundiário. Segundo Hennessy a dinâmica da fronteira no Norte e no Sul foram contrastantes. Enquanto nos EUA a ocupação ocorreu de forma linear integrando as “terras livres” àquelas áreas vizinhas já consolidadas, orientada por uma política fundiária de controle e ampla distribuição das terras públicas, na América Latina, a fronteira não seguiu esse padrão “ideal” de ocupação contínua e ordenada, mas se constituiu de maneira aleatória caracterizada por vários e descontínuos impulsos sobre áreas e recursos de interesse comercial.

No caso brasileiro, a ocupação do território como um todo ocorreu em pulsos de avanço da fronteira, alimentados por ciclos de exploração e produção de bens primários – madeira, produtos da floresta, açúcar, minérios preciosos, café, cacau, borracha, algodão, gado bovino etc. – muitas vezes determinados por fluxos econômicos externos. Esses ciclos ocorreram, geralmente, em locais e tempos diferentes, com relativamente curtos períodos de simultaneidades em fases de transição. Isto contribuiu para que a ocupação do território se desse de maneira fortuita e pulverizada caracterizada por “saltos” sobre produtos ou áreas específicas. A baixa demanda ou o esgotamento do estoque de um determinado produto condenava o fechamento de fronteira e a abertura de outra em regiões, geralmente mais distantes. Daí porque no Brasil, é possível se falar em diferentes fronteiras (Hennessy, 1978; Dean, 1996; Prado Júnior, 2011).

O fim desses ciclos, legou ao conjunto das terras rurais nacionais vastas áreas degradadas, na sua maioria terras foram abandonadas pelos colonizadores depois de serem exploradas à exaustão. Essa dinâmica fez surgir o que Hennessy (1978), referindo-se às áreas cafeeiras de São Paulo, definiu como sendo fronteiras ocas (*hollow frontiers*), isto é, fronteiras entremeadas por grandes áreas, praticamente despovoadas, que foram abandonadas após intenso processo de exploração e degradação (Hennessy, 1978).

McCreery (2006), considerou que o modelo de ocupação do território goiano apresentava aspectos diferentes do tipo da fronteira norte-americana, e

mesmo, da fronteira em outras regiões do Brasil. Diferente da fronteira linear e da fronteira oca, a ocupação de Goiás foi caracterizada pela formação de uma “miscelânea de fronteiras”, onde cada área ocupada constituiu, na realidade, uma fronteira em si. Segundo o autor, essa característica podia ser notada no padrão da ocupação da terra, apresentando várias regiões ou fronteiras constituídas praticamente isoladas, geográfica e econômica, uma das outras que funcionavam de maneira autônoma, e cujas relações com o seu exterior eram apenas esporádicas. Entremendo essas fronteiras, encontrava-se um vasto sertão ainda por ser colonizado (McCreery, 2006). Todavia, esse sertão não era um espaço vazio. Há vários séculos, diversos povos indígenas disputavam suas terras e seus recursos. Para o autor, a colonização do litoral havia sido responsável por constituir uma primeira configuração da fronteira em Goiás já muito antes de sua colonização. Isto porque a ocupação europeia na costa impulsionou ondas de migração de diferentes povos indígenas para o interior, na medida em que seus territórios originais foram dominados pelo colonizador. Isso teria provocado, ou pelo menos agravado, as guerras entre os grupos centrais e aqueles recém-chegados em busca de novos territórios.

Fernandez & Araújo (2012), tratando dos impactos ecológicos da propagação dos humanos pelo mundo, também utilizaram o termo “fronteira” para designar as barreiras geográficas que foram conquistadas pela espécie humana durante o processo de sua expansão pelo globo: Austrália, Europa, Ásia temperada, Américas e finalmente as ilhas (Madagascar, Nova Zelândia, Tasmânia e outras menores). Em todas essas regiões a chegada dos humanos provocou alterações significativas no meio natural, notadamente, na megafauna até então existente. Segundo os autores, a América do Sul teria sido a última grande fronteira.

No esforço de compreender, num tempo histórico mais longo, o contexto cultural da região do PNA, adoto a ideia de fronteira de Fernandez & Araújo (2012), para tratar, na primeira seção do capítulo, da ocupação pré-histórica da região do vale do Araguaia. Busquei identificar a instalação dos primeiros grupos de caçadores-coletores e de agricultores-ceramistas, e mais tarde dos vários grupos indígenas. Na segunda seção trato das frentes coloniais de desbravamento do Araguaia envolvendo as expedições dos bandeirantes

paulistas e dos jesuítas durante o século XVII. Embora, essas explorações não tenham proporcionado a colonização da região, elas foram responsáveis por mapear os caminhos interiores do Brasil Central. Na terceira seção, abordo o modo como o apogeu e o declínio da colonização mineradora refletiu no Araguaia; trato dos projetos de navegação fluvial, da penetração da fronteira do gado e das iniciativas de colonização ligadas ao movimento da Marcha para o Oeste.

2.1 A FRONTEIRA INTERIOR: PRIMEIROS OCUPANTES HUMANOS DO BRASIL CENTRAL

Acredita-se que as primeiras ocupações humanas no Brasil central remontem a 11.000 anos AP , quando povos nômades caçadores coletores iniciaram a ocupação gradativa de suas planícies, chapadões e serranias. (Barbosa, 1995; Barbosa et. al. 2014; Funari & Noelli, 2015; Prous, 1992, 2006; Schmitz, 1999). Segundo os arqueólogos, ainda não é possível precisar com exatidão a origem desses povos. A hipótese mais aceita atualmente é que os caçadores coletores instalados no sistema andino pressionados por alterações ambientais decorrentes da instabilidade climática característica do final do Pleistoceno, buscaram novas áreas de ocupação, migrando primeiro para os chapadões da bacia amazônica e dali se dispersando para as áreas interiores do Planalto Central (Ab'Saber, 1987; Barbosa, 1995; Fausto, 2000; Funari & Noelli, 2015; Roosevelt, 1999; Schmitz, 1999).

O tipo, a distribuição e a quantidade dos vestígios deixados pelos caçadores coletores no Brasil Central possibilitaram aos arqueólogos inferir parâmetros gerais sobre sua vida material e social. Mesmo reconhecendo a existência de particularidades culturais entre os vários grupos que habitaram essa região, elas não foram consideradas suficientemente marcantes ao ponto de identificar modelos culturais distintos, razão pela qual, Barbosa et al. (2014) consideraram a existência, nessa fase, de um mesmo horizonte cultural nos cerrados. As diferenças encontradas estão mais ligadas à variedade dos recursos de cada área, do que às inovações tecnológicas propriamente ditas (Prous, 2006; Schmitz, 1999)

De acordo com esses parâmetros, os caçadores coletores da primeira onda invasora foram povos nômades cuja mobilidade, no geral, esteve circunscrita a um determinado espaço geográfico dominado pelo grupo (Prous 2006). Possuíam uma organização social frouxa, não hierárquica e uma baixa densidade populacional. Estima-se que esses grupos eram formados por no máximo duas ou três dezenas de indivíduos. A economia se baseava na caça e na coleta generalizadas. Para Barbosa (1995), tal característica indica que essas populações atuaram em ambientes variados como os campos, as savanas e todos os tipos de matas. Um aspecto interessante ressaltado por Schmitz (2005) é de que, embora muitos dos assentamentos estudados até o presente sejam contemporâneos à megafauna gigante do Pleistoceno, não há indícios consistentes de que os caçadores do Brasil Central tenham perseguido este tipo de fauna. O autor destaca que “os numerosos restos faunísticos encontrados nos sítios das savanas representam uma fauna holocênica generalizada e uma grande utilização de frutos” (Schmitz, 2005 p.12). Também segundo Prous (1992, 2006), não se conhece sítios de matança nessa região. Geralmente, esse tipo de sítio está relacionado à caça especializada da megafauna (Schmitz, 2005). Os vestígios de fauna encontrados nos assentamentos são, na sua maioria, associados à alimentação, cuja fonte principal provinha de espécies como cervos, veados, capivaras, macacos, tamanduás, tatus, tartarugas, lagartos e emas, além de todo tipo de aves e peixes pequenos. A alimentação era complementada por frutos variados, principalmente de palmas, por ovos de aves e répteis e por moluscos (Barbosa et al. 2014, Schmitz 1990, 1999).

Esses povos habitaram principalmente as grutas e as cavernas de Minas Gerais, Pernambuco e Piauí, e o alto de colinas em algumas regiões de Goiás. Também estabeleceram assentamentos a céu aberto, embora com menor frequência. A localização dos sítios de habitação era favorecida pelo acesso aos recursos minerais, animais e vegetais e, de acordo com Barbosa (1995), supõe-se eram utilizados para múltiplas atividades. Os caçadores coletores dominaram uma indústria lítica caracterizada pela predominância das lâminas unifaciais e dos raspadores terminais plano-convexos conhecidos como ‘lesmas’. Esses instrumentos eram fabricados em diversos materiais, geralmente calcários, areníticos ou quartzíticos, presentes nas grutas e abrigos e suas proximidades. Outros artefatos foram produzidos a partir de materiais de origem animal como

cascos, ossos, dentes e chifres. Os ossos eram geralmente quebrados, cortados e apontados e os mais longos serviam para produzir espátulas (Fogaça 1995, Prous 2006, Schmitz, 1999, 2003).

A partir da observação das dinâmicas entre o cenário ecológico e o cenário cultural instalado no Brasil Central, Barbosa (1995) defende que esses primeiros humanos usufruíram de condições favoráveis à sua subsistência. Além da matéria-prima abundante para a fabricação de instrumentos e utensílios, o abastecimento não parece ter sido um problema. O quadro abaixo apresenta, segundo este autor, um esquema hipotético das possibilidades de alimentação durante o ano.

RECURSO	ATIVIDADE	ESTAÇÃO	ECOSSISTEMA
Ovos das aves	Coleta	Seca (auge)	Campestres
Ovos de répteis	Coleta	Seca	Ribeirinhos
Insetos/larvas	Coleta	Chuvosa (início)	Campestre
Mel silvestre	Coleta	Chuvosa	Matas
Frutos	Coleta	Chuvosa	Todos
Mamíferos campestres	Caça	Chuvosa	Campestre
Mamíferos ribeirinhos	Caça	Seca	Ribeirinhos
Répteis de porte maior	Caça	Seca	Ribeirinhos
Répteis de menor porte	Caça	Chuvosa	-
Aves eixes	Caça Pesca	Chuvosa Seca	- fluviais e lacustres

Tabela 5: Esquema hipotético das possibilidades de abastecimento de grupos caçadores coletores do Brasil Central durante o ano

Fonte: Autora, baseado em informações de Barbosa (1995)

Observa-se que os ecossistemas do cerrado ofereciam boas fontes de alimentos durante todo o ano. A variedade da dieta estaria condicionada às estações climáticas. Durante as chuvas a alimentação parece ter sido um pouco mais variada. Contudo, a combinação dos recursos das duas estações era capaz de prover uma dieta razoavelmente equilibrada às pequenas populações caçadoras coletoras. A partir desse esquema, Barbosa (1995) oferece um modelo simplificado da organização espacial e comportamento cultural bastante interessante para pensar as relações dessas populações com o seu meio.

Estação chuvosa

Na estação chuvosa, o Sistema Biogeográfico dos Cerrados fornece uma grande variedade de recursos representada por frutos, insetos comestíveis, mel silvestre, moluscos, mamíferos, aves e pequenos répteis. Esses recursos se distribuem pelos biomas Campestre, do Cerradão, da Mata e Ribeirinho, possibilitando em cada um o exercício de atividades de cata ou apanha, coleta e caça. Essas atividades exigem uma divisão sexual e etária do trabalho e, fundamentalmente a atividade de caça, a divisão em bandos menores. Essa grande diversidade de recursos é acompanhada por uma restrição imposta pela estação, que é a necessidade de abrigos, principalmente nos períodos noturnos e nos períodos de precipitação mais prolongada. Nesse contexto, o abrigo natural se reveste de importância capital. A necessidade do abrigo condiciona deslocamentos a curta distância, ou seja, distância suficiente para alcançar o abrigo, ao menos no período noturno. A ocupação do abrigo, em função do espaço, comodidade, obtenção e distribuição dos alimentos, implicaria na divisão de grupos maiores (macrobandos) em grupos menores (micro-bandos). A ocupação do abrigo associada à baixa mobilidade e à disponibilidade de recursos variados bem como ao período de precipitação mais prolongado brindariam a população com horas de ociosidade que favoreciam a criação. Provavelmente, algumas manifestações rupestres surgiram nestas circunstâncias.

Estação seca

Na estação seca, a maior parte dos recursos que o Sistema do Cerrado oferece está concentrada no Bioma Ribeirinho. Nesse bioma, podem ser exercidas atividades de apanha de ovos de grandes répteis, caça desses répteis e de algumas espécies de mamíferos e essencialmente a pesca, em função da abundância dos cardumes. No Bioma Campestre, apenas a cata de ovos de aves se reveste de importância. A cata de ovos implica na divisão sexual e etária do trabalho e a caça, em divisão do bando, mas essas atividades não se revestiam da importância da pesca, uma tarefa coletiva. As áreas mais piscosas são os vales amplos e espriados, lagoas e lagos que estão sempre distantes das áreas com abrigos naturais. E certos pontos, em função de características peculiares, deveriam exercer atração sobre essas populações, exigindo deslocamento a longa distância, por períodos longos. As características da estação, que permite acampamentos ao ar livre, facilitariam longos deslocamentos e alta mobilidade. Assim, enquanto a estação chuvosa se caracterizaria pela ocupação dos abrigos, baixa mobilidade e fragmentação grupai, a estação seca se caracterizaria pelo abandono dos abrigos, alta mobilidade e união em macrobandos, exigida pela atividade de pesca e para maior controle do território. A observação dos frutos corroídos por animais encontrados no interior do abrigo e em estratigrafia demonstra que os frutos com essas marcas, principalmente amêndoas e jatobá, são típicas da estação seca. E esses animais roedores não poderiam ter habitado os abrigos na mesma época em que as populações humanas (Barbosa, 1995, p. 183-184)

O conhecimento atual sobre a localização dos assentamentos dessa primeira leva invasora indica que os caçadores coletores não chegaram a ocupar a bacia do rio Araguaia, tampouco os arredores da ilha do Bananal (Schmitz, 2005) . O que somente ocorrerá bem mais tarde, com o movimento de povos agricultores ceramistas.

Povos Agricultores Coletores do Brasil Central

Por volta de 2.500 anos AP, estabeleceu-se no Brasil Central um outro sistema econômico assentado na domesticação de plantas e estocagem de alimentos (Prous 2006). Não se conhece muito sobre os fatores que ocasionaram essa aparição. Até o momento, não foram encontradas evidências consistentes da ocorrência generalizada de uma progressiva evolução tecnológica, induzida pelo contato dos caçadores coletores com povos culturalmente diferentes que sustente a ideia de transição cultural (Barbosa, 1995; Schmitz, 1991; Robrahn-González ,1996; Wüst, 1993). Com efeito, boa parte dos arqueólogos acreditam que uma segunda onda de invasões comandada por povos agricultores ceramistas amazônicos seja a principal causa dessa inovação, indicando uma substituição cultural (Barbosa, 1995; Fausto, 2000; Funari & Noelli, 2015; Prous, 1992, 2006). Neste caso, a expansão dos povos agricultores teria sido o principal fator do desaparecimento dos grupos caçadores, que sucumbiram por meio da exterminação, expulsão ou fusão com os novos invasores (Barbosa, 1995; Barbosa et al., 2014; Funari & Noelli, 2015; Prous, 1992).

Durante, pelo menos, mil anos antes da colonização europeia o interior do Brasil foi o cenário de sociedades que basearam sua subsistência preponderantemente no cultivo de algumas espécies vegetais como o milho, a mandioca amarga, o amendoim, o inhame, a batata-doce e o algodão. Alguns povos, organizados em pequenos grupos, viveram em abrigos naturais no alto das encostas rochosas nas zona de cerrado, mas a maioria dos agricultores estabeleceram grandes e populosas aldeias em áreas de relevo menos acidentado, não necessariamente muito férteis, mas geralmente próximas aos

cursos d'água. (Barbosa, 1995; Funari & Noelli, 2015; Oliveira & Viana, 2000; Prous, 1992, 2006; Robrahn-González, 1996; Schmitz, 1991; Wüst, 1993). Os agricultores ceramistas desenvolveram sociedades mais complexas que seus antecessores, caracterizadas por certo grau de hierarquização social e política (Fausto, 2000; Funari & Noelli, 2015; Wüst, 1999) e por um intenso sistema de trocas, supostamente sustentado por alianças e conflitos entre grupos distintos (Robrahn-González, 1996; Wüst, 1993). Segundo Robrahn-González (1996), a partir do começo da nossa Era, toda a grande área central do Brasil estabeleceu-se como uma zona de confluência cultural por onde circularam pessoas, informações e objetos relacionados a diferentes sociedades ceramistas exógenas. Conforme a autora, tais “deslocamentos” influenciaram tanto a origem, como a construção cultural dos povos aldeões do cerrado.

No Brasil, os diferentes modelos de assentamentos e tipos de cerâmicas encontrados nos sítios arqueológicos até então estudados foram classificados em quatro principais tradições tecnológicas: Una, Aratu/Sapucaí, Uru, Tupiguarani (Barbosa, 1995; Oliveira & Viana, 2000; Prous, 1992, 2006; Robrahn-González, 1996, Schmitz, 1991). Em regra, essas tradições não identificam um grupo específico, pois povos culturalmente distintos podem ter dominado uma mesma técnica, ou importado artefatos cerâmicos de outros grupos (Wüst, 1993). Contudo, no conjunto, elas representam o horizonte dos agricultores ceramistas do território nacional.

No Brasil Central, a tradição Una produziu uma das cerâmicas mais antigas (Morales, 2007). Os artefatos ligados a essa tecnologia são simples e poucos, corroborando com as evidências de uma agricultura praticada por pequenas populações. Suas sociedades não formaram aldeias, vivendo preferencialmente nos abrigos rochosos das encostas e colinas em alguns pontos dos territórios do Mato Grosso, Goiás, Tocantins, Bahia e do norte de Minas Gerais, (Robrahn-González, 1996; Schmitz & Barbosa, 1985; Schmitz 1991, Wüst & Schmitz, 1975; Wüst 1993). Wüst (1990), lhes atribui especial importância como representantes hipotéticos do elo com os últimos grupos dos caçadores coletores.

As grandes sociedades aldeãs do território central são associadas principalmente às tradições Aratu, Uru e Tupiguarani. De acordo com Schmitz

(1991), a tradição Aratu é representada pelas sociedades ceramistas que se instalaram próximas aos cursos d'água, nas zonas de matas e zonas de transição ecológica entre matas e cerrados no vale do Paranaíba e no interflúvio Paranaíba/Tocantins, onde construíram grandes aldeias anulares a céu aberto. Não se têm informações seguras de onde vieram, supondo-se que sejam originárias do nordeste (Fausto, 2000). Também existem poucas informações sobre o desenvolvimento de sua agricultura, acreditando-se que tenham baseado sua economia no cultivo de tubérculos e talvez do milho (Barbosa, 1995; Schmitz, 1991; Wüst 1992, 1993). As datações dos assentamentos conhecidos confirmam a presença bastante consolidada desta tradição entre os séculos IX e XV d.C. (Robrahn-González, 1996; Schmitz, 1991; Wüst, 1993). Para os arqueólogos a cultura material Aratu apresenta característica bastante homogênea, com moderada influência das tradições Uru e Tupiguarani (Robrahn-González, 1996; Prous, 1992; Schmitz, 1991).

As maiores e mais populosas aldeias a céu aberto dos cerrados são atribuídas às sociedades Uru. A tecnologia Uru aparece na zona que interliga o alto Tocantins, alto/médio Araguaia e alto/médio São Lourenço, com maior concentração nas duas últimas (Barbosa, 1995; Prous, 1992; Robrahn-González, 1996). Essas sociedades se posicionaram estrategicamente ao longo dos cursos d'água, habitando os terraços mais planos cuja localização permitia uma boa visibilidade do entorno. A ocupação do espaço variou entre aldeias lineares, anulares ou em forma de ferradura, na sua maioria compostas por mais de duas fileiras de pequenas casas (Barbosa, 1995; Schmitz, 1991; Wüst 1993). Os artefatos e utensílios cerâmicos indicam que esses aldeões dominaram o plantio e o processamento da mandioca brava, do milho e do algodão (Prous, 1992; Wüst, 1993). Além da agricultura, a pesca, mais do que a caça, parece ter constituído a base mais importante da economia Uru (Schmitz, 1991). Segundo os arqueólogos, essa tradição é a que mais apresenta interferências externas. A influência amazônica é marcante, acreditando-se que sejam provenientes dessa região (Fausto, 2000). Em algumas localidades encontram-se elementos ligados às tecnologias Tupiguarani e Aratu (Barbosa, 1995; Prous, 1992; Robrahn-González, 1996; Schmitz, 1991; Wüst, 1993). Segundo as datações obtidas, a tradição Uru é considerada mais antiga no Mato Grosso, onde se estabeleceu por volta do ano 800 d.C., do que em Goiás, cujos vestígios

indicam uma ocupação por volta do século XII (Wüst, 1993). Acredita-se que tenha se estendido até a colonização europeia (Barbosa, 1995; Wüst, 1993; Schmitz, 1991).

A tecnologia Tupiguarani completa o quadro dos agricultores ceramistas que ocuparam a região central. Assim, como as demais sociedades aldeãs os portadores da tradição Tupiguarani estabeleceram suas aldeias nos ambientes de matas de galeria ou áreas abertas do cerrado, em terrenos de relevo suave próximos aos grandes rios. Subsistiram principalmente do cultivo da mandioca e desenvolveram um sistema tecnológico nitidamente distinto e cuja origem é amazônica (Oliveira & Viana, 2000; Schmitz & Barbosa 1985). Segundo Barbosa et al. (2014), apesar da grande dispersão da tecnologia Tupiguarani por todo o território nacional, sua migração para o interior é representada por poucas e esparsas aldeias na bacia do Paranaíba e na bacia do Araguaia, e outras “mais rarefeitas ainda no resto do Estado de Goiás” (Barbosa et al., 2014, p.174). Como sua introdução foi mais recente que as tradições Aratu e Uru, Barbosa et al. (2014) suspeitam que essas sociedades encontraram dificuldades para penetrar territórios há muito conquistados. Oliveira & Viana (2000) ressaltam que:

(...) se por um lado [os sítios Tupiguarani] são poucos e bastante dispersos em certas áreas do Centro-Oeste, por outro estão muito bem representados quando se trata de sítios multicomponenciais. Esses sítios estão localizados em locais habitados, contemporaneamente ou não, por grupos portadores de tradições distintas; isso não significa necessariamente que grupos da Tradição Tupiguarani estejam enfrentando dificuldades em ocupar espaços que, também, estão preenchidos pelos grupos das grandes aldeias que ali já estavam estabelecidos (Schmitz e Barbosa 1985). Acredita-se, no entanto, que essa questão é bem mais complexa, pois a interação grupal, entre os portadores da Tradição Tupiguarani e outros grupos, não pode ser pensada, necessariamente, como de caráter negativo ou unilateral (Mello et al. 1996). No Centro-Oeste, apesar da condição minoritária, grupos tecnologicamente Tupiguarani ocuparam parte da região; formaram sítios exclusivamente Tupiguarani ou sítios multicomponenciais; neste último caso, mantêm presentes suas características culturais, observadas através da continuidade de elementos tecnológicos, mesmo ocupando uma área de território contíguo (Oliveira & Viana, 2000, p.165).

Robrahn-González (1996) assinalou a grande influência desta tecnologia nas demais culturas aldeãs do Brasil Central, indicando que, embora

especialmente mais limitada, suas sociedades participaram significativamente de uma rede cultural bastante dinâmica em toda a região.

De forma geral, as amostras levantadas pelos arqueólogos demonstram que no Brasil Central as sociedades agricultoras ceramistas instauraram um sistema cultural bastante diversificado e rico que ultrapassou a mera adaptação ao meio ambiente. Ele foi sustentado por novas formas de ocupação e uso do espaço e uma maior complexidade social.

Habitantes indígenas no período da colonização

A propósito da antiguidade do povoamento do vale do Araguaia as pesquisas arqueológicas demonstraram que aproximadamente entre os séculos X e XV da era Cristã essa região foi povoada por sociedades agricultoras especialmente organizadas em aldeias aneliformes e congregando populações com até dois mil indivíduos. Segundo Robrahn-González (1996) existiu uma concentração de assentamentos relacionados particularmente às tradições Uru e Aratu nos vales dos rios São Lourenço (MT), Paranaíba (MG) e Araguaia (GO/TO). Enquanto nas duas primeiras localidades as evidências retratam uma ocupação mais homogênea em termos culturais, com nítida predominância das tradições Uru e Aratu, respectivamente, no Araguaia prevaleceu uma combinação dessas duas indústrias. Isto pode ser explicado pelo fato do rio Araguaia ter funcionado como uma espécie de linha divisória natural, e posteriormente, como zona de contato imediato entre as sociedades Uru posicionadas à Oeste, e as sociedades Aratu posicionadas a Leste. Para Oliveira (2005), a fusão gradativa dessas duas culturas materiais caracterizou o surgimento dos grupos dos agricultores do centro-norte instalados no Araguaia.

Acredita-se que a quase totalidade dessas sociedades tenham desaparecido antes do início da invasão de seus territórios pelo colonizador. Todavia, pouco se conhece sobre o fenômeno da formação do contexto etnográfico encontrado durante a colonização. Alguns arqueólogos levantam a possibilidade da ancestralidade, estabelecida por continuidades culturais entre

as sociedades aldeãs pretéritas e determinados grupos étnicos pré-coloniais (Barbosa, 1995; Fausto, 2000; Prous, 1992)

Barbosa (1995) defende que, embora não se possa pensar o passado de forma linear e os dados empíricos ainda sejam incipientes, é possível reconhecer “coincidências” culturais tais como o local, a forma e o uso do espaço e características cerâmicas relacionadas aos tipos de cultivo ou expressões religiosas entre habitantes remotos e atuais. Para o arqueólogo, tais semelhanças seriam indicadores da existência de conexões entre essas sociedades. A partir da comparação entre os dados arqueológicos e etnográficos para o Brasil Central, Barbosa (1995) propõe algumas aproximações, mesmo que conjecturais:

a) as sociedades Aratu teriam sido predecessoras do grupo Kayapó do Sul, povo Macro-Jê instalado no centro-sul de Goiás. Esta hipótese é sustentada por três argumentos principais: (i) a exata sobreposição espacial das aldeias dos Kayapó do Sul e Aratu da fase Mossâmedes; (ii) o formato das suas aldeias, ambas circulares compostas por vários anéis internos e uma praça central; e o tipo de economia – baseada no cultivo da batata-doce, do inhame e do milho, sem introdução da mandioca brava.

b) as sociedades Uru teriam precedido, em fases diferentes, grupos étnicos distintos do Brasil Central. As sobreposições espaciais se repetem em relação ao amplo território de ocupação Uru e algumas populações pré-coloniais dos povos Macro-Jê como os Goyá, instalados sobre os assentamentos Uru da fase Itapirapuã; os Xavante, sobre os territórios Uru da fase Uruaçu; os Karajá, ao longo do Araguaia, em região dos antigos assentamentos Uru da fase Aruanã. Em relação a este último grupo, parece existir um campo maior de especulação em torno de uma continuidade com os ceramistas do passado. Wüst (1993) chamou a atenção para uma “certa semelhança entre a cerâmica Uru e aquela confeccionada ainda hoje pelos índios Karajá, principalmente no que tange à técnica e às formas” (Wüst, 1993, p.102). Barbosa (1995) destaca a pouca diferença atribuída por Wüst entre os vestígios de uma tapera de antiga ocupação Karajá e aquelas das ocupações Uru da fase Aruanã. Outro aspecto seria a coincidência entre o limite meridional de ocupação Karajá, próximo à cidade de Aruanã, e o marco de identificação arqueológica da fase Aruanã.

c) por fim, as sociedades Avá-Canoeiro e Tapirapé, ambas de origem tupi, seriam as herdeiras hipotéticas da Tradição Tupiguarani ligada às fases São Domingos e Iporá, respectivamente.

Entretanto, Würt (1999) adverte que para estabelecer uma correspondência direta entre as tradições ceramistas e os grupos étnicos atuais é necessário que haja a nítida demonstração da existência de continuidades culturais entre o presente e o passado, o que, de maneira geral, não está evidente nos trabalhos arqueológicos. Por outro lado, as investigações em vários campos do conhecimento têm demonstrado que “as sociedades nativas do Brasil Central sofreram significativos deslocamentos territoriais, mudanças culturais, bem como complexos processos de fusão e fissão e que se acentuaram em consequência do contato direto e indireto com a sociedade nacional” (Würt 1999). O que torna ainda mais complexa a questão de uma suposta continuidade cultural. Isto significa que mesmo coincidências culturais, como no caso dos povos Karajá, cujos traços da indústria cerâmica, estrutura habitacional e as sobreposições de ocupações espaciais no médio Araguaia sugerem influências da tradição Uru da fase Aruanã, podem ser meramente contingenciais.

Ocupação indígena da ilha do Bananal

Não é possível precisar com absoluta clareza quem eram e quais zonas ocuparam as populações pré-coloniais do médio Araguaia antes da colonização de Goiás. O que se pode apreender dos estudos históricos, apoiados em documentos escritos de bandeirantes, missionários, autoridades coloniais, documentos judiciais e notariais, entre outros³, é que os povos Karajá são identificados como os mais antigos habitantes dessa região. De acordo com Rodrigues (2008), são fartas as fontes históricas confiáveis que confirmam a sua presença no interior da ilha do Bananal e em toda a extensão do médio Araguaia

³Sobre o assunto ver: Ataídes, J. M. Documenta Indígena do Brasil Central. Goiânia: UCG, 2001.

desde o século XVII⁴. Contudo, os antropólogos⁵ afirmam que essa ocupação é muito mais antiga e está relacionada à origem mítica do grande povo Karajá.

Segundo Toral (1992), a ilha do Bananal, no médio curso rio Araguaia⁶, é o coração do eixo de ocupação ancestral dos povos indígenas Karajá a pelo menos quatro séculos. Acredita-se que, muito antes da conquista portuguesa, ela foi povoada por grupos ancestrais dos atuais Karajá. Ainda de acordo com este autor, todos os Karajá são originários do Norte, da região da confluência do rio Araguaia com o rio Tocantins. Muito antes da constituição da América portuguesa, o grupo original teria sofrido uma série de clivagens, desencadeando sucessivas levadas de deslocamentos para o sul, sempre mantendo o rio Araguaia como eixo de ocupação. Acredita-se que esse processo pode estar associado a limitações territoriais impostas pela presença de povos Tupi-Guarani do norte e de outros povos Jê do leste e oeste (Toral, 1992).

Os Karajá (povo *Iny*) são formados por três subgrupos ou etnias: os Karajá, propriamente nomeados ou Karajá do Sul⁷, os Javaé e os Xambioá ou Karajá do Norte (Barbosa, et al., 2014; Toral, 1992, 2004; Rodrigues, 2008). As semelhanças linguísticas, ritualística e de organização social existentes entre as três etnias, são marcadas por especificidades que as distinguem entre si⁸. Cada etnia é falante de uma língua da mesma família linguística Karajá que, por sua

4De acordo com Lima Filho (1991), essas primeiras fontes apresentam a grafia “Caraiáunas” ou “Carajaúna”, e “Carajahí” no final dos oitocentos, para os índios do Araguaia. A grafia atual “Karajá” surgiu apenas 1908 e foi proposta pelo etnólogo alemão Fritz Krause que estudou os índios do Brasil Central no início do século. Sobre o assunto ver: <http://www.etnolinguistica.org/autor:fritz-krause>

5Sobre o assunto ver: Ehrenreich (1948), Fritz Krause (1940-1944), Herbert Baldus (1937, 1948, 1970, 1976), William Lipkind (1940, 1948), Hans Dietschy (1960, 1974, 1976, 1977, 1978), Wilma Chiara (1970), Maria Heloísa Fénelon Costa (1978), Edna Taveira (1982), André Toral (1992, 1999), Manuel F. Lima Filho (1991, 1994, 2001), George Donahue (1982), Mariélys Bueno (1975, 1987) e Nathalie Pétesch (1987, 1992, 1993, 2000).

6Considero médio curso do rio Araguaia a porção que vai da cidade de Registro do Araguaia até a cidade de Conceição do Araguaia, conforme indicado no capítulo anterior.

7Sempre que me referir aos Karajá propriamente nomeados ou Karajá do sul utilizarei somente o termo Karajá. Quando quiser diferenciá-los dos grupos ancestrais utilizarei os termos Karajá originais.

8Rodrigues (2008) atribui persistência dessa classificação à ausência de estudos mais aprofundados sobre os Javaé e os Xambioá, que poderiam indicar diferenciações culturais importantes. Em relação ao Javaé, a autora estudou particularidades históricas e culturais que permite considerá-los um povo único, em vez de um subgrupo. Toral (1992) percebeu que essas três línguas nem sempre são de fácil compreensão mútua, havendo distinções significativas. De acordo com o autor “os Karajá, Karajá do Norte e Javaé se consideram como três grupos histórica e linguisticamente diferenciados, porém com um substrato cultural que lhes é, basicamente, comum. Compartilham basicamente uma mesma cultura e falam línguas inteligíveis entre si. Sobre o assunto ver: Rodrigues, P. M. 2008. A caminhada de *Tanyxiwè*. Uma teoria Javaé da História. Tese de Doutorado. Toral, A. A. 1992. Cosmologia e Sociedade Karajá. Dissertação de Mestrado.

vez, é considerada uma língua isolada dentro do tronco linguístico Macro-Jê (Toral, 1992).

Historicamente, os Karajá, propriamente ditos, construíram aldeias permanentes e temporárias nas margens direita e esquerda de todo o curso principal do médio Araguaia, indo da cidade de Aruanã (antigo presídio de Santa Leopoldina) até o interior da porção ocidental da ilha do Bananal; os Javaé se concentraram mais no interior da ilha, ocupando sua porção ocidental e nas terras continentais na margem direita do rio Javaés, braço direito do Araguaia (a historiografia também se refere a esse braço como “furo do Bananal”); já os Xambioá, tradicionalmente, sempre habitaram o baixo curso do rio, em seu trecho encachoeirado, até as proximidades da cidade de Conceição do Araguaia, no Pará (Toral, 1992, 2004; Rodrigues, 2008).

Tanto os povos Karajá quanto os Javaé reconhecem a ilha do Bananal como o local de sua origem mítica, ou seja, o ponto original de onde seus ancestrais, os primeiros humanos, teriam emergido do lugar mágico e escuro do “Fundo das Águas”, abaixo do leito do Araguaia, onde viviam (Toral, 1992; Rodrigues, 2008). A ocupação da ilha do Bananal por esses dois grupos ocorreu no sentido longitudinal, tendo os rios Jaburu e Riozinho como limites naturais do território Karajá, a Oeste, e o território Javaé, a Leste. Segundo Toral (1992), o interior da porção Norte da ilha, área rica em lagos piscosos, também concentraram grande número de aldeias Karajá. No Norte e no Sul existiram aldeias mistas, ou seja, formadas por famílias Javaé e Karajá. A origem dessas aldeias estaria relacionada ao fato de nessas regiões existir sobreposição de zonas de perambulação das duas etnias (Lima Filho, 1999; Rodrigues, 2008).

Tradicionalmente, o padrão de ocupação territorial e de distribuição dos dois grupos esteve condicionado ao regime sazonal das inundações da bacia do Araguaia, fazendo com que alternassem entre aldeias de “inverno” (período chuvoso), localizadas nas partes mais altas e secas da ilha, mas sempre próximas de rios e lagos⁹, e aldeias de “verão” (período seco), localizadas nas praias que surgem quando a água baixa (Lima Filho, 1999; Rodrigues, 2008). As

⁹A principal atividade econômica dos povos Karajá, Javaé e Xambioá sempre foi a pesca. Os peixes e quelônios dos rios e lagos do sistema araguaiano constituem a base da sua alimentação. A caça e a agricultura são, tradicionalmente, complementares.

primeiras constituíam aldeias permanentes, enquanto as segundas funcionavam como acampamentos temporários de pesca e caça.

Da mesma forma, o uso econômico dos recursos naturais acompanhava o ciclo ecológico e, por sua vez, estava intimamente relacionado a mobilidade sazonal das populações. Nos acampamentos de verão a pesca de peixes e quelônios era a principal atividade produtiva. Pescava-se o ano todo, mas na seca os lagos e rios estavam muito povoados e a pesca era muito mais produtiva. Na estação das chuvas as principais atividades eram: a caça (cervo, veado, paca, caititu, tatu, porco, quati e outros), a agricultura (plantava-se nas matas de galeria sob o sistema de coivara o milho, a mandioca, a batata, a banana, o cará, o amendoim e o feijão) e a coleta (ovos de tartaruga, mel, frutas, fibras, madeiras, resinas, etc.) (Lima Filho, 1999; Rodrigues, 2008; Ferraz, 2012).

Historicamente, esses grupos não se reconhecem como os únicos habitantes da ilha do Bananal. De acordo com a memória oral dos Javaé, no passado remoto, seus ancestrais teriam convivido com dezenas de outros povos estrangeiros, desaparecidos bem antes, ou durante, a colonização portuguesa (Rodrigues, 2008). Essa referência também aparece na narrativa histórica dos Karajá e, de acordo com Toral (1992), estaria relacionada aos primeiros grupos dissidentes dos Karajá originais que migraram para o centro da ilha e dos quais os Javaé descenderiam, mas também às memórias de contatos históricos com outros povos indígenas que habitaram a região, antes e durante a colonização.

Essas memórias coincidem com os registros históricos sobre a presença dos povos indígenas habitantes do entorno e do interior da ilha, como os Tapirapé, os Xavante, os Mangariruba, os Cururu, os Craya, os Gradaú, os Tessemedú, os Amadú, os Guayá-Guasú, os Capepuxi, os Coroá, os Coroá-mirim, os Noroagués, os Pochetys, os Appynagés, os Cortys, os Xerentes, os Caatinga, os Curumaré. A maioria desses povos acabou sendo extinta, provavelmente, em razão de guerras interétnicas e pressões ocasionadas pelo processo de colonização tanto do litoral como de Goiás, que dizimaram e “empurraram” as populações nativas cada vez mais para o interior (Casal, 1945; Chaim, 1983; Ferreira, 1977; Karasch, 2016; McCreery, 2006).

A literatura sobre a colonização de Goiás demonstra que as primeiras frentes de exploração encontraram um território demograficamente profuso e

de elevada diversidade cultural. A bacia do rio Araguaia ostentava grandes territórios indígenas: na alta bacia os Araé ocupavam o vale do rio da Mortes (território mato-grossense), enquanto os Goyá e os Crixá habitavam o vale do rio Vermelho; na média bacia os Karajá, Javaé e Tapirapé habitavam as margens direita e esquerda do rio Araguaia e seu braço menor (rio Javaés) e o interior de toda a ilha do Bananal; na baixa bacia localizavam-se os Xambioá, nas margens do rio e os Apinajé no interior do continente; na faixa do interflúvio entre os rios Araguaia e Tocantins estavam os Xavante mais ao norte, os Avá-Canoeiro no centro, e no extremo sul, entre o Araguaia e o rio Paranaíba, os Kayapó do Sul.

Isto indica que, bem antes das primeiras bandeiras (expedições de exploração e escravização indígena) penetrarem o vale do Araguaia, toda a região já havia experimentado repetidos ajustes de população e o ambiente físico já havia sido submetido a extensas modificações ecológicas como resultado de queimadas feitas pelos habitantes indígenas para limpar terra para a agricultura, uma técnica que os europeus adotaram e perpetuaram.

2.2 FRENTES COLONIAIS DE DESBRAVAMENTO: BANDEIRANTES, JESUÍTAS E MINERADORES

O desbravamento do vale do Araguaia pela frente colonial começou a ser delineado no final do século XVI com a penetração das primeiras expedições bandeirantes nos cerrados centrais em busca das riquezas da terra: o ouro e o índio. Na lógica do colonizador, o Oeste se apresentou como um vasto vazio desconhecido – o sertão –, cuja natureza e seus habitantes humanos foram vistos como recursos disponíveis à apropriação e exploração econômica.

Duas frentes principais de exploração atuaram no Araguaia. A primeira, oriunda de São Paulo, envolveu o primeiro movimento das bandeiras paulistas para o extremo oeste, conhecido por “Ciclo do Paraupava” (Ferreira, 1977). A segunda, proveniente da Amazônia por via fluvial Tocantins-Araguaia, foi conduzida pelos religiosos da Companhia de Jesus e inaugurou a penetração dos jesuítas no Brasil Central (Karasch, 2016).

Intrépidos Paulistas em Busca do Araguaia: as Bandeiras do Paraupava

O início do ciclo bandeirante no Brasil Central pode ser situado entre 1590 e 1618 com as chamadas “Bandeiras do Paraupava”. O nome “Paraupava” fazia alusão ao espaço geográfico para onde convergiram essas primeiras expedições. Sertão¹⁰ do Paraupava era o nome genérico utilizado pelos paulistas para se referirem a isolada e desconhecida porção de terras no interior da capitania, imprecisamente situada a oeste do rio São Francisco (Ferreira, 1977). O nome se deve aos rumores sobre a existência de uma gigantesca lagoa aurífera no interior da Colônia, que os indígenas chamavam na língua tupi de Paraupava, ou ainda Paraupaba, Paraipava, Paraupeba e Vupabuçu. Os espanhóis a chamavam de Lagoa Dourada (Ferreira, 1977, p.41-42).

Durante o século XVI, a lenda ganhou tanta credibilidade que sua suposta localização passou a ser descrita na literatura e representada na cartografia da América portuguesa e espanhola. Em 1574 o Rei de Portugal, D. Sebastião, nomeou Domingo Garrucho “mestre-de-campo-general da projetada jornada de descobrimento da Lagoa do Ouro” (Ferreira, 1977, p. 68). Tempos depois, o Governador-Geral do Brasil, Francisco de Souza, estimulou várias bandeiras a seguirem para o desconhecido interior do Paraupava com o mesmo objetivo (Ferreira, 1977). Para Flores (2006, p.53) “O mito da Lagoa Dourada, associado a outros mitos, constituiu-se na força motriz da exploração central do Brasil”.

Paraupava foi também o nome usado pelos bandeirantes paulistas para identificar um dos três grandes rios interiores que acreditava-se conduzir a tal lagoa do ouro. Com base na documentação portuguesa das bandeiras desse período, Ferreira (1977) considera que o rio Paraupava é o mesmo rio Araguaia, e que a famosa lagoa, na realidade, era a imensa ilha do Bananal, cuja característica ambiental de área inundável dava-lhe a impressão de uma grande lagoa. Todavia, existem referências ao rio Paraupava como sendo o rio

¹⁰Lima (2012) observa que durante os séculos XVI e XVII a ideia de sertão contrasta com a ideia de região colonial. O primeiro é o lugar do vazio, do desconhecido, enquanto o segundo é o lugar preenchido pelo colonizador.

Tocantins (Pires de Campos, 1723). Provavelmente, o conhecimento incipiente e impreciso dos marcos geográficos por parte dos bandeirantes produziu várias interpretações e descrições divergentes sobre o mesmo local. Segundo Bertran (1992), a designação dos lugares pelos seus nomes na documentação colonial é falha. O mesmo pode ser considerado em relação à toponímia hidrográfica. Baldus (1970) registrou que a hidrografia da região do rio Araguaia era objeto de confusão até a primeira metade do século XIX, o que possivelmente derivava da profusão de nomes e referências adotadas para um mesmo rio.

As “Bandeiras do Paraupava” foram bastante profusas e, a despeito do magnetismo que o mito da lagoa do ouro exercia sobre os bandeirantes do sul, foram essencialmente expedições escravagistas. As comitivas geralmente eram formadas e autofinanciadas por pequenos grupos de 20 a 60 homens, que se embrenhavam nos sertões pragmaticamente à caça de índios para a venda no mercado de escravos de São Paulo. Na realidade, o aprisionamento dos indígenas se constituiu na principal atividade econômica dessas primeiras expedições (Ferreira, 1977; Karasch, 2016).

A vila de São Paulo foi o grande centro irradiador bandeirante do período. Embora as bandeiras paulistas sejam mais conhecidas e, talvez razoavelmente mais bem documentadas, bandeirantes de outras regiões também marcharam para aquele mesmo sertão em busca das riquezas minerais. Por se tratar de uma região geograficamente imprecisa, várias não chegaram até o Araguaia, que acabou sendo efetivamente devassado pelos paulistas (Ferreira, 1977; Flores, 2006).

Por se tratarem na sua maioria de expedições não oficiais, as informações sobre as bandeiras são muito fragmentadas e imprecisas, amparadas em documentação lacunosa e toponímia falível (Bertran, 1992; Karasch, 2016). As principais fontes constituem-se de Atas da Câmara Municipal e Conselho da Vila de São Paulo, registros notariais como testamentos, certidão de dívidas, certidões de tutela de órfãos, informes e cartas particulares ou documentos judiciais como inventários. Os documentos reunidos pelos historiadores auxiliaram o mapeamento, mesmo que inexato, do início do movimento bandeirante no Brasil Central (Americano do Brasil 1961; Ferreira, 1977; Taunay, 1924).

De acordo com esses historiadores, Domingos Luís Grou e Antônio de Macedo (1590-1593) inauguraram as incursões ao sertão do Paraupava. Durante os quatro anos de peregrinação sua bandeira teria desbravado o sistema fluvial do rio São Francisco ao sul, o do rio Tocantins a oeste e, talvez, o interflúvio entre este último e o rio Araguaia. No retorno para São Paulo, subindo o rio Anhembi (Tietê) na foz do rio Jaguari (Piracicaba) a bandeira foi atacada e destruída pelos nativos, que aproveitaram para libertar os índios cativos que estavam sendo trazidos para São Paulo (Ferreira, 1997; Palacin, 1994; Palacin & Moraes, 2008; Karasch, 2016).

Americano do Brasil (1961), considera que a bandeira de Sebastião Marinho (1592-?) foi a primeira a explorar as terras goianas, particularmente o sertão da alta bacia do rio Araguaia onde, supostamente, teria descoberto ouro. Taunay em sua *Coletânea de Mapas da Cartografia Paulista Antiga*, publicado em 1922, apresenta um mapa onde se registra por extenso os dizeres: “Sebastião Marinho descobriu já estas minas nos tempos de Felipe 2º em 1592” (*apud* Ferreira, 1977, p. 81). Em outra obra Taunay observa que “De 1592 parece datar-se a entrada de Sebastião Marinho que um mapa anônimo castelhano localiza em território hoje goiano. Mas nada se sabe de certo sobre tal jornada e seu comandante” (Taunay 1924 p.24). A falta de documentação sobre esta bandeira não permitiu aos historiadores a compreensão da sua posição no movimento bandeirante, tampouco de seu capitão.

Na literatura histórica, também se encontra a menção à bandeira de Manoel Corrêa como a primeira a devassar as terras goianas (Silva e Sousa 1872, Alencastre 1863). Segundo consta, Manoel Corrêa embrenhou-se pelos sertões, para além do rio Araguaia, onde localizou os índios Araé, a oeste, e os índios Goyá, a leste, na margem esquerda do rio Vermelho. De retorno a São Paulo teria sido o primeiro a dar notícias sobre estes índios e sobre a existência de lavras de ouro naquela região. No entanto, os historiadores, divergem sobre a data em que expedição foi realizada, se em 1647, 1670 ou entre 1719 e 1738 (Taunay 1924 p.192). Ferreira (1977) contesta essa versão. Ele supõe que Manoel Corrêa, na realidade, teria simplesmente participado da bandeira de Domingo Luís Grou e Antônio de Macedo, deixando subentendido que a notícia daquela expedição era falsa. O que procede com a constatação de Americano do

Brasil (1961, p.40) sobre não ter encontrado vestígios desta bandeira, tampouco do nome de seu comandante, nos documentos coloniais pesquisados para sua “Súmula de História de Goiás”.

A bandeira de Domingos Rodrigues (1596-1600) teria sido a próxima a chegar ao rio Araguaia. Ela nasceu sob a chefia de João Pereira de Sousa, que foi impedido de continuar em decorrência de uma ordem judicial. Sabe-se que partiu de São Paulo em 1596 rumo ao Paraupava, mas sua rota é incerta. Especula-se que tenha adotado o caminho do rio São Francisco, tomando a direção noroeste até alcançar a bacia do rio Araguaia, onde localizou e perseguiu índios Goyá, retornando somente em 1600 (Ferreira, 1977; Palacin, 1994; Taunay, 1924).

Palacin (1994) registra ainda, a presença da bandeira de Afonso Sardinha (1598-?). Seguida, anos depois, da expedição comandada por Belchior Carneiro e Antônio Raposo (1607-1609), que conduziram sua comitiva para o norte, até a confluência do rio Tocantins com o rio Araguaia. Neste ponto, teriam seguido para oeste, onde localizaram os índios Bilreiro (antigos Kayapó setentrionais). Tomando como referência a localização histórica desses índios, pode-se considerar que a bandeira tenha explorado o rio Araguaia na região de seu baixo curso (Bertran, 1992; Ferreira, 1977).

A bandeira de Martins Rodrigues Tenório de Aguiar, permaneceu no sertão do Paraupava entre os anos de 1608 e 1613, seguiu também para o norte. Segundo Bertran (1992, p.236), “Seguramente estiveram com os Carajá na ilha do Bananal e com os Bilreiro na confluência do Araguaia/Tocantins”. No documento de inventário dos membros desta expedição, transcrito por Ferreira (1977) consta a referência de índios Karajá e Kayapó, sugerindo que a bandeira alcançou o Araguaia. O relato da comitiva de André Fernandes, que esteve na ilha do Bananal anos mais tarde, confirma a presença da bandeira de Tenório Aguiar na ilha (Ferreira, 1977).

Acredita-se que em 1612 as terras a oeste do baixo curso do rio Araguaia teriam sido exploradas pela bandeira de Garcia Rodrigues, mas pouco se sabe sobre esta expedição. Taunay faz referência, a bandeira de Pêro Domingues que, no ano seguinte “fez enorme jornada dos trinta sertanistas que, saídos de S. Paulo, foram Araguaia abaixo, até a jusante da confluência deste com o

Tocantins” (Taunay, 1924, p.191). É provável que esta bandeira tenha estado na ilha do Bananal.

Segundo Bertran (1992), a bandeira mais bem documentada do ciclo Paraupava foi a de André Fernandes (1613-1615). Os documentos lavrados pelo escrivão que acompanhou a expedição (inventários, certidão de órfão, declaração de dívida) e, principalmente, a carta do Padre Jesuíta Antônio Araújo a seus superiores da Companhia de Jesus na Europa, descrevem os eventos e o itinerário da expedição. Bertran, (1992) apresenta um relato bastante completo do documento jesuíta, que vale a pena transcrever:

Finalmente, quanto à bandeira de André Fernandes (1613-1615) não há o que discutir, por tão bem documentada que foi poucos anos depois, pelo padre jesuíta Antônio Araújo. Tendo descido o rio Tietê, subiu a bandeira o rio Grande até quase o centro de Minas Gerais, pulando por um estreito varadouro seco, para a bacia do São Francisco. [Estariamos aqui em território à direita da serra da Canastra, na região de Piunhi e Pains.]

Pelo São Francisco abaixo deixaram os bandeirantes o rio das Velhas (Goiabi) à direita, e pouco depois o rio Paracatu. Dão aqui notícias de uns índios catequizáveis do São Francisco, os Amoipira, que então se localizavam, junto com refugiados Temiminó e Tamoio, 15 dias abaixo da barra do rio Paracatu com o São Francisco, sendo que esses Tamoio, expulsos do Rio de Janeiro, homiziavam-se nas profundezas do rio Preto ou luna, que é vertente da serra Geral de Goiás no São Francisco, e onde se aposentavam esses Tamoio do Rio de Janeiro.

É muito interessante notar-se, como nesse caso, a intensidade dos deslocamentos indígenas em face do invasor e ao mesmo tempo atentar-se para o perigo que encerra a fixação de topônimos que a tenham por base.

Não fica claro a partir das digressões do padre Araújo se a bandeira de André Fernandes subiu o rio Preto daí transpondo a serra Geral de Goiás, atingindo o Tocantins pelo rio do Sono, ou se simplesmente teve e retransmitiu notícias desses índios que tanto interessavam ao padre Araújo.

Fato é que a partir daí seus informantes tinham lembranças de um rio Itinga, rio das Águas Brancas, braço do Iabebéri, rio das Arraias, nome esse um neologismo dado pela bandeira para o rio Tocantins. Pode ser o citado Itinga o curso superior do Paranã após a junção com o Palma, esse mesmo Paranatinga ou Parnatinguá (rio Branco) assim mencionado pelos seus moradores, os fazendeiros pernambucanos das Terras Novas, em requerimento de 1740 a D. Luís de Mascarenhas, tendo acontecido a sua colonização desde 1697, sob o patrocínio dos Garcia d'Avila da Casa da Torre de Tatuapara.

Seja como for a bandeira de André Fernandes chegou às cabeceiras do Iabebéri-Tocantins, onde encontrou salitre de cuja

pólvora se recentia (*sic*) falta em Portugal metropolitano, razão porque mencionava-se ao lado de metais preciosos. O mesmo salitre visto pela Comissão Cruls na serra das Araras, Distrito Federal, em 1894? Ou na lagoa Formosa, pouco adiante de Planaltina (DF), obscuramente citada na cartografia portuguesa dos anos 1670?

Teria a bandeira então descido pelo vão do Paranã (rio Itinga) e embarcando no Tocantins (rio Iabebéri), onde foram dar os aventureiros em um ‘fermoso braço’, quase certamente o Araguaia. Travam aí conhecimento com os índios Caatinga (seriam os Bilreiro das expedições anteriores?) a quem demovem para segui-los para São Paulo.

Trinta brancos com boiando e seqüestrando (*sic*) melifluamente três mil índios. Esses Caatinga tinham trato com uns franceses que se haviam instalado numa fortaleza sessenta léguas abaixo da confluência do Araguaia-Tocantins no Amazonas, e que podem concorrer também, perfeitamente, à primazia de penetração do território goiano.

“Mas tudo com engano, profissão de sertanista”... segundo a expressão do padre Araújo, os Caatinga desiludiram-se logo dos trinta paulistas em razão da *mauvaise politique* com a mulher de um maioral Caatinga, filha de francês de quem o padre Araújo lembra-se que “a natureza se esmerara de dotar das partes requitas (*sic*) para a perfeição corporal”.

Explode o conflito, os índios matam 16 paulistas e os restantes 14 desabalam Araguaia acima. Passam pela ilha do Bananal, onde os Carajá ainda lembravam-se da bandeira de Tenório de Aguiar. Ultrapassam Barra do Garças, metem-se pelo rio Diamantino e, supomos, por um curto varadouro de terra na altura de Portelândia (GO), reembarcam rio Aporé abaixo (Apori) transpondo as canoas da bacia do Tocantins para a bacia do Prata. Pelo Aporé vão dar no Paranaíba (Boigi), descendo-o antes da junção com o rio Grande (Iguaçu). Por este, tomando à esquerda sobem o Tietê (Anhambí) até 150 quilômetros a oeste de São Paulo. Um notável périplo aventureiro em que descobriu-se (*sic*) um novo caminho que parece não mais foi usado, pelo perigo talvez de atravessar o sertão dos Caiapó do sul. (Bertran, 1992, p.236-237).

Segundo o texto do jesuíta, não há dúvida de que André Fernandes tenha conhecido a ilha do Bananal.

Parece que a última bandeira deste ciclo que supostamente teria penetrado no Araguaia foi a de Antônio Pedroso de Alvarenga (1615-1618). As poucas informações sobre esta comitiva remetem à sua presença no rio Paraupava, onde teria permanecido instalada por dois anos, explorando a região. Mas, pelas razões levantadas anteriormente, não se sabe ao certo se a bandeira se encontrava às margens do rio Araguaia ou do rio Tocantins.

Existindo afirmações nos dois sentidos (Americano do Brasil, 1961; Ferreira, 1977; Palacin, 1994; Taunay, 1924).

Parafraseando o historiador Taunay, bandeiras sobre bandeiras embrenharam-se no sertão do Paraupava. Os paulistas foram os primeiros a traçar, a partir do Sul os caminhos fluviais e terrestres para o interior do rio Araguaia. De acordo com Americano do Brasil (1961), após 1618 as bandeiras paulistas deslocaram-se para Minas Gerais e para o sul do país, retornando ao interior das terras goianas somente na segunda metade do século. Entretanto, o redirecionamento das investidas paulistas não significou o fechamento da fronteira de desbravamento do Araguaia. Durante as próximas décadas o rio foi a rota de uma nova frente de penetração, desta vez vinda do Norte.

À Captura de Almas no Araguaia

No final do ciclo Paraupava, o desbravamento do Araguaia passa a ser implementado por um novo tipo de explorador: os religiosos jesuítas¹¹. As entradas jesuítas se constituíam em grandes empresas, geralmente apoiadas oficialmente por forças militares luso-brasileiras e “exércitos” de índios pacificados que tinham a função de proteger os religiosos dos ataques dos indígenas “selvagens”¹² ou de outros invasores inimigos da Coroa. Elas partiam do Norte, principalmente da vila de Belém, utilizando-se das vias fluviais como principal rota natural de acesso ao sul. A característica navegável e a grande extensão dos rios da região centro-norte permitiram aos religiosos explorar, com certa facilidade, o eixo Tocantins/Araguaia, onde concentraram sua atuação a partir de 1625 (Karasch, 2016).

Diferente dos bandeirantes, os jesuítas eram homens motivados por razões religiosas. Eles estavam empenhados em conquistar fiéis para a igreja católica, convertendo ao Cristianismo o maior número possível de nativos.

¹¹Padres ligados a Companhia de Jesus, congregação religiosa católica criada em 1534 por Loyola Brandão. A partir do século XVI encamparam grandes missões ao mundo colonial católico com o objetivo de evangelização dos seus habitantes nativos. Os jesuítas se consideravam verdadeiros “soldados da igreja”, cuja principal missão era divulgar a doutrina católica em todas as esferas da sociedade.

¹²Referia-se aos índios ainda não convertidos ao Cristianismo.

Desde o início da conquista, a Coroa portuguesa delegou à Ordem Jesuíta a pacificação dos indígenas na nova colônia. Os jesuítas construíram junto a suas missões grandes aldeamentos, para onde persuadiam os índios pacificados a “descerem”¹³ a fim de serem catequizados e adaptados ao modo de vida do colonizador. Em outras palavras, condicionados à moral cristã católica e adaptados ao trabalho servil.

Os aldeamentos religiosos reuniam grandes populações de todas as etnias sob a ordem dos padres. Estes acabaram controlando a maior parte da mão de obra indígena, a qual defendiam ser livre e assalariada. Contudo, como a lei portuguesa proibia os “descimentos” forçados, mas tolerava o cativo no contexto das “guerras justas”, a escravização dos índios foi uma prática comum entre os colonizadores, que sempre encontravam meios para se favorecerem das brechas na lei para escravizarem os nativos (Perrone-Moisés 1992). De maneira geral, tanto a ação dos jesuítas como a dos bandeirantes responderam aos interesses econômicos de Portugal na medida em que forneceram, pelo aliciamento ou pela conquista, a força de trabalho necessária ao empreendimento colonial (Cunha, 1992).

A entrada dos jesuítas no interior começa por volta de 1626 com os padres Franciscanos no rio Tocantins. Uma década mais tarde, em 1636, o padre jesuíta Luís Figueira, recém-instalado em Belém, inaugura a presença da Companhia de Jesus na região. De acordo com Ferreira (1977), ele visitou algumas aldeias indígenas no rio Tocantins, nos arredores de Belém. Mas foi efetivamente a partir de 1653 que os jesuítas se empenharam na organização de grandes expedições no intuito de conquistar os grupos indígenas mais distantes (Karasch, 2016).

A primeira grande expedição jesuíta no sertão foi comandada pelos padres Antônio Viera, Francisco Veloso, Antônio Ribeiro e Manoel de Souza. Eles deixaram Belém em 1653, acompanhados de uma armada de 300 pessoas entre oficiais, índios cristãos, serviçais e o chefe militar, capitão Gaspar Gonçalves Cardoso. A bandeira transpôs a cachoeira de Itaboca, no baixo curso do rio Tocantins, mas neste ponto, sob ordens ocultas do governador da

13Os documentos coloniais referem-se aos “descimentos” indígenas.

capitania do Pará, o capitão determinou o aprisionamento de grande número de índios, revelando as verdadeiras intenções por trás do apoio oficial à expedição. Decepcionados, os padres teriam retornado a Belém, o que provavelmente deve ter posto fim à expedição, que não chegou a penetrar no rio Araguaia. (Ferreira, 1977; Karasch, 2016; Rodrigues, 2012, 2013).

No ano de 1655, parte de Belém uma nova comitiva, desta vez, liderada pelos padres jesuítas Francisco Velosos e Tomé Ribeiro. Sem proteção militar, subiram o Tocantins e adentraram o sertão do Araguaia¹⁴. “Desceram” com mais de mil índios Tupinambá, provavelmente localizados na bacia do Tocantins; estiveram em contato com os índios Grajaú, Caatinga e Karajá, habitantes das margens do rio Araguaia e da ilha do Bananal (Serafim Leite, 1938; Taunay, 1924). Esta parece ter sido a primeira investida dos jesuítas na pacificação dos Karajá da ilha do Bananal. Em 1658 o padre Tomé Ribeiro retorna à ilha acompanhado de uma grande escolta, com o objetivo categórico de catequizar estes índios. De acordo com o relato de Padre Vieira (Ferreira, 1977), os Karajá resistiram ao contato e atacaram a expedição, matando os índios cristãos que protegiam a bandeira.

Alguns anos antes deste episódio, o Padre João de Sotomaior comandou uma expedição ao interflúvio Araguaia/Tocantins. Ao contrário das anteriores, a entrada de Sotomaior não possuía motivações missionárias. Ao religioso interessava mais prospectar ouro do que almas. A comitiva reuniu perto de 250 pessoas, das quais 200 eram índios. Padre Sotomaior não obteve sucesso em sua empreitada. Acabou adoecendo e morrendo no sertão, assim como grande parte de seus companheiros (Karasch, 2016).

A penetração no rio Araguaia continuou com as entradas dos Padres Manoel Nunes em 1659, Gaspar Misch em 1668 e Gonçalo de Veras em 1671. Todas elas estiveram na ilha do Bananal na tentativa de catequizar os índios Karajá que, com o tempo, se tornaram menos resistentes ao contato com os religiosos (Serafim Leite, 1938; Ferreira, 1997; Karasch, 2016). Serafim Leite (1938), que estudou a Companhia de Jesus no Brasil, considera que a última

¹⁴Conforme Ferreira (1977) sertão do Araguaia era a denominação utilizada no Pará para se referir a mesma região antes denominada pelos paulistas de sertão do Paraupava.

empresa dos jesuítas no Araguaia aconteceu aproximadamente entre 1721-1722, com a entrada dos padres Jerônimo da Gama e Manoel da Mota.

Por volta de 1655 os bandeirantes retornaram ao Araguaia motivados pela busca do ouro dos sertões. Aliás, um dos efeitos colaterais das entradas jesuítas, foi a crença popular de que os religiosos estavam enriquecendo secretamente com a descoberta de minas de ouro no Tocantins e no Araguaia (Karasch, 2016). No entanto, nenhum registro da atuação dos jesuítas nesse período atestou tal descoberta. Parece que a única entrada jesuíta que deliberadamente buscava ouro foi a malograda empresa do padre Sotomaior. Sendo verdade ou não, a propagação dos rumores fez com que bandeirantes voltassem a prospectar as terras do vale do Araguaia.

Em busca do ouro: nortistas e paulistas disputam o Araguaia

Até o final do seiscentos toda região do Araguaia já estava bem mapeada pelas inúmeras bandeiras que por ali circularam. Nas palavras de Palacin (1994, p.19) “os caminhos de penetração se achavam descritos nos roteiros que corriam de mão em mão, e os rumores sobre riquezas auríferas não faziam senão avolumar-se”. A descoberta das minas dos Gerais em 1693 reforçou os ânimos dos exploradores, que intensificaram suas investidas nos sertões centrais (Galetti, 2012). Durante os séculos XVII e XVIII, o afluxo bandeirante no Araguaia foi intenso, e envolveu nortistas e paulistas seduzidos pelo mito do Eldorado.

Embora muitas expedições fossem organizadas e sustentadas por particulares, algumas contaram com o fomento dos governadores das capitânicas de São Paulo, Grão-Pará e Maranhão, enquanto outras foram oficialmente designadas por estes. Os administradores portugueses viam nas bandeiras um mecanismo útil política e economicamente, na medida em que a descoberta de riquezas minerais estimulava a ocupação do território garantindo o seu domínio. Geralmente, no caso de encontrarem minérios preciosos, oferecia-se ao “capitão-mor”, chefe da bandeira, incentivos oficiais como títulos, direito a outorga de sesmarias, altos cargos administrativos. Estes incentivos tornavam-

se verdadeiros pagamentos pelos serviços prestados em prol dos interesses da Coroa (Galetti, 2012; Karasch, 2016; Kok, 2008; Monteiro, 2008).

Nessa fase, as bandeiras tornaram-se mais organizadas e adquiriram feições de esquadras paramilitares. Elas passaram a agregar grandes contingentes de integrantes entre missionários, tabeliães, colonos brancos, mestiços (mamelucos) e indígenas sob o comando de sertanistas luso-brasileiros experientes da vida no sertão (Karasch, 2016). Ainda que a prioridade fosse o ouro, a captura de índios prosseguiu como uma prática corriqueira, como meio de garantir algum retorno econômico imediato aos exploradores.

Entre 1673 e 1682 transitaram pelo interior as bandeiras paulistas de Manoel de Campos Bicudo e Bartolomeu Bueno da Silva, o primeiro Anhanguera. Acredita-se que as duas expedições tenham se encontrado em pleno sertão do Araguaia. Campos Bicudo havia devassado a região a oeste do rio Araguaia. Nessa viagem ele localizou a grande serra que chamou de Martírios por lembrar, embora toscamente, a coroa de espinhos de Cristo. O bandeirante teria relatado a Bartolomeu Bueno que a serra escondia muito ouro e numerosas populações indígenas. Tais informações motivaram o Anhanguera a seguir para o oeste no encalço dos índios Araé, moradores do pé da serra. De retorno, percorreu as cabeceiras do rio Araguaia, explorando a bacia o rio Vermelho, onde aprisionou índios Karajá e Goyá, mas não encontrou outra riqueza (Baena, 1848; Ferreira, 1977; Karasch, 2016; Taunay, 1924).

A disseminação dos boatos sobre as montanhas de ouro dos Martírios, atraiu para o oeste grande quantidade de aventureiros que, um após um, fracassaram em encontrar as famosas minas. A incansável busca acabou por transformar os Martírios na lenda responsável por fazer avançar a fronteira de desbravamento para o oeste (Galetti, 2012). O primeiro veio de ouro foi encontrado casualmente em 1718 pela bandeira de Pascoal Moreira Cabral que se encontrava nas margens do rio Coxipó-Mirim perseguindo os índios Coxiponé (Franco et. al. 2013).

Da capitania do Grão-Pará partiu em 1720 a expedição oficial de Diogo Pinto Gaia com objetivo de explorar o rio Araguaia. De acordo com Baena (1848), o governador do Pará estava mais interessado em obter informações sobre a geografia da região. Esta expedição, teria investigado a ilha do Bananal e

estado em contato com seus habitantes nativos, no entanto, sem ter a intenção de povoar a localidade (Baena, 1848; Taunay, 1924).

Outras duas grandes expedições paulistas que percorreram o vale do Araguaia no início dos setecentos foram realizadas pelos filhos dos bandeirantes Manoel Campos Bicudo e Bartolomeu Bueno da Silva. Por volta de 1723, Antônio Pires de Campos foi atrás das lendárias minas descritas por seu pai, Manoel Campos Bicudo, décadas antes. Sua comitiva alcançou as terras a oeste do rio Araguaia, mas, como tantas outras, também foi malsucedida na busca das minas dos Martírios.

Na mesma época, em investida parecida, o filho homônimo de Bartolomeu Bueno da Silva, conhecido como o segundo Anhanguera, foi mais exitoso. Com o apoio do governador da capitania de São Paulo, Rodrigo César Menezes, passou três anos explorando a bacia do rio Vermelho, afluente da margem direita do Araguaia. Retornou vitorioso em 1725 com a notícia das minas da Serra Dourada¹⁵ (Palacin, 1994; Karasch 2016).

O ouro da Serra Dourada atraiu grande contingente da população das vilas e povoados do sul, principalmente de São Paulo e Minas Gerais, mas também do Pará e Maranhão, no Norte. Conforme as zonas auríferas se expandiram, elas absorveram “turbas de indivíduos de todas as condições e procedências” (Chaim, 1983, p. 24), desencadeando o processo de ocupação do futuro território goiano.

Conforme apontado no início do capítulo, o povoamento das terras goianas no século XVIII não se deu de forma sistemática e contínua como nos EUA, mas sim, em áreas específicas, voltada para a exploração intensiva do ouro, produto de interesse mercantil da Metrópole (Hennessy, 1978). A geologia do ouro e a falta de uma política fundiária democrática durante o período colonial foram fatores determinantes para a configuração demográfica inicial de Goiás. A colonização ocorreu espontaneamente, o que foi responsável por produzir um padrão de ocupação descontínua, onde apenas as localidades mineradoras usufruíram de uma relativa densidade demográfica e algum grau de desenvolvimento. As povoações se formaram afastadas uma das outras,

¹⁵Assim chamada pelo bandeirante em razão da abundância do ouro.

espalhadas e, inicialmente, sem muita comunicação entre si. Quase como pequenas ilhas de colonização em meio ao sertão. Segundo Palacin (1994), a carência de estradas impôs o isolamento das populações, que figuravam como náufragos em uma ilha sem possibilidade de retorno.

As duas décadas que antecederam a criação da capitania de Goiás, desmembrada da capitania de São Paulo em 1748, foram as mais profícuas na expansão da mineração e, conseqüentemente, do fluxo migratório. É deste período a criação da quase totalidade dos povoados que formavam os sertões minerais dos Goyazes. De acordo com os dados oficiais da capitação do ouro, em 1736 a população de Goiás, excluídos indígenas e escravos, era inferior a 20 mil habitantes. Em 1750, aproximava-se de 40 mil habitantes. Ou seja, em pouco mais de uma década, a população goiana havia literalmente dobrado. Contudo, o grande afluxo populacional inicial, não implicou a ocupação do território no seu conjunto (Doles, 1973). O povoamento, embora relativamente rápido, permaneceu extremamente concentrado, conforme demonstram as cartas geográficas da capitania de Goiás.

Esta carta data de 1753, e foi encomendada por D. Marcos de Noronha, Conde dos Arcos, ao assumir o primeiro governo independente da capitania. Nela se contempla aspectos geopolíticos, sociais, econômicos e geográficos, representando, de forma concisa, o cenário de sua colonização em meados dos setecentos. Apresenta a demarcação do que se reconhecia como os limites do território goiano, traçado em amarelo, e a distribuição e localização dos povoados criados próximos das minas, a sede Vila Boa, as vias de comunicação, a rede hidrográfica e a “Serra das Geraiz” a leste, e a “Serra do Araguaya” a oeste, circundando a zona mineira. Duas áreas estão destacadas em círculos menores, traçados em azul e vermelho, indicando a região de penetração da primeira frente pecuária vinda do Maranhão e da Bahia. Também apresenta sobre a rubrica geral “Certão do Gentio” seguido do nome dos grupos indígenas e sua localização na capitania.

No que se refere à ocupação do território, observa-se que o centro-norte e nordeste, ao longo do vale do rio Tocantins reunia a maior parte dos arraiais e povoados, seguido da região centro-sul, onde se encontrava a capital Vila Boa de Goiás. Observa-se que a localização dos aglomerados populacionais seguiu categoricamente a trilha das minas. Em Goiás, de acordo com Palacin & Moraes (2008, p.23), “só surgiram arraiais e se fixaram populações onde o ouro foi encontrado”.

Fora do eixo da mineração, o extremo norte e sul, o sudoeste e o noroeste da capitania permaneceram povoados exclusivamente pelas populações indígenas. Este também foi o caso do médio rio Araguaia e sua grande ilha fluvial, no mapa representada como “Ilha do Gentio Curumaré”, mais tarde nomeada ilha de Sant’Anna ou do Bananal, como veremos. A ausência de minérios preciosos, ou de qualquer outro produto de interesse mercantil, acabou por poupar essas regiões dos impactos diretos, ambientais e sociais, da fronteira do ouro. O que não significa que os “sertões dos gentios” não tenham sofrido, em alguma medida, os reflexos da ocupação humana nas zonas mineiras.

O colonizador vinha imbuído de uma concepção do mundo natural como um bem de capital, o *ethos* capitalista de que fala Webb (1994), onde a natureza é considerada *res nullius* (coisa sem dono), cujo valor mercantil autorizava sua

apropriação individual. No sertão, assim como no litoral, a visão colonizadora foi confrontada pela resistência dos índios à expropriação de seus territórios.

Conflitos Interétnicos na Fronteira do Ouro e seus Reflexos no Araguaia

Desde as primeiras incursões bandeirantes aos cerrados centrais, vários povos indígenas vinham sucumbido à violência da escravidão e das doenças. Mesmo assim, os primeiros colonizadores, mobilizados pela frente mineradora, se depararam com um espaço ainda densamente ocupado por sociedades nativas muito populosas e culturalmente diversas.

Na região das minas, a aguerrida resistência dos índios Kayapó no Sul e dos Xavante, Xacriabá, Akroá e Avá-Canoeiro no Norte, imprimiram à fronteira do ouro o caráter de zona de confronto. Se antes, os interesses coloniais se assentavam no aproveitamento do trabalho escravo indígena nos engenhos do litoral, com a mineração o índio passou a representar um entrave a ocupação e exploração econômica do território (Ataídes, 1998). O controle sobre suas populações apresentou-se como uma condição ao povoamento.

Em linhas gerais, até meados dos setecentos a posição da Coroa em relação aos povos nativos oscilou em função dos interesses dos colonos, que queriam a manutenção do trabalho escravo, dos jesuítas, que detinham o monopólio da catequização e o controle da mão de obra livre dos índios em suas missões e, de seu próprio interesse no sucesso empresarial da colônia, mas sobretudo, na manutenção do domínio político sobre ela (Carneiro da Cunha, 1992a). Segundo Ataídes (1998), pressionado pela prática colonizadora de um lado e pelas forças religiosas de outro, mas sem jamais afastar-se dos próprios interesses, Portugal, estrategicamente, se furtou a desenhar uma política indigenista coerente.

A legislação portuguesa sobre os índios, era ambígua e contrastante. Ao mesmo tempo em que determinava o aldeamento pacífico, a cargo dos religiosos, e proibia a escravização e a guerra generalizada aos índios, autorizava o extermínio dos grupos mais ofensivos e o cativo dos prisioneiros de guerra.

Oficialmente, a guerra foi admitida como defensiva e considerada necessária à consolidação da colonização, daí tratar-se de “guerras justas” (Carneiro da Cunha, 1992a).

Para Sevilha (2017), a violência da fronteira foi uma alternativa consciente e deliberada do indígena na sua resistência à conquista.

Longe de ser irracional, os ataques indígenas eram planejados e articulados não como reação, mas como ação, muitas vezes preventiva, de resistência. Não sem razão, o adensamento dos confrontos coincide com o período em que os “os deslocamentos econômicos da época pós-desenvolvimento se tornaram mais severos”. Contudo, os alvos prioritários dos indígenas não eram as bandeiras e expedições militares e sim os posseiros, fazendeiros e sitiantes, cuja situação de vulnerabilidade a ataques era evidentemente maior. Os índios foram, tanto quanto não-indígenas, propagadores de violência pelos sertões (Sevilha, 2017, p.68)

A contratação de sertanistas para fazer a guerra aos índios foi um recurso providencial no sertão. Suas expedições eram financiadas pelos próprios moradores e atuavam sob o manto das “guerras justas”. A literatura histórica faz referência à João Godói Pinto da Silveira, Domingos Pires, Teles Cavalcante, Wenceslau Gomes da Silva, Manoel Alves, Gabriel Alves, Manoel Campos Bicudo que estiveram a serviço das capitanias de Goiás e Mato Grosso (Ataídes, 1998, 2001; Chaim, 1983, 1987; Palacin, 1994; Karasch, 2016). Segundo os historiadores, o mais importante combatente dos índios do Brasil Central foi Antônio Pires de Campos (Pai Pirá) que, segundo documentos oficiais, reunia um “exército” de 500 índios Bororó. Antônio Pires era conhecido e temido pelo tratamento implacável e cruel que dispensava aos índios que perseguia, os quais “conquistava a ferro e fogo, e vencia pelo terror” (Karasch, 2016, p.73).

Na remota ilha do Bananal, os índios Karajá e Javaé foram confrontados com os efeitos indiretos da colonização. Embora seus territórios originais não tenham sido cobiçados pela frente da mineração, a partir da segunda metade do século XVIII eles passaram a ser invadidos por outros grupos indígenas que migraram para o Araguaia fugindo dos caçadores e abatedores de índios, no contexto das chamadas “guerras justas”. Esse foi o caso dos Tapirapé e dos Xavante, originalmente instalados na bacia do rio Tocantins. Os primeiros

chegaram a se instalar no interior da ilha, e por vários anos mantiveram relações voláteis de cooperação e conflito com os Karajá e os Javaé. Quando os conflitos se acirraram, acabaram recuando suas aldeias para o interior do Mato Grosso, afastando-se definitivamente das margens do Araguaia. Os Xavante, incansavelmente combatidos, mudaram várias vezes de território até cruzarem o rio Araguaia e se fixarem nas imediações da ilha do Bananal¹⁶. Mantiveram relações extremamente conflitantes com os Karajá da ilha, de quem constantemente roubavam utensílios, raptavam mulheres e crianças e tomavam as roças¹⁷ (Fonseca, 1775).

Os Karajá também foram afetados pela ação impiedosa dos bandeirantes à caça de índios para o cativeiro. A experiência mais traumática parece ter sido a passagem de Antônio Pires de Campos (Rodrigues, 2013). O violento paulista, combatia os Kayapó do Sul, quando seguiu para o norte a fim de cooptar mais índios para fortalecer seu exército de Bororó. Ao chegar à ilha do Bananal apresentou-se pacífica e amistosamente aos Karajá, sendo recebido da mesma forma. Após vários dias em convívio com os índios, o bandeirante atacou sordidamente a maior aldeia, matando com crueldade os homens, as mulheres e as crianças. Os sobreviventes que não conseguiram fugir para as matas foram aprisionados, açoitados e levados acorrentados para São Paulo. No caminho, sofreram maus-tratos e foram trocados nas fazendas por animais de carga (Fonseca, 1846). Assim, pelo artifício da exploração econômica e sob o estigma da violência o sertão mineral de Goiás foi incorporado à região colonial.

A partir de 1750, sob a administração de Sebastião José de Carvalho e Melo (1699-1782), o Marquês de Pombal, Portugal assumiu uma política indigenista de fundo racionalista. De acordo com Chaim (1983), as reformas implementadas por Pombal foram guiadas por duas ideias gerais do iluminismo: civilização e cultura, povoar e produzir. O que se traduziu na expansão e fixação do povoamento, no fortalecimento da agricultura e da pecuária e na “civilização” do índio.

16Sobre os Xavantes ver: Lopes da Silva 1992, Garfield 2000, Karasch 1992, 2016, Oliveira e Silva 2013.

17De acordo com Rodrigues (2012, 2013), os Karajá reconhecem os Xavante como seus inimigos históricos.

Na concepção iluminista os indígenas eram humanos “primitivos”, ainda em estado “selvagem”, sendo assim, deveriam progredir no sentido da civilidade. A nobre missão de “civilizar” tais criaturas era uma responsabilidade moral do colonizador. Por sua vez, quando disciplinado, o índio tornaria-se uma peça importante no mecanismo de povoamento e exploração econômica da colônia (Ataídes, 1998). Esta era uma questão estratégica para a Coroa Portuguesa que, diante de uma população ínfima de luso-brasileiros, via na inserção do índio ao corpo social da colônia como um trabalhador rural, a melhor forma de garantir o controle político sobre o imenso território brasileiro.

As diretrizes da política indigenista sob a tutela de Pombal, foram estabelecidas por uma legislação específica conhecida como “Diretório dos Índios” (1757). Em sua essência, o Diretório amparava os objetivos de Portugal de estabelecer com os povos indígenas de suas colônias um pacto de vassalagem, ampliando os mecanismos de aculturação e integração do índio à sociedade colonial. Por força da lei, o uso da língua portuguesa entre os indígenas tornou-se obrigatório e a miscigenação com os colonos foi incentivada; reforçou-se a proibição da guerra e a orientação para a conquista pacífica dos índios hostis e sua redução aos aldeamentos.

O regime de aldeamento passou a constituir a base de uma nova política de povoamento. Esses espaços ganharam desenho e infraestrutura urbana, a fim de serem expandidos como núcleos populacionais dinâmicos, formados por índios “civilizados” e colonos (Chaim, 1983; Rocha, 1998). Sua administração passou a ser realizada por leigos, geralmente militares, que também assumiram a catequese e a educação do índio para a vida social. Ao transformar os aldeamentos em povoações portuguesas, pretendeu-se acabar com o monopólio jesuíta sobre a mão de obra e, em última instância, o controle do “exército em potencial que representava milhares de índios aldeados” (Ravagnani, 1987 p.120), restituindo ao Estado a autoridade sobre essas populações.

Em Goiás, a política de Pombal esbarrou nas limitações dos sucessivos governos da capitania em estancar definitivamente os confrontamentos. Também existia uma indisposição declarada dos moradores quanto ao novo tratamento a ser dispensado aos índios. O expediente das “guerras justas” continuou sendo utilizado para justificar o extermínio e o cativo. A

pacificação e o aldeamento, quando realizados, esteve voltado a garantir a segurança das zonas povoadas e a “desinfestar” novas áreas para a expansão da pecuária, sem efetivamente existir uma preocupação de promover a integração dos índios à vida colonial, no máximo uma formação para o trabalho (Karasch, 1992).

Foi somente na década de 1770, durante o governo de D. José de Almeida Vasconcelos de Soveral e Carvalho (1772-1778), Barão de Mossâmedes, é que houve uma maior abertura aos propósitos pombalinos, com investimentos sistemáticos na pacificação dos índios e construção de novos aldeamentos para acolhê-los. Embora os grupos mais hostis tenham sido conquistados e novos aldeamentos construídos, a falta de recursos destinados à manutenção e melhoramento desses espaços e os constantes maus-tratos dispensados aos índios por parte dos administradores leigos e dos colonos, levaram à degradação do sistema. A maior parte dos índios aldeados fugiu de volta para suas terras de origem, tornando-se mais arredios e agressivos (Chaim, 1983). Logo, nem a guerra nem a pacificação foram capazes de mudar o cenário de conflitos na capitania. E, não obstante o temor e o ódio que as populações do interior nutriam pelos índios, não houve ameaça indígena capaz de fazer recuar a fronteira.

Em 1783, a população de Goiás aproximava-se de 60 mil habitantes (Palacin & Moraes, 2008). A administração colonial já era mais robusta e organizada, com a capitania subdividida em treze Julgados¹⁸, distribuídos em duas grandes regiões – Correição de Vila Boa, ou do Sul e Correição do Norte. No entanto, mesmo com a economia do ouro apresentando concretos sinais de esgotamento, o povoamento não havia se expandido muito além das zonas de mineração. Este contexto pode ser observado na carta geográfica elaborada por Thomas de Souza em 1778, conhecida como “Mapa dos Julgados”.

A carta reuniu elementos da paisagem, como o relevo e as bacias hidrográficas, e elementos humanos ligados à ocupação do território, como o

18Os Julgados se constituíam em subdivisões administrativas municipais onde os poderes executivo, legislativo e judiciário unificados eram exercidos por um conselho. Cada Julgado reunia vários arraiais e povoados. O sul da capitania estava dividido nos Julgados de Vila Boa, Meia Ponte, Santa Luzia, Santa Cruz, Rio das Velhas, Pilar e Crixás e o norte nos Julgados de Traíras, Cavalcante, São Félix, Arraias, Conceição e Natividade.

contexto da urbanização e as vias de comunicação. As aldeias indígenas são destacadas espacialmente onde a população de Goiás as localizava. Particularmente em relação ao vale do Araguaia, nota-se que nenhum arraial ou povoado havia sido instalado, assim como não existiam estradas que permitissem o acesso direto a região.

De forma geral, a fronteira em Goiás foi marcada pelo isolamento em relação ao litoral, centro político e econômico da Colônia, mas também às demais regiões coloniais. As comunicações foram limitadas, sendo possível identificar na carta dos Julgados que, já quase no final do século XVIII, o acesso terrestre à capitania se resumia a três caminhos. Um que vinha da Bahia e prosseguia para Mato Grosso, outro que seguia de Minas Gerais e, o mais antigo, que ligava Vila Boa de Goiás à São Paulo.

Na realidade, essas estradas, assim como os caminhos internos, não passavam de picadas no meio do cerrado, por onde transitavam as tropas de animais, único meio de transporte humano e de cargas. Ao longo dessas vias, praticamente não existiam pontes, pousos e entrepostos comerciais, o que dificultava o fluxo de bens e de pessoas, e tornava o preço das mercadorias comercializadas internamente exorbitante (Chaim, 1987, Palacin, 1994).

O sul da capitania gozou de melhores condições de comunicação que o Norte já que as poucas estradas se dirigiam todas para o arraial de Meia Ponte e para Vila Boa de Goiás, localizadas nessa região. Diante da ausência de caminhos, o norte da capitania se serviu mais da rede fluvial como via natural de comunicação. Neste aspecto, o Araguaia e o Tocantins, cujo percurso rasga o interior de Sul à Norte e as características morfológicas permitiam uma navegação razoavelmente fácil para as pequenas embarcações. No entanto, em Goiás não existiram as monções como ocorreu nas minas de Cuiabá (Holanda, 2000). A política portuguesa de proteção ao ouro das Minas dos Goyazes restringiu o acesso à capitania, entre outros, proibindo a navegação fluvial por mais de cinco décadas¹⁹. Essa medida acabou por estanca a comunicação dos povoados mineiros localizados, principalmente na bacia do rio Tocantins, com o exterior da capitania, inclusive, prejudicando as relações comerciais com o Pará. Tal medida, contribuiu para reforçar o vale do Araguaia como o espaço “vazio”, o sertão dos povos “selvagens” do Brasil Central (Chaim, 1987).

Na carta de Thomas de Souza, a região das cabeceiras do Araguaia é identificada como “Pais pouco conhecido abitado do gentio Cayapó” e o trecho

¹⁹A medida teve o escopo de fechar a principal via de acesso dos nortistas ao interior, de forma a garantir aos paulistas o domínio sobre o território das minas do norte e aumentar o controle sobre o contrabando do ouro para o Pará e Maranhão.

entre a ilha do Bananal (Ilha de S. Anna) até a foz é descrito como “Pais ingognito abitado de varias nacoens degentios”. Até então, a linha oeste da capitania era uma região pouco desbravada pelos colonos, daí ser representada em relação aos grupos indígenas que a habitavam, no caso os Kayapó, Karajá, Javaé e Xambioá. É interessante notar que, as aldeias localizadas no interior e a jusante da ilha aparecem rebatizadas com nomes de vilas e vilarejos de Portugal (Angeja, Anadia, Ladario, Silva, São Pedro do Sul, Ponte de Lima, Cunha, Mello, Lapa, Almeida e Sernacelhe), indicando que essas localidades já se encontravam sobre alguma ingerência do Estado colonial.

De fato, o governador D. José de Almeida, fiel às diretrizes de Pombal, em 1775 havia feito seguir para a ilha do Bananal a bandeira do Alferes José Pinto da Fonseca em missão oficial de paz com os índios Karajá e Javaé, dos quais já se tinha notícias²⁰. A “bandeira de pacificação” ganhou a confiança dos índios com presentes e demonstrações de boa vontade no evento em que expulsou os índios Xavantes, que haviam se apoderado de suas roças. Nessa viagem a ilha foi rebatizada de “Ilha de Sant’Anna”, em homenagem à santa católica do dia, e seus nove mil habitantes, segundo as estimativas do próprio Alferes, foram declarados sob a proteção da Coroa Real de Portugal. Aproximadamente na mesma época, em missão semelhante, uma outra expedição seguiu rio abaixo, pacificando várias aldeias Xambioá. No ano seguinte, o governador determinou uma nova expedição para a ilha do Bananal, desta vez com a missão de fundar o presídio²¹ São Pedro do Sul e o aldeamento Nova Beira. Ambos foram construídos na face leste, às margens do braço menor do Araguaia, no próprio local das aldeias indígenas, e representam a primeira presença do Estado na ilha do Bananal. Como a localidade não oferecia

20De acordo com Souza e Silva (1849), um ano antes, a comitiva guiada por José Machado ao médio Araguaia em busca de novos depósitos de ouro, havia estado na ponta meridional da ilha onde encontraram os índios. Na ocasião, Machado nomeou a ilha de “Bananal”, em razão de existir no local uma grande quantidade de bananais nativos.

21Os presídios eram fortificações militares instalados em pontos estratégicos de comunicação no interior ou ao longo dos rios navegáveis. Destinavam-se à defesa, ao povoamento e a auxiliar na catequização dos índios (Rocha, 1998). Segundo Carvalho & Cavalcante (2010), no século XIX, esses estabelecimentos receberam variadas denominações, tais como: núcleos militares de povoamento, núcleos de colonização militar, presídios militares de povoamento, colônias militares de povoamento fortificações lindeiras, fortificações limítrofes ou apenas fortes.

nenhuma riqueza natural que justificasse a invasão dos colonizadores, a ilha e suas populações nativas foram relativamente pouco afetadas (Ravagnani, 1987).

O estabelecimento de relações cordiais com os índios do Araguaia fazia parte do plano de governo de D. José de Almeida para incentivar a navegação no rio (Chaim, 1983; Ravagnani, 1987). Quando assumiu a administração de Goiás, a capitania experimentava o esgotamento paulatino de suas minas de ouro. O declínio da produção aurífera colocava em evidência a situação de vulnerabilidade da economia, até então sustentada pela exploração intensiva de um único produto. Portanto, era imperativo investir em uma nova matriz econômica de base agropastoril, assim como no estímulo ao desenvolvimento de um comércio de exportação. Essa posição, estava em consonância com os objetivos do poder central.

Nesse sentido, a pacificação dos índios estava articulada com a reestruturação econômica da capitania, que necessitaria de terras livres e mão de obra rural para prover o desenvolvimento de uma outra base produtiva. Em franco empobrecimento, os colonos dificilmente conseguiriam sustentar a aquisição de escravos negros, sendo mais barato servir-se do trabalho indígena. Além disso, as várias décadas de guerra aos índios haviam demonstrado a ineficácia da medida para conter os conflitos, cuja continuidade era danosa à expansão do povoamento, que se desconcentrava em busca de terras produtivas para o cultivo e a criação.

Um outro aspecto relevante, dizia respeito ao comércio interno, totalmente dependente da importação. A crise econômica havia tornando as tradicionais rotas comerciais com o Sul excessivamente desvantajosas, o que inviabilizava o acesso da população a bens de consumo básico, especialmente os manufaturados. A grande distância em relação aos mercados consumidores e a falta de caminhos terrestres frustravam os planos de desenvolvimento de um comércio dinâmico na capitania. O aproveitamento da extensa rede fluvial de Goiás, apresentava-se como a melhor alternativa para solucionar o problema das comunicações e estimular o comércio entre capitanias, promovendo a integração no sentido Sul-Norte (Batista, 2017).

A navegação no Araguaia era um feito complicado. A grande distância até o porto de Belém, os vários trechos encachoeirados que precisavam ser

vencidos, os altos custos da viagem, mas, principalmente, o isolamento e despovoamento nas margens do rio geravam grande insegurança (Palacin, 1994). A construção do presídio de São Pedro do Sul e do aldeamento de Nova Beira na ilha do Bananal, ponto central de comunicação, visava mitigar os riscos, encorajar as navegações e estimular o povoamento. O presídio abrigava um destacamento de soldados pedestres e alguns não-índios, que tinham a função de cultivar a amizade com os Karajá, Javaé e os Xambioá, localizados a jusante, e garantir a paz com seus vizinhos Xavante e Kayapó (Doles, 1987; Ravagnani, 1987). Contudo, os dois estabelecimentos tiveram um curto prazo de existência.

Em 1780, o governador Luiz da Cunha Menezes (1778-1783), Conde de Linhares, decidiu transferir os índios de Nova Beira para o aldeamento de São José de Mossâmedes, o maior e mais importante da capitania, localizado próximo à Vila Boa de Goiás. O esvaziamento de Nova Beira teria levado ao abandono do presídio de São Pedro do Sul. Com a extinção do único forte militar no Araguaia, a navegação acabou se tornando mais difícil e rara e a ilha do Bananal voltou a ser tão isolada quanto antes.

Segundo Doles (1973), a partir do governo de D. José de Almeida, a reivindicação pelo desenvolvimento das comunicações fluviais em Goiás, restabelecida por ordem régia em 1782, foi uma constante. A decadência econômica no século seguinte, despertou o interesse dos governantes pelos grandes rios, que passaram a ser considerados fundamentais para as comunicações e a expansão da frente agropecuária (Aguiar, 2003; Batista, 2017). Segundo Oliveira,

Os rios passam a ser vistos, principalmente no discurso dos Presidentes da província, como uma nova fronteira a ser conquistada e ocupada sistematicamente, para possibilitar uma ligação com o litoral, uma saída em duplo sentido, como caminho e como meio de salvar a Província do marasmo em que se encontrava (Oliveira, 2008 p.60).

O rio Araguaia, que durante o ciclo do ouro não havia desempenhado um papel de destaque na vida da capitania, passou a concentrar as tentativas de integração inter-regional por meio da implementação de uma rede fluvial de

comércio, que perdurou por todo o século XIX, ora com maior, ora com menor intensidade.

2.3 ESTRATÉGIAS DE POVOAMENTO DO VALE DO MÉDIO ARAGUAIA: ENTRE ÍNDIOS, NAVEGANTES E BOIADEIROS

Uma questão problemática para os planos governamentais de desenvolvimento do comércio pelas vias fluviais no século XIX dizia respeito a falta de condições econômicas de Goiás para investir no fortalecimento de sua estrutura produtiva, completamente desfavorável ao desenvolvimento de uma produção de excedentes voltados à exportação. A baixa capacidade agrícola e manufaturada da província era, em parte, uma herança perversa deixada pela mineração. Em Goiás, como em outras regiões do Brasil, enquanto a exploração do ouro foi vantajosa, as atividades agrárias não receberam nenhum impulso. Ao contrário, durante décadas, tanto a agricultura como a pecuária foram desestimuladas por meio de pesadas taxações²², a fim de que o trabalho e o capital não fossem desviados do garimpo (McCreery, 2006).

Nesse período, a maior parte dos estabelecimentos agrícolas goianos se constituíam em pequenos sítios familiares, localizados geralmente no entorno das minas e dos arraiais, dedicando-se ao cultivo do “indispensável para o consumo e para a compra de três ou quatro produto básico de importação de que não se podia prescindir: sal, ferro, pólvora” (Palacin, 1994, p.144). Alguns engenhos, de pequeno e médio porte, chegaram a se estabelecer. Bertran (2011), lembra que, diferente dos grandes engenhos exportadores do litoral, em Goiás eles se caracterizavam por uma produção diversificada (açúcar, cachaça, farinha de mandioca, milho, arroz, feijão, carne seca, fumo e algodão) cujo excedente era destinado aos mercados locais. O mesmo ocorreu nas fazendas de gado, onde “ao lado do curral, vicejava a roça de alimentos e, às vezes, a grande plantação de cana-de-açúcar” (Bertran, 2011, p.319). De toda forma, a produção comercial dessas unidades era sempre modesta. Os gêneros básicos de consumo eram quase todos importados de outras capitanias ou, aqueles mais

²²Cobrava-se dos fazendeiros: o Quinto, que era o imposto de propriedade pessoal do Rei de Portugal por permitir a lavra em terras minerais do Reino; o dízimo (10%) sobre os produtos agropastoris e 1/8 de ouro por unidade animal (vacum ou cavalari) que entrava nas minas.

consumidos, vinham dessas propriedades. O modo produtivo de subsistência prevaleceu em Goiás durante todo o século (McCreery, 2006).

A pecuária conseguiu ser mais dinâmica, mas não chegou a se tornar uma atividade importante economicamente durante o ciclo do ouro. Mesmo assim, obteve melhor êxito que a agricultura, o que se deveu mais ao baixo custo da produção, do que a abundância e qualidade dos rebanhos goianos. Com efeito, o modelo de criação extensiva se beneficiou da disponibilidade de pastagens naturais em um território abundante em terras. A baixa demanda de mão de obra, o tipo de gado rústico, adaptado ao ambiente hostil dos sertões e a própria mobilidade do produto, que dispensava altos gastos com transportes, ajudaram a pecuária a se propagar com certa facilidade (McCreery, 2006). Segundo Bertran (2011) as demandas por Sesmarias em Goiás na sua maioria estavam relacionadas ` criação do gado bovino.

Apesar de limitado, o comércio interno foi bem-sucedido enquanto a produtividade das minas garantiu o poder aquisitivo da população. Mas, na medida em que o ouro declinou, o comércio interno se retraiu, condicionado pelo gradativo empobrecimento dos consumidores. A crise provocou grandes ondas migratórias, reduzindo drasticamente a população. Muitos arraiais foram extintos e os que subsistiram sofreram um contínuo processo de esvaziamento, causado pela transferência da maior parte dos moradores para a já empobrecida zona rural (Bertran, 2011). A dispersão da população foi acompanhada da perda da importância dos centros urbanos e da ruralização da economia (Doles, 1973; Chaim, 1987; Palacin, 1994; McCreery, 2006).

Com o depauperamento de Goiás, a pecuária se sobressaiu como atividade econômica. No início dos oitocentos, duas frentes pastoris avançaram sobre o território goiano em busca de boas terras para a criação: uma ao norte (oriunda do sul do Maranhão) se instalou no vale do Tocantins, e a outra ao sul ocupou os campos do sudeste (atual Triângulo Mineiro) e o Mato Grosso de Goiás (Velho, 2009). A expansão dessa fronteira fez emergir dois padrões regionais de desenvolvimento. O norte foi pioneiro na produção comercial e venda de bovinos, enviando animais por terra para os compradores do litoral, principalmente da Bahia, e para o Pará. Em compensação, a agricultura foi em boa medida condicionada por fatores ambientais (solos mais pobres),

infraestruturais e econômicos (a falta de estradas dificultava o escoamento da produção para o mercado consumidor interno, concentrado nos principais núcleos urbanos localizados no sul, e externo) e culturais (predominância de uma sociedade de estirpe pecuarista). Como resultado, as populações do norte sofreram mais com os preços elevados e a escassez de alimentos. No sul prevaleceu as produções mistas voltadas para uma criação de bovinos de melhor qualidade e para o cultivo do tabaco e do algodão para exportação. Porém, a baixa qualidade desses produtos agrícolas fizeram com que fossem pouco requisitados nos mercados exteriores (McCreery, 2006).

O deslocamento da economia extrativista para uma economia de base rural foi contingencial, e não o resultado de uma política de ocupação e uso do solo voltada a promover a unidade econômica e social de Goiás. De sorte que, quando os governantes, sucessivamente, passaram a defender um projeto de navegação fluvial como a solução para a decadência econômica de Goiás, a maior parte do seu território ainda permanecia sem proveito econômico. Em 1806, a opinião do militar Francisco José Rodrigues Barata sobre a questão era a seguinte: “o comércio fluvial seria uma realidade apenas quando a agropecuária (*sic*) se desenvolvesse na região dos rios Tocantins e Araguaia, pois através dela se formariam excedentes exportáveis, o povoamento seria possível e os navegantes teriam abastecimento e socorros” (Doles, 1973, p.31). Barata, criticava as altas expectativas sobre o papel da navegação no desenvolvimento do interior, a seu ver, uma proposta equivocada para o momento considerando o déficit da produção regional. O fato é, que a navegação não aportaria os benefícios esperados sem que houvesse a contrapartida em termos de produtividade e demanda real.

Durante a primeira metade do referido século, as autoridades goianas empenharam o capital político e social de que dispunham para emplacar o projeto da navegação fluvial. Diante da baixa capacidade de investimento, a província socorreu-se de pequenos aportes financeiros do governo central e de sua tímida política de apoio ao povoamento e fixação da agropecuária nas margens dos rios. Internamente, contou com o apoio da elite rural, interessada em expandir a pecuária bovina e o comércio pela via do Araguaia.

O jornal goiano Matutina Meyapontense, de propriedade do Comendador Joaquim Alves de Oliveira, ruralista, dono do maior engenho da província e chefe político de Meia Ponte (atual Pirenópolis), deu destaque ao projeto da navegação fluvial. Várias matérias abordavam o potencial econômico contido nas belezas naturais do rio Araguaia, tais como: capacidade hídrica, fertilidade das terras e qualidade das pastagens marginais, grande variedade da ictiofauna, da flora e da fauna (Brito & Rocha, 2017). Na visão da elite rural e política de Goiás, o Império ignorava o valor econômico dos recursos oferecidos “gratuitamente” pela natureza selvagem das terras goianas. Na verdade, o Império não estava muito interessado em investir em uma província periférica, sem uma contrapartida comercial relevante. Em outras palavras, Goiás não oferecia *commodities* que justificasse a atenção do governo central (McCreery, 2006).

As discussões políticas em torno da questão da navegação também foram objeto de publicações do mesmo jornal. Por exemplo, um debate interessante para o nosso estudo, foi o que ocorreu no âmbito do Conselho Provincial de Goiás envolvendo as propostas para a colonização da ilha do Bananal, dentro do projeto mais amplo da navegação comercial.

Em 1830, a Assembleia Provincial de Goiás enviou uma solicitação formal ao imperador para que povoasse a ilha do Bananal despachando para lá os condenados civis e criminais do império brasileiro. A ideia era tornar a ilha uma espécie de “refúgio ou asilo prisional”. Apesar de existir um consenso sobre a necessidade de a ilha ser ocupada por pessoas não-índias, alguns conselheiros foram contra a proposta. Eles temiam que a ocupação de uma ilha tão remota e extensa quanto a do Bananal por criminosos representasse um perigo extra para os viajantes. Além disso, cogitou-se sobre o risco de os prisioneiros perverterem os índios, originalmente desprovido de maldades, e que, no caso de uma aliança entre eles poderiam ocorrer motins, com ameaças à ordem pública e ao poder provincial. Portanto, seria mais adequado primeiro construir um presídio, aparelhando-o com uma guarnição militar, para posteriormente realizar paulatinamente a ocupação com os condenados e com suas famílias (Brito & Rocha 2017). O que de fato aconteceu duas décadas depois.

A ilha do Bananal era um local estratégico para a incrementação da navegação do Araguaia, a qual, vinha atrelada a política de abertura da região à penetração da frente agropecuária. Em um relatório de 1871, o Inspetor Geral dos Presídios argumentava que:

Santa Isabel é um dos portos do Araguaia que merece alguma atenção, pois que colocado a dois terços mais ou menos entre Leopoldina e S. Maria ao meio caminho entre o presídio e o destacamento de São José, seria não só mais um ponto de recursos para os viajantes, como núcleo de nova povoação neste sertão extensíssimo (*sic*), acrescendo que fica no centro de duas grandes tribus indígenas que são os Tapirapés e os Carajás. (Correio Oficial nº 83, 03 de dezembro de 1879, Goyaz *apud* Ataídes 2001 p.279)

Além da sua localização central, a ilha era habitada por muitos índios Karajá e Javaé que poderiam oferecer boa de mão de obra para as companhias de navegação na manutenção dos barcos e como parte da equipagem, uma vez que eram exímios navegadores e conheciam o rio melhor que qualquer marujo. Como destacado anteriormente, o trabalho indígena era considerado um recurso importante para a expansão do povoamento. No caso da região do Araguaia, além do seu emprego na lida do gado e das plantações, poderia contribuir substancialmente para o sucesso da navegação fluvial.

Em 1809, D. Francisco de Assis Mascarenhas, então governador da capitania de Goiás, já defendia a importância dos índios para a navegação fluvial:

(...) esta gente é a melhor que se conhece para o serviço dos rios (...) e povoar os novos presídios que se houverem de criar sobre as margens dos rios Araguaia e Maranhão, sendo quase impossível achar outra gente mais capaz e de constituição mais análoga aos trabalhos e clima daquelas paragens (Mascarenhas, 1809, 68).

Os índios eram culturalmente natos em habilidades técnicas (conheciam profundamente o território, a arte de remar e da construção de canoas), de sobrevivência, (como hábeis pescadores e caçadores, sabiam tirar dos rios e das matas do sertão o sustento da tripulação, além de conhecer o uso medicinal e alimentar da flora selvagem) e sociais (podiam servir de interpretes ou

agentes diplomáticos, facilitando a comunicação e intermediando as negociações com outros índios); além de serem muitos, suprimindo a escassez de mão de obra na região (Holanda, 2000; Ravagnani 1987)

A navegação no Araguaia não alcançou imediatamente o impulso esperado. Segundo Batista, “até a década de 1830, ocupar e navegar pelo rio Araguaia ainda permanecia basicamente no discurso dos presidentes da província de Goiás” (Batista, 2017, p.166). O Araguaia era um local inóspito, sobre o qual ainda imperava um imenso vazio demográfico. A ausência de moradores e povoados era vista pelos comerciantes como um sério problema, pois as embarcações ficavam vulneráveis à hostilidade dos indígenas, que frequente e violentamente impediam a utilização dos rios navegáveis do Norte. Além disso, a falta de postos de abastecimento, tornava a logística da viagem uma tarefa mais complexa do que o habitual, uma vez que exigia obter provisões suficientes para todo o percurso (Batista, 2017).

De fato, em 1844, quando a expedição do naturalista Francis Castelnau percorreu o Araguaia, nem o povoamento, nem a navegação eram uma realidade. Castelnau desceu o rio até sua foz sem cruzar com nenhuma embarcação comercial ou encontrar sequer um povoado de ribeirinhos. Na ilha do Bananal, ele procurou, sem sucesso, os vestígios do antigo presídio São Pedro do Sul ou do aldeamento Nova Beira. A única presença humana no Araguaia, relatada pelo naturalista, é a dos índios Karajá, Javaé, Xavante e Xerente, dos quais encontrou apenas indícios de habitarem as matas marginais do rio e o interior da ilha do Bananal; e dos Xambioá, em cujas aldeias permaneceu algum tempo (Castelnau [1850/1857], 1949). Suas observações sobre a viagem no Araguaia, induzem à contraposição permanente entre uma natureza grandiosa e superabundante e a ausência absoluta de referenciais civilizatórios. Dean (1996), observa que na tradição dos cientistas europeus dos oitocentos, os índios eram tratados de modo similar às espécies de flora ou fauna do mundo tropical, ou seja, como elementos pertencentes ao mundo natural. Sob esse prisma, na visão de Castelnau, o Araguaia era um mundo habitado exclusivamente por criaturas selvagens, humanas e não-humanas, que se prestavam ao conhecimento da ciência.

A essa altura, era nítido que a viabilidade da navegação fluvial exigia uma intervenção incisiva do Estado no sentido de conjugar política de povoamento e política indigenista. Para fomentar a ocupação das margens dos rios, o Império ofereceu isenções fiscais e ajuda financeira aos criadores e agricultores dispostos a se fixarem naquelas desertas regiões e ordenou a construção de presídios militares em pontos estratégicos para a colonização; para resolver o problema com os índios, determinou a revitalização e criação de novos aldeamentos e reintroduziu as ordens religiosas católicas (Capuchinhos, Salesianos e Dominicanos) para a catequização e a “civilização” dos nativos.

A política indigenista do Império a partir do Segundo Reinado (1841-1889), foi pautada pela ideia de “civilizar” e integrar os índios, colocando-os sob a tutela do Estado²³. Os aldeamentos do Império foram inspirados no antigo sistema pombalino, prevalecendo o não confinamento dos índios, o estímulo ao convívio interétnico e à miscigenação e fomento às atividades produtivas. Nessa nova fase, os aldeamentos foram objetivamente pensados para se transformarem em povoações²⁴. Funcionavam como colônias agrícolas, estrategicamente instaladas nas próprias terras indígenas, incorporando suas aldeias e roças, que passaram a ser tuteladas pelos religiosos e coabitadas pelas populações sertanejas (Amoroso, 2016). Sevilha pondera que,

Além de menos dispendiosa, a medida trazia a vantagem de controlar, a um só tempo, o indígena e sua terra. Levando-se em consideração que os índios procuravam lugares fartos em caça, pesca e coleta para se estabelecerem, ainda que por um curto período de tempo, os territórios por eles dominados eram os mais férteis e próximos aos cursos d’água, por isso excelentes para a agropecuária, o embarque e o desembarque de mercadorias (Sevilha, 2017, p.68-69)

Ainda de acordo com a autora, a política de aldeamento e catequização indígenas atendia à dupla necessidade de abrir novas áreas para o desenvolvimento das atividades produtivas rurais e resolver a questão da falta de mão de obra para o seu impulsionamento:

²³Sobre a tutela indígena ver: Souza Filho 1999.

²⁴Sobre o assunto ver: Rocha 1998.

O Governo goiano tinha diante de si o desafio de ultrapassar os métodos agrícolas tradicionais e otimizar a produção. Para tanto, precisava lidar com a carência da mão de obra, latente em Goiás desde fins do século XVIII, com a crise da economia mineradora. Civilizar o indígena pelo ato de laborar, sobretudo na agricultura, atenderia justamente ao propósito de lidar com o problema (Sevilha, 2017, p.73-74).

O primeiro aldeamento criado na região do rio Araguaia, porém a certa distância de sua margem, foi o de São Joaquim do Jamimbú (1845). Posteriormente, fundaram-se os aldeamentos de São José do Araguaia (1863), Xambioá (1872) e Conceição do Araguaia (1897), todos às margens do Araguaia (Rodrigues, 2013).

Em 1850 foram construídos os presídios de Santa Isabel, no interior da ilha do Bananal, e de Santa Leopoldina, algumas léguas a montante, na margem direita do rio. Nos anos seguintes, a linha do rio Araguaia ganhou outras três fortificações: Januária (1852), Santa Maria do Araguaia (criado pela primeira vez em 1812, reconstruído em 1850 e 1859) e Monte Alegre (1859) (Medeiros & Cormineiro, 2014; Rocha 1998). A função desses presídios era oferecer suporte à navegação, assegurar o abastecimento e a segurança dos viajantes e, principalmente, atuar na atração da frente agropecuária. Geralmente, estavam instalados próximos às aldeias indígenas, onde projetava-se criar um aldeamento ou já existia algum (Amoroso, 2016). O mapa a seguir apresenta a localização aproximada desses estabelecimentos de acordo com as fontes históricas.

Junto a cada presídio fundou-se também um núcleo de povoamento. No caso do presídio de Santa Isabel, Machado (1850a, 1850b) informou em relatório à Assembleia Provincial que para a ilha do Bananal, mandou enviar uma guarnição de soldados pedestres e mais quarenta civis, entre os presos transferidos para o presídio, suas esposas e filhos. A fim de garantir o desenvolvimento da localidade, forneceu aos moradores as ferramentas necessárias para as construções e as roças, além de barcos para a travessia dos rios e o transporte de gêneros; mandou construir uma tenda de ferreiro para o reparo das ferramentas; e garantiu o envio dos suprimentos básicos, até que

pudessem colher o produto dos roçados, embora não existisse risco de grandes necessidades, graças à abundância de caça e pesca no Araguaia.

Em 1852, o Diário Oficial da província publicou nota, sobre os produtos enviados ao presídio de Santa Isabel.

Diário Oficial de Goiás nº 9 de 28 de abril de 1852

Expediente da Presidência

Ao comandante do Presídio Santa Isabel, relatando os objetos enviados (tecidos, carne, pólvora, armas, etc.) e ordenando que qualquer requisição de víveres seja feita antecipadamente (Ataídes, 2001, p.278)

O presídio de Santa Isabel foi transferido da ilha do Bananal para o continente, e reinstalado na margem esquerda do Araguaia, próximo à confluência com o rio da Mortes. A mudança deveu-se à vulnerabilidade do primeiro local escolhido para sua fundação aos efeitos das inundações sazonais, ocasionadas pelo pulso das águas do Araguaia. É provável, que durante as enchentes a população do presídio também tenha ficado exposta aos surtos de doenças do sertão, principalmente, as “febres dos rios”, daí Rocha (1998) mencionar a insalubridade do local como justificativa para a transferência. Na Correspondência da Presidência da Província ao Ministro da Guerra entre 1876 e 1880, pesquisada por Ataídes (2001), encontra-se o seguinte relato sobre este presídio:

Correio Oficial nº83, 03 de dezembro de 1879, Goyaz

Fundou-se então o presídio de S. Isabel a margem direita do Furo Grande – em uma barranca de 5m. 94, de onde, por causa das enchentes, foi transferido para a margem esquerda, alguns Kilometros, tomando o lugar, que tem a altura de 20 metros sobre as águas baixas do rio, o nome de – S. Isabel do Morro (Ataídes, 2001, p.277).

A posição central da ilha do Bananal, na metade do caminho entre o alto e o baixo Araguaia (no eixo norte-sul), e entre os rios Xingu e Tocantins (no eixo Leste-Oeste), era estratégica, o que fazia de Santa Isabel um posto importante para quem transitava pelo ermo sertão do Araguaia.

Apesar das medidas adotadas, até a década de 1850, os frutos gerados eram tão pouco significativos que o governo provincial considerou ser mais vantajoso direcionar seus esforços para a navegação na via do Tocantins, mais promissora economicamente. Dos cinco presídios criados no Araguaia, apenas o de Santa Leopoldina havia usufruído de algum progresso. Aguiar (2003) considera que “o esparso povoamento e a baixa geração de excedente comercializável, bem como a falta de capitais para dinamizar as atividades agropastoris, contribuíram para que não se firmasse um mercado dinâmico, capaz de impulsionar e justificar economicamente a empreitada” (Aguiar, 2003, p.48). Inviabilizada, a navegação comercial no Araguaia foi abandonada por volta de 1853.

Dez anos mais tarde, o general José Vieira Couto de Magalhães assume a presidência da província de Goiás. Como um típico administrador do Império, Couto de Magalhães incorpora “uma perspectiva econômica, que submete o território a uma interpretação racionalizadora que busca maximizar potencialidades e dinamizar o povoamento a partir do eixo dos interesses mercantis” (Maia, 2007, p.7). Seu projeto político-administrativo para a integração da região centro-norte consistia em: explorar a navegação fluvial, dinamizar a ocupação e a produção nas margens dos rios e abrir estradas de rodagem ligando as localidades mais isoladas da província (Maia, 2007). Ao seus olhos pragmáticos, o *locus* do progresso de Goiás estava no rio Araguaia.

A prosperidade desta província depende do Araguaia, esse imenso rio, que constitui uma verdadeira maravilha, já por sua beleza, já pela fertilidade das regiões que atravessa, já por oferecer uma navegação de cerca de 700 léguas. Para aí o goiano deve dirigir suas vistas, como o israelita as dirigia para a coluna de fumo que o guiava à Terra da Promissão. O futuro é grandioso com a navegação do Araguaia; sem ela, tudo é raquítico e mesquinho, como tem sido até o presente (Magalhães [1863] 1974, p. 41).

Couto de Magalhães se concentrou na revitalização da navegação no Araguaia a partir da introdução de um elemento altamente modernizador: o barco a vapor. Durante sua administração, o vale recebeu um sopro vigoroso de estímulo ao desenvolvimento. A fim de estabelecer bases sólidas para seu projeto, investiu na recuperação dos antigos presídios e na fundação de novos:

Santa Maria²⁵ (1861), São José do Araguaia (1864), São José dos Martírios (1864), Jurupensen (1864). Este último, foi estrategicamente instalado no rio Vermelho, afluente da margem direita do Araguaia, a meio caminho entre Leopoldina e a Vila de Goiás, na intenção de acomodar a oficina de reparos dos barcos a vapor que, em futuro próximo, singrariam o Araguaia.

Couto de Magalhães se empenhou pessoalmente em convencer os moradores de outras localidades a se mudarem para o Araguaia “com seus estabelecimentos e gado” (Magalhães, [1863] 1974, p.79), determinou a transferência do aldeamento de São Joaquim do Jamimbú para a nova povoação de São José do Araguaia (1863) que fez fundar às margens do rio, e fomentou a construção de uma estrada conectando Santa Leopoldina a Monte Alegre. Na sua visão pragmática, era “assim que ao deserto se hão de ir sucedendo a população e a indústria nas margens do grande rio” (Magalhães, [1863] 1974, p.79).

A partir da década de 1870, a navegação a vapor inaugura uma fase de relativo progresso para a região. A inovação do barco a vapor reduziu o tempo de viagem, possibilitando o aumento do fluxo das embarcações e a dinamização do comércio, a implantação do correio, representando uma melhoria das comunicações, a população afluíu para as margens do Araguaia, os presídios ganharam vida como entrepostos comerciais e portos de embarque e desembarque de produtos e passageiros com destino a Belém. Segundo Carvalho & Cavalcante (2010):

A Navegação foi o elemento de comunicação entre as populações ribeirinhas e os presídios foram centros de comércio e oficinas. Os serviços da navegação representaram, por um longo período, um meio de vida para o sertanejo, no processo de abastecimento de bens necessários à região como: sal, ferramentas, pólvora, utensílios domésticos, tecidos, couros de gado, meios de sola, peles de animais silvestres, fumo, algodão, cachaça, tapioca, rapadura e outros (Carvalho & Cavalcante, 2010, p.12).

²⁵Presídio Militar de Santa Maria do Araguaia fundado em 1812 e destruído em 1813 por uma aliança dos índios Xerente, Xavante e Karajá que se opunham à ocupação da região. Reconstruído em 1850 e desativado em 1852, com o declínio da navegação. Foi reativado em 1859 e destruído mais uma vez em 1860, desta vez pelos índios Kayapó e Karajá. Foi reconstruído e reativado definitivamente em 1861 (Medeiros & Cormineiro 2014 p. 186).

Esses fortes militares podem ser entendidos como verdadeiros instrumentos da expansão da fronteira oeste no século XIX. Para Carvalho & Cavalcante (2010), eles atuaram como elementos de transformação da paisagem araguaiana. Nas palavras das autoras, “foram as portas de entrada e saída da região”,(Carvalho & Cavalcante, 2010, p.15).

Santa Leopoldina e Santa Maria se tornam as mais importantes aglomerações populacionais do Araguaia e as menos isoladas do restante da província. Ao passo que, a primeira se comunicava com Vila Boa de Goiás, pelo caminho fluvial do rio Vermelho, a segunda estava conectada por estradas de rodagem aos povoados de Pedro Afonso e Porto Imperial, às margens do rio Tocantins. Em 1875, no apogeu da navegação, Santa Leopoldina prosperou sendo elevada à categoria de distrito de Vila Boa de Goiás e Santa Maria, com o tempo tornou-se uma promissora povoação. Mas, esta não foi a realidade de todos os presídios e aldeamentos na linha do Araguaia. No seu conjunto, a ocupação da região permaneceu bastante descontínua e com baixa densidade demográfica, quando comparada a outras localidades da província.

As políticas de povoamento e catequese ligadas ao projeto de modernização de Goiás pelo artifício da navegação a vapor, acabaram não produzindo os efeitos esperados. Nas últimas décadas do século, a maioria das povoações ribeirinhas não era autossuficiente e a população encontrava-se em situação de penúria. Em 1881, a província não possuía recursos para sustentar os aldeamentos, nem o desenvolvimento dos presídios militares, que já não cumpriam sua função primordial de atração de uma frente pioneira. Após algumas tentativas frustradas de recuperação do quadro geral de decadência, o governo provincial, seguindo as recomendações do Ministério da Agricultura, extinguiu os presídios, substituindo-os por colônias agrícolas voltadas à catequese e educação dos índios (Rodrigues, 2013).

A década de 1880 prenuncia o declínio da empresa de navegação a vapor. Nessa época, o empresário João José Corrêa de Moraes administrava, sob concessão, a Companhia de Navegação a Vapor do Rio Araguaia. Em mais de uma oportunidade, o empresário manifestou ao governo provincial o seu descontentamento com o empreendimento, que considerava exigir muito

investimento devido às dificuldades e os riscos assumidos no Araguaia. Na sua avaliação, as características ambientais do rio, como os trechos encachoeirados que provocavam acidentes e os fluxos sazonais de vazantes que impediam a regularidade das viagens para o Pará, e sociais, relativo à precariedade do apoio aos barqueiros, a falta de oferta da mão de obra qualificada para a reparação dos barcos e as “hordas de selvagens” que saqueavam os barcos, oneravam muito os custos do transporte, o que diminuía o volume de seus negócios e lhe causava prejuízos (Moraes, 1881, p.93-94).

Além disso, não havia recursos governamentais para as obras de engenharia necessárias ao melhoramento dos pontos de passagem críticos e para a manutenção dos barcos. De acordo com Rocha (1998, p.65), a navegação fluvial passou a “sofrer a oposição dos parlamentares liberais que a viam como deficitária e apenas como mais uma fonte de gastos para os cofres públicos”. Essa objeção, tinha como pano de fundo os interesses econômicos e políticos em torno da introdução das ferrovias, novo símbolo de progresso no final dos oitocentos. Sem o suporte massivo do Estado, a navegação a vapor acabou sendo suprimida em 1888.

Com o fim da circulação dos barcos no Araguaia, os habitantes da região foram deixados à própria sorte. As novas colônias agrícolas, as aldeias e povoados acabaram abandonados ou tornaram-se vilarejos miseráveis, onde poucas famílias viviam de uma roça de subsistência, da caça e da pesca (as vezes comercializavam algum dos seus produtos), mas principalmente de uma pequena pecuária bovina, incipiente na região. Leopoldina, o maior e mais dinâmico povoado do médio Araguaia, entrou em progressiva decadência (Coudreau, 1897).

Em todo o vale do Araguaia, os índios, apesar da usurpação de suas terras, do contexto de miscigenação e da gradativa redução de suas populações, ainda eram muito mais numerosos que os sertanejos. As populações Karajá estavam distribuídas por várias aldeias nas margens do rio e no interior da ilha do Bananal, que voltou a ser habitada exclusivamente por indígenas. Mas também havia populações Tapirapé, Xavante, Apinajé, Xambioá em todo o médio e baixo Araguaia (Rodrigues, 2013).

Com a falência da política de aldeamentos, os religiosos dominicanos mudaram sua abordagem de catequização. Em 1897, Frei Gil Villanova fundou a missão de Conceição do Araguaia, na margem esquerda do rio, alguns quilômetros abaixo da ilha do Bananal. A base da missão ocupou um ponto estratégico no rio, de modo a permitir o fácil acesso dos religiosos às aldeias indígenas e aos ranchos dos sertanejos, onde realizavam o serviço de catequização e assistência religiosa. Durante o primeiro ciclo da borracha (1898-1919) muitas famílias de Goiás, do Maranhão e do Piauí se mudaram para a missão, que rapidamente se tornou um povoado. Na virada do século, missionários das igrejas Protestante também se instalaram permanentemente nas proximidades da ilha do Bananal (MacIntyre, 2000).

Por essa época, nos arredores da antiga colônia militar de São João do Araguaia, na foz do rio, e dos povoados de São Vicente, Dumbazinho e Itacayú, no seu médio curso, já existiam algumas fazendas com centenas de cabeças de gado (Coudreau, 1897). Desde 1894, a frente pastoril maranhense, instalada no Tocantins no início do século, vinha se expandindo para o oeste em buscas de novas terras e bons pastos para o gado. Este movimento foi influenciado pelo acirramento das disputas políticas pelo controle das terras e do poder de mando no norte de Goiás, no que ficou conhecido como a “Primeira Revolta de Boa Vista do Tocantins”.

Tal disputa teve como protagonistas o Coronel Carlos Gomes Leitão, do Partido Republicano, que desejava a independência do norte de Goiás e sua junção ao Estado do Maranhão, e o grupo político conservador local, apoiado pela igreja católica, que era contra a separação. Após décadas de embates, inclusive armados, o Coronel Leitão e seus aliados acabaram derrotados e expulsos da região (Palacin, 1990).

O êxodo dos derrotados empurrou a fronteira pecuária em duas direções. Uma corrente de pecuaristas seguiu para o oeste, indo ocupar os campos naturais da região conhecida como Sant’Anna da Barreira ou simplesmente Barreira (atual Santana do Araguaia) na margem paraense do Araguaia, enquanto a outra, conduzida pelo Coronel Leitão, se dirigiu para o norte, desceu

o Tocantins e se instalou na foz do rio Itacaiúnas, dando origem ao Burgo Agrícola de Itacaiúnas (futura Marabá)²⁶.

Nos campos de Barreira, a frente Oeste encontrou melhores condições ambientais para o desenvolvimento da pecuária, do que a frente norte, limitada pela floresta Amazônica no Itacaiúnas. Segundo Velho (2009), a floresta representou uma barreira à expansão da pecuária, que, dado o modelo de criação extensiva do período, dependia totalmente das pastagens naturais.

É importante fixar a ideia de que o caráter dessa frente pecuarista tornava-a inseparável dos campos naturais. Numa espécie de círculo vicioso, seu isolamento e sua baixa produtividade não permitiam investimentos maiores, cuja ausência, por sua vez, ajuda a perpetuar suas características. Nessas condições, a mata se lhe apresentava como um obstáculo praticamente intransponível, e permaneceria basicamente como uma espécie de reserva, a ser explorada (...) (Velho, 2009, p.22-23).

A fronteira Oeste cresceu patrocinada pela explosão do mercado consumidor ligado à frente extrativista da borracha e da castanha e pelo apossamento das terras públicas no sudeste do Pará. Nesses sertões, a posse foi o meio mais comum de ocupação da terra, se sobressaindo sobre o sistema colonial das Sesmarias e, mesmo sobre a lei fundiária imperial, de 1850.

A Constituição republicana de 1891, descentralizou o domínio das terras públicas, as transferindo para os Estados da Federação. Tal medida, acabou favorecendo as elites rurais, detentoras do poder político local, utilizado sem pudor para instituir mecanismos variados de regularização fraudulenta da posse sobre verdadeiros latifúndios de terras públicas. A intensificação da concentração da terra implicou, por atribuição legal do Código Civil de 1916, na possibilidade de livre disposição dos recursos naturais.

Sem uma nova economia capaz de impulsionar seu desenvolvimento, Goiás permaneceu como uma das províncias mais periféricas do Império. A instituição da República ascendeu os ânimos da ala progressista da elite política

²⁶Durante o caminho, muitos criadores acabaram se dispersando dos seus grupos originais e ocupando as terras de campo de cerrado na região no vão goiano entre o Araguaia e o Tocantins.

e intelectual goiana, que viu no novo sistema de governo uma possibilidade de maior visibilidade e participação de Goiás na esfera política e econômica nacional. No entanto, essa expectativa foi rapidamente diluída pela inércia do poder central em destinar recursos para melhorar as comunicações e incentivar a produção.

A fronteira Oeste no século XX

A partir da década de 1920, a pecuária penetrou com maior intensidade a planície matogrossense do médio Araguaia. O primeiro registro da presença de uma boiada no interior da ilha do Bananal é de 1921. Entre agosto e outubro desse ano, o boiadeiro Luiz Pedro Chapadence, atravessou a ilha, no sentido norte-sul, tocando um pequeno rebanho de 40 cabeças de gado. Chapadence alcançou a extremidade norte da ilha, cruzando o Araguaia abaixo do povoado de Piedade, no Estado do Pará, adentrou os campos interiores, já previamente mapeados, e tocou a boiada no sentido sul até atingir a outra extremidade da ilha. De lá, cruzou novamente o rio, e entrou na fazenda de Luiz Alves, na margem goiana do rio Javaé. Empolgado com a produtividade das pastagens naturais, formadas por capim-mimoso (*Axonopus purpusii*) e capim-jaraguá (*Hyparrhenia rufa*), com rios e lagos piscosos e uma rica fauna silvestre, pediu o apoio do governo de Goiás para povoar o Bananal. O fato de não ter cruzado com índios no interior da grande ilha fluvial (concluiu que viviam somente nas praias do Araguaia²⁷), foi entendido como uma condição facilitadora para o povoamento (*A Informação Goyana* dez. 1921 p.34-35). Não encontrei informações a propósito da efetivação dessa ocupação. Não obstante, nos anos seguintes, a qualidade das pastagens nos campos de cerrado da ilha do Bananal atraíram os criadores de gado da região.

²⁷O que não era correto, dado que a travessia havia sido realizada na estação da seca, durante os meses de agosto e outubro, quando tradicionalmente os Karajá e Javaé costumavam deixar suas aldeias permanentes para realizarem grandes acampamentos temporários de pesca nas praias do Araguaia.

Nessa época, a presença do Estado no Araguaia estava limitada a ação tutelar do Serviço de Proteção aos Índios (SPI)²⁸, através dos postos indígenas. O SPI nasceu no âmbito do Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio (MAIC) como o braço operacional da política de nacionalização dos índios que, por sua vez, convergia com os objetivos das políticas de colonização e povoamento definidos pela pasta. O projeto do SPI se baseava na prestação da assistência leiga, retirando das mãos dos religiosos (católicos e protestantes) o controle sobre os índios, que deveriam, pela ação do Estado, serem paulatina e pacificamente incorporados à população sertaneja. Importa dizer que, a atuação do SPI era baseada em uma “pedagogia civilizatória” de fundo positivista, orientada para “a modelagem [dos índios] como trabalhadores rurais nacionais” (Maia, 2012, p. 37).

Em 1927, por ordem do Marechal Rondon, o primeiro posto indígena na ilha do Bananal – Posto Indígena Karajá – foi instalado próximo a aldeia Santa Izabel do Morro (maior aldeia Karajá na ilha). No ano seguinte, o nome do posto foi alterado para “Posto Indígena Redenção”, e em 1941, foi renomeado de “Posto Indígena Getúlio Vargas”. No decorrer dos anos, a ilha recebeu ainda mais dois postos indígenas: “Heloísa Torres”, na aldeia Itxala, na foz do rio Tapirapés, e “Damiana da Cunha”²⁹ na aldeia Javaé Barreira Branca.

A ação do SPI no Bananal foi marcada pela transferência dos índios de suas aldeias originais para as aldeias próximas aos postos indígenas e pela implementação do uso produtivo não tradicional das terras. Se por um lado, o agrupamento dos índios tinha como objetivo facilitar o trabalho assistencial do órgão, principalmente no que se referia à saúde indígena, por outro, servia para liberar as poucas áreas de habitação permanente³⁰ da ilha para a instalação das sedes de fazendas e ranchos dos retireiros. O órgão foi responsável por

28O SPI, foi o braço executivo da política indigenista do governo federal na Primeira República. Criado em 1910 por Cândido Mariano da Silva Rondon, subordinado à Secretária-geral do Ministério da Agricultura da Indústria e do Comércio (MAIC), com o objetivo de funcionar como “agência civilizatória” dos índios.

²⁹ Damiana da Cunha (1779-1831) foi uma índia Kayapó de Goiás que exerceu um papel importante na política de pacificação indígena no século XIX. Ver: KARASCH, M. Damiana da Cunha: catequista e sertaneja (Goiás, séculos XVIII y XIX). In: SWEET, D. G.; NASH, G. B. (orgs.). Lucha por la supervivencia en la América colonial. México, D.F.: Fondo de Cultura Económica, 1987 (1981), p. 85-97.

³⁰O fluxo das águas do rio Araguaia, atingia a maior parte das terras baixas da ilha. Os índios construíam suas aldeias permanentes justamente nos poucos pontos mais altos, protegidos das enchentes sazonais.

introduzir a prática agropastoril entre os índios, visando inseri-los ao processo produtivo local como fornecedores de excedentes comercializáveis e mantenedor de sua própria subsistência. No entanto, o desinteresse generalizado dos índios com a lida do gado e com a cultura de exóticas, não produziu os resultados esperados. Com o tempo, o SPI passou a contratar a mão de obra de não-índios para tocar a fazenda modelo que mantinha no interior da ilha do Bananal. Também passou a arrendar as pastagens naturais para os retireiros³¹ locais. Os contratos de arrendamento estabeleciam o sistema de cobrança por unidade animal (UA) e a exigência da instalação de cercas de arame (Rodrigues, 2013). O modelo de gestão adotado pelo SPI colaborou para atrair um grande número de criadores de gado e posseiros para o interior da ilha.

Ao afluxo espontâneo da frente de expansão³² pastoril para o médio Araguaia contrapôs-se a penetração de uma frente pioneira ligada à política de interiorização do país durante o Estado Novo (1937-1945), materializada na campanha da Marcha para o Oeste. No bojo do movimento de desbravamento da fronteira Oeste, quilômetros de estradas e várias pistas de pouso foram abertas, surgiram novos núcleos urbanos e polos de colonização, foram implantados postos de assistência à saúde e à educação dos povos do interior, vários grupos indígenas foram contactados e pacificados, inclusive os temidos Xavante (Silva, 1992; Garfield, 2000, 2014, Karasch, 1992). Com essas ações o governo pretendia promover o aumento demográfico e a integração econômica do Brasil Central.

No entendimento de Dutra e Silva (2017), nesse período o imaginário do interior como o sertão, lugar hostil e selvagem, é suplantado pelo de Oeste, um

31Nome regional utilizado para denominar o tratador de gado; usufrutuários temporários ou arrendatários de “pastagens e aguadas”.

32Adoto o conceito de frente de expansão e frente pioneira definidos por Martins (2012). Para este autor, Martins (2012), entende a fronteira como o espaço dinâmico e contraditório produzido pelas tensões entre os diversos grupos sociais e étnicos que ocupam uma determinada região, cada um com interesses e estratégias próprias. O autor trabalha com duas concepções de fronteira que entende essenciais para a análise e compreensão da ocupação do território brasileiro: a frente de expansão e a frente pioneira. Enquanto a primeira se refere à ocupação do espaço para a sobrevivência e para a apropriação imediata das riquezas, a segunda se caracteriza pela presença das estruturas capitalistas na apropriação da terra e dos recursos conexos e na produção. Frente de expansão e frente pioneira representam tempos históricos distintos que convergem na fronteira, expressando um complexo processo social que reproduz formas tradicionais de dominação e reprodução do capital (hierarquia social, mandonismo, personalismo).

território de prosperidade. Criadores de gado, aventureiros, especuladores de terra, pequenos agricultores pobres, comerciantes, todos foram atraídos para a fronteira em busca de oportunidade nas “novas” terras.

Por sua vez, as ações do governo federal para o desenvolvimento regional não foram acompanhadas de uma política de terras por parte dos Estados de Goiás e Mato Grosso. Isto permitiu um agressivo sistema de grilagem e venda irregular das terras públicas, motivada pela valorização das glebas. O entorno da ilha do Bananal sofreu os efeitos de uma ocupação desorganizada e, conforme o fluxo migratório se intensificou, a ilha passou a ser invadida por posseiros, retireiros e fazendeiros, que estabeleceram seus ranchos e fatiaram suas pastagens (Rodrigues, 2013).

Existia a expectativa de que as ações de colonização no contexto da Marcha, fossem direcionadas para a ilha do Bananal. Em dezembro de 1943, o Major Ângelo Nogueira Valente e Adolpho Pinto Pacca³³, protocolaram na Secretária da Presidência da República uma solicitação formal³⁴ para a criação de uma colônia agrícola no interior da ilha. O pedido vinha instruído de um projeto, o que demonstrava existir uma ideia pré-concebida para sua ocupação. Contudo, o governo não desejava redirecionar o avanço da frente de expansão sob a atuação da Expedição Roncador-Xingu (ERX), organismo responsável por abrir os acessos terrestres para a colonização, à cargo da Fundação Brasil Central (FBC) (FBC, Projeto Colonização Ilha do Bananal, 1943). A ilha do Bananal, foi utilizada como base de apoio logístico das operações que aconteciam na linha entre o alto Araguaia e o Xingu. Para isto, o governo mandou estabelecer uma base da Força Aérea Brasileira (FAB) na parte mais alta da ilha (Villas-Bôas & Villas-Bôas, 1994) .

A formação de pequenos núcleos urbanos na região do Bananal iniciou-se no final da década de 1920 em decorrência da consolidação da fronteira do gado, principalmente na margem matogrossense do Araguaia. Surgiram São José do Cocalinho 1928 (atual Cocalinho - MT), Furo da Pedra 1930 (atual Santa Terezinha – MT), Lagoa da Confusão 1933 (atual Lagoa da Confusão – TO),

33Funcionário da Fundação Brasil Central, órgão responsável pela implementação das ações de colonização no contexto da Marcha para o Oeste.

34Arquivo Nacional, Brasília, Fundo FBC.

Mato Verde 1934 (atual Luciara – MT), Santa Maria das Barreiras 1937 (atual Santana do Araguaia – PA). Com a política varquista de penetração, se estruturam São Félix do Araguaia 1950 (atual São Félix do Araguaia – MT) e São Miguel 1952 (atual São Miguel do Araguaia) (IBGE, 2017).

Os povoados de Pium e Cristalândia, na margem goiana surgiram em 1939, em razão de dois grandes garimpos de cristal de rocha na região. A mineração ganhou impulso durante os anos 1940 com a valorização do cristal de rocha no período da Segunda Guerra Mundial. Pium e Cristalândia receberam uma intensa onda migratória, que se enfraqueceu paulatinamente com o fim da guerra. Com a extinção dos garimpos, a maior parte da população que permaneceu no local voltou-se para a pecuária bovina (IBGE 2017).

A Marcha para o Oeste, contribuiu para consolidar e promover o crescimento desses núcleos urbanos. O aumento relativo da população regional, implicou uma maior pressão sobre os recursos naturais da ilha do Bananal. Em primeiro lugar, a pecuária persistiu como atividade econômica principal, consolidando sua expansão sobre a ilha. Pode dizer que, o médio Araguaia se tornou um “imenso curral”. As condições ambientais da região, que gozava de grandes campos cerrados nativos, um relevo extremamente plano e certa oferta de sais minerais nos barrancos salinos do rio Araguaia, conjugadas ao modelo de criação extensiva e à ausência de controle sobre a posse da terra, favoreceram a propagação da atividade pecuária sem a exigência de grandes investimentos ou maiores cuidados com os animais.

Do ponto de vista tecnológico, a queimada foi o recurso mais utilizado para garantir uma relativa rentabilidade da atividade pecuária, cujo o ciclo produtivo era comandado pela sazonalidade climática do Cerrado. Na estação das chuvas (invernada), o gado se mantinha robusto e saudável, graças ao rápido crescimento do capim (alguns exóticos, como capim jaraguá de origem africana) e formação de boas pastagens. Durante a estiagem, o efeito era reverso, os campos minguavam ressequidos e os animais sofriam com a escassez de alimentos. Nesse período os rebanhos perdiam peso e ficavam mais suscetíveis às pragas de carrapatos e ervas daninhas e aos ataques dos morcegos-vampiros. O uso do fogo foi extensamente propagado entre os fazendeiros de gado como técnica para acabar com as pragas e, principalmente

para provocar a rebrota do capim em menor tempo, no início das chuvas. Também, creditava-se às cinzas da queima da matéria orgânica, uma maior fertilidade dos solos. Todavia, esse benefícios eram passageiros, com o tempo, a prática constante desta técnica rudimentar, danificava o solo, reduzindo sua permeabilidade, prejudicava o capim, favorecendo o surgimento de plantas de menor qualidade nutricional para o gado (Dean, 1996; McCreery, 2006). Além de afetar a biodiversidade local, destruindo a fauna, principalmente de roedores, répteis, insetos e pássaros que nidificavam no solo.

De maneira geral, os fazendeiros goianos e mato-grossenses não investiam no melhoramento das pastagens. Primeiro, porque a abundância de terras desprovidas de qualquer tipo de uso produtivo e de mecanismo de controle da posse, possibilitava a substituição, sem grandes ônus, de uma área degradada por outra fértil mais adiante. Segundo, porque não possuíam capital para investir em técnicas mais eficientes e melhoramento do gado rústico. Como observou Dutra e Silva (2017), em Goiás “a *cattle frontier* mantinha precárias estruturas de produção, aliadas ao domínio fundiário em um vasto território de terras devolutas nos campos e savanas do Cerrado brasileiro” (Dutra e Silva, 2017, p.42). Em suma, a ascendência da pecuária na região do médio Araguaia pode ser associada, em parte, às condições ambientais oferecidas nos campo cerrado do norte goiano e, em parte, à conjunção adaptativa entre o modelo produtivo e as condições socioeconômicas do Estado.

É também dessa época, o início da expansão do turismo na ilha do Bananal. Desde a década de 1930, o Araguaia atraía visitante de várias localidades e condições financeiras para longas temporadas de caça, pesca e descanso. No final da década de 1950, a construção de Brasília e dos eixos rodoviários Brasília - Belém e Brasília - Cuiabá, inauguraram um novo fluxo migratório para o Brasil Central. Na ilha, a instalação de um centro turístico, estourou nova onda de valorização das glebas e intensificou a grilagem e a especulação imobiliária e, conseqüentemente, os impactos sobre o meio ambiente. Este período será abordado no último capítulo, por hora, compete afirmar que, sob os efeitos da Marcha para o Oeste, tanto na sua primeira versão com Getúlio Vargas como na sua releitura com Juscelino Kubitschek, a região da ilha do Bananal se tornou uma típica fronteira de exploração.

3 RAÍZES HISTÓRICAS DO PARQUE NACIONAL DO ARAGUAIA

Expansão territorial e proteção da natureza são fenômenos inter-relacionados. Na verdade, enquanto o primeiro confunde-se com a própria história da humanidade, o segundo remonta ao século XIX e decorre da percepção negativa do fato da cultura avançar aceleradamente sobre os domínios do selvagem subjugando-o, transformando-o, humanizando-o. Se considerarmos que os sentimentos e as representações da natureza que cada sociedade adotou ao longo de seu processo histórico de desenvolvimento foram determinantes do modo de ocupação e uso do espaço geográfico, podemos igualmente considerar que o olhar sobre esta natureza definiu, ao longo do tempo, as estratégias para sua proteção e salvaguarda.

Este capítulo explora a relação entre a representação do mundo natural e as ideias iniciais sobre a criação de um parque nacional para a proteção da flora e da fauna da ilha do Bananal. Ele está dividido em duas seções. Na primeira seção analiso o ensaio inaugural do engenheiro André Pinto Rebouças sobre os parques nacionais brasileiros, entendido no contexto do modelo norte-americano de proteção e turismo em áreas naturais nos anos 1870. Este texto apresenta a primeira referência conhecida sobre a ideia de um parque nacional para preservar o patrimônio natural e desenvolver o turismo na ilha do Bananal. Na segunda seção analiso a representação da ilha do Bananal nas páginas da revista *A Informação Goyana (1917 - 1935)* e sua relação com a emergência entre os intelectuais goianos de um pensamento que atribui valor científico, econômico e estético ao mundo natural

3.1 OS PARQUES NACIONAIS NA VISÃO DE ANDRÉ REBOUÇAS: A ILHA DO BANANAL E SETE QUEDAS

Existe um consenso na história dos parques nacionais brasileiros de que a primeira proposta para a criação de uma unidade de conservação dessa categoria no território nacional remonta ao período do Segundo Império, e foi

defendida pelo engenheiro militar André Pinto Rebouças no ensaio “Excursão ao Salto do Guayra”, escrito em 1876 e publicado em 1898 na revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB). A sugestão apresentada por Rebouças tornou-se a principal referência sobre a gênese da ideia de parques nacionais no país, de tal sorte que a maior parte dos estudos sobre o assunto enfatizam o seu caráter visionário. Com certeza, esse é um texto relevante, menos pela questão da origem do movimento em prol dos parques brasileiros, o qual efetivamente só surgiu várias décadas mais tarde, e mais pelas possibilidades que oferece para a compreensão das ideias elucubradas pelo intelectual quanto ao papel dos parques nacionais na construção de uma nação moderna.

André Pinto Rebouças, nasceu em 13 de janeiro de 1838 em Cachoeira, interior da Bahia, no seio de uma família erudita que gozava de um prestígio social e político incomum para a época, considerando sua origem mestiça (mulato). Aos oito anos de idade, mudou-se para o Rio de Janeiro, onde concluiu sua educação básica. Em 1854, ingressou na Escola Militar (futura Politécnica do Rio de Janeiro), se formando em engenharia seis anos depois. No ano seguinte, 1861-1862, juntamente ao irmão mais novo, fez sua primeira viagem de estudos à Europa. De volta ao Brasil, integrou a Comissão de Engenheiros do Império responsáveis pela elaboração de projetos de construções militares durante a Guerra do Paraguai. Essa experiência, convenceu-o de sua absoluta falta de vocação para a vida militar, fazendo com que desistisse da carreira e passasse a se dedicar exclusivamente à engenharia e às atividades empresariais, onde obteve reconhecimento social e financeiro. Todavia, a partir da década de 1870, seu foco de interesse deslocou-se para as questões sociais, momento em que ele passa a integrar o movimento pela abolição da escravidão no país (Carvalho, 1998; Juca, 2001).

André Rebouças conheceu o interior do país como poucos intelectuais de sua época. Sua atuação profissional, fez com que viajasse os rincões do interior do país – Paraná, Mato Grosso, Amazônia, Maranhão – o que ampliou sua noção dos problemas nacionais e dos desafios a serem enfrentados pelo Império para colocar o país nos trilhos da modernidade. Sua atuação no campo intelectual foi marcada por severas críticas à concentração da propriedade rural,

ao modelo tecnicamente ultrapassado da agricultura nacional e ao uso da força de trabalho escrava. Na sua opinião, estes eram fatores que condenavam o país à pobreza e ao atraso, além de destruir os solos e as matas, consideradas uma riqueza nacional. Seu projeto ideal de nação envolvia uma série de reformas estruturais na vida socioeconômica nacional, tais como a abolição da escravatura, a ampliação da política de imigração e de educação, a reforma agrária, a modernização dos meios de transportes e das técnicas de agricultura e a exploração racional dos recursos naturais (Carvalho, 1998; Jucá, 2001; Pádua, 2004).

As viagens realizadas à Europa (1862 e 1872) e aos Estados Unidos (1873), contribuíram para moldar seu referencial de modernidade. Particularmente a sociedade norte-americana, ativa e vigilante das liberdades individuais, afeita a inovações tecnocientíficas e dotada de uma energia econômica incomum se comparada aos países europeus, encantou profundamente o intelectual. De acordo com Carvalho (1998), os anos seguintes à sua estada naquele país foram de intensa “aproximação intelectual com as grandes referências filosóficas daquele povo, tido por Rebouças como o mais vocacionado ao progresso” (Carvalho, 1998, p.183).

O “arrojo yankee” tornou-se a lente através da qual o engenheiro passou a idealizar a sua América brasileira. Na visão de Rebouças, a inserção do país em um círculo virtuoso de progresso material e cultural, passava necessariamente pelas reformas sugeridas e pela absorção das inovações tecnológicas e sociais presentes nas nações do Norte. Pode-se considerar que uma dessas inovações foi justamente a ideia norte-americana de parque nacional, cujas raízes se encontravam na ideologia romântica da sacralização e reverência à *wilderness*³⁵.

35Sobre os vários sentidos historicamente atribuídos à *wilderness* ver: Nash, *Wilderness and the American Mind*, 1982.

As Bases Ideológicas da Invenção Americana dos Parques Nacionais

Durante os oitocentos, o movimento do Romantismo consolidou na cultura ocidental, notadamente nos países centrais, a crítica à razão e ao cientificismo iluminista, que impunha uma ordem lógica e funcional absoluta ao mundo natural. A premissa romântica de que a magnitude do universo transcende o humano fez emergir a ideia da *wilderness* como expressão do divino. Os conceitos de pitoresco e sublime permitiram uma postura positiva face à *wilderness*, que passou a ser exaltada como objeto de apreciação estética e lugar de refúgio à vida agitada das cidades. Um espaço místico, útil mais por suas qualidades espirituais do que pragmáticas.

A difusão dos ideais românticos se fez presente nas artes e na literatura norte-americana. A valorização da natureza *per se* constituiu a base do pensamento de intelectuais e artistas ligados a diferentes vertentes do movimento romântico, tais como o primitivismo e o transcendentalismo. De maneira geral, suas ideias sobre a preservação das áreas selvagens estavam relacionadas com a noção de que as sociedades modernas necessitavam desses espaços para se reconectar com suas origens e desfrutar do prazer de sua contemplação espiritual. Imbuídos do sentimento de amor à *wilderness*, eles defenderam a adoção de estratégias legais para a implantação de reservas naturais, cuja finalidade precípua deveria ser evitar que o humano interferisse no fluxo do mundo natural, garantindo assim a continuidade de sua existência (Nash, 1982).

No início da década de 1830, o artista e poeta George Catlin (1796-1872) expôs sua visão de um parque nacional que servisse para a proteção do mundo primitivo, que incluía os animais selvagens, as paisagens naturais e os índios americanos, todos, ameaçados de extinção pelo fluxo do desenvolvimento (McCormick, 1992). O filósofo e escritor Henry David Thoreau (1817-1862), um dos representantes mais influentes do movimento transcendentalista nos Estados Unidos, assim como Catlin, defendeu a criação pelo governo de reservas naturais para a preservação das áreas selvagens. Thoreau considerava que o ritmo cada vez mais frenético da vida moderna estava levando os humanos a se

distanciarem de sua essência divina. A felicidade humana estaria na volta às origens, ou seja, no retorno irremediável à *wilderness*. Ele foi um dos primeiros a criticar a visão materialista e utilitarista da *wilderness* e a sugerir que a terra poderia ter outros usos além da mera exploração econômica. Para Thoreau, o dilema entre a civilização e a permanência da *wilderness* poderia ser equacionado com a proteção de áreas selvagens, mantidas como tal por reverência e admiração. E, para que no futuro as pessoas pudessem usufruir de momentos de inspiração no contato com a *wilderness* (Nash, 1982).

O diplomata e naturalista George Perkins Marsh (1801-1882), publicou em 1864 o livro *Man and Nature: Or, Physical Geography as Modified by Human Action*, onde expôs suas observações sobre os efeitos negativos da ação humana no meio ambiente e os perigos advindos do desmatamento e da escassez dos recursos. Marsh desenvolveu uma abordagem holística da relação dos humanos com o meio físico. Seus argumentos incluíam justificativas tanto econômicas quanto poéticas, apontando para uma possível conciliação entre o uso (racional) dos recursos naturais e a preservação das áreas selvagens (McCormick, 1992).

A atitude de reverência à *wilderness* propagada pelos pensadores românticos influenciou a trajetória do escritor e naturalista John Muir (1838-1914), um dos mais importantes articulistas das áreas protegidas americanas, considerado o pai dos parques nacionais (Nash 1982). Muir cultivou uma concepção biocêntrica do mundo. Para ele, os humanos, assim como as demais espécies, eram parte do mundo natural, e não o centro dele. As áreas selvagens possuíam uma beleza autônoma, eram fonte de inspiração e paz espiritual, portanto necessárias, devendo ser preservada do ímpeto destrutivo dos humanos. Sua experiência pessoal de contato direto com as *wilderness*³⁶ de várias regiões do mundo o convenceu de que quanto mais as pessoas dela se aproximassem, usufruindo de suas qualidades místicas, mais fácil seria protegê-la (Nash, 1982). Isto fez com que idealizasse os parques nacionais como espaços voltados à visitação pública. Ou seja, na sua concepção, os parques deveriam incorporar extensas áreas selvagens sob a proteção do domínio público das

³⁶Muir foi um assíduo visitante da wilderness. Durante toda a sua vida percorreu muitos quilômetros de trilhas nas áreas selvagens americanas.

terras, para evitar a privatização dos recursos naturais que deveriam ser deixados intactos e, democraticamente, destinados à contemplação e ao lazer das pessoas, principalmente das populações urbanas, apartadas do convívio cotidiano com a *wilderness* (McCormick, 1992).

Apesar do sentimento romântico de amor à *wilderness* ter possibilitado a sua valorização como um elemento da identidade norte-americana³⁷, a concepção preservacionista defendida por Muir não chegou a ser uma unanimidade nacional. Concomitantemente, valores utilitaristas também foram atribuídos à *wilderness*. A exploração racional dos recursos naturais das áreas selvagens foi defendida como uma necessidade ao desenvolvimento e bem-estar das sociedades modernas. Esta corrente considerava que o potencial econômico do meio natural, notadamente os recursos florestais, poderiam ser explorados de maneira sustentada utilizando-se os modernos métodos da silvicultura. O maior expoente deste pensamento nos Estados Unidos foi Gifford Pinchot (1865-1946), engenheiro florestal e político, cujas ideias baseavam-se nos princípios técnicos da engenharia florestal alemã do uso sustentado dos solos, das florestas e das águas. Pinchot exerceu grande influência nas políticas florestais norte-americanas.

As ideias de Catlin, Thoreau, Marsh, Muir e outros ganharam substância com o estabelecimento nos Estados Unidos dos primeiros parques nacionais do mundo. E, cujo modelo serviu de referência para que outros países criassem seus parques nacionais, atribuindo-lhe significados próprios.

“Não Terá Também um Dia o Brasil o seu Parque Nacional?”

No período em que André Rebouças visitou os Estados Unidos, os debates sobre as políticas de conservação da natureza estavam em alta³⁸. Particularmente, a questão da proteção das áreas selvagens ganhava destaque com a recente criação do Parque Nacional de Yellowstone (1872) sobre

³⁷Sobre o papel simbólico da natureza selvagem na construção da identidade americana ver Nash 1982.

³⁸Ver McCormick, 1992.

oitocentos mil hectares de paisagens naturais do estado de Wyoming. A lei que instituiu o parque proibiu a colonização, a venda ou qualquer outro tipo de apropriação das suas terras, garantindo, desta forma, que os monumentos naturais – gêiseres, cascatas e cânions – da região fossem reservados ao amplo acesso do público. Do ponto de vista político, o parque nacional de Yellowstone era a primeira iniciativa do Estado americano de proteção em grande escala das terras públicas federais (Nash, 1982). Naquela ocasião, Yellowstone se constituía na maior área selvagem contínua, legalmente protegida e destinada ao turismo nos Estados Unidos.

André Rebouças acompanhou com interesse a novidade que o parque nacional de Yellowstone representava para o mundo. A invenção norte-americana lhe pareceu uma demonstração da grandeza daquela nação “positiva por excelência”, que considerou ser “nobre e patriótico” reservar suas áreas selvagens para a contemplação e gozo recreativo de seus cidadãos (Rebouças, 1898 p. 80 e 75). As motivações e justificativas emitidas por políticos, técnicos, jornalistas e até militares envolvidos com o processo de identificação e avaliação das terras do parque, colecionadas pelo intelectual, envolviam, ao mesmo tempo, argumentos simbólicos e utilitaristas. Se de um lado, elas destacavam os sentimentos de encantamento e perplexidade diante da raridade e espetacularidade da *wilderness* e da sua defesa como signo de uma estética da autenticidade nacional, por outro, apontavam as expectativas e previsões em torno do grande potencial turístico do parque e sua relação com o progresso da região. Para os preservacionistas uma das questões prioritárias dizia respeito ao controle sobre a privatização das terras selvagens, notadamente, sobre os seus atrativos naturais, como forma de garantir a sobrevivência da *wilderness* e o direito das gerações futuras de usufruírem de seus benefícios. Do ponto de vista utilitarista, prevaleciam interesses comerciais como o da companhia administradora da estrada de ferro Northern Pacific, que ansiava por estender um ramal da ferrovia até a costa Oeste, o que seria viabilizado pela demanda criada pelo fluxo de turistas no parque nacional. De acordo com Nash (1982), a ferrovia Northern Pacific foi responsável por popularizar o parque de Yellowstone como um instrumento do progresso nacional, ajudando a mobilizar a opinião pública a seu favor.

Na interpretação de Rebouças, os Estados Unidos estavam obtendo grandes vantagens servindo-se de seus monumentos naturais e áreas selvagens como atrativos para um tipo de turismo muito peculiar. Na ausência de destinos culturais tão relevantes quanto os do Velho Mundo, a jovem nação americana estava transformando a originalidade do seu território em um atrativo turístico importante. Como atividade econômica, o turismo estava sendo responsável por estimular a melhoria da oferta de serviço, principalmente de transportes (ferrovia, estradas, barco a vapor), nas regiões afetadas contribuindo, assim, com o seu desenvolvimento. Este era o caso das cataratas do Niágara, no estado de Nova Iorque, tradicionalmente visitadas por multidões de turistas nacionais e estrangeiros; do vale de Yosemite localizado na Serra Nevada, no estado da Califórnia, convertido em área desabitada em 1864 voltada exclusivamente ao lazer e à recreação públicos, e agora do vale do rio Yellowstone transformado em parque nacional, e cujas expectativas era de que atraísse um número muito maior de visitantes.

Nos Estados Unidos, os parques nacionais haviam sido concebidos como espaços indomados, expressão livre do mundo selvagem. Uma concepção paisagística completamente oposta àquela dos parques europeus, onde prevalecia o controle humano das formas harmoniosas dos jardins esteticamente desenhados ao gosto da aristocracia europeia. Segundo o intelectual, o Brasil deveria se inspirar na experiência norte-americana e criar seus parques nacionais, pois o que não faltava ao país era uma natureza selvagem, tão ou mais bela que aquela encontrada no país do norte³⁹. Bastava abrir o mapa para poder contemplar de norte a sul, de leste a oeste, “a magnífica região que nos foi concedida pelo Creador” (Rebouças, 1898, p. 84). Além de quedas d’água tão ou mais imponentes que o Niágara, existiam praias marítimas e fluviais de grande beleza, montanhas, campos e florestas exuberantes e uma biota surpreendentemente dotada dos “mais belos espécimes de uma fauna variadíssima, e principalmente, de uma flora, que não tem rival no mundo!” (Rebouças, 1898, p.87).

³⁹Em várias passagens do texto o autor compara elementos da natureza nos dois países.

Mesmo reconhecendo o distanciamento cultural e econômico entre o Brasil imperial e os Estados Unidos republicano, Rebouças via no modelo norte-americano uma referência para os futuros parques do Brasil. Ele sugeriu que as primeiras unidades fossem criadas na grande ilha fluvial do Bananal, na província de Goiás, e no conjunto das grandes quedas d'água do Guayra, conhecido como Sete Quedas, na província do Paraná. Na sua opinião essas regiões detinham qualidades ambientais excepcionais, sendo exemplificativas do grande potencial natural das terras nacionais.

No Norte, em pleno coração do país, as paisagens pitorescas da ilha do Bananal, pareciam especialmente moldadas para receber um moderno parque nacional.

Ao norte, bem no centro do território do Brazil, ha uma ilha que todos os viajantes dizem ser inexcetivelmente pittoresca; é a ilha que, subdividindo-se em dous grandes braços, forma o magestoso Araguayá.

No interior da ilha de Santa'Anna, do Bananal, ou de Caruonaré ha um bellissimo lago – A Lagôa Grande – de onde corre um lindo regato, como si a natureza já o tivesse preparado para um magnifico parque em estylo moderno. (Rebouças, 1898, p.84)

Enquanto no Sul, o espetáculo oferecido pela natureza na região do Guayra despertava em seus visitantes sentimentos de assombro e melancolia.

No sul da República região alguma pôde competir com a do Guayra em belezas naturaes.

Desde a foz do Ivahy até á do Iguassú, o rio Paraná reúne todas as gradações possíveis do bello ao sublime e do pitoresco ao assombroso!

É a região das cascatas e das cataratas por excellencia.

No rio Garey, Igurey, ou Pelotas dos antigos demarcadores ha dous bellissimo Saltos: um de 35 metros de altura, adornado de um esplendido Iris, e situado a menos de 2 kilometros da confluencia do Garey no grandioso Paraná.

Em frente a foz do Garey um regato, que se lança no Paraná, forma a cascata Oliveira.

Afinal termina essa prodigiosa serie de bellezas naturaes e magnifico Salto do Iguassu, alto de 50 metros, a 12 kilometros de sua foz no Paraná, e que muitos querem que seja mais bello, do que o próprio Guayra.

Quando finda o Canon do Salto das Sete Quedas, começam a aparecer, nas margens do Paraná, bellissimas praias. É preciso ter passado uma noite de luar em uma dessas extensas praias do Alto-Paraná para poder comprehender quanta melancolia ha nessas indescriptiveis paisagens, iluminadas pelo sympathico astro da noite. (Rebouças, 1898, p.85)

É possível notar nessas descrições que o autor nutria uma grande admiração pela geodiversidade do território brasileiro. A escolha dessas duas ilhas, uma em cada extremidade do país, ilustrava sua convicção na grandeza estética da nação, onde, tanto no Norte como no Sul podia-se contemplar uma natureza ímpar.

Na visão de Rebouças o país reunia um conjunto importante de bens naturais que deveriam ser protegidos da destruição, a fim de servirem ao engrandecimento e progresso da nação. Para tanto, era necessário que o tradicional padrão predatório do uso da terra fosse substituído por uma nova atitude que levasse em conta a exploração planejada e racional dos seus recursos naturais. Como ressaltado anteriormente, Rebouças entendia existir uma relação direta entre a destruição do território e a persistência do atraso e da pobreza nacional. Neste sentido, era necessário conter a devastação e proteger as áreas naturais para garantir a conservação das fontes de riqueza material da nação (Pádua, 2004).

Na concepção do intelectual, a ideia de preservação do mundo natural tão somente por seu valor estético não cabia na realidade do Brasil. Durante o período de suas andanças pelo país, ele havia presenciado as penúrias cotidianas enfrentadas pelas populações pobres do interior, subjugadas a um regime fundiário que concentrava a propriedade da terra. Por outro lado, o precioso patrimônio natural nacional era desprezado e, paulatinamente, devastado em favor de uma pequena elite latifundiária, enquanto deveria oportunizar ganhos para todos. Por isso, segundo Pádua (2004), quando André Rebouças falava de parques nacionais ele tinha em mente as vantagens concretas que estas áreas deveriam proporcionar às sociedades locais. “Ao invés de estabelecer barreiras para o progresso regional, os parques seriam um importante agente para a sua promoção” (Pádua, 2004, p.271). O que, na sua visão, ocorreria através da implementação de um turismo potente e moderno.

Na ilha do Bananal, Rebouças visualizou uma aventura em grandes barcos a vapor pelos grandes rios Araguaia e Tocantins, que cortam o centro do país até as terras fluviais, e velozes locomotivas como os que existiam nos Estados Unidos.

Imagine o Tocantins e o Araguaya navegados por magníficos vapores, como os de Mississipi; suas cachoeiras vencidas por vias ferreas lateraes: o comprehendereis então como será pittoresca em excursão a essa ilha, onde poderá grupar toda a flora e toda a fauna dos valles do Amazonas, do Parnahyba e do S. Francisco (*sic*). (Rebouças, 1898, p.84-85)

Na segunda metade do século XIX, os vapores, assim como as ferrovias, eram o símbolo máximo da modernidade. Segundo Rebouças, descer as corredeiras dos rios a bordo desses barcos, por si só, já era uma aventura que despertava nos viajantes emoções prazerosas.

A descida, a vapor, de uma corredeira produz uma das emoções mais gratas aos *touristas*.

Nos Estados Unidos é um momento de festa a bordo do vapor, quando elle vertiginosamente se lança por entre os alvejantes cachôpos de um rapido do Ohio, ou do Mississipi.

Conhecemos perfeitamente esta emoção, descendo no vapor Onze de Julho e Salto Grande do Uruguay, em 1865, depois da rendição de Uruguayana. Temos ainda a lembrança mais fresca dessa mesma emoção na pittoresca viagem, que, em um batelzinho, fizemos em 1872, pelos rapidos do Tejo desde Villa Velha do Rodão até Abrantes. (Rebouças, 1898, p. 85-86)

No Guayra, ele imaginou o roteiro completo de uma viagem cercada dos confortos e sofisticções dos ambientes urbanos. Em meio à imponente paisagem vapores com ornamentados salões de bailes, pontes suspensas, elevadores, planos inclinados, a fim de propiciar ao turista uma experiência única.

Lancemos os olhos para um grande futuro; repitamos a viagem do intrépido capitão Borba, não a cavallo, mas sim em confortável carro palácio, como hoje se vae ao Niagara; não em canôa, mas em um desses belos vapores, adornados com a riqueza e magnificiencia de salões de baile, como ora se viaja pelo Hudson e por England-Island-Soud!

Partamos de Curityba, a 900 metros acima do nível do mar; percorramos essas florestas de *Araucarias* e de (*ilegível*); atravessemos esses campos geraes, tão poeticamente descriptos por Saint Hilaire; tomemos um vapor bello do Tibagy; desçamos o Paranapanema; repitamos ao, ao alvorecer, a singela saudação: - Bom dia, Paraná! – visitemos o delta do Ivinheima, e vejamos, no Sul, uma repetição dos igarapés do vale do Amazonas; visitemos essas belas pedras do Itaquatiá; meditemos, um pouco, sobre as ruínas de Ontiveros e de Ciudad Real: sobre a efêmera republica theocratica de Guayra; entremos no Piquiry, o mais bello rio da província do Paraná, na opinião do ousado capitão Nestor Borba, e repousemos, emfim, na cidade do Guayra; para nos prepararmos á contemplação do assombroso Salto das Sete Quedas.

Ahi encontraremos, como em Niagara-Fallas, pontes suspensas, elevadores, planos inclinados, emfim a arte do engenheiro tentando elevar-se á altura do *Fiat* de Deus!

Depois passemos, dias e dias, a admirar todas as maravilhas naturaes, grupadasno *Parque Nacional* do Guayra, e por todo o Paraná, até Iguassú; terminemos nossa excursão no Salto de Santa Maria; e voltemos á Curityba pelo caminho de ferro de Guarapuava, certos de haver realizado a mais bela viagem circular, que se pôde fazer neste mundo! (Rebouças, 1898, p. 86)

Diferente da ideia romântica compartilhada por Thoreau e Muir de conexão íntima com a natureza em seu estado original, Rebouças detinha uma visão burguesa das viagens de lazer do período, e que “se insinuava na curiosidade por paisagens pitorescas do território, na busca de prazer estético, de sensações fortes, da imagem do ilimitado – somados à velocidade e ao conforto da vida moderna” (Murari, 2009, p.47). Para ele, as belezas naturais de um país seriam atrativas aos turistas se fossem cercadas das “maiores comodidades possíveis”, de forma a proporcionar aos visitantes uma experiência emocionante e positiva, sem dissabores e fadigas inúteis (Rebouças, 1898, p. 81). Um bom exemplo eram as cataratas do Niágara, cujo aparato de infraestruturas – ferrovias, elevadores, pontes suspensas – tornavam a contemplação daquele monumento natural fácil e confortável.

A essa concepção de turismo seguia-se um grande entusiasmo e encantamento pelo mundo da técnica e das obras da engenharia moderna, que, segundo Murari (2009), decorria de uma apreciação estética da natureza influenciada pelo princípio iluminista da submissão do mundo natural ao controle humano. Para a autora, o olhar de Rebouças sobre o mundo natural se guiava pela perspectiva ideal da fusão entre, o que ele acredita ser o sentido sublime da arte divina e o da arte humana.

De maneira geral, seu pensamento expressava a racionalidade típica da segunda metade do século XIX, manifestada no apreço à ciência e à técnica como elementos modernizantes das sociedades e na concepção da natureza como riqueza material a serviço do bem-estar humano. Ele não concebia o gozo estético e o aproveitamento econômico e social do meio natural como fatores divergentes. Do ponto de vista do ideal político do progresso nacional ambos eram desejáveis (Pádua, 2004). Neste sentido, os parques nacionais foram defendidos como agentes do desenvolvimento. Eles permitiam alinhar dois importantes componentes da prosperidade de uma nação: a apreciação do território como elemento subjetivo da afirmação nacional e a sua exploração econômica através da promoção do turismo.

Pode-se afirmar que, originalmente, a proposta dos parques nacionais brasileiros surgiu sob a ótica antropocêntrica do discurso socioeconômico de André Rebouças. Contudo, Pádua (2004) adverte que a concepção humanista e tecnocrata do mundo de Rebouças não implicava uma atitude de menosprezo pela natureza. Ao contrário, o que transparece no ensaio aqui discutido é a visão de que os parques nacionais poderiam contribuir para a superação do atraso nacional, por meio da proteção daquilo que o país possuía de mais grandioso e valioso: o seu território. Este aspecto é observado ao final do texto, quando Rebouças demonstra atribuir um valor intrínseco à natureza, expressando seu desejo de que as riquezas naturais da ilha do Bananal e do Salto do Guayra fossem mantidas a salvo da destruição para que no futuro as novas gerações tivessem a oportunidade de contemplá-las.

O que é certo; o que fica acima de toda a discussão é que a geração actual não pôde fazer melhor doação ás gerações vindouras, do que reservar intactas, livres do ferro e do fogo, as duas mais bellas ilhas do Araguaya e do Paraná.

Daqui a centenas de annos poderão nossos descendentes ir vêr dous especimens do Brazil, tal qual Deus o creou; encontrar reunidos, no Norte e no Sul, os mais bellos especimens de uma fauna variadíssima, e principalmente, de uma flora, que não tem rival no mundo!

Tal é a nossa aspiração, escrevendo estas linhas. (Rebouças, 1898, p.86-87)

Quanto a sua visão do parque nacional da ilha do Bananal, existem dois aspectos interessantes de se notar. O primeiro se refere ao fato de Rebouças afirmar que todos os viajantes diziam que a ilha era pitoresca, o que remete à ideia de que ele não conhecia a ilha pessoalmente. Se tomarmos essa hipótese como verdadeira, é provável que a imagem do autor do “magestoso Araguaia” fosse inspirada na combinação das várias narrativas produzidas durante os oitocentos sobre o rio, suas belezas naturais e suas possibilidades econômicas. Por exemplo, em 1850 o naturalista Francis de Castelnau havia publicado na França o relato de sua viagem à América do Sul, onde incluía sua passagem pela ilha do Bananal. Castelnau produziu uma descrição minuciosa das paisagens naturais, da flora e, principalmente, da fauna presente na ilha, inaugurando, assim, a projeção científica internacional da sua riqueza biológica, até então inédita. Em 1863, Couto de Magalhães, publicou “Viagem ao Araguaia”, uma narrativa onde sentimentos românticos de apreciação e nostalgia diante da natureza tão “selvagem” quanto seus habitantes nativos, emergem juntamente à aspiração modernizante de transformação do território. Via de regra, esse tipo de representação teve grande influência nas concepções dos próprios nacionais sobre o interior do país, permanecendo por muito tempo no imaginário coletivo. De acordo com Chaul (1997), as imagens sobre o sertão goiano produzidas durante o século XIX, adentraram o século XX ainda como uma de suas principais chaves de leitura. “Chegamos até os anos 30 deste século [XX], acompanhando as observações de governadores de Província e de viajantes europeus, que se aventuraram pelo sertão e por cidades dessa região construindo e retalhando sua história” (Chaul, 1997, p.15). O segundo aspecto, se refere ao fato de que quando Rebouças idealizou uma aventura turística à ilha a bordo de grandes e luxuosos barcos a vapor, a navegação comercial no Araguaia já era uma realidade. Como demonstrado no capítulo anterior, os anos 1870 foi o período em que o cenário da navegação fluvial em Goiás foi mais promissor.

Conforme previsto pelo próprio Rebouças, seu manifesto não lograria efeitos concretos e a ilha do Bananal ainda teria de aguardar 83 anos para finalmente se tornar um parque nacional.

3.2 DE PARAÍSO SERTANEJO A PARQUE NACIONAL: IMAGENS PROJETADAS DA ILHA DO BANANAL

Nas primeiras décadas do século XX, a ilha do Bananal ganhou projeção nacional nas páginas da revista *A Informação Goyana* (1917-1935), considerada o principal veículo de propaganda de Goiás durante a Primeira República. A análise dos artigos publicados nos permite afirmar que a revista teve um papel preponderante na construção e disseminação da imagem da ilha como o “paraíso selvagem” do sertão brasileiro.

A *Informação Goyana* foi criada em 1917, na Capital Federal, pelos intelectuais goianos Henrique Silva (1865-1935) e Americano do Brasil (1892-1932)⁴⁰ com o objetivo expresso de divulgar estrategicamente o estado de Goiás nos principais centros políticos e econômicos do país. Buscava-se combater o desconhecimento geral sobre a região, de forma a impulsionar sua integração econômica ao escopo nacional. Durante quase duas décadas de sua existência, o periódico mensal circulou uma grande quantidade de informações sobre as características físicas (hidrografia, solo, clima, flora, fauna) e sociais (população, cidades, cultura, atividades produtivas) do estado, com ênfase em suas possibilidades econômicas (Nepomuceno, 2003; Lisboa, 2009; Dutra e Silva et. al., 2015).

Segundo Lisboa (2009) mais do que informar, *A Informação Goyana* ajudou a construir uma certa imagem do interior do país. Por meio de uma representação prodigiosa das riquezas naturais e de aspectos da vida sertaneja buscou combater o preconceito vigente no litoral em relação ao interior, valorizando as coisas e as gentes de Goiás. O desejo de participar de um projeto de nação moderna passava também pela reivindicação da goianidade como um valor, elemento de uma nacionalidade em evidência.

O vale do Araguaia foi tema de inúmeros artigos ao longo das edições da revista. Com exceção da questão da transferência da Capital federal para o Planalto Central e da implantação da navegação fluvial, questões prioritárias

⁴⁰Americano do Brasil permaneceu na editoração da revista apenas durante o seu primeiro ano, depois permaneceu apenas como colaborador eventual. Henrique Silva assumiu sozinho a edição do periódico, tornando-se seu mentor intelectual.

para Goiás desde os tempos da Colônia, a grande maioria das publicações destacavam a região pelo valor econômico e estético dos seus recursos naturais. Referiam-se, por exemplo, à fertilidade dos solos, à extensão e qualidade das pastagens, à variedade e utilidade da flora, à riqueza das pérolas do Araguaia, à característica piscosa dos inúmeros lagos e rios, e também ao caráter pitoresco de suas paisagens, formada por imensos campos naturais, praias de areias alvas e finas, habitadas por grandes populações de aves das espécies mais belas e coloridas e uma fauna selvagem variadíssima, entre outras qualidades⁴¹.

Na ilha do Bananal, a revista pintou com cores intensas de ufanismo o quadro de um paraíso selvagem à espera de civilização. Em várias passagens, as qualidades estéticas de suas paisagens foram exaltadas como paradisíacas, misteriosas, fabulosas, formidáveis, prodigiosas. Um “recanto privilegiado” do Brasil, que alucinava e renovava o espírito de todos que o visitavam. Por vezes, a lembrança de André Rebouças e seu parque nacional surgiam na história da ilha, validando assim, sua excepcionalidade dentro do imenso território brasileiro. Este era o caso, por exemplo, dos artigos “Ilha de Sant’Anna ou do Bananal” e “Uma das grandes maravilhas do Brasil Central” publicados nas edições de março de 1918⁴² e novembro de 1923⁴³, respectivamente. No entanto, o Bananal era um lugar remoto, cujas “riquezas incalculáveis” ainda se encontravam abandonadas, sem que os administradores tivessem despertado seu bom senso e os caçadores de fortuna a sua audácia⁴⁴. Se de um lado, a representação da ilha como uma espécie de Éden sertanejo sugeria a identificação com um certo imaginário romântico, por outro, a ênfase no abandono do seu potencial econômico apontava para um olhar utilitarista sobre um patrimônio natural disponível à exploração.

41Ver: “A cultura do algodoeiro” e “Pirarucu no Araguaya: riqueza ignorada” na edição de janeiro de 1918, p.67 e p. 71; “Das margens do Araguaya” na edição de abril de 1918, p. 110-111; “Relatório dos estudos da Comissão exploradora dos rios Tocantins e Araguaya” nas edições de agosto p.7-8, setembro p. 12-15 e outubro p.21-23 de 1920; “Uma Riqueza a explorar” na edição de março/abril de 1922 p. 64; “Pérolas e conchas perlíferas do Araguaya: riquezas a explorar” na edição de fevereiro de 1928 p.01; “O rio Araguaia” na edição de fevereiro de 1930 p. 56; “Peixes dos rios do Brasil” e “Exploração da Ilha do Bananal” na edição de janeiro/fevereiro de 1930 p. 41 e p. 43; “Riquezas abandonadas” na edição de fevereiro de 1933 p.01.

42A *Informação Goyana*, ano II, vol. I, N.8, mar./1918, p.93. Este artigo foi republicado em abr./1934, p.66.

43A *Informação Goyana*, ano VII, vol. VII, N. 4, nov./1923, p.26 e 27.

44A *informação Goyana*, ano VIII, vol. VIII, N.10, mai./1925,p.1.

Na perspectiva de Henrique Silva, mentor intelectual da revista, o Araguaia possuía uma dimensão econômica importante, pois além de servir de via de comunicação estratégica, toda a região reunia um conjunto de recursos naturais altamente favoráveis a instalação das indústrias extrativistas, pesqueira e agropastoril. Assim, a ênfase na natureza vista como recursos acabou predominando, o que não significava que seu valor estético fosse desprezado.

A utilidade do rico patrimônio natural da ilha envolvia também uma dimensão científica. Ao longo do tempo, a ilha atraiu o interesse de cientistas, nacionais e estrangeiros, oriundos, principalmente, de áreas das ciências naturais como a biologia, a zoologia e a geografia. Francis de Castelnau (naturalista financiado pelo Museu de História Natural de Paris), Estanislau Przyemski (naturalista do Museu de História Natural de Varsóvia), Emília Snethlage (especialista em avifauna do Museu Emílio Goeldi do Pará e do Museu Nacional do Rio de Janeiro), Carlos Herndl (engenheiro encarregado pelo governo de Goyaz de coletar espécimes da fauna e da flora do Araguaia para a Exposição comemorativa do centenário da Independência) e R. B. Clark (geógrafo colaborador do *The Geographic Journal*), produziram ricas monografias sobre a geografia, a flora e a fauna insular⁴⁵.

Na esteira de um nacionalismo emergente na década de 1920, Henrique Silva, em mais de uma ocasião manifestou-se contrário à presença de cientistas estrangeiros na ilha do Bananal e lamentou o descaso da Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro (SGRJ) com Goiás. Em 1922, na qualidade de membro diretor daquela sociedade, requisitou a que se fizesse um mapeamento geobiológico da ilha para “reconhecer e reintegrar ao patrimonio nacional como uma conquista da ciencia brasileira a maior, a mais bella, a mais rica ilha fluvial do mundo inteiro” (*A Informação Goyana*, Ano VIII, Vol. VIII, N. 10, mai./1925, p.75). Propôs, um minucioso estudo, envolvendo o levantamento topográfico, geológico e hidrográfico, as condições dos solos, do clima e da salubridade, o

⁴⁵Ver: Castelnau, F. 1949, Expedição às Regiões Centrais da América do sul, v.1; Snethlage, E. 1926, Uma nova espécie de Dendrocolaptídeo no interior do Brasil; Snethlage, E. 1926, Algumas observações sobre pássaros raros e pouco conhecidos do Brasil; Snethlage, E. 1928, Novas espécies e subespécies de aves do Brasil Central; *A Informação Goiana*. Aspectos Goyanos. O Araguaia, ano XI, vol. XI, nov./1927, p.32; *A Informação Goiana*. Aspectos Goyanos. O Araguaia, ano XI, vol. XI, n. 5, dez./1927, p. 39.

inventário da fauna (peixes, mamíferos, aves, insetos etc.) e da flora, ou seja, um diagnóstico completo de suas condições ambientais. Seu propósito era, sem dúvida, o de prospectar recursos que pudessem ser utilizados na indústria, medicina, construção civil, pecuária, agricultura, pesca etc. Mas, envolvia também a ambição de assegurar aos brasileiros a vanguarda do conhecimento científico de seu próprio território, evitando assim, a usurpação do patrimônio natural nacional por outros países.

A visão progressista de Henrique Silva, concebia a natureza do Bananal como fonte de recursos essenciais ao desenvolvimento de Goiás, e conseqüentemente, da nação, mas não excluía o reconhecimento do seu valor como objeto da ciência. Também não era acrítica ao caráter perdulário da exploração econômica dos recursos naturais no Brasil. Havia, da sua parte e da parte do núcleo de intelectuais reunido em torno dele, uma preocupação genuína com a destruição da flora e da fauna em Goiás. As rudimentares práticas agrícolas dos produtores, que insistiam na derrubada de novas áreas florestadas e nas queimadas, eram apontadas como a principal causa da redução das matas e florestas. A caça da fauna selvagem, motivada pelo mercado de peles e plumas nos grandes centros, era realizada em qualquer época do ano, da reprodução e da cria, e sem nenhum critério quanto ao tamanho do animal. Esta situação ameaçava o ciclo de vida, levando ao desaparecimento das espécies. Os caçadores, profissionais e amadores, atuavam à revelia das autoridades federais, por isso, era necessário que Goiás, a exemplo de outros estados, também elaborasse uma legislação de proteção da sua fauna e de conservação do meio biológico e natural das espécies⁴⁶.

Henrique Silva criticou o desmatamento inconsequente e inútil que, no lugar de produzir riquezas, aniquilava “em alguns dias ou horas aquilo que a natureza levou annos a criar em benefício da própria humanidade” (*A Informação Goyana*, ano VII, vol. VII, n. 9, abr., /1923, p.68). Para ele, o descuido do agricultor goiano com a conservação dos recursos naturais, estava traçando para Goiás o mesmo destino da zona da mata (MG-RJ), que havia sido arruinada pelos cafeicultores. Sobre os efeitos do desmatamento, dizia:

⁴⁶*Informação Goyana*, Ano IX, abril 1927, vol. X, n.9 p. 72; *Informação Goyana*, ano XVII, vol. XVIII, n. 12, jul./1934 p. 96;

Foi este o destino da famosa e fértil zona da matta, entre Minas e Rio de Janeiro – que permitiu um dia a nossa maior e mais rica lavoura cafeeira, e hoje, destruída pelo homem, apresenta-se nos esteril, desolada, sob a feição de uma vasta área argilosa coberta de sapé e capim rabo de raposa nos altos, nas baixadas o tirirical daminho, inexpugnável, sem fallar nas funestas alterações do clima, que se modificou para peor em todos os sentidos (*A Informação Goyana*, ano VII, vol. VII, n. 9, abr.,/1923, p.69).

Silva, considerava como principal causa do desaparecimento sistemático das matas e florestas a crença popular de que essas áreas eram mais férteis que os campos, ideia que combateu sob o argumento de não existir nenhum estudo científico que comprovasse tal fato. A falta de conhecimento sobre a ecologia dos campos, criava a falsa impressão de que seria muito custoso prepará-los para a lavoura, o que não seria verdade, já que, as novas técnicas da indústria agrícola eram mais adaptáveis aos campos, tornando o trabalho na lavoura muito mais eficiente e produtivo. Portanto, a ideia de inutilidade agrícola dos campos, não passava de mero preconceito que “ha muito deveria estar banido do cérebro dos nossos agricultores” (*A Informação Goyana*, ano VII, vol. VII, n. 9, abr., /1923p.68).

O médico goiano, cofundador da *A Informação Goyana*, Americano do Brasil, também teceu críticas à personalidade imprevidente dos produtores rurais brasileiros que, segundo ele, advinha de uma concepção cornocupiana da natureza, no caso, relacionada à imensidão das florestas nacionais. Neste sentido, a baixa adesão ao reflorestamento era o reflexo de um comportamento cultural. Na sua opinião, o desenvolvimento de uma política florestal de âmbito nacional comprometida com a educação técnica do agricultor, de modo a formar uma nova consciência, era o caminho mais seguro para a reversão do quadro de destruição. Tornava-se urgente a aprovação de um Código Florestal para conter o dano às reservas florestais do país, que além de ser um problema “esthetico, higienico, economico, é também um problema de nacionalidade” (*A Informação Goyana*, ano VII, vol. II, n.11, jun./1924, p.82).

Logo, ficava claro a necessidade de uma política florestal que, entre outras questões, orientasse o agricultor na direção de uma prática mais racional do ponto de vista da conservação dos recursos florestais. Entretanto, para que

os resultados esperados fossem alcançados era preciso criar uma consciência nacional sobre a importância das florestas na manutenção geral das boas condições ambientais para a produção. A visão de Henrique Silva e Americano do Brasil sobre a questão florestal tinha como premissa valores positivistas de progresso e de defesa de uma ciência aplicada ao campo. Suas ideias se inseriam em um contexto mais amplo, relacionado à orientação das políticas agrícolas nacionais no âmbito do Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio (MAIC) e da Sociedade Nacional da Agricultura (SNA), entidade da qual participavam ativamente.

O MAIC foi criado em 1906⁴⁷ com a proposta de desenvolver e modernizar a agricultura nacional. Entre suas principais metas estavam a diversificação da produção, a introdução de métodos científicos na agricultura como forma de modernizar a atividade, substituindo o empirismo por práticas que ajudassem na conservação dos recursos naturais brasileiros. A pasta conferiu às ciências um caráter essencialmente instrumental, materializado na criação de novos órgãos técnicos de pesquisa aplicada e na incorporação de consagradas instituições científicas nacionais, como, por exemplo, o Jardim Botânico e o Museu Nacional do Rio de Janeiro (MNRJ). Também estruturou uma rede de disseminação de informação e conhecimento técnico a fim instruir os produtores rurais sobre os melhores métodos de cultivo e de exploração do mundo natural. Ao mesmo tempo, investiu na propaganda de seus objetivos por meio da atuação do Serviço de Informação, do Registro de Lavradores, Criadores e Profissionais de Indústrias Conexas e, principalmente, da Sociedade Nacional de Agricultura (Bhering & Maio, 2011; Mello & Sá, 2016).

Ao difundir o exercício da agricultura racional e diversificada, a pasta da agricultura propagava também a conservação do mundo natural, visto que os preceitos científicos deveriam ser utilizados justamente para evitar o seu uso imprevidente. A natureza, além de sua beleza, era valorizada como uma fonte de riqueza para o país. Dessa maneira, seria fundamental saber manejá-la de forma inteligente fazendo com que auxiliasse o progresso econômico do Brasil. (Mello & Sá, 2016, p. 38)

⁴⁷Seu decreto de criação data de 1906, mas entrou em funcionamento apenas em 1909.

A SNA foi o mais importante meio de divulgação das ideias do MAIC. Ela surgiu em 1897⁴⁸ por iniciativa dos agricultores dissidentes do setor exportador cafeeiro, descontentes com a falta de políticas do novo regime republicano para o setor agrícola. Ao longo do tempo, a SNA reuniu um grande número de associados e colaboradores, geralmente produtores de perfil progressista, profissionais liberais, militares, técnicos e cientistas, que escreviam para o seu boletim oficial, *A Lavoura*, proferiam palestras e conferências, participavam de congressos e eventos realizados pela sociedade.

Segundo Mello & Sá (2016), sobretudo a partir da década de 1920, *A Lavoura* publicou um número considerável de artigos dedicados à criar uma consciência sobre a necessidade da conservação do conjunto dos recursos naturais (solos, água, flora, fauna e paisagens). Alguns dos articulistas da revista como os zoólogos Hermann Von Ihering e Bertha Lutz e os botânicos Alberto Loefgren, Alberto José Sampaio, Frederico Carlos Hoehne, João Geraldo Kuhmann, tiveram sua trajetória profissional marcada pela defesa da natureza, a qual atribuíam valores científico e econômicos, mas também estéticos. Eles participavam de uma rede de cientistas e técnicos que, entre os anos 1920 – 1940, fomentaram os debates sobre a conservação da natureza no Brasil e pautaram as primeiras iniciativas governamentais para a proteção do mundo natural (Dean, 1996; Franco & Drummond, 2009; Maia 2012).

De modo geral, suas contribuições denunciavam a exploração imprudente dos recursos naturais no país. Seus textos focavam em três aspectos essenciais: (i) as consequências negativas do mau uso do solo e da devastação das florestas para o equilíbrio biológico e como isto afetava as condições produtivas, (ii) a necessidade da adoção de uma legislação federal e de uma política florestal nacional voltada ao uso racional dos recursos naturais; (iii) a importância de reservar grandes áreas selvagens para a conservação, criando parques e reservas florestais nacionais (Mello & Sá, 2016).

É possível perceber uma certa afinidade entre algumas das ideias propagadas por esse grupo de cientistas protetores da natureza e a crítica

48A SNA está ativa até hoje.

veiculada pelos intelectuais goianos no periódico *A Informação Goyana*. Ambas têm como pressuposto o uso racional dos recursos naturais e a necessidade da sua tutela pelo Estado, em favor do progresso das sociedades atuais e futuras. De maneira geral, as preocupações com a natureza em Goiás, até meados da década de 1930, estiveram mais ligadas à sua utilidade econômica que propriamente estética. Todavia, a questão da conservação das áreas selvagens esteve presente na defesa do parque nacional da ilha do Bananal.

Em janeiro de 1932, no artigo “Ilha do Bananal”, Henrique Silva apelava à memória histórica de André Rebouças para apoiar a ideia de conservar a natureza selvagem da ilha:

Muito temos escrito sobre a transformação da maior ilha fluvial do mundo num parque florestal – sonho que foi do grande André Rebouças, que propoz em 1876 a criação nella de um “Parque Nacional” para o fim de perpetuar a fauna e a flora do sertão do Brasil, a exemplo do que fizeram os norte-americanos nos valles de Iellow-stone (*A Informação Goyana*, ano XVI, n.6, jan. 1932, Ilha do Bananal, p.41).

À essa introdução, seguia o resumo da conferência proferida, dois anos antes, pelo Almirante Henrique Boiteux na SNA. Naquela ocasião, o oficial advogou a favor da criação de um parque nacional para a proteção da ilha do Bananal. Boiteux era oficial reformado da marinha brasileira e membro da Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro e do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Já aposentado visitou Goiás, segundo ele, esta era única unidade da federação que nunca havia percorrido. Após explorar o vale do Araguaia e sua maior ilha, Boiteux retornou ao Rio de Janeiro, convencido de que o Brasil deveria transformar o Bananal no “maior parque nacional do mundo”.

Esta reservado ao Brasil a possuir o maior parque florestal do mundo, se para isso cooperar o nosso patriotismo.

Já o formou a própria natureza e perfeitamente delimitado; está unicamente no nosso dever de providenciarmos sem desfallecimentos e com a maxima presteza e por todos os meios para evitarmos a sua já iniciada destruição.

Esse maravilhoso e innegualvel patrimonio nacional de incalculavel riqueza com que nos felicitou a dadivosa Providencia para o próprio bem da humanidade, acha-se ainda no Estado de

Goyaz, já de si privilegiado, porque nelle se erguerá o padrão de nossa brasilidade, lembrando em julho de 1823 pelo grande brasiliense José de Bonifácio [referindo-se a transferência da capital federal para o planalto central].

Assim é que não longe do mostruário edificado pelo homem para demonstração de seu genio creador, estará o outro, dado pela natureza, a patentear no seu esplendor ao mundo inteiro o amor e o respeito por ela produzido, e da qual, especialmente de sua flora, tiramos recursos para nossa manutenção physica e espirital.

(...)

Será nella, se os vossos esforços juntos aos dos poderes públicos, já preocupados com a insana devastação das nossas florestas, se congregarem em defesa conjunta na preservação intacta de tal patrimônio, que podemos mostrar ao mundo como sabemos zelar pelo futuro reservatório das sciencias biologicas do nosso paiz.

A guarda da ilha do Bananal, como parque nacional, não será unicamente a salvaguarda de nossa flora, da acção do fogo e do machado, mas também a salvação da nossa fauna. A byodinâmica da natureza de nossa terra está na conservação de ambas. (*A Informação Goyana*, ano XVI, vol. XVI, n.6, jan.1932, p.41).

Neste ponto, Boiteaux passa a descrever a rica biodiversidade da ilha do Bananal. Nela existiam estoques incalculáveis de variadíssimas madeiras nobres e gramíneas, aves e peixes de muitas espécies. Além das inúmeras tartarugas, veados e cervos. Tantas eram suas belezas que considerava enfadonho enumerá-las uma a uma. Destacou o grande valor econômico e científico dos recursos naturais da ilha, cuja exploração previdente, serviria ao progresso da nação. E retomava seu argumento com uma provocativa:

Eis, em traços geraes, o que é a ilha do Bananal, como parque florestal nacional no seu estado presente. O que não seria sob a guarda, vigilância e cuidados de homens cultos e estudiosos, como o sois?

Guardemol-a desde já, antes que a ganancia, a cubiça, o mercantilismo e a ignorancia della se apodere, para que depois não sejamos constringidos ao contrato de especialistas estrangeiros para estudar o reflorestamento de nossas terras, devastadas pelo caboclo ignorante do valor dos fertilizantes, mas, muito especialmente pela sciencia electrica e mecanica dos alienigenas, como os da companhia americana Lumber, em Tres Barras em Santa Catharina, que serra diariamente para mais de 800 tóras de pinho, embuya, cedro, canella e peroba, sem sequer replnatar um só especimen, como é do contrato. Depois de debastar a floresta, vende a terra ao caboclo que se sente ainda feliz de não ter o trabalho de derribar as collossaes madeiras nellas existentes (*A Informação Goyana*, ano XVI, vol. XVI, n.6, jan.1932, p.41)

Os argumentos de Boiteux refletiam o ideário nacionalista, fortemente presente no pensamento político-social brasileiro dos anos 1930. Do seu ponto de vista, a natureza apresentava-se como um valor nacional cuja salvaguarda impunha-se à elite intelectual brasileira, como uma espécie de missão patriótica. Era preciso garantir aos brasileiros, no presente e no futuro, o usufruto dos benefícios científicos, econômicos e estéticos da fauna e da flora da ilha do Bananal. Nesse sentido, era urgente envidar esforços para impedir que esse importante patrimônio natural se perdesse nas mãos daqueles que só visavam vantagens econômicas imediatas e não enxergavam ou se importavam com o real valor da natureza.

A ideia de assegurar a conservação da ilha do Bananal também foi sustentada pelo Deputado Estadual e professor de história natural do Liceu de Goiás, Iron da Rocha Lima. Em janeiro de 1930, em breve artigo no jornal O Paiz, ele defendeu a expansão mundial dos parques nacionais como meio para garantir a perpetuação de porções da vida selvagem. Lima entendia que os Estados Unidos ofereciam o modelo ideal a ser seguido, pois lá os parques eram destinados estritamente à proteção das florestas, dos animais e das paisagens naturais. No seu interior, qualquer atividade que fugisse da simples contemplação da natureza era proibida. Na sua percepção, essa era uma medida necessária, a fim de afastar o instinto implacável dos humanos de aniquilar as outras espécies, fosse por puro prazer ou para sustentar as várias etapas do seu desenvolvimento.

Na sua passagem o homem deixa sempre um sinal indelével. O machado, a espingarda, o fogo são a trindade maldita para a sua ansia de destruir. É uma tara atávica de difícil extirpação. Nem uma civilização milenária conseguiu desarraigar esse instinto de matar, cortar, queimar, que se manifesta nos primeiros passos da criança.

O troglodyta é invencível.

É um facto de observação corrente que as especies animais e vegetaes, mesmo os mais uteis, tendem a desaparecer absorvidas pelo homem. Algumas são conhecidas hoje somente nas vitrines de colleccões e pela descripção de gravuras feitas pelos naturalistas.(...) (O Paiz, 09 de janeiro de 1930, p.01)

Se, historicamente, os humanos vinham impondo perdas importantes à biodiversidade do planeta, com os sucessivos avanços da ciência e da tecnologia e os apelos de consumo da vida moderna, a cada dia ele aumentava mais o seu poder de destruição sem, no entanto, reconhecer o paradoxo implícito no padrão da relação desrespeitosa e aética que mantinha com o mundo natural.

O automovel, a lanterna electrica, as armas de grande alcance, muito têm concorrido para o exterminio dos animais selvagens. Para completar estes três factores de destruição temos a dynamite que abre claros formidaveis na fauna ichthyologica.

Interessante é que o homem, ainda hoje caçador e carnívoro, não estabeleceu seus deveres para com os animais. (...)

O que se da com os animais da-se também com os vegetaes. As fabricas de papel, a lenha como combustivel nas estradas de ferro e nas cidades, as applicações variadissimas das madeiras nas construções, as industrias extractivas, o systema primitivo de rôcas, as queimadas annuaes, a formação das pastagens para o gado, são as grandes causas da diminuição constante das reservas florestaes, cujo crescimento lentissimo das essencias não pôde equilibrar. O desaparecimento dos mais uteis tem que se dar forçosamente e em tempo não muito remoto.

(...)

Parece que o homem até hoje não se compenetrou muito dessa estreita relação entre a vida vegetal e animal. São partes de um todo e o aniquilamento de uma trara o da outra. É a imagem perfeita da symbiose. Nota-se esta falta de compreensão mesmo na relação mais simples: as florestas e o clima.

E no entanto a terra deveria ser cuidada como um grande organismo cuja respiração e sudação feitas pelas florestas deveriam regular-se por um methodo scientifico. (O Paiz, 09 de janeiro de 1930, p.01)

Para além dos argumentos científicos, relacionados ao equilíbrio ecológico, e éticos, de um dever para com as demais espécies de seres vivos, o autor concebia como fator primordial da preservação a transcendência espiritual proporcionada pela essência sublime e mística da natureza selvagem. Na sua opinião, a justificativa para se proteger a vida selvagem não estava em sua utilidade para os humanos, pois, “nem só de pão vive o homem”. Os parques nacionais deveriam ser criados pensando simplesmente no prazer de se contemplar o “espetáculo admirável [que] nos oferece a natureza virgem, sem macula, obedecendo somente às suas próprias forças”.

Que a arvore procure a sua retea de sol, que o pássaro construa o seu ninho à margem dos lagos calmos e dormentes, que o gemido do mutum se faça ouvir nas madrugadas brumosas – e assim se manifeste a vida livre e sem constrangimentos. (O Paiz, 09 de janeiro de 1930, p.01)

Lima reconhecia a importância biológica da fauna e da flora do Bananal, por isso considerava ser notável a criação de um parque nacional para sua proteção. Mas, acima de tudo, acreditava que o mundo selvagem merecia ser resguardado e cuidado puramente por seu valor estético e inspiratório. Nas palavras do autor, a ilha era naturalmente “aparelhada a ser o mais completo, o mais bello e o maior parque do mundo”, e se impunha aos governos estadual e federal agirem em comum acordo para “erigir esse monumento de proporções gigantescas e indestructivel á vida em todas as suas manifestações... A Cathedral dos Pantheistas!”(O Paiz, 09 de janeiro de 1930, p.1).

Para Lima os valores da natureza eram mensurados por sua importância estética, ética e espiritual. Sua defesa das áreas naturais pautou-se por argumentos científicos e filosóficos, relacionados ao equilíbrio ecológico e à transcendência espiritual proporcionada pelos aspectos sublimes da natureza selvagem. Tratava-se, portanto, de um pensamento que atravessava o nacionalismo característico do período, para acolher uma sensibilidade estética e transcendental de inspiração romântica. Isto indicava uma proximidade maior de Lima com os ideais preservacionistas de valorização da natureza selvagem.

Em suma, as manifestações de Boiteaux e Lima expressavam a compreensão de que determinadas áreas mereciam ser preservadas em razão de seus atributos ambientais. Esse era o caso da ilha do Bananal, que deveria ser isolada e resguardada das ações humanas que implicassem a destruição de suas riquezas naturais, garantindo que permanecesse como um paraíso selvagem, destinado ao conhecimento e proveito das gerações vindouras. Assumia-se, assim, a premissa por trás da ideia dos parques nacionais norte-americanos.

Importa destacar que nesse período a concepção de que a proteção da vida selvagem requeria do poder público a reserva de extensas áreas naturais para a conservação era difundida internacionalmente. Ao longo da primeira

metade do século XX, várias conferências e convenções internacionais sobre o tema – o Congresso Internacional para a Proteção da Fauna e Flora em seu Estado Natural (1923), a Convenção para a Proteção da Flora e Fauna e Belezas Cênicas Naturais dos Países da América (1940), a Conferência Científica das Nações Unidas sobre a Conservação e Utilização dos Recursos (1949) – recomendavam a instituição de parques e reservas naturais para a preservação da fauna, flora e paisagens de grande beleza e valor cultural (Franco & Drummond, 2009; Pureza et al., 2015).

De maneira geral, os parques nacionais se tornaram a categoria mais popular de área protegida. Até a década de 1940, países dos cinco continentes já haviam aderido ao modelo de conservação baseado em áreas protegidas e criado seus primeiros parques nacionais – Canadá (1885), Austrália (1879), Nova Zelândia (1887), Namíbia (1907), Suécia (1909), Suíça (1914), Uruguai (1916), México (1917), Espanha (1918), Itália (1922), África do Sul (1926), Zimbábue (1926), Chile (1926), Islândia (1928), Guiana (1929), Países Baixos (1930), Polônia (1932), Irlanda (1932), Burundi (1934), Argentina (1934), Japão (1934), Romênia (1935), Índia (1936), Brasil (1937), Venezuela (1937), Grécia (1938), Bielorrússia (1939), Bolívia (1939), Marrocos (1942), Quênia (1946), Macedônia (1948) Croácia (1949), Eslováquia (1949) (IUCN, 1975).

Não obstante a conservação da natureza constituir a finalidade precípua de qualquer parque, as visões sobre essas áreas acabaram se mostrando bastante diversificadas. Conforme novos parques foram sendo criados em torno do mundo, eles revelaram particularidades referentes às realidades socioculturais, econômicas e políticas de cada país. Por exemplo, contemplação estética e o lazer nos Estados Unidos, proteção da megafauna selvagem na África, pesquisa científica na Suíça e na Suécia, manutenção de um estoque de recursos naturais no Brasil (Franco & Drummond, 2009; Milano, 2001; Carruthers, 2016).

O primeiro parque nacional brasileiro foi criado em 1937 na Serra de Itatiaia, localizada entre os estados do Rio de Janeiro e Minas Gerais. Em 1939, outros dois parques nacionais foram instituídos: Iguaçu no estado do Paraná e Serra dos Órgãos no Rio de Janeiro. (Barros 1947, Pureza et. al., 2015). A criação dessas áreas, como demonstraram Franco & Drummond (2009), se

deveu à mobilização das ideias sobre a proteção à natureza defendidas por extratos da comunidade científica junto às esferas políticas e governamentais durante o período Vargas. De acordo com os autores, os intelectuais brasileiros envolvidos com a causa ambiental entre os anos 1920 e 1940 compartilhavam um forte senso de missão na condução ideológica da nação, a qual introduziram suas preocupações com a destruição da natureza. A proximidade ideológica do pensamento político desses profissionais – crítica ao liberalismo, identificação da natureza como patrimônio nacional, crença no papel de um Estado forte, altamente centralizado no Executivo como agente planejador da economia e organizador da sociedade – com o projeto nacionalista de Getúlio Vargas favoreceu a penetração das suas propostas no campo deliberativo do governo central, resultando na aprovação, ainda durante o Governo Provisório (1930-1937), de um arcabouço legislativo ambiental bastante moderno para a época – Código Florestal (Decreto 23.793/1934), Código de Caça e Pesca (Decreto 23.672/1934)⁴⁹, Código de Mineração (Decreto 23.642/1934), Código de Águas (Decreto 24.643/1934), Código de proteção aos animais (Decreto 24.645/1934). Como reflexo, na esfera constitucional a nova Carta de 1934 foi a primeira a conferir proteção ao patrimônio natural (belezas naturais), histórico, artístico e cultural nacional e a definir a competência da União em matéria de mineração, uso das águas, florestas, caça e pesca (Dean, 1996; Freitas, 2016).

Embora o foco dessa legislação fosse a regulamentação da exploração racional dos recursos naturais no país, subsidiariamente, ela tutelou sua integridade estética e estabeleceu importantes instrumentos para a conservação dos sistemas ecológicos. Particularmente, o Código Florestal instituiu três categorias nacionais de áreas protegidas – florestas protetoras, reservas florestais e parques nacionais – e o Código de Caça e Pesca criou os parques de refúgios de fauna, para a proteção dos animais selvagens. Por outro lado, a expansão da capacidade do poder central para a administração do país mediante a criação de novas agências e a instauração de uma burocracia expandida durante o Estado Novo ofereceu condições oportunas ao comando estatal das atividades produtivas. Assim, a nova realidade normativa foi acompanhada do

⁴⁹Mais tarde o Código de Caça e Pesca, como ficou conhecido, foi desdobrado em Código de Pesca (Decreto-Lei n. 794/1938) e Código de Caça (Decreto-Lei n. 5.894/1943).

aparelhamento do Estado para garantir uma razoável organização da gestão dos bens ambientais. Antigas instâncias, até então pouco operantes, como o Conselho Florestal Federal (CFF), órgão colegiado independente, e o Serviço Florestal Federal (SFF), órgão do Ministério da Agricultura, criados em 1921 e 1925 respectivamente, foram revigoradas. Novos espaços institucionais foram criados, tais como o Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM), o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), o Departamento Nacional de Produção Animal (DNPA), o Departamento Nacional de Produção Vegetal (DNPV), o Serviço da Caça e Pesca (SCP) e a Seção de Parques Nacionais (SPN). Este último foi instituído no âmbito do Serviço Florestal, e era a instância responsável pelos procedimentos técnicos para a criação e gestão dos parques e reservas naturais nacionais (Dean, 1996; Urban, 1998; Pureza et al., 2015; Freitas, 2016). Mesmo que os avanços desse período tenham sido modestos, se comparados com países como os Estados Unidos, eles representavam alguma atuação do Estado na gestão dos recursos naturais no país e, principalmente, estabeleceram as condições legais e institucionais oportunas às futuras propostas para a ampliação do número de parques nacionais no país.

E, foi justamente isto que aconteceu em julho de 1940, quando o então diretor do Serviço Florestal, Francisco de Assis Iglesias, tornou pública a intenção do governo federal de instituir mais dois parques nacionais no interior do país. Segundo a notícia publicada no jornal o Correio da Manhã, técnicos do Ministério da Agricultura estavam desenvolvendo desde o início daquele ano, os estudos ambientais da região do Rio Doce e da ilha do Bananal onde pretendia-se estabelecer os novos parques (Correio da Manhã, 30 de julho de 1940 p.04; Correio da Manhã, 16 de agosto de 1940 p.04; Correio da Manhã, 19 de setembro de 1940, p.04). No caso do Bananal, o próprio ministro havia determinado o levantamento dos dados completos necessários para a proteção da sua fauna e flora (Correio da Manhã, 31 de março de 1940, p.03). Contudo, quatro anos após a declaração do ministro nenhuma ação concreta havia sido realizada neste sentido⁵⁰. Tanto que, o diretor do Serviço de Caça e Pesca,

⁵⁰ Apesar de não concretizar imediatamente os parques planejados, o governo federal criou em 1948 o parque nacional de Paulo Afonso envolvendo parte do território dos estados de Alagoas,

reconhecendo a importância da proteção legal da ilha para inibir a prática ilegal do extrativismo animal em seu interior, em 1944, sugeriu ao interventor de Goiás, Pedro Ludovico Teixeira, que o estado assumisse o encargo para estabelecer o desejado parque. A título de convencimento da importância do ato, citava o exemplo de outros países americanos, empenhados na defesa da fauna, da flora e das belezas naturais dos seus territórios. Apesar do chefe do executivo estadual se manifestar simpático à ideia, nenhuma determinação foi tomada para tirar o parque da prancheta do Ministério da Agricultura (Correio da Manhã 19/12/1944 p.4).

Em 1947, o agrônomo Wanderbilt Duarte de Barros publicou uma obra inédita sobre o estado das áreas protegidas brasileiras, intitulada “Parques Nacionais do Brasil”. Barros era então o diretor do parque nacional do Itatiaia, no qual vinha desenvolvendo um trabalho criterioso de identificação das espécies da flora presentes no parque, pelo qual ganhou reconhecimento nacional. Ele era um entusiasta da visitação nos parques nacionais, na qual reconhecia a importância como instrumento de educação para a conservação. Em seu livro ele situava a proteção à natureza e a criação de parques nacionais como uma questão de interesse nacional, pois o patrimônio natural de qualquer nação “interessa de maneira acentuada e profunda à vida do seu povo” (Barros, 1947, p.23).

Barros defendia que os parques nacionais deveriam ser pensados como documentos vivos, cujas finalidades intrínsecas eram a conservação, o estudo científico, a educação e o turismo. O estabelecimento de novos parques deveria levar em consideração a singularidade ambiental da região: paisagem, cenários, aspectos da flora e fauna, da geologia local e de determinados fatores físicos como rios, cachoeiras, lagos, vales, etc. No livro, além de apresentar um panorama sobre os quatro parques brasileiros criados até então, ele sugeriu uma lista dos lugares que, na sua opinião, “deveriam ser reservados pelo poder

Sergipe e Bahia. Antes disso, em 1941, o Serviço de Caça e Pesca Federal instituiu no Espírito Santo o parque de refúgio e criação de animais silvestres Sooretama. Nesse mesmo período os governos estaduais de São Paulo, de Minas Gerais e da Bahia aderiram ao modelo de conservação e criaram em seus territórios os parques estaduais de Campos do Jordão, de Rio Doce e de Monte Pascoal, respectivamente. Em 1961, Monte Pascoal se tornou parque nacional (Dean, 1996; Pureza et. al., 2015).

público federal para posterior estabelecimento de Parques Nacionais” (Barros, 1947, p.30). Dentre as inúmeras localidades do país apontadas como relevantes do ponto de vista ambiental e cultural constava a ilha do Bananal.

Outra ilha que já foi lembrada para Parque Nacional por André Rebouças (...) e que de fato possui elementos recomendáveis à proteção por parte do poder público, é a de Bananal (...) pois além da flora e da fauna há de assinalar nela a presença de indígenas que emprestariam particular destaque a um Parque Nacional.

Resguardar-se-ia na ilha goiana o remanescente selvícola sem pretender alterar-lhe o hábito e tão pouco sem a nada sedutora tentativa, para o indígena, de *civilizá-lo* incorporando-o aos nossos costumes. Ter-se-ia ali, num dos poucos pontos do país já de alcance relativamente fácil aos olhos dos estudiosos e dos turistas, indivíduos das antigas populações selvagens brasileiras de cuja maioria hoje temos apenas notícia, muitas vezes incerta (Barros, 1947, p.31, grifo no original)

O texto de Rebouças é mais uma vez lembrado para reafirmar o longínquo reconhecimento da relevância estética da paisagem natural da grande ilha fluvial. Mas, o que diferenciava a visão de Barros sobre as perspectivas anteriores sobre o parque nacional do Bananal, e deste em relação aos demais parques sugeridos, era justamente a presença de remanescentes dos indígenas brasileiros. A presença de índios que ainda resguardavam aspectos de sua cultura primitiva no interior da ilha constituía um atrativo único daquele parque nacional, o que tendia a atrair mais turistas e estudiosos, favorecendo sua visitação.

O argumento de Barros refletia a imagem idealizada dos índios como humanos naturais, elementos inatos da natureza, e como tal, detentores de uma relação simbiótica com o meio natural. Quando resguardada sua condição original de “selvagens”, os índios não representavam necessariamente um impedimento ao parque nacional, pois se inseriam na categoria mais ampla de “mundo natural”. Neste sentido, sua cultura poderia ser objeto de contemplação, como relíquia do Brasil pré-colombiano, tanto quanto a paisagem, a fauna e a flora da ilha do Bananal. Essa ideia indicava uma idealização romântica tanto dos índios quanto da própria ilha do Bananal. Na realidade, no final da década de 1940, os Karajá e Javaé já se encontravam imersos em um intenso processo de aculturação proveniente do contato

histórico com os não-índios e das diversas políticas indigenistas do Estado brasileiro⁵¹, e a ilha se constituía no reduto de criadores de gado, posseiros, caçadores, marisqueiros, turistas e toda sorte de visitantes.

Apesar das manifestações em prol do parque nacional da ilha do Bananal, o seu futuro somente seria decidido na década seguinte, quando a intensificação de um padrão desenvolvimentista do crescimento da economia nacional torna-se o foco das preocupações com a destruição do meio ambiente, suscitando uma corrida pela ampliação das áreas de conservação no país.

⁵¹ Cabe destacar que, nesse período, a política indigenista brasileira era baseada em um projeto civilizatório de cunho positivista, orientado pelo paradigma evolucionista que situava as sociedades indígenas em um estado primitivo de desenvolvimento. A ideia de transitoriedade do índio implicava sua inserção à cultura e modos de produção da sociedade nacional como um pequeno produtor ou trabalhador rural. O Código Civil de 1916, submeteu a terra, a representação política e jurídica e o modo de vida dos índios à tutela estatal.

4 O PARQUE NACIONAL DO ARAGUAIA: MOTIVAÇÕES E INICIATIVAS PARA SUA CRIAÇÃO

No último dia do ano de 1959, o então Presidente da República Juscelino Kubitschek de Oliveira⁵², assinou o Decreto nº 47.570 que criou o Parque Nacional do Araguaia (PNA) sobre toda a extensão da grande ilha do Bananal. Alguns meses depois, o governo federal iniciou uma série de obras de infraestrutura na ilha visando, entre outros, estabelecer as condições materiais para a exploração do turismo de caça e pesca no interior do parque. Tais ações, conhecidas como Operação Bananal, se inseriam no conjunto dos objetivos definidos pelo governo para impulsionar a ocupação da fronteira Ocidental, tendo Brasília como marco central. Pretendia-se que o PNA cumprisse a dupla função de estimular o povoamento e o desenvolvimento econômico da região Centro-Norte e de servir ao lazer dos moradores da moderna Capital federal, Brasília.

A literatura que aborda, direta ou indiretamente, a Operação Bananal (Borges, 1987; Gonçalves, 1984; Oliveira, 1978; Lima Filho, 2001; Trevisan et al., 2014) têm enfatizado o PNA como um instrumento da expansão da fronteira econômica na região do Brasil Central. Sem necessariamente discordar desse aspecto, as fontes documentais pesquisadas permitem sugerir que a constituição e implementação do PNA esteve ligada tanto aos objetivos governamentais de interiorização do desenvolvimento nacional, quanto à atuação na arena social de diferentes atores locais e nacionais sensíveis à questão da exploração irracional dos recursos naturais. As críticas e demandas desses agentes contribuíram para estabelecer um cenário favorável ao reconhecimento da ilha como um patrimônio natural a ser preservado.

O objetivo deste capítulo é analisar as motivações e iniciativas em torno da criação do parque nacional do Araguaia, com ênfase no período entre 1940 e 1960. Para tanto, utilizo vários tipos de fontes documentais, em especial, artigos publicados na mídia do estado de Goiás e da Capital Federal, diários oficiais do

⁵²Quando me referir ao presidente Juscelino Kubitschek de Oliveira usarei as iniciais JK pelas quais ele ficou conhecido.

Estado de Goiás e do Congresso Nacional, relatório do Ministério da Agricultura e documentos da Fundação Brasil Central referentes à Operação Bananal.

O capítulo está dividido em duas seções. Na primeira seção analiso a relação entre o desenvolvimento de um tipo de turismo de aventura na ilha do Bananal e o papel de personagens locais na defesa da sua conservação. A segunda seção é dedicada à análise dos pontos de convergência e divergência acerca dos objetivos do PNA na perspectiva das políticas governamentais de integração nacional e dos anseios sociais pela conservação da natureza durante o governo de Juscelino Kubitschek.

4.1 UM PARAÍSO TURISÍCO DE CAÇA E PESCA NO CORAÇÃO DO BRASIL

Na década de 1940, o turismo sazonal no médio rio Araguaia e na ilha do Bananal começa a chamar a atenção como uma alternativa econômica para a região. É neste trecho do grande rio que durante a estação seca a vazão das águas permite a formação de ilhas e extensas praias de areias finas e brancas⁵³, cuja grande beleza e agradabilidade costumavam atrair turistas locais e regionais para longas temporadas de caça, pesca e descanso. Para as populações do interior e da nova capital, Goiânia, o Araguaia apresentava-se como a principal opção de lazer acessível a todas as classes sociais. Todos os anos, entre os meses de maio e outubro, grandes caravanas de sertanejos, colonos e moradores dos povoados e vilarejos seguiam para suas praias e ilhas onde instalavam improvisados acampamentos, enquanto personalidades públicas e membros mais abastados da sociedade como fazendeiros, políticos, juízes, oficiais militares, médicos, advogados, intelectuais etc. costumavam se alojar nos ranchos e fazendas da região (Jornal Voz do Povo 21/10/1933 p. 1, Cidade de Goiaz 07/08/1938, p.1, Cidade de Goyaz 17/05/1942 p.1, O Popular 03/10/46).

A visita do presidente Getúlio Vargas aos índios Karajá na ilha do Bananal, em agosto de 1940, teve um papel importante na visibilidade das

⁵³ As ilhas e praias que se formam no centro do rio constituem uma das mais belas características do Araguaia. Como o rio não possui uma calha definida, suas águas tendem a serpentear e a cada ano durante a vazão novos caminhos e novas ilhas são formadas fazendo com que sua paisagem nunca seja exatamente a mesma.

belezas naturais do Araguaia, funcionando como uma propaganda poderosa do seu potencial turístico. E, embora a viagem presidencial fizesse parte da estratégia midiática do governo para popularizar a campanha da Marcha para o Oeste, que visava estender o controle do poder central sobre o território nacional, ela acabou contribuindo para impulsionar o turismo na região. Em 27 de julho de 1941, praticamente um ano após a viagem presidencial, a matéria de primeira página do Jornal Cidade de Goyaz tratando das mudanças positivas ocorridas na região em razão da política de interiorização do governo central, notadamente, quanto à atuação do SPI, destacava o seguinte: “Nas margens do Araguaia e circunjacências (*sic*), depois da vinda do Presidente Vargas a ilha do Bananal, intenso é o número de visitantes e turistas de toda parte que desejam conhecer os maravilhosos cenários araguaianos” (Cidade de Goyaz, 27/07/1941 p. 1). No início da temporada do ano seguinte, o mesmo jornal divulgava a presença de Caravanas de turistas oriundas dos estados do Rio de Janeiro, São Paulo, Minas Gerais e Goiás em busca de emoções e das belezas do Araguaia (Cidade de Goiaz, 17/05/1942 p.1).

A emergência de um turismo interno que se estabelecia no sentido Leste-Oeste pode ser entendido com um indicador da persuasão das imagens, categorias e narrativas do Estado Novo. Segundo Maia (2012), a ida de Vargas à ilha do Bananal foi cercada de elementos simbólicos relacionados a uma estética da aventura. O Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), órgão responsável pela difusão das diretrizes culturais e ideológicas estadonovistas, se encarregou de dar à expedição a feição de uma aventura épica a regiões tidas como impenetráveis, tendo o chefe da nação como personagem central. As imagens fotográficas e audiovisuais, cuidadosamente produzidas e amplamente divulgadas pelo órgão, evocavam a figura de Vargas destemidamente à frente da conquista do território nacional, numa representação nítida do pioneiro desbravador e portador do progresso civilizatório. Exaltava assim, o sentimento de valorização da nacionalidade contida na afirmação do presidente de que “o verdadeiro sentido de brasilidades é o rumo ao Oeste” (Vargas, Discurso, 1940). Confirmava, dessa maneira, a ideia de que os verdadeiros valores da nação estavam no interior, e não no litoral artificialmente construído sobre valores estrangeiros.

Para Maia (2012) a construção simbólica da Marcha explorou todo um repertório cultural pré-existente acerca do Brasil Central referentes ao olhar geopolítico sobre a região e à produção de uma estética da aventura. Estes elementos foram incorporados à ideologia do Estado Novo para justificar a política de integração da vasta região do interior ao restante do país. No primeiro caso, assumiu-se a concepção do *hinterland* como um espaço geográfico impreciso, instável e precariamente ocupado, exigindo a ação racional do poder central no sentido de sua incorporação social e econômica por meio colonização; no segundo caso, a linguagem oficial incorporou temas e modos de narrar a experiência humana no Oeste típicas dos viajantes (Maia, 2012).

A retórica da aventura foi mobilizada tanto por agentes públicos e demais participantes diretamente envolvidos na Marcha ligados à Fundação Brasil Central e à Expedição Roncador-Xingu, quanto por atores externos inseridos no seu contexto (Maia, 2012). Este era o caso das expedições sertanistas organizadas por aventureiros paulistas que se lançaram no desbravamento dos sertões brasileiros. As duas expedições mais conhecidas foram a Bandeira Anhanguera (1936) comandada por Hermano Ribeiro da Silva e Francisco Brasileiro, e a Bandeira Piratininga dirigida Willy Aureli (1937). Esses exploradores produziram importantes relatos dos aspectos geográficos, ambientais e socioculturais da fronteira Oeste (Silva, 1936; Aureli, 1939).

Particularmente, a Bandeira Piratininga, em suas oito edições, ganhou grande projeção popular pela divulgação jornalística e cultural que promoveu. A primeira viagem da Bandeira Piratininga, em 1937, foi cercada de ostentações em evento público e a entrega da bandeira nacional feita pessoalmente pelo Presidente Getúlio Vargas a seu comandante, Willy Aureli, no Palácio do Catete. Ao olhos da população, a atitude presidencial atribuía a Bandeira um reconhecimento oficial. De fato, a Bandeira Piratininga foi declarada de utilidade pública tanto pelo Governo federal, como pelo governo do estado de São Paulo. Em Goiás, havia quem defendesse que o estado também deveria reconhecer sua utilidade pública, além de conceder a seu comandante o título de Cidadão Goiano pelos importantes serviços prestados (Jornal de Notícias 09/06/1959 p. 6).

Na segunda incursão da Bandeira Piratininga, em 1938, Aureli utilizou-se das rádios para reportar, quase que diariamente, o movimento da Bandeira pelas glebas incivilizadas do Araguaia e rio das Mortes. Os jornais também reportavam diária ou semanalmente as notícias da Bandeira (Correio da Manhã, 09/06/1938, 16/08/1938, 14/09/1938, 28/03/1939, 30/09/1939, 03/11/1939). Isto permitiu que um grande público acompanhasse as façanhas e perigos da comitiva no sertão brasileiro como se fossem capítulos de um folhetim de aventura, o que colaborou para despertar a curiosidade e a empatia das populações urbanas com o ambiente rude do interior. De retorno, Aureli produziu o documentário “Nas selvas do rio das Mortes”, em grande parte filmado na ilha do Bananal, que foi apresentado nos cinemas da Capital federal e de São Paulo, e cuja estreia foi prestigiada com a presença de Getúlio Vargas. Para grande massa da população, o filme era o Brasil visto por dentro pela primeira vez.

Willy Aureli também escreveu vários artigos e livros narrando suas experiências e aventuras pelo Oeste. Roncador: jornada da “Bandeira Piratininga” (1939), Bandeirantes d’Oeste (1940), Sertões Bravios (1942), Léguas sem fim (1949), Terra sem sombra (1952), O rio da Solidão (1957), contam histórias de encontros com índios bravios, caçadas emocionantes, pescarias espetaculares, noites enluaradas, ataques de onças e mosquitos, febres e mortes, entre tantos outros aspectos da vida no sertão. Embora, seus livros fossem criticados por expressar um certo exagero heroico, se aproximando mais da ficção, eles venderam enormemente e alimentaram a imaginação e a curiosidade de uma geração de jovens e adultos do litoral.

Ao longo dos anos 1950, a imagem do *hinterland* como espaço de aventura foi reforçada por produções cinematográficas como “Terra Proibida” (1955), uma coprodução Brasil-Itália, “The Amazon Trader” (1955), da produtora americana Warner Brothers, e “Passion Wildeness” (1957), do produtor Zygmund Sulistrowsky. Os dois primeiros foram filmados na ilha do Bananal e o terceiro nas florestas do Mato Grosso (Revista Fauna mar./1955 p.26, Correio da Manhã 10/01/1957 p. 3). Pode-se dizer que, como atividade econômica o turismo no Araguaia surgiu mediado por esse imaginário da aventura, fonte do desejo dos moradores das cidades por novas experiências no

contato com a natureza. No entanto, essas “novas experiências” não eram do tipo meramente contemplativa do mundo selvagem, mas estavam associadas essencialmente às emoções das caçadas e das pescarias.


Uma das maiores dificuldades ao desenvolvimento do turismo em Goiás era a precariedade da rede de transportes. O problema das comunicações não era novo, sendo objeto de frequentes reclamações dos agentes locais, principalmente daqueles que eram críticos da falta de visão dos empreendedores e governantes quanto ao potencial econômico da atividade turística em Goiás (Cidade de Goyaz 17/05/1942 p. 1, Cidade de Goyaz 26/08/1945 p.3, Cidade de Goyaz 27/10/1946 p. 3 e 10, Cidade de Goiás 07/02/1954 p.1-2). As estradas e, principalmente, os campos de pouso, inclusive no interior da ilha do Bananal, construídos durante a política de integração do governo Vargas, foi o que permitiu uma melhor acessibilidade dos turistas à região. Mais que rodovias, a Marcha legou uma malha aérea regional importante, conectando várias cidades do Centro-Norte com a Capital federal, Rio de Janeiro, e a capital econômica, São Paulo (Lima Filho, 2001; Porto, 2005). Com o desenvolvimento de Goiânia⁵⁴ e outras cidades do Oeste, como Uberlândia, Aragarças, Xavantina, e a gradual ocupação do meio rural, a região entrou na rota das Companhias aéreas comerciais. A partir de 1953 a Agência Cruzeiro do Sul passou a manter voos semanais com escala na ilha do Bananal (Cidade de Goiás, 07/02/1954 p.1-2). Isto estimulou significativamente a expansão do turismo no Araguaia.

Já no início dos anos 1950, as praias do Araguaia passaram a ser disputadas por um número cada vez maior de turistas, fossem eles locais, de outras regiões do país ou estrangeiros. Na Capital paulista, a agência de turismo Cinter, organizava de três a quatro excursões anuais de caça e pesca no interior da exótica ilha. As viagens eram comercializadas pela própria Cinter e por agências parceiras em sete cidades brasileiras – Rio de Janeiro (Avipam), Porto Alegre (Turismo Internacional Mônaco), Belo Horizonte (Pantour), Santos (Sr. Mair Pereira Leite), Curitiba (Aeromar), Joinville (Sr. Eurico Heinemann), Londrina (Proptur) e em três capitais de países da América do Sul – Bueno

⁵⁴ Segundo Porto (2005), a nova Capital do estado de Goiás, Goiânia, inaugurada em 1942, foi a primeira cidade do Oeste a ter um aeroporto comercial.

Aires e Asunción (em ambas operando pela Ameropair) e Montevideo (pela própria Cinter). As excursões eram programadas para acontecerem quinzenalmente, durante os quatro meses de estiagem, quando havia condições climáticas favoráveis para estadias agradáveis nas praias brancas do Bananal. Alguns meses antes do período de temporada, essas agências costumavam publicar anúncios nos principais jornais locais e revistas especializadas (figuras 15, 16, 17), como por exemplo a Revista Fauna, publicação mensal destinada à divulgação da caça e pesca desportiva no Brasil.





18 DIAS DE CAÇA E PESCA

NO CORAÇÃO DO BRASIL NA ILHA DO BANANAL

(RIO ARAGUAIA, DIVISA DOS ESTADOS DE GOIÁS E MATO GROSSO)
7 Excursões entre Julho e Outubro — De 13 dias cada, com máximo de 12 pessoas por vez, dirigidas e acompanhadas pelo renomado caçador e naturalista PROF. F. GUILHERME WHITAKER

Próxima saídas 10 e 31 de Setembro

Será proporcionado aos excursionistas, dentro das condições locais, todo conforto, tais como: radios, refrigeradores, tendas, barracas, etc.

Para maiores detalhes dirigam-se a CINTER

ORGANIZAÇÃO CINTER

S. PAULO: Av. Ipiranga, 570 — sobreloja - Fone 35-7083 - 35-9419 - 37-2447.
RIO DE JANEIRO: AVIPAM — Av. Presidente Wilson, 123 - Fone 422063
PORTO ALEGRE: TURISMO INTERNACIONAL MONACO — Rua Andradas, 1332 - Fone 52823
BELO HORIZONTE: PANTOUR — Av. Afonso Pena, 784 - Fone 26821
SANTOS: Prof. Mair Pereira Leite — Av. Cons. Nebias, 309 - Fone 25483/22871.
CURITIBA: AEROMAR — Rua 15 de Novembro, 527 - Fone 958
JOINVILLE: Sr. Eurico Heinemann — Rua Max Colin, 629
ASSUNCIÓN: AMEROPAIR — 14 de Mayo 208 - Fone 7075
BUENOS AIRES: AMEROPAIR — Esmeralda, 920 - Fone 32-6454
MONTEVIDEO: CINTER — Bartolomeu Mitre, 1282 - Fone 92292

Figura 15: Anúncio CITER – Excursão à Ilha do Bananal
Fonte: Revista Fauna



**EXCURSÃO
À ILHA DO BANANAL**
(Rio Araguaia, Divisa dos Estados
de Goiás e Mato Grosso)
**SENSACIONAIS CAÇADAS E PESCARIAS
NO CORAÇÃO DO BRASIL**

6 excursões entre Julho e Outubro, de 18 dias cada,
com máximo de 20 pessoas por vez. Dirigida e
acompanhada pelo renomado caçador e natura-
lista Prof. Guilherme Witaker. Será proporciona-
da aos excursionistas, dentro das condições locais,
todo conforto, tais como, rádios, refrigeradores,
tendas, barracas, etc. Armas e material de pesca
NAO serão fornecidos pelos organizadores
da excursão.

Para maiores detalhes dirijam-se à

AVIPAN

Av. Pres. Wilson, 123 — loja — Tel.: 42-2064/5
Av. Rio Branco, 120 — loja 18 — Tel.: 42-9795
RIO DE JANEIRO



Figura 16: Anúncios Avipan — Excursão à Ilha do Bananal

Fonte: Correio da Manhã

**EXCURSÃO
ao
INTERLAND
BRASILEIRO
até a
ILHA DO BANANAL**

Excursão organizada por
Exprinter, a pioneira do tu-
rismo nacional, dando opor-
tunidade em serem desbra-
vadas as belíssimas regiões
do nosso Interland.

Partida — 15 de Setembro.

30 dias de excursão, visi-
tando:

ARAGARÇAS (cidade mar-
co da penetração Roncador-
Kingu) — os garimpos da
GROTA a margem do famo-
so Rio das Garças — e desci-
da do Rio ARAGUAYA, até
a Ilha do Bananal, onde se
acampará de 3 a 10 dias.

**CAÇADAS — PESCARIAS
— VIDA AO AR LIVRE**

Viagem do Rio-Aragarças-Rio
feita por avião.

Uma região riquíssima em pássaros,
peixes e inúmeros outros motivos
para seus sports prediletos — Visita
à região dos índios CARAJAS, suas
aldeias e costumes.


Preço (incluindo alimentação du-
rante toda a viagem) e assistência
técnica

CR\$ 12.000.00

Chefes de caravana:
EULVIO DA FONSECA e
APOLONIO BARROS.

NOTA — Limita-se a presente ex-
cursão a 20 pessoas, as quais devem
ser de espírito audaz e esportivo, e
que apreciem o sport da caça e
pescaria, dado o pouco conforto que
oferece a região.

**INSCRIÇÕES E INFORMES
DETALHADOS**



EXPRINTER
DO
BRASIL TURISMO LTDA.
AV. RIO BRANCO 87 RIO DE JANEIRO

Figura 17: Anúncio Exprinter — Excursão à Ilha do Bananal

Fonte: Correio da Manhã

A maior parte dos turistas que frequentavam a ilha era o tipo caçador amador que não experimentavam uma identidade mística com sua caça. Salvo os praticantes da caça e da pesca realmente desportiva, quem se embrenhava pelos campos e matas do Araguaia divertia-se alvejando, sem nenhum critério, gatos do mato, ariranhas, jacarés, onças-pintadas, veados, pacas, antas, capivaras, tartarugas, macacos, porcos do mato, além de todo os tipos de aves (Silva, 1936; Caiado, 1945, 1950; Bernardes, 1994). A caça amadora aumentou significativamente a pressão sobre a fauna do Bananal. Mas, os turistas não eram os únicos que impactavam, caçadores profissionais, os mais predadores, tiveram uma cota importante na dizimação da fauna do Bananal.

Embora a caça e a pesca sempre tenham sido os principais meios de subsistência dos moradores e viajantes dos sertões do Araguaia, a começar pelos muitos povos indígenas que historicamente ali se instalaram, como atividade comercial em maior escala, ela surgiram associadas ao processo de colonização e integração econômica da região (Toral, 1992, 1999; Lima Filho, 1999; Rodrigues, 2008; Ferraz, 2012). Segundo Vital & Tejerina (2018), nos anos 1920 e 1930, Goiás chegou a incentivar o desenvolvimento da indústria extrativa animal no Araguaia, baseada na pesca do pirarucu e no comércio de peles. No entanto, todo o esforço de divulgação do potencial da região foi frustrado pela falta de apoio do governo central à navegação fluvial. Foi a partir da expansão da fronteira Oeste e da intensificação da ocupação regional que a atuação dos caçadores profissionais na ilha do Bananal se tornou mais incisiva, estimulados pela demanda de peles e plumas nos mercados dos centros urbanos. Os índios, colonos e sertanejos que, originalmente praticavam uma caça de subsistência, aderiram ao comércio e passaram a caçar também como meio de renda. Era comum que comerciantes encomendassem lotes de peles e/ou de plumas diretamente com os moradores locais e os índios. Muitas vezes eles eram contratados para trabalhar como guias e auxiliares de caça e pesca nas expedições sertanejas e turísticas (Silva, 1936; Caiado, 1945, 1950; Villas Bôas & Villas Bôas 1994, Rodrigues 2013).

Com o tempo a ilha do Bananal se tornou o “quartel-general” dos caçadores e pescadores profissionais e amadores, fossem eles locais ou litorâneos, nacionais ou estrangeiros. Compete ressaltar que, nesse período,

tanto a caça e a pesca amadoras quanto as profissionais eram legalmente regulamentadas no Brasil. O primeiro Código de Caça e Pesca de 1934 havia restringido a prática dessas atividades à sua modalidade esportiva, mas a pressão pelo comércio dos produtos e subprodutos da fauna fez com que em 1938 e 1939 novas legislações específicas sobre a pesca – Código de Pesca – e a caça – Código de Caça – fossem, respectivamente, promulgadas. De caráter mais permissivo, essa legislação permitiu a modalidade profissional dessas atividades. Finalmente, no início dos anos 1940, uma outra reforma na legislação de caça foi instituída pelo Decreto-Lei nº 5.894 de 20 de outubro de 1943, que revogou a norma anterior (Nassaro, 2011).

Em suma, essa legislação proibia, para o caso da caça, sua prática durante o período de defeso, sem a licença emitida pela autoridade pública competente e em locais de domínio público como açudes, jardins e parques, zonas urbanas e suburbanas e nas áreas protegidas (parques, reservas, refúgios ou santuários); assim como a caça de espécies consideradas raras e das aves ornamentais. Mesmo as espécies comuns não podiam ser abatidas acima do número permitido nem mediante o uso de armas de calibre superior a 22 (salvo em condições especiais), visgos, atiradeiras, fundas, bодоques, veneno, explosivos, incêndio ou armadilhas que sacrificassem a caça. A fim de garantir o repovoamento natural, apanhar e destruir ninhos, esconderijos naturais, ovos e filhotes dos animais silvestres era terminantemente proibido (Brasil, 1943). Quanto a fauna fluvial, o Código de Pesca – Decreto-Lei nº 794 de 10 de outubro de 1938 – interditava sua realização durante o período de defeso e exigia a licença, no caso da pesca amadora, e a matrícula para a prática profissional. O uso de redes de arrasto, dinamite ou qualquer outro explosivo ou substâncias tóxicas era proibido, bem como a pesca próxima às cachoeiras, corredeiras, barragens e escadas para peixes ou em lugares interditados pelo órgão responsável (Brasil, 1938).

A imposição de restrições aos atos da caça e da pesca contidas nessa primeira geração de normas ambientais, significou uma resposta formal do poder público no sentido de controlar o extrativismo animal em benefício econômico e cultural da sociedade, garantindo a sustentabilidade de um estoque de animais selvagens. A legitimação e legalização da exploração econômica da

fauna se deu com fundamento na noção privatista da relação jurídica entre os humanos e os animais selvagens, onde estes eram reconhecidos como *res nullius*, ou seja, coisas sem dono. Na condição de bem não integrado ao patrimônio alheio, nem privado nem público, todos os animais selvagens poderiam ser objeto de perseguição e captura, vindo a compor o patrimônio daqueles que os capturassem⁵⁵ (Nassaro, 2011; Benjamin, 2011)

Se no plano da regulamentação houve um certo avanço, na esfera administrativa a ausência de políticas efetivas para o controle e fiscalização por parte dos Serviços de Caça e Pesca federal e estadual⁵⁶, permitiu que a exploração no Araguaia continuasse sendo realizada livremente à revelia das exigências legais. A destruição contínua da fauna provocou a indignação de extratos da sociedade goiana, emocionalmente apegada e tradicionalmente orgulhosa do patrimônio ambiental do “seu” Araguaia. Intelectuais e políticos locais reagiram com críticas, mas também com iniciativas para a conservação da natureza na ilha do Bananal. Particularmente, o escritor e advogado Leolídio Di Ramos Caiado e o engenheiro e político Jerônimo Coimbra Bueno, ambos de tradicionais famílias goianas, estiveram na vanguarda das ideias sobre a proteção do meio ambiente em Goiás.

4.2 VISIONÁRIOS DA CONSERVAÇÃO EM GOIÁS

Leolídio Di Ramos Caiado

Leolídio Di Ramos Caiado (1921-2008), nasceu na velha capital do estado Goiás, Vila Boa de Goiás, filho do advogado Leão Di Ramos Caiado e de Ilídia Maria Perillo Caiado. Como toda criança do sertão daquela época, Leolídio cresceu em contato com a natureza, e de tanto frequentar o Araguaia se tornou um especialista no movimento das suas águas, nos hábitos da sua fauna, na

⁵⁵). A percepção atual dos animais silvestres como bens jurídicos difusos, portanto, não passíveis de apropriação individual ou coletiva nem de alienação, surgiu muito mais tarde, com o reconhecimento do meio ambiente como um direito fundamental.

⁵⁶ Em Goiás, o Serviço Estadual de Caça e Pesca foi criado em 1948, no governo de Jerônimo Coimbra Bueno.

utilidade da sua flora, na cultura dos seus índios. A sensibilidade para as coisas da natureza fez com que se tornasse um crítico contumaz da destruição da fauna e da flora goiana, dedicando sua vida à causa ambiental em Goiás.

Quando jovem, participou junto com o irmão, Leovídio Di Ramos Caiado, da Expedição Araguaia-Xingu, encarregada por Marechal Rondon de fazer o levantamento do rio Tapirapés. A viagem, que durou vários meses, foi sua primeira experiência como sertanista, e resultou em seu primeiro livro: Expedição Sertaneja Araguaia-Xingu (1945). Depois, disso nunca mais deixou de excursionar pelo Araguaia e de escrever sobre a natureza e as gentes do sertão. Invariavelmente, em seus vários livros – Dramas do Oeste (1950), Curichão da Saudade (1963), Arapoema (1975) Vale das Caraíbas (1975) – Leolídio narrou o que viu e vivenciou no Araguaia: o abate da fauna, o desmatamento, as queimadas, a grilagem das terras, o conflito entre o pobre sertanejo e o fazendeiro.

Leolídio considerava que a caça motivada pelo comércio era a principal causa da destruição da fauna do Araguaia. A forma como os animais eram abatido, na sua opinião, tratava-se de “verdadeira chacina”. Em 1950, denunciou em seu livro “Dramas do Oeste. Histórias de uma excursão nas regiões da ilha do Bananal” as condições perversas e injustas da caça profissional. Situação que preconizou como crimes contra o meio ambiente.

A destruição da fauna pelífera é praticada pelos comerciantes e intermediários. O cervo (família dos cervídeos), considerado espécie rara, é morto em grande quantidade. Nas proximidades das lagoas pantanosas, é comum encontrarmos várias carcaças com as cabeças cortadas para serem vendidas aos comerciantes. E ficam lá aqueles colossais animais que nenhum mal fazem, para servir de pasto aos urubus. A anta (tapirus americanos), também animal protegido, é morta somente para sentir o macabro espetáculo da queda do pesado animal contra o solo. A ariranha (*Pteronura brasiliensis*), animal considerado espécie rara, é caçada constantemente. A sua pele é valiosíssima, e os caçadores, o dia inteiro perseguem ou espreitam o bando. À noite atacam a sulapa onde dormem e matam todas, exterminando assim todo o bando. A ema (família dos reídeos) é abatida em grande quantidade para suas penas serem vendidas nas casas atacadistas. (...) A tartaruga, ao se aproximar da desova, vai à praia, à noite, a fim de escolher o lugar mais favorável à postura. É quando surge, repentinamente, o caçador e a coloca com as patas para cima, fazendo o que chama “viração”, e como nos é conhecido, nessa posição ela permanece até morrer. Mas não fica somente

nisso: o criminoso abre o casco e retira de dentro os ovos para transformá-los em óleo e deixa enfileirados ao longo das praias os restos dos ovíparos, como testemunhas dessa aberrante modalidade de caça, verdadeiro crime contra a natureza. (Caiado, 1950, p. 16-32)

Mas, a atitude dos turistas não era melhor. Os amadores prejudicavam a fauna tanto quanto os profissionais. Na sua opinião, isto acontecia porque, salvo raras exceções, a maioria desses caçadores não nutria nenhum respeito pelos animais ou amor pelo esporte. Faltava-lhes a tradição cinegética, o real espírito desportivo.

Os excursionistas que penetram nas regiões sertanejas, geralmente vão bem armados e conduzem consigo, armas de calibre avantajado, como o “calibre doze”. Todas as espécies de pássaros e animais são alvejados, e a fauna se vê severamente castigada. Porém, percorrer os chapadões ou aprofundar nas matas à procura de caça mais sagaz, onde o caçador precisa empregar alguns conhecimentos cinegéticos, além do esforço físico necessário, é difícil, porque na maioria das vezes falta-lhes a intrepidez essencial. Eis, pois o motivo porque animais protegidos e considerados “espécies raras”, tais como anta, cervo, ariranha e muitos outros, por serem menos esquivos, são mortos, só pela sensação macabra de acertar no alvo e ver o tombo. A ariranha, já em certas zonas extinta, como também a rara lontra, basta serem avistadas para que de bordo do pequeno barco parta uma colossal e contínua rajada de chumbo. (Caiado, 1950, p. 29).

Observa-se que, nos dois casos, a caça era praticada ao completo arrepio da lei. Não se respeitava a quantidade de presas, o tipo de arma, a proteção das espécies raras. Leolídio não era contra a caça amadora, sendo ele próprio um amante da atividade. O que ele denunciava, era a barbárie do extermínio de populações inteiras de animais sob o título de esporte. Para ele o prazer do desportista estava na emoção da relação entre a caça e o caçador: “quando a caçada é praticada com o fim de desportismo, é um prazer campear e perseguir, pelas matas e campos, os animais silvestres. Às vezes, permanecemos horas seguidas ou mesmo o dia todo, em perseguição à caça, o que nos proporciona momentos agradáveis e de distrações” (Caiado, 1962, p.28).

O método da espera, comum entre os que se diziam caçadores, para Leolídio nada mais era que um ato criminoso, eivado de covardia, pois se tratava da “morte feita à traição ao animal” (Caiado, 1950, p. 29). A espera

consistia em vigiar as tocas, os esconderijos, os refúgios dos animais para surpreendê-los no momento de maior vulnerabilidade, quando o assalto se fazia certo e fácil. Os casos mais desumanos se referiam às bravas ariranhas, como o referido, e das aves, muitas delas mortas quando se empoleiravam nas árvores e arbustos ao cair da noite, ou, como os jaburus e colhereiros, quando surgiam voando a baixa altura (Caiado, 1950).

No período da seca, a tocaia era armada junto aos poucos bebedouros disponíveis e às árvores frutíferas nas campinas, onde os animais vinham se dessedentar e alimentar. Nesse momento, em que buscavam sua sobrevivência eram cruelmente mortos. No tempo das águas, a emboscada acontecia nos torrões de terras não inundáveis, único refúgio dos animais durante as enchentes sazonais. Nessa verdadeiras ilhas temporárias os animais ficavam naturalmente cercados, sem condições de se esconder ou fugir. Os caçadores aproveitavam-se dessa condição ambiental para agir impiedosamente. Nos dois casos o abate da preza era certo e covarde.

No tempo chamado “das águas”, se o inverno for muito forte, a referida ilha [do Bananal] quase deixa de existir, porque mais de dois terços ficam submersos e ela se transforma em infinitos pântanos. (...). Nessa época, sombria e triste para os animais, é que o homem faz suas piores matanças. Aportando nos torrões com sua canoa, procura os animais cujas peles são mais comerciáveis, e o dia inteiro os inocentes habitantes das selvas são perseguidos e abatidos; os que tentam escapar à chacina encontram morte, afogados, naquela imensidão de água; são exterminadas varas de porcos selvagens, caetetus e inúmeros outros animais. Porém, essas depredações causadas pela natureza e praticadas pelo homem têm seu limite. O matador sob o tempo frio de chuvas torrenciais e no aguaceiro dia e noite, envolvido pelas formigas, vespas e mosquitos e toda adversidade da natureza, não resiste ao longo tempo, e volta para o seu distante “habitat” com a embarcação abarrotada de peles. Dinheiro ganho à custa do sangue dos inocentes animais das selvas! Fruto de chacina hediondas! Crimes que deveriam ser punidos! (Caiado, 1950, p. 9-10)

Enquanto a caça amadora era realizada prioritariamente no período da seca, a caça profissional acontecia durante o ano todo, com maior ênfase nas águas, pela facilidade proporcionada pelo método da espera. A caça profissional era considerada danosa tanto do ponto de vista econômico quanto ambiental. Como o seu produto não era negociado em Goiás, mas no Pará, a economia local

não chegava a usufruir nenhum benefício de fato, enquanto o prejuízo ambiental, este sim era real e implicava no contínuo desaparecimento de populações inteiras de espécies nativas, algumas das quais endêmicas.

A ineficiência do poder público em implementar uma política capaz de organizar e melhorar a fiscalização da atividade, permitia que os maus caçadores agissem livremente de maneira predatória. Leolídio acreditava que o Estado era omissivo quando permitia o comércio dos produtos e subprodutos da fauna sem manter nenhum controle de sua origem por falta de agentes de fiscalização no local da caça. Para ele, a tentativa de fiscalizar no “asfalto” somente gerava a impunidade, o que acabava estimulando a continuidade dos crimes contra a natureza em Goiás. A incisiva defesa da fauna e as ideias para a conservação dos bens ambientais, chamaram a atenção do então governador de Goiás, Jerônimo⁵⁷ Coimbra Bueno, que o convidou para dirigir o Serviço de Caça e Pesca de Goiás (SCPG), criado em 1949. Assim como o escritor, Coimbra Bueno, era um homem que se preocupava com o cuidado da natureza.

Quando estava à frente do órgão Leolídio chegou a propor que a ilha do Bananal fosse transformada em um refúgio de animais silvestres destinado ao desenvolvimento da fauna longe da mira dos caçadores. Mas, acabou não insistindo no assunto por avaliar que as condições estruturais da atuação do órgão eram insuficientes para administrar uma área dessa natureza.

Em 1949, apresentei à divisão de Caça e Pesca uma sugestão nesse sentido [de criar um refúgio de fauna no Bananal]. Mas depois de muito pensar, não persisti, porque se somos incapazes de organizar um Serviço de Caça e Pesca, como poderíamos tentar a criação de um Parque Nacional de Refúgio da Animais Silvestres (Caiado, 1950, p.43)

O desalento de Leolídio indicava que, provavelmente, a capacidade técnica e física do órgão estadual para atuar na conservação ainda era bastante reduzida. Além disso, existia uma indisposição política para seu aparelhamento. Primeiro, porque era notório que os projetos e políticas propostas pelo

⁵⁷ A grafia Jerônimo e Jerônimo são encontradas nos documentos e na literatura pesquisada. Optei por utilizar a primeira.

governador Coimbra Bueno esbarravam em uma forte oposição muito bem articulada na casa legislativa estadual. O SCPG, derivando da iniciativa do governo, estava fadado a ser inoperante. Depois, porque era público o fato de autoridades serem flagradas desrespeitando a legislação de pesca e de caça. Este fato seria mencionado por Coimbra Bueno quando era Senador: “É comum verem-se até Prefeitos e Governadores na prática dêsse (*sic*) criminoso esporte de matança de peixe nos desníveis à época da desova” (Bueno DOU 13/10/1959 p.2388). Portanto, não é incorreto supor: 1. que outras autoridades também incorressem em infrações da mesma natureza; 2. Que a capacidade de organização e atuação do SCPG fosse minada por resistências de caráter político.

Nas décadas seguintes, Leolídio Di Ramos Caiado se tornou uma das principais referências sobre a conservação da natureza em Goiás e no Tocantins. Nesses dois estados ajudou na organização dos seus primeiros órgãos ambientais: Secretaria Estadual do Meio Ambiente de Goiás (SEMAGO) e Instituto Natureza do Tocantins (NATURATINS), respectivamente. Grande conhecedor da bacia do rio Araguaia foi responsável pelas primeiras políticas públicas e legislação de pesca do estado. Em 1971, desempenhou um papel importante na aprovação da lei que proibiu a pesca profissional em todo o estado de Goiás. Passou por diversos órgãos públicos ambientais, onde procurou introduzir uma rotina de fiscalização e combate à depredação ambiental. Por meio de seus livros, buscou sensibilizar as pessoas para os laços que ligam humanos e natureza (Borges, 2018). Quando morreu, em 2008, foi lembrado no discurso do Deputado Sandes Júnior (PP-GO) na Câmara dos Deputados como o “mais verdes de todos os goianos, um homem que fez da defesa ambiental sua razão de vida” (Câmara dos Deputados/DETAQ, Necrológico do sertanista Leolídio di Ramos Caiado, 17/06/2008).

Jerônimo Coimbra Bueno:

Natural da pequena Rio Verde no sudoeste do estado de Goiás, Jerônimo Coimbra Bueno⁵⁸ (1910 -1996) era o primogênito dos seis filhos do casal Orizimbo Sousa Bueno e Umbelina Coimbra Bueno, fazendeiros de origem paulista e nordestina, respectivamente. Sua família paterna descendia dos Bueno, bandeirantes paulistas do século XVIII ao qual se atribui as primeiras incursões no território goiano e a descoberta das minas de ouro no rio Vermelho. Bartolomeu Bueno Filho era seu tetravô. A família materna, ramo Coimbra, veio de Pernambuco durante o ciclo do ouro em Goiás. Com o declínio da mineração, os Coimbra acabaram se radicando no Norte do estado como pecuaristas. Já os Bueno retornaram para São Paulo, indo se estabelecer depois no Espírito Santo na região de Cachoeiro de Itapemirim (Bueno, A., Depoimento, 1990).

A transferência da família Coimbra para o sudoeste goiano se deu em razão de perseguições políticas por parte das oligarquias que comandavam a capital, Vila Boa de Goiás. Adquiriram fazendas na região o entre Jataí e Rio Verde, onde ampliaram a atividade pecuária, se tornando grandes fazendeiros. Coimbra Bueno viveu até a adolescência nessa região de Cerrado, transferindo-se com sua família para Barretos no interior de São Paulo em 1925, e depois para o Rio de Janeiro, onde concluiu os estudos secundários. Em 1929, ingressou no curso de engenharia civil da Escola Politécnica do Rio de Janeiro, concluindo sua formação em engenharia com especialização em urbanismo em 1933. Seu irmão mais novo, Abelardo, seguiu o mesmo caminho, graduando-se pela mesma escola no ano seguinte (Bueno, A Depoimento, 1990).

A opção de Coimbra Bueno pelo urbanismo denotava o perfil de homem público, cujo *locus* de atuação jamais seria a fábrica, mas a rua. Na década de 1930, o urbanismo evidenciava a atuação dos engenheiros como personagens da vida moderna, atores convocados para a vida pública como agentes da civilização. Nesse sentido, o engenheiro se apresentava como o portador da modernidade e o urbanismo se traduzia em uma nova forma de organizar o país

⁵⁸.

(Maia, 2008). Essa abertura para a relação com o espaço público, mais do que para com o espaço privado, estava inscrita na origem da sua formação acadêmica.

Na Escola Politécnica Coimbra Bueno recebeu uma instrução muito mais humanista que propriamente técnica. A tradição acadêmica da Politécnica, de influência francesa, combinava a formação científica de fundamentação ampla, com ênfase nas ciências básicas, o positivismo como código moral e o senso de missão cívica no exercício da vida profissional. A escola notabilizou-se por formar um tipo de profissional generalista, preparado para atuar em diversas frentes e assumir distintas funções públicas. Nesses termos, o politécnico contrastava imensamente do engenheiro especialista, forjado para atuar no mundo fabril (Maia, 2008).

Apenas seis meses após ter fundado seu primeiro escritório de engenharia, Coimbra Bueno foi convidado por Pedro Ludovico Teixeira, interventor de Goiás, a assumir a direção das obras da nova capital do estado. Após a transferência da administração estadual para a moderna Goiânia em 1937, ele permanece como integrante do Conselho Técnico de Economia e Finanças de Goiás.

A construção de Goiânia tem um sentido importante na trajetória de Coimbra Bueno. Primeiro porque marca o reencontro com sua origem sertaneja e o início da construção da sua imagem como homem político; segundo porque lhe proporciona a real dimensão do poder do urbanismo na modernização do país, fazendo com que, ao longo dos próximos anos, assuma a transferência da Capital federal para o Planalto Central como sua principal bandeira política.

Em Goiás, Coimbra Bueno se tornou uma figura pública conhecida por ter posições progressistas. Em 1947, assumiu o governo do estado, eleito pela coalizão União Democrática Nacional (UDN) e uma ala dissidente do Partido Social Democrático (PSD). Apesar de ser um filho da terra, como político se apresentava como *outsider*. Em 1950, renunciou ao governo do estado para se dedicar à Comissão de Estudos e Localização da Nova Capital do Brasil.

Como Governador, Coimbra Bueno se mostrou sensível à questão da exploração perdulária dos recursos naturais do estado. Ele propôs reformas

significativas na legislação envolvendo, entre outros temas, a elaboração de leis relativas à proteção da fauna e das reservas florestais, ao estabelecimento de uma polícia florestal estadual e à criação de áreas protegidas no estado. A defesa de formas de controle e proteção dos recursos naturais derivava de uma genuína preocupação com a capacidade de sustentação dos sistemas ecológicos, o que afetava seu valor econômico, como estoque de bens naturais importantes para o bem-estar e desenvolvimento das populações do interior. Por exemplo, no caso da pesca a sobreexploração prejudicava diretamente as populações mais pobres do sertão que dependiam do produto da pesca para sua sobrevivência.

Como observado anteriormente, durante seu governo foi instalado o Serviço de Caça e Pesca de Goiás. Na ocasião da inauguração do órgão Coimbra Bueno apontou qual seria sua principal função:

Já é tempo de dar cabo de uma “anormalidade perigosa e destruidora que grassa pelo nosso Estado. Conhecidas de todos são as criminosas pescarias de bombas e outros métodos desaconselháveis (*sic*) cuja finalidade é a mera diversão de uns em detrimento do próprio sustento de uma população inteira. (Cidade de Goiás 10/07/1949 p.1 *aspas no original*)

Goiás sempre foi um estado rico em rios e lagos piscosos, mas a região que, por vários fatores, chamava a maior atenção era o médio rio Araguaia. Portanto, foi instalada na velha capital do estado, a cidade de Goiás, uma Inspeção Regional do SCPG com o objetivo de promover a fiscalização e o combate às atividades ilegais no local onde elas efetivamente aconteciam. A Inspeção demonstrava que o governo tinha a real intenção de atuar repressiva, mas também de maneira educativa, propondo campanhas educativas sobre a pesca e a caça (Cidade de Goiás 17/07/1949 p.1).

Coimbra Bueno também tinha em mente contemplar Goiás com vários parques em diferentes regiões, começando por quatro localidades de grande beleza natural: o canal de São Simão, a Serra de Caldas Novas, a Chapada dos Veadeiros e a ilha do Bananal. Ele designou os estudos para subsidiar a elaboração dos projetos de lei referente aos parques de Veadeiros e do Bananal, enviando-os ao Legislativo estadual (DOE 26/04/1950 p.8). Mas, como a oposição ao governador era maioria, assim como muitas outras projetos do

Executivo, este também encontrou resistências. Fato é que, ao deixar o governo nenhum parque nacional ainda havia sido estabelecido em Goiás.

Embora Coimbra Bueno não tenha obtido sucesso nesse período, o seu envolvimento com o movimento conservacionista na década de 1960, foi decisivo para a ampliação das áreas protegidas no Brasil. Esta fase é abordada a seguir.

4.3 CONVERGÊNCIAS E DIVERGÊNCIAS ACERCA DA CRIAÇÃO DO PARQUE NACIONAL DO ARAGUAIA

No início do mês de maio de 1959, o Deputado Federal (PSD-GO) Gerson de Castro Costa apresentou ao plenário da Câmara dos Deputados o Projeto de Lei (PL) n. 256, propondo criar o “Parque Nacional da ilha do Bananal”. Nas justificativa alegava que há muitos anos a ilha era considerada uma localidade apropriada para receber um parque nacional. A peculiaridade insular da área, notoriamente aclamada como a maior ilha fluvial do mundo, somado à beleza e importância do seu patrimônio natural, a havia tornado objeto de variadas manifestações em defesa de sua conservação e destinação à visitação. A proposta não era inovadora, em termos demarcatórios, os limites da ilha serviriam de divisas ao parque, portanto, este já nasceria delimitado pela própria geografia do local. No total, uma área de 20 mil quilômetros quadrados na planície do rio Araguaia seria destinada a abrigar o “mais belo e extenso parque nacional do Brasil” (Câmara dos Deputados 1959).

Durante o Estado Novo, Costa havia sido diretor do Departamento Estadual de Imprensa (DEIP), um órgão estadual similar ao DIP, que tinha como uma de suas funções a promoção do turismo em Goiás. Para Costa, a ilha possuía uma grande relevância ambiental, e sua conservação fortalecia o turismo no Araguaia.

O PL n. 256 foi o primeiro documento formalmente encaminhado ao legislativo federal para a concretização deste parque. Nas justificativas constava a referência ao estudo técnico realizado pelo geólogo e naturalista goiano Zoroastro Artiaga a respeito das características ambientais da ilha, tanto em seus aspectos estéticos quanto econômicos. O estudo, encomendado pelo

próprio Castro Costa, visava apresentar a região como uma reserva importante de recursos naturais para o país e a confirmar sua vocação turística, principalmente quanto a pesca.

A parte burocrática referente a questão fundiária havia sido resolvida com a promulgação prévia da Lei Estadual n.2.370/1958 que autorizava o Executivo a realizar a doação da integralidade do território da ilha do Bananal para a União, sob a condição de ali se criar e implementar o Parque Nacional do Araguaia no prazo de dois anos. Como a ilha do Bananal era declarada terra devoluta do estado de Goiás, a transmissão da propriedade se impunha como condição legal para a ingerência da União sobre o seu território. Portanto, a lei visava possibilitar que o governo federal pudesse ali instalar o “mais belo e extenso parque nacional do Brasil”.

O projeto estabelecia como obrigações derivadas ao ato constitutivo, a construção no interior do parque de um hotel de turismo, onde deveriam ser mantidos:

a) postos de:

1 - defesa e vigilância sanitária animal; e o outro vegetal;

2 - defesa e vigilância sanitária vegetal;

3 - fiscalização de caça e pesca;

4 - de proteção aos índios;

b) uma fazenda modelo;

c) uma granja modelo;

d) uma colônia de pescadores;

e) lanchas para assistência técnica e sanitária aos criadores e agricultores fixados às margens do rio Araguaia, nos Estados do Mato-Grosso, Pará, Maranhão e Goiás;

f) serviço de revenda de arame farpado e grampos para cercas;

g) serviço especial para a apreensão e preservação de todos os espécimes animais e vegetais da região, bem como os do território nacional adaptáveis à ilha do Bananal (Congresso Nacional, Câmara dos Deputados, Projeto n 256/1959 art. 6).

Do ponto de vista estrito da conservação, o PL refletia a ideia de parque nacional como uma “vitrine natural” ou um tipo excepcional de “jardim zoobotânico”. A introdução de espécies exóticas serviria para “melhorar” a natureza da ilha do Bananal, enriquecendo sua biodiversidade e tornando-a

mais atrativa do ponto de vista turístico. Na sua avaliação, as condições naturais locais eram favoráveis a vida de todas as espécies da fauna e flora brasileiras, sem que fosse necessário empregar grandes esforços para aclimatação.

Na realidade, as obrigações estabelecidas no artigo 6º serviam mais aos interesses dos pecuaristas e agricultores instalados na região, do que à proteção da natureza em si. No jargão parlamentar atual, o artigo poderia ser considerado um tipo especial de “jabuti”⁵⁹, já que compunha a proposta original, mas não guardava nenhuma relação com a temática central da lei proposta. O deputado justificou a inclusão do dispositivo na carência de assistência técnica agropecuária da região: “Pareceu-me, na redação do projeto, incluir a manutenção de alguns órgãos de assistência a setores da economia sertaneja, na realidade nada assistidos nas Regiões Norte e Centro-Oeste” (Câmara dos Deputados, PL n.256/1959, Justificação). As atividades previstas para “socorrer” os produtores rurais fugiam às atribuições da Seção de Parques e Florestas, responsável pela gestão dos parques nacionais dentro do Serviço Florestal do Ministério da Agricultura. Legalmente elas se encontravam a cargo de outras instâncias dentro do mesmo ministério, o que gerava um conflito de atribuições administrativas entre órgão da pasta. Nas justificativas, Castro Costa aponta o problema, mas limitava-se a sugerir que o Parque Nacional do Araguaia deveria obedecer a uma “subordinação especial” a ser regulamentada futuramente.

Castro Costa tinha pressa na aprovação da lei, pois caso não se cumprisse o prazo vinculado para o início das obras do parque, a União perderia o direito de propriedade sobre a ilha, inviabilizando a criação do parque. Para garantir que o projeto não se perdesse na morosidade burocrática das Comissões da Câmara, simultaneamente, Castro Costa levou a proposta ao conhecimento do Executivo, apresentando-a em audiência diretamente ao Presidente Juscelino Kubitschek.

Apresentada a matéria desconsoltei-me da mornidão do andamento das proposições de deputados liderados nesta Casa e ainda em maio de 1959, organizei um expediente completo sôbre a ilha do Bananal, do qual constam o projeto 256, um mapa e a cópia da lei

⁵⁹Emenda parlamentar que modifica um projeto de lei em discussão de forma a alterar ou distorcer seu objetivo original.

2370 de Goiás apresentando tudo em audiência no Catete, ao presidente Juscelino Kubitschek. Remetido tal expediente ao Ministério da Agricultura e ao DASP [Departamento Administrativo do Serviço Público] dêle resultou decreto executivo de criação do Parque Nacional do Araguaia nos primeiros dias do ano corrente (Correio da Manhã, 20/06/1960, p.7).

Como o título da matéria do Correio da Manhã apontava “JK copiou mas não aludiu ao projeto criando o parque na Ilha do Bananal”. O Decreto do Executivo n. 47.570 de 31 de dezembro de 1959, ao cria o Parque Nacional do Araguaia, retomou, praticamente na íntegra, a proposta original do PL 256/1959, suprimindo lhe apenas o problemático artigo 6º, que impunha ao governo federal uma série de ações incompatíveis com a natureza dessas áreas, e com o que havia sido estabelecido pelo Código Florestal de 1934:

Art. 9º – Os parques nacionais, estaduais ou municipais constituem monumentos públicos naturais, que perpetuam sua composição florística primitiva, trechos do país, que, por circunstâncias peculiares, o merecem.

§ 1º É rigorosamente proibido o exercício de qualquer espécie de atividade contra a flora e a fauna dos parques.

§ 2º Os caminhos de acesso aos parques obedecerão as disposições técnicas, de forma que tanto quanto possível, se não altere o aspecto natural da paisagem (Brasil, Decreto-Lei N. 23.793 de 1934).

Não se pode afirmar que as motivações de JK decorressem de um interesse genuíno nas áreas protegidas. Embora ele não fosse insensível à destruição das florestas brasileiras e reconhecesse a importância do uso racional dos recursos naturais e a necessidade de melhorar a eficiência da sua exploração⁶⁰, a conservação da natureza, com certeza, não constava entre as prioridades do seu governo.

Originalmente, a integração econômica da bacia do Araguaia não estava pontualmente incorporada às metas de planejamento de JK. Segundo Lima Filho (2001), ela surgiu durante a construção de Brasília, como um “capricho

⁶⁰Ver entrevista de JK no lançamento da 1ª Campanha Nacional de Educação Florestal promovida pelo Serviço Florestal do Ministério da Agricultura e entidades de proteção da natureza no Brasil. Correio da Manhã, 21/09/1958, p.

modernista de Juscelino Kubitschek” para desviar a atenção da oposição do faraônico canteiro de obras que era Brasília. Teria nascido de uma “conversa de botequim”, na qual o sertanista Acary de Passos de Oliveira teria sugerido ao presidente a construção de um hospital na ilha do Bananal – “uma coisa mais maluca para desviar a atenção” (Oliveira *apud* Lima Filho 2001 p. 97).

JK conjugou as duas ideias e, em meados de maio, anunciou sua marcha rumo ao Bananal. A ilha do Araguaia era a sua mais nova meta ao progresso do país. De toda forma, finalmente ela havia se tornado um parque nacional.

O meu ponto de vista em relação à ilha do Bananal era simples e objetivo. Tratava-se de um impulso a mais, na direção da Fronteira Ocidental. Para que esse alvo fosse atingido, seria necessário transformar a ilha em parque nacional. O parque seria a meta da marcha que eu iria iniciar, no sentido de estabelecer naquela região, até então deserta, núcleos agrícolas pioneiros para o pleno desenvolvimento das atividades agropecuárias. Como a ilha era um paraíso de caça e pesca, decidi construir no seu ponto mais favorável um hotel turismo e, levando em conta as primitivas condições de vida na região, resolvi, simultaneamente, incorporar os índios que ali habitavam à civilização brasileira, criando para eles, serviços locais de assistência imediata [referia-se ao hospital indígena que pretendia construir na ilha] (Oliveira, 1978, p. 382-383).

No contexto da política de integração nacional kubitschekeana, o parque nacional do Araguaia respondia aos objetivos da expansão do capital na fronteira Oeste, tendo como ponto de partida o desenvolvimento do “turismo selvagem” na ilha do Bananal. Para tanto, era preciso equipar a ilha de uma infraestrutura mínima de serviços turísticos. O primeiro passo seria ter um “aeroporto”, já que o isolamento da região não permitia um fácil acesso por terra; depois, oferecer um meio de hospedagem confortável, que garantisse comodidades e pequenos luxos aos visitantes, habituados aos ambientes urbanos. Também era necessário melhorar as condições sanitárias locais, e propiciar saúde e educação para as populações indígenas e sertanejas. Estava montada a Operação Bananal.

A iniciativa de JK não pode meramente ser entendida como uma estratégia política para distrair a oposição, muito embora, a avalanche de críticas publicadas nos jornais da época sobre o assunto demonstrem que tenha

sido bastante útil neste sentido. Há nove meses do fim do mandato presidencial, o parque representava uma valiosa oportunidade para JK vincular seu governo a mais um feito inédito; um último ato épico para incorporar o interior à nova engrenagem econômica do país. Se bem-sucedido, Juscelino veria seu capital político aumentar consideravelmente. Por outro lado, a consolidação política da nova Capital Federal era um imperativo. Neste sentido, ao conceber o PNA como vetor de desenvolvimento da grande zona interiorana do Brasil Central, Juscelino fortalecia o papel de Brasília como epicentro nacional, de onde e para onde afluiria o progresso do país.

Apesar disso, a criação do PNA não se presta a uma simples narrativa da Marcha para o Oeste, reinterpretada e atualizada por JK. Ele se situa em um contexto social mais abrangente, que incluiu, entre outras questões, as preocupações com a conservação da natureza. Prova disto é que o Araguaia não foi o único parque nacional instituído no período JK (1956-1961). Na verdade, o ato normativo de sua criação fez parte de um pacote de decretos presidenciais que, nos dois últimos anos de seu mandato, constituiu ao todo cinco parques nacionais: Ubajara (1959) no Estado do Ceará, Aparados da Serra (1959) no Rio Grande do Sul, Araguaia (1959) no atual estado do Tocantins, Tocantins (1961) – hoje Chapada dos Veadeiros – e Emas (1961), ambos no Estado de Goiás.

Conservação da natureza na Era JK

O governo do presidente Juscelino Kubitschek foi marcado por um grande espectro de reformas estruturais voltadas ao estabelecimento de condições mais favoráveis ao desenvolvimento do país. JK concentrou esforços na expansão dos setores de energia, transporte, alimentação, indústria de base e educação técnica. Vultosos investimentos foram destinados a um conjunto de obras infraestruturais, envolvendo barragens, hidroelétricas, milhares de quilômetros de novas rodovias e a pavimentação de outros tantos de antigas estradas, reestruturação de portos, implantação de parque industrial, entre outras ações pontuais. Mas, a obra mais ousada de seu governo foi a construção da nova Capital federal no Planalto Central.

Chamada meta-síntese, Brasília condensou as expectativas de JK de alavancar e disseminar o progresso nacional criando melhores condições para o surgimento de núcleos produtivos no interior do país. Tratava-se de “mudar o Brasil de posição” (Kubitschek, p.188), de empurrar não somente o centro do poder político, mas também a população para o interior do país. Por isto, todas as demais metas, a começar pelo gigantesco eixo rodoviário em forma do Cruzeiro do Sul, vertiam para a nova Capital. JK procurou estabelecer uma correlação de sua política de integração nacional com o processo norte-americano de conquista da fronteira Oeste que havia proporcionado aos EUA se tornarem uma grande nação (Kubitschek 1975).

A visão de desenvolvimento que orientou as políticas kubitschekeanas adotava o crescimento econômico como principal premissa e vinha alinhada às teorias sobre a dependência⁶¹ dos países periféricos, em voga na América Latina na década de 1950. Em suma, essas teorias pregavam a superação do subdesenvolvimento historicamente instalado, pela transição da base econômica primário-exportadora para a industrializada. Os países pobres capitalistas nutriam expectativas de que a industrialização lhes colocaria sobre os trilhos do desenvolvimento. Para Colistete (2001), o apelo ideológico do desenvolvimentismo encontrou terreno fértil no Brasil dos anos de 1950, um país ansioso por recuperar o atraso histórico, elevar o padrão de consumo e bem-estar de sua população e garantir um lugar entre as grandes economias do cenário internacional.

Já no segundo ano de governo, JK declarava ter assentado as bases de todas as metas previstas para o fortalecimento dos setores essenciais à transição da matriz econômica. Pode-se dizer que, durante os anos JK o Brasil tornou-se um grande canteiro de obras. Além da monumental empreitada de Brasília, todas as regiões do país sofreram algum tipo de intervenção relacionada aos grandes projetos de infraestrutura implementados no período. Todas essas

61A Comissão Econômica para a América Latina e Caribe (CEPAL) foi o mais importante centro de formulação e irradiação de teorias econômicas que tentavam explicar e apresentar respostas ao retardamento do desenvolvimento dos países do Sul. Segundo Colistete (2001) Entre as décadas de 1950 e 1960 duas teorias formuladas pela CEPAL tiveram grande influência no Brasil: i. Subdesenvolvimento; ii. Dependência (capitalismo tardio).

operações respondiam às prioridades econômicas do governo, traduzidas na ideia de maximização da produção e da exportação.

O apelo desenvolvimentista de JK gerou grande apreensão entre técnicos do próprio governo, cientistas e profissionais liberais defensores da causa ambiental no país. Esta era a primeira vez que um governo impunha transformações tão drásticas, em um espaço temporal tão curto. A condução de um crescimento econômico sem os devidos cuidados com a natureza, ou seja, a qualquer custo, despertou o receio de que os efeitos, a médio e longo prazo, fossem devastadores. Do ponto de vista da conservação, a ostensiva política de integração nacional soava como uma sentença condenatória a regiões ainda pouco impactadas pela ocupação humana.

O problema não era o desenvolvimento em si, reconhecido como necessário ao país, mas a sua concepção, que elegia os aspectos econômicos como a única variável válida e otimizava seus benefícios a curto prazo, sem levar em consideração o custo da destruição da natureza e suas consequências futuras. A narrativa de JK sobre a construção da rodovia Belém – Brasília, considerada pelo governo a “espinha dorsal” do plano de integração das regiões Norte e Centro-Oeste, é emblemática da dimensão dos impactos em curso.

A construção da Belém–Brasília era o outro grande problema que, naquele momento [meados de 1958], me preocupava. A estrada teria 2.169 quilômetros, dos quais 815 já estavam prontos, 884 achavam-se em construção, restando por construir 470 quilômetros, grande parte dos quais em plena floresta amazônica. Três mil operários atacavam a obra nos dois sentidos. As vanguardas de topógrafos e geólogos eram assistidas por vias aéreas, recebendo víveres e equipamentos de pequeno porte lançados de pára-quedas (sic). A FAB [Força Aérea Brasileira] estudava, na ocasião, a possibilidade de construir, no trecho de penetração da Amazônia, aeroportos de 100 em 100 quilômetros, a fim de assegurar apoio mais efetivo ao trabalho de desbravamento.

À medida que os vanguardeiros avançavam, iam abrindo clareiras e ali acendiam fogos. A fumaça, filtrando-se através do compacto das frondes, servia de indicação para os aviões de reconhecimento. Localizadas as clareiras, vinham os aviões de abastecimento que jogavam gêneros alimentícios de pára-quedas (sic). Sayão [Bernardo] tinha uma filosofia própria para enfrentar o desafio da floresta. Sua palavra de ordem era uma só – *Avançar*. No seu cérebro, estava sempre acesa aquela luzinha que o fazia seguir sempre para adiante – a “ligação”. Até Imperatriz, no Maranhão, a estrada era uma fita vermelha, aberta no verde da

floresta. Havia ficado atrás o local onde se estudava a possibilidade de ser construída a grande ponte – a maior obra de arte da rodovia. Além da ponte do Estreito – a que iria transpor o Tocantins – existiam inúmeros igarapés que naturalmente exigiram outras obras de arte.

(...) Essa rodovia seria na realidade, uma “espinha dorsal”, segundo a definição de Sayão, das vastas regiões do Norte e Centro-Oeste do país, beneficiando, direta e indiretamente, uma área de 4.000.000 de quilômetros quadrados. Cerca de 70 municípios, situados numa faixa de 60 quilômetros para cada lado do seu eixo, sentiriam o impacto do progresso, não chegando aos poucos, no ritmo normal do crescimento de qualquer aglomerado humano, mas através de verdadeira agressão desbravadora, com o desenvolvimento invadindo as propriedades, melhorando as condições de vida daqueles “mateiros”, impondo-lhes uma atitude dinâmica em face da nova realidade.

Na zona amazônica propriamente dita, o acesso à floresta proporcionaria o estabelecimento de grande indústria madeireira, além da exploração da produção extrativa (oleaginosa), abrindo possibilidade à cultura racional da seringueira, do cacau, da pimenta-do-reino, do dendê, enquanto as turmas de prospecção estariam em condições de promover a pesquisa de minerais e a delimitação do potencial energético do Tocantins, do Curupí e do Araguaia. (Oliveira 1978 p.214-215).

Na percepção desses conservacionistas, o governo agia de forma negligente e imprudente em relação ao meio ambiente. Para tentar enfrentar de forma razoavelmente organizada essa situação, em abril de 1958 eles criaram a Fundação Brasileira para a Conservação da Natureza (FBCN). Embora já existissem associações que patrocinavam a causa da natureza, tais como a Sociedade Amigos das Árvores (1931), Sociedade de Amigos da Flora Brasileira (1939), a Associação de Defesa da Fauna e Flora de São Paulo – ADEFLOA⁶² (1956), a Campanha pela Proteção da Natureza (1949), entre outras, a FBCN foi a primeira sociedade civil de alcance nacional voltada para uma conservação mais abrangente da natureza, contemplando seus vários aspectos – fauna, flora, água, solo e paisagens (Dean, 1996; Franco & Drummond 2013).

A FBCN nasceu com a missão de atuar de modo pragmático junto ao poder público e à sociedade para formar de uma mentalidade conservacionista no Brasil. Para tanto, se propunha a envidar esforços com os seguintes objetivos:

⁶²Mais tarde a ADEFLOA teve seu nome alterado para Associação de Defesa do Meio Ambiente de São Paulo (ADEMASP).

(...) estabelecer e resguardar parques e monumentos naturais refúgio da fauna silvestre, dando-se especial atenção às espécies em vias de extinção; estimular e facilitar a cooperação entre os governos e as organizações nacionais interessadas na conservação dos recursos naturais; recolher, analisar interpretar e difundir conhecimentos referentes à conservação da Natureza; planejar e executar obras que se destinem aos fins em causa e promover e vulgarizar um amplo programa educativo aos assuntos que lhe são peculiares. (Correio da Manhã 01/07/1959 p.)

O grupo inicial da FBCN era formado por profissionais que desempenhavam funções públicas junto a órgãos públicos como o Departamento de Produção Vegetal do Ministério da Agricultura, o Conselho Florestal Federal, o Serviço Florestal do Distrito Federal, este era o caso dos engenheiros agrônomos Wanderbilt Duarte de Barros, Arthur Miranda de Bastos, Harold Edgar Strang e Victor Abdennur Farah; e por profissionais liberais de várias áreas – Fuad Atala e Rossini Pinto eram jornalistas, Luiz Hermany Filho e Francisco Iglesias de Lima industriais, Eurico Santos e Luiz Simões Lopes escritores, Rosalvo de Magalhães excursionista, Fernando Segadas Vianna biólogo, Heitor Grilo agrônomo e professor, e Jerônimo Coimbra Bueno engenheiro civil e Senador da República.

Durante os primeiros anos de estruturação da fundação, Fuad Atala e Rossini Pinto divulgaram a FBCN em suas colunas semanais sobre ciência e natureza no jornal Correio da Manhã. Atala usou esse espaço para lançar o convite público à adesão de todas as pessoas interessadas à causa, independente de “cor política, racial ou religiosa” (Correio da Manhã 18/06/1958 p.11). Essa estratégia gerou bons frutos e a fundação acabou aglutinando pessoas de várias localidades, profissões e credos, identificadas com a questão da conservação da natureza. A FBCN também recebeu o apoio de entidades comerciais e públicas, tais como as empresas Ultragás (antiga apoiadora das campanhas nacionais de reflorestamento) e a Esso que disponibilizou sua filmoteca especializada, e a Fundação Brasil Central que colocou à disposição a rádio Brasil Central para ampla divulgação da fundação. O poeta e escritor Carlos Drummond de Andrade, também declarou seu apoio à iniciativa. A imprensa acabou conferindo ao grupo a alcunha “Amigos da Natureza” (Correio da Manhã 10/07/1958).

A articulação de agentes públicos com a sociedade civil para a criação de entidades privadas de proteção ambiental que tinham como princípio funcionar como elemento de pressão social sobre os governos, não era uma novidade no Brasil. Ela foi notada por Franco & Drummond (2009) em seu estudo sobre a geração precedente de defensores da natureza. Segundo a análise desses autores,

Tem sido comum, no que se refere à proteção da natureza, que a consciência de técnicos e cientistas atuantes em órgãos do governo se choque com interesses mais fortes dentro da articulação hegemônica de poder. Com isto, o andamento das políticas propostas acaba dependendo de outras articulações internas ao Estado, do eco que as preocupações com o mundo natural encontram na sociedade e, é claro, das pressões por ela exercidas. Tal dinâmica acaba fazendo com que estes técnicos e cientistas empregados pelos governos busquem respaldo na sociedade civil, criando associações atuantes no seu âmbito. Já os governos, quando interessados na conservação da natureza, procuram assessoria e mesmo pessoal especializado nessas associações. (Franco & Drummond 2009 p.21)

O engajamento de um público leigo acabou dando maior visibilidade à FBCN e à pauta conservacionista. A maior parte dessas pessoas eram oriundas de uma classe média bem instruída, com *hobbies* – montanhismo, excursionismo, escotismo, exploração de cavernas, observação de pássaros, cultivo de orquídeas – que as tornavam mais conscientes da relação entre o desenvolvimento econômico e a destruição da natureza (Dean, 1996).

Franco & Drummond (2013) consideraram os primeiros anos de funcionamento da FBCN como uma fase de dormência, com poucas atividades desenvolvidas. De fato, se comparado com a expansão de sua atuação no cenário nacional nas décadas seguintes, a fundação caminhou lentamente nos seus anos iniciais. Sem recursos suficientes para a implementação de ações diretas e com pouco espaço no seio das instituições governamentais, a FBCN buscou alcançar seus objetivos pela via política. A nomeação de Jerônimo Coimbra Bueno, então Senador da República, para o cargo de primeiro presidente efetivo é emblemática desta opção. Sua presença no Senado naquele momento, representava uma oportunidade privilegiada de dar maior visibilidade aos objetivos da fundação e conquistar o apoio do Legislativo à pauta

conservacionista. Entre 1960 e 1963, ele foi a voz da FBCN no Congresso Nacional.

Como visto, Coimbra Bueno possuía experiência política e uma trajetória de atuação pública na defesa da conservação dos recursos naturais e dos parques nacionais em Goiás. No Senado ele destacou a relevância e seriedade dos propósitos da FBCN, e o fato de que com sua criação o Brasil passava a se equipar com os países mais desenvolvidos do mundo onde há muito tempo já existiam entidades congêneres; Dada a importância da sua atuação no sentido de resguardar os bens naturais, de interesse de toda a população brasileira, propôs o Projeto de Lei n.23/1960 que declarava a utilidade pública da FBCN (Diário do Congresso Nacional n.57 maio de 1960 p.1096). Mas sua principal atuação no Congresso foi em favor dos parques nacionais, particularmente, do parque nacional do Araguaia.

Na tribuna do Senado, Coimbra Bueno defendeu a necessidade de o Brasil ampliar o número das áreas naturais protegidas, pois, considerando a dimensão e a diversidade do território nacional, as reservas existentes eram insuficientes para garantir a conservação da fauna e da flora. Sua posição era de que todas as regiões deveriam ser contempladas com grandes parques nacionais. Todavia, em razão do grande impulso migratório provocado pela construção de Brasília e dos novos eixos rodoviários, os estados centrais – Goiás, Mato Grosso, Pará, Amazonas – e do Nordeste, deveriam ser priorizados. Era imprescindível que esses parques fossem criados o quanto antes, para evitar que a sobrevalorização das terras, já em curso, impedisse sua realização no futuro.

Acredito que em decorrência da transferência da Capital para o Planalto Central, nossos imensos recursos naturais estão correndo risco de mutilações irremediáveis, tal como aconteceu com o litoral, quase todo erodido e com várias espécies da fauna e flora, ameaçados de extinção total. (Diário do Congresso Nacional, 09 de abril de 1960, p. 936)

Sr. Presidente [do Senado], sou dos que aplaudem e tecem encômios aos ideais do Sr. Presidente da República de criar imediatamente, o /parque Nacional da Ilha do Bananal. Além do mais, entendo que S. Exa. deve aproveitar o momento da mudança da Capital, como a última oportunidade oferecida ao País para a criação de grandes reservas nacionais, principalmente nos Estados centrais, antes que a ocupação geral do território, primeira

consequência natural de Brasília, se verifique, elevando os preços dos terrenos a níveis incompatíveis com a criação de tais reservas. (Diário do Congresso Nacional 28 de maio de 1960 p. 1223)

A hora de agir é a presente – não amanhã – ainda no atual período governamental, porquanto a função precípua de Brasília, a principal razão da interiorização da Capital é a integração territorial e conseqüentemente, a valorização das terras até então abandonadas.

As estradas Brasília – Belém, verdadeira espinha dorsal do território cortando o País de Norte a Sul; Brasília – Acre; Brasília – Campinho; Brasília – Vitória; Brasília – Santos e a BR 14, que demandará o extremo Sul do nosso País, tôdas (sic) as rodovias em execução acelerada, estão provocando enorme elevação dos preços das terras.

(...) ainda há poucos dias, assisti, em Jataí [Goiás], homens adquirindo terras a preço quatro ou cinco vezes (sic) superior ao que vigorava há apenas cinco ou seis meses.

A valorização está se estendendo rapidamente a todo o Estado do Mato Grosso, provavelmente, a esta altura, também ao Pará e, dentro em pouco, ao Amazonas e talvez ao próprio Acre e demais Territórios.

Portanto, a ideia é feliz e talvez seja a última oportunidade para se cogitar prontamente, e ainda no corrente exercício, da criação de grandes reservas naturais à preservação da flora e da fauna nas diversas regiões do País. (Diário do Congresso Nacional, 04 de junho de 1960 p. 1274)

Na década de 1960, a grande maioria dos estados brasileiros ainda não possuíam uma política fundiária capaz de estabelecer um controle razoável do processo de ocupação do território e dos preços das terras públicas. Esse descontrole favorecia a ação de grupos especuladores que atuavam na grilagem de terras, muitas vezes com a conivência de políticos locais, notários e até mesmo de governadores. A irregularidade na compra e venda das terras devolutas, assim como a migração espontânea produziam conseqüências sociais, mas também ambientais, na medida em que aumentava a pressão sobre novas glebas resultando em intensa depredação da fauna e da flora. Portanto, era consenso entre os conservacionistas a urgência em agir para garantir o máximo possível de áreas naturais para a conservação.

O esforço para a criação de reservas e parques nacionais parece ter sido a principal diretiva da FBCN na sua fase inicial. Apesar da atuação de seu presidente no Congresso Nacional, o avanço na constituição de novos parques

não veio do Legislativo, e sim da articulação política desta questão diretamente junto ao chefe do Executivo federal.

Coimbra Bueno foi o braço forte de JK no Senado Federal ao que dizia respeito à Brasília. Desde a década de 1940, impactado pela renovação modernista com a construção de Goiânia, ele passou a advogar em favor da causa mudancista, inclusive criando a Fundação Coimbra Bueno pela Nova Capital, exclusivamente para este fim. Também participou voluntariamente das diversas Comissões do Governo Federal pró-interiorização da Capital federal entre 1946 e 1961 (Oliveira 2005). Durante a campanha presidencial no pleito que elegeu Juscelino Kubitschek, foi o principal responsável pela disseminação e fortalecimento da ideia da mudança, chegando a interpelar todos os candidatos a esse respeito. O apoio declarado a JK só veio após o compromisso de que faria Brasília. Apesar de pertencer a UDN, partido de oposição ao presidente, que era filiado ao PSD, Coimbra Bueno costurou com a bancada udenista no Senado o acordo que garantiu a JK a aprovação de todos os atos do governo que envolviam Brasília.

Mas nós tínhamos lá uma bancada de 16 udenistas no Senado. Essa bancada ia decidir os destinos de Brasília. (...) evoluiu da seguinte forma: eu teria o apoio total da UDN em todos os assuntos de Brasília, apoiando Juscelino ou quem quiser, contanto que não saísse da linha de Brasília. O partido era de oposição, mantinha-se na oposição, mas no caso de Brasília, eu votava por 16, sempre votei pelo Senado, pela nossa bancada, me deram confiança plena. (...) o Juscelino só conseguiu apoio no Congresso, com a votação maciça do Senado. (Bueno, Depoimento, 1990, p.8)

O suporte estratégico de Coimbra Bueno, reforçou a relação de confiança e proximidade com o presidente.

Eu ia no Palácio, tinha aquela fila de senadores e deputados do PSD eu ia entrando diretamente pra mim (sic) falar com o presidente, isso é que é uma coisa... Eles ficavam indignados comigo e o pessoal da UDN também tinha lá seu fundo de tacho. (Bueno, Depoimento 1990 p.9)

Mas, segundo o próprio Coimbra Bueno, o respeito e a confiança de JK haviam sido conquistados há muitos anos, em um episódio quando este era prefeito de Belo Horizonte. Naquela época, Bueno foi convidado por JK para fazer o plano de reurbanização da Capital mineira, mas o desaconselhou a levar a ideia adiante, sob pena de uma derrocada política. JK acabou decidindo realizar apenas intervenções urbanas pontuais, como foi o caso do complexo da Pampulha. Isto garantiu o sucesso de seu mandato, alavancado sua carreira política. JK teria ficado grato por sua sinceridade e perspicácia.

Mais tarde, ele ficou gratíssimo a nós [Bueno e o urbanista Alfred Agache] e sobretudo a mim, que eu sempre travei com ele um relacionamento pessoal muito bom. Ele então, tinha completa confiança, sobretudo em mim, confiança pessoal. Isso foi muito útil, para a realização de Brasília (Bueno, Depoimento 1990 p.6).

A narrativa de Coimbra Bueno sobre como se deu a assinatura dos decretos de criação dos parques nacionais da Chapada dos Veadeiros, na época nomeado de “Tocantins”, e das Emas, é elucidativa de como, por meio relacional, foi possível expandir as área protegidas naquele período. Demonstra também, o papel de Coimbra Bueno no movimento conservacionista brasileiro.

(...) o Juscelino certas vezes me deixou até... assim, meio chocado. Eu dava um papel pro Juscelino, por exemplo, um belo dia ele me autorizou a criar dois parques nacionais, que eu sempre tive paixão por esse negócio de parques, essa coisa, Parque Nacional das Emas e Parque Nacional do Tocantins. Eu podia falar: "Você me apóia nisso, Juscelino, porque eu vou fazer assim mesmo e tudo o mais. E quero sua palavra." Ele disse: "Você pode fazer." Me deu um trabalho enorme, engrossei dois livros assim, dois volumes enormes, ficou tudo prontinho só dependendo da assinatura final dele. Ele disse o seguinte: “Olha, eu tô muito atropelado, eu vou fazer uma viagem de avião aí pros Estados Unidos, sei lá o quê, fazer, umas visitas, você vai comigo e no avião...” - Isso ele fez várias vezes comigo - "... e no avião, eu vou ter tempo, você me submete a esse assunto." "Tá bem." Assim ele levou o catatau. Ele chegou no avião, lhe deu um prego tremendo e ele foi dormir. Dormiu o tempo todo, cada lugar que ele chegava ele voltava mais pregado. Quando chegou no final eu já tava furioso, andei três dias e ele nada de me dar tempo pra ir lá assinar e considerar o negócio. Ele tava com um catatau no braço assim na saída, na hora que nós íamos deixar o avião, ele falou: "Não, olha aí, ô Coimbra, onde é que assina, aí" "Tu não leu nada, nem, só leu o título." "Onde é que assina?" Assinou mesmo. Quer dizer, essa coisa, eu gozei, essa confiança eu tinha, isso também anima a gente a trabalhar por

alguém. Porque o Juscelino era de um partido contra mim, tinha plena confiança. (Bueno, Depoimento 1990 p.17-18)

Embora a FBCN não tenha desenvolvido uma atuação muito ampla em seus anos iniciais, o encaminhamento desses dois parques demonstra como por meio da influência política de Coimbra Bueno foi possível algum avanço, mesmo quando o discurso desenvolvimentista era hegemônico. Franco e Drummond (2013) chegaram a mesma conclusão. Eles observaram que a criação de mais seis parques nacionais – Caparaó entre Minas Gerais e Espírito Santo, Sete Cidades no Piauí, São Joaquim em Santa Catarina, Tijuca no Rio de Janeiro, Brasília no Distrito Federal e Monte Pascoal na Bahia – pelo sucessor de JK, Jânio Quadros teve a forte influência de Victor Abdennur Farah⁶³, diretor executivo da FBCN e amigo pessoal do presidente. Isto nos permite concluir que, no Brasil, as conquistas do movimento pela conservação da natureza na chamada primeira fase da FBCN se deram muito mais sob o horizonte relacional do que jurídico-institucional.

Operação Bananal

A Operação Bananal foi deflagrada em maio de 1960, com prazo estabelecido de para conclusão no final de dezembro do mesmo ano. JK convocou Oscar Niemeyer para fazer os projetos arquitetônicos dos edifícios que comporiam o núcleo turístico do PNA: um elegante Hotel de Turismo, uma casa independente que serviria de residência oficial de férias do presidente, um pequeno hospital e uma escola de ensino básico. A coordenação das obras foi designada à Fundação Brasil Central⁶⁴, que também ficou encarregada de construir o aeroporto (que consistia em uma pista de pouso com uma pequena estação de embarque) e a infraestrutura de suporte à operação – dez casas

⁶³Farah foi presidente do Conselho Florestal Federal.

⁶⁴A FBC foi criada por Getúlio Vargas durante o período do Estado Novo (1937-1945), com a função operacional de coordenar o desbravamento e promover a colonização das imensas áreas do Brasil Central, que incluem os estados de Goiás, Mato Grosso, Pará e Amazonas. A FBC foi extinta somente em 1967 durante o governo militar, e suas funções foram delegadas a Superintendência de Desenvolvimento do Centro-Oeste (SUDECO).

destinadas a abrigar os trabalhadores e o armazenamento de mantimentos, materiais e equipamentos. Esse conjunto de construções correspondiam a primeira etapa da Operação Bananal. Ainda estava previsto a construção de outras casas, semelhantes à residência presidencial – Ranchos JK – em outros pontos da ilha. Estes ranchos, seriam levantados de forma gradual e serviriam como apoio e incremento do turismo no parque (FBC, Ofício, 1961).

Para assegurar o controle da operação, JK nomeou para a presidência da FBC o Coronel Nélio Cerqueira Gonçalves, e para seus auxiliares direto o engenheiro Juca Chaves (homens de sua confiança) e o sertanista Acary de Passos Oliveira, grande conhecedor dos sertões do Araguaia. Para viabilizar as obras, JK ordenou a realocação de recursos da Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia (SPVEA), para a Operação Bananal. A transação foi formalizada mediante um convênio entre a SPVEA e a FBC. Essa forma de repasse de recursos não se tratava de uma excepcionalidade na atuação da FBC. Segundo, Maciel (2011), era através desses convênios que se garantia os recursos necessários à regularidade das variadas operações da entidade.

A investida colonizadora de JK sobre a ilha do Bananal causou alarde imediato. Alguns jornais publicaram matérias sensacionalistas superdimensionando a operação. Falava-se da construção de uma segunda Brasília e de um hotel com 500 apartamentos. Por um lado, adversários políticos aproveitavam o caso para tentar afligir o capital político de JK, referindo-se à Operação Bananal como: “plano paranoico”, “delírio”, “aventura imposta pela nervosa filosofia de ação”, “Bananacap”. Também acusavam o presidente de arquitetar um plano para minar o governo sucessor, já que este herdaria uma “bananosa” (Correio da Manhã 10/05/1960 p. 6; Jornal do Brasil 11/05/60, 13/05/1960). Por outro, havia quem comemorasse e disseminasse a notícia (mesmo tendo sido desmentida pelo governo várias vezes), como os proprietários de fazendas, concessionários de projetos de colonização do entorno da ilha, mas principalmente, os especuladores que impulsionavam a valorização das terras. A edição do jornal Correio da Manhã de primeiro de junho denunciou a “Corrida de grileiros sôbre o Bananal provocada pelo turismo do gôverno”. Segundo a matéria, desde o anúncio da “meta Bananal”

uma horda de aventureiros estavam invadindo as terras “sem dono” nos estados do Mato Grosso e Goiás; os possuidores de concessões de terras públicas, que até aquele momento nada haviam feito, passavam a investir na colonização e a demanda por novas concessões estava em ascensão; o aquecimento do mercado de terras aumentava a incidência de títulos duvidosos aumentando também os conflitos fundiários, principalmente no lado mato-grossense; além disso, os moradores locais estavam transformando seus ranchos em hospedarias para fazer concorrência com o hotel do governo (Correio da Manhã 01/06/1960 p. 1).

A corrida pela terra, fosse de forma legal ou ilegal, acentuava o problema da destruição da fauna e da flora. Nos moldes propostos por JK, o parque nacional do Araguaia era qualificado mais como um balneário turístico do que uma área de conservação. Para os conservacionistas, a ideia de parque nacional implicava a preservação integral do ambiente natural, o que significava a ausência da caça e da pesca, em qualquer de suas modalidades, e de moradores, permanentes ou temporários, no seu interior. Se, até a década de 1950 a destruição ambiental na ilha do Bananal representava o “preço do atraso”, a partir da Operação Bananal, ela passava a representar o “preço do progresso”.

Na realidade, a construção do hotel e dos ranchos no interior do PNA seguia um padrão comum aos parques nacionais norte-americanos. Nos EUA, era usual parques possuírem estruturas para acomodação dos visitantes como hotéis, áreas de camping e estacionamento para trailers. Além de restaurantes e lanchonetes, lojas de souvenirs, estradas interiores etc.. Outros parques nacionais brasileiros tentavam seguir este modelo. Por exemplo, quando o Parque nacional do Itatiaia foi criado ele incorporou parte de uma estrutura hoteleira existente na região. Já no parque nacional do Iguaçu foi projetado um grande Hotel de Turismo que foi inaugurado somente em 1956, no primeiro ano do governo de JK (Correio da Manhã, 01/11/1956, p.1).

Então, a ideia de criar um parque nacional na maior ilha fluvial do mundo e ali construir um Hotel de Turismo parecia lógica. Até porque, a região não oferecia condições para fazer o receptivo de turistas mais abastados como desejava JK. O que diferenciava o turismo proposto no PNA era o fato do primeiro permitir a caça e a pesca no seu interior. Nos EUA a visitação estava voltada para a contemplação e o lazer em contato com a natureza. Tratava-se de

um tipo de turismo sensitivo que tinha por finalidade despertar o amor e a valorização da natureza e, como consequência, a vontade de preservá-la.

Embora Coimbra Bueno defendesse o PNA, ele se opôs incisivamente ao projeto de JK. Na sua visão a função do parque era garantir a conservação da flora e da fauna, o que somente seria alcançado com a proteção integral do seu território. Isto exigia, não somente a realocação do centro turístico, mas também a retirada de todos residentes humanos da ilha, ou seja: índios, posseiros e criadores de gado.

Na visão dos conservacionistas, a presença de habitantes, índios ou não índios, no interior de um parque nacional se contrapunha aos seus objetivos enquanto área de conservação. Por isso, Coimbra Bueno sustentava que nem mesmo os índios podiam permanecer no parque. Nas suas palavras “o índio liquida até o último animal e de seus filhos até o beija-flor não escapa” (Diário do Congresso Nacional 04 de junho de 1960 p.). Portanto, propunha sua transferência para as outras aldeias ao longo do Araguaia, onde deveriam ser assistidos pelo estado. Os demais moradores da ilha também teriam de ser retirados. Quanto ao centro de turismo, o ideal é que fosse instalado no continente, em algum ponto da margem mato-grossense do Araguaia nas proximidades do parque. No entorno deste, sugeriu-se a delimitação de uma área controlada para o desenvolvimento do turismo e da colonização.

A ideia não é fazer propriamente da ilha do Bananal um centro de turismo, mas apenas uma grande reserva nacional de preservação da flora e da fauna, que poderá servir também de atrativo secundário de turismo, se circundarmos a ilha com grandes extensões de terras controladas para a caça e a pesca nacionalizadas e portanto, perenes. (Diário do Congresso Nacional 04 de junho de 1960 p.1275)

A proposta defendida por Coimbra Bueno era não permitir nenhuma atividade humana no interior do parque nacional do Araguaia, e constituir no seu entorno uma zona controlada de aproximadamente 200.000 km², onde seria permitido a caça e a pesca monitoradas, a construção de pequenos meios de hospedagem, do centro turístico, aeroporto e até uma pequena cidade planejada. Essa zona poderia ser ampliada, aproveitando-se terras devolutas

dos estados do Mato Grosso, Goiás e Pará, para a colonização e a pecuária assistidas pelo governo. Este exerceria o controle e a fiscalização tanto no interior do parque, por meio de guardas-florestais, como no interior da zona controlada. O croqui a seguir foi publicado no jornal Correio da Manhã do dia 22 de maio de 1960, e representava o parque (1) e a sua zona controlada (2).

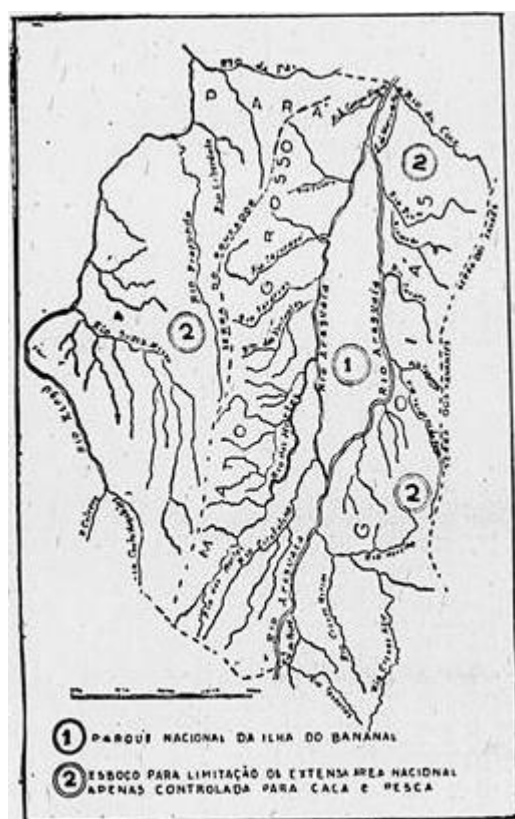


Figura 18: Croqui da zona controlada segundo Coimbra Bueno
Fonte: Correio da Manhã, 22/5/1960, p. 1

Para Coimbra Bueno, a implantação da zona controlada significava uma “inovação incomum” (Diário do Congresso Nacional 04 de junho de 1960 p.1275). De fato, a sugestão era arrojada para a época. A gestão dos parques nacionais brasileiros não contemplava o controle das áreas limítrofes, também ainda não existia nenhuma previsão legal para isso. A zona controlada antecipava a ideia atual de zona de amortecimento ou zona tampão,

estabelecidas legalmente muitos anos depois⁶⁵. De toda forma, nenhum desses argumentos ou sugestões logrou sucesso. JK estava decidido a fazer da ilha um balneário turístico para os habitantes da nova Capital, Brasília.

Do ponto de vista administrativo, a Operação Bananal acabou produzindo uma situação *sui generis*, pois retirou das mãos da Seção de Parques Nacionais do Serviço Florestal a autonomia para implementar e gerir o PNA. O relatório anual do Ministério da Agricultura de 1960 apontava que:

Graças a especial atenção do Sr. Presidente da República vários recursos, que não do S. F. [Serviço Florestal], foram empregados na Ilha do Bananal, por intermédio da Fundação Brasil Central. Com esses (sic) recursos, foram construídos o aeroporto, o hotel de turismo e a residência oficial do Senhor Presidente. O S. F. destacará para 1961 uma verba destinada aos primeiros serviços da preservação da flora e fauna e das belezas naturais da ilha, pela criação de uma polícia florestal.

Os trabalhos da instalação do Parque prosseguem com grande entusiasmo em virtude do emprego daqueles mencionados recurso. (Ministério da Agricultura, Relatório 1960 p. 85)

O relatório confirmava a completa ingerência dos técnicos que atuavam na Seção de Parques do Serviço Florestal sobre o PNA. Nos anos que se seguiram à Operação Bananal, nem mesmo um posto da polícia florestal foi instalado na ilha. Dentre as atribuições da FBC não constava a criação de áreas protegidas, portanto seus técnicos e funcionários não tinham orientação técnica ou qualquer proximidade com os princípios da conservação. Na realidade, a FBC funcionava dentro da lógica da fronteira. Este aspecto fica evidente no relatório das atividades do ano de 1960, no contexto da Operação Bananal. O documento enfatizava o entusiasmo e o espírito pioneiro dos quais se revestiram os trabalhos na ilha do Bananal. E destacava positivamente a disposição dos caboclos existentes na ilha, em razão das benfeitorias que estavam sendo realizadas. Também considerava positivo o processo migratório desencadeado pela operação: “Pelo Rio Araguaia, chegam embarcações típicas do nosso

⁶⁵ Em 2000 a lei que instituiu o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC), definiu zona de amortecimento como a área do “entorno de uma unidade de conservação, onde as atividades humanas estão sujeitas a normas e restrições específicas com o propósito de minimizar os impactos negativos sobre a unidade” (Brasil, Lei n.9.985/2000 art.2, XVIII).

interior e seus tripulantes já sabem que ali encontrarão o apôio (*sic*) da Fundação Brasil Central” (FBC Relatório de Atividades 17/01/1960 p. 4). Isto demonstrava que, diferente dos demais parques nacionais, o PNA foi pensado pelas pessoas que estavam à frente da sua implementação como um projeto de colonização. O mais provável, é que nenhuma delas possuísse familiaridade com parques nacionais ou qualquer outra categoria de área protegida. Neste sentido a visão que prevaleceu sobre a finalidade do PNA foi contraditória àquela defendida pelos conservacionistas.

A existência do PNA nas décadas seguintes

No final da década de 1960, sob a égide de um novo arcabouço legal ambiental e uma nova política conservacionista, o PNA passou a receber maior atenção da seção de parques e reservas naturais do recém criado Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal (IBDF), autarquia federal ligada ao Ministério da Agricultura. Foi designada uma Comissão para avaliar a situação geral de todos os parques nacionais brasileiros. Ela contou com vários técnicos dos escritórios regionais do Ministério da Agricultura em cada localidade dos parques nacionais. Harold Edgar Strang, conservacionista ligado à FBCN, foi um dos técnicos do ministério à frete da Comissão.

No PNA, o aspecto prejudicial dos primeiros anos foi confirmado no relatório final da Comissão. Seis anos após sua criação, a maior parte das terras do parque eram ocupadas por índios, posseiros, pecuaristas e veranistas (muitos possuíam casas no local). A região sul da ilha encontrava-se densamente povoada, abrigava aldeamentos indígenas, estava bastante desmatada e sujeita a pastoreio temporário e até permanente nas regiões menos sujeitas a inundações (Ministério da Agricultura, 1969).

O parque também encontrava-se fracionado em duas porções em razão da extensa faixa de terra de 430 km² que havia sido cedida por força do Decreto n. 50.192/1960 à FBC por ocasião da Operação Bananal.

A FBC mantém em Santa Izabel [aldeia Karajá] sua sede e um hotel de turismo de onde partem os denominados “Safaris” para caçadas e pescarias. No mesmo local funciona um aeroporto da FAB e um hospital (Ministério da Agricultura, Parque Nacionais...p.56 1969) (aspas no original).

Sobre essa faixa de terra central estava instalada toda a infraestrutura levantada durante o governo JK e que também pertencia à FBC. Na ocasião em que a Comissão visitou o PNA, a entidade ainda mantinha atividades na ilha do Bananal e gerenciava os contratos de arrendamento do Hotel. A FAB mantinha uma base no seu interior do PNA, e o SPI possuía jurisdição na faixa central e no sul da ilha, onde existiam três postos indígenas para assistência aos índios e em torno dos quais se concentravam a maior parte da população indígena, dispersa em várias aldeias.

Em face das condições encontradas, o relatório final da Comissão concluiu que a redução e limitação do PNA à parte norte da ilha impunha-se pelas próprias características políticas e sociais da região. Além disso, considerava que as belezas cênicas naturais constituídas pelas lagoas e praias, a flora e, sobretudo, a fauna, que justificavam a permanência do parque, estavam concentradas na parte centro-norte, sendo esta, a região mais bem conservada. Mas, de toda forma, ainda seria necessário remover alguns moradores, inclusive indígenas, e alguma atividade pecuária existente nessa área (Ministério da Agricultura, 1969).

Em 1970, a fim de preservar a existência e integridade do PNA, o IBDF propôs formalmente sua redução para um quarto da sua área original. De comum acordo, a Fundação Nacional do Índio (FUNAI), o órgão tutelar indígena na época, instituiu na porção remanescente um o Parque Indígena do Araguaia (PQARA), nos moldes do que havia sido criado em 1961 no Xingu – Parque Indígena do Xingu – destinado a resguardar a vida e a cultura dos povos nativos da ilha do Bananal. A tabela seguinte apresenta as alterações territoriais do PNA ao longo do tempo.

Ato normativo	número	data	Ementa
Decreto	68.873	05/07/1971	Altera a área e estabelece os limites do Parque Nacional do Araguaia. A área do Parque estabelecida pelo decreto n. 47.570 de 31/12/1959 passa a ser de 460.000 ha.
Decreto	69.263	22/09/71	Cria o Parque Indígena do Araguaia entre os Estados de Goiás e Mato Grosso, estabelecendo seus limites.
Decreto	84.844	24/06/1980	Altera a área do Parque Nacional e também os limites do Parque Indígena do Araguaia, criado pelo dec. n.69.263 de 22/09/71. Esses novos limites desfazem a incidência do parque na área indígena.

Tabela 5: Evolução da legislação sobre o Parque Nacional do Araguaia e o Parque Indígena do Araguaia na ilha do Bananal

Na primeira alteração, em 1971, a área original do PNA foi reduzida para 460.000 hectares, localizada na porção norte da ilha. Um “encolhimento” importante sobre os 2 milhões de hectares originais. Sobre os três quartos restantes do território fluvial foi criado o Parque Indígena do Araguaia (PQARA). Em 1980, foi acordada uma nova alteração territorial, desta vez atingindo o PNA e o PQARA. Essa nova alteração decorreu da necessidade de excluir a aldeia Macaúba e os lagos tradicionais de pesca dos seus habitantes do interior do parque. O PNA adquiriu um novo recorte passando a 557.517 hectares, que é hoje sua dimensão atual.

Acreditava-se que com os novos limites as áreas de uso dos indígenas ficariam totalmente fora do parque, o que na prática não ocorreu. A restrição ao acesso e uso direto dos recursos naturais na área do PNA gerou vários embates entre os guardas-parques e gestores da unidade e as comunidades indígenas locais, que exigiam o livre acesso e reivindicavam seus territórios tradicionais. Com o processo de redemocratização e o fortalecimento dos movimentos sociais pelos direitos da cidadania e ecológicos, foi preciso reconhecer a existência dos direitos tradicionais das populações Karajá e Javaé sobre as terras da ilha do Bananal. Na década de 2000, ações demarcatórias de terras indígenas (TIs) incidiram sobre o território do PNA. No entanto, desta vez o Estado brasileiro recorreu a um arranjo jurídico, por meio do qual reconheceu o direito originário dos índios sobre a área do parque, mas, ao mesmo tempo, estabeleceu a dupla afetação das suas terras (Inãwebhona e Utaria Wyhyna) A medida teve por objetivo garantir, a um só tempo, a função primordial das TIs de proporcionar a

sobrevivência física e cultural dos índios e a conservação do patrimônio ambiental, de modo a cumprir os preceitos constitucionais do usufruto indígena e do equilíbrio ecológico. Como Wakild (2019) observou, a ideia de combinar proteção da natureza e dos índios parece ter algum sentido lógico, mas na realidade não tem muito sentido prático, isto porque os indígenas têm o direito de usufruir dos recursos naturais que se encontram no interior do parque, o que se contrapõe à natureza deste tipo de área protegida.

Na década de 1990, a restrição ao uso direto dos recursos naturais (extrativismo) e à realização de atividades consideradas incompatíveis com a preservação ambiental, como agricultura comercial e pecuária, no interior do parque gerou vários embates entre o órgão gestor da unidade e as comunidades indígenas locais. Para enfrentar essa questão, em 2011, o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBIO) criou o Conselho Consultivo do Parque Nacional do Araguaia (Portaria n. 103 de 06 de dezembro de 2011) com a previsão da participação direta dos representantes das aldeias indígenas e da FUNAI. Abriu-se, assim, espaço para uma aproximação dos objetivos de uso da área por essas comunidades e da conservação da natureza. De modo geral, as experiências de gestão compartilhada de áreas de proteção ambiental e populações locais são incipientes no Brasil. Particularmente no PNA, as iniciativas para alcançar a compatibilização desejada não são expressivas, e é notória a oposição dos interesses em jogo.

Wakild (2019) considera que, a presença do parque nacional e das terras indígenas na ilha do Bananal acabou contribuindo para impedir que seu território não acabasse sendo totalmente integrado ao movimento de expansão da frente pioneira do entorno. Mesmo com objetivos fundamentalmente divergentes e pouca interlocução, tanto a agência conservacionista quanto a agência indigenista buscaram isolar a ilha das transformações externas. No entanto, a criação do PNA e das TIs não afastou a presença de fazendeiros pecuaristas e posseiros. Atualmente, a ilha do Bananal vive um contínuo processo de degradação ambiental decorrente da atividade pecuária, queimadas e extrativismo animal ilegal.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O tempo das sociedades humanas que ocuparam as terras do parque nacional do Araguaia está contido em uma noção de tempo muito mais ampla, que tem a ver com o tempo geológico no qual transcorreu os processos de formação geomorfológica da planície aluvial do Araguaia, da ilha do Bananal, de suas paisagens naturais, da sua flora e fauna. Sem retornar à retórica de um determinismo geográfico, esta tese faz o esforço inicial de compreender, ainda que de forma parcial e limitada, o cenário ambiental sobre o qual se constituiu a história social do PNA. Como afirmou Ab'Saber (1987), a paisagem, enquanto espaço ecológico, pode explicar com bastante consistência as escolhas dos humanos do passado, mesmo que essas tenham sido mediadas pela cultura.

Do ponto de vista ecológico, o parque nacional do Araguaia se constitui, em uma área singular no contexto do Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC). Trata-se do primeiro parque nacional constituído em uma área do bioma Cerrado, com faixas de transição com o bioma Amazônico. Além disso, ele se constitui em uma *weltland* sazonal. A combinação dessas duas características possibilitou a formação de diferentes estruturas e composições definindo a existência de uma multiplicidade de ecossistemas de grande variedade biológica e de alta produtividade, principalmente da ictiofauna.

Essas condições ambientais favoreceram a instalação das populações ancestrais que deram origem aos índios Karajá e Javaé por volta do final do século XV e início do século XVI da Era Cristã. De diversas maneiras esses humanos fizeram opções que lhes permitiram se adaptar às circunstâncias ambientais do vale do Araguaia. Isto não quer dizer que eles estivessem de tal forma condicionadas aos ritmos da natureza e aos quadros geográficos – recursos, clima, estações – que desenvolveram sistemas adaptativos tão simbióticos ao ponto de não infligir algum grau de transformação ao meio natural.

O século XVIII marca o início da colonização de Goiás em razão da descoberta de ouro, acentuando os conflitos interétnicos no vale do Araguaia. A política de proteção ao ouro proibiu a navegação fluvial para evitar o

contrabando e o escape do ouro. Essa medida acabou desestimulando a ocupação do vale do Araguaia, região não mineira, pois impossibilitou o estabelecimento de uma rota comercial fluvial importante para o abastecimento da capitania. Essas condições contribuíram para que a ilha do Bananal se mantivesse preservada do grande impacto da zona da mineração. Tal situação muda com o declínio da produção aurífera e a necessidade de se expandir relações comerciais com as demais províncias. A partir da segunda metade do século XIX, o médio Araguaia se tornou o centro das iniciativas para a instalação de empresas de navegação fluvial comercial. Políticas para a navegação estiveram associadas às políticas de instalação de um conjunto de aldeamentos indígenas e fortes militares (presídios) ao longo do Araguaia e no interior da ilha. Esses presídios visavam garantir a segurança das navegações, cujo auge ocorreu entre 1870, com a introdução da navegação à vapor. Esse período representou um maior impacto nos recursos naturais, envolvendo principalmente a retirada de madeira para construções e para a lenha que abastecia os vapores. É também nessa época que surge no médio Araguaia um incipiente extrativismo animal, baseado na caça e na pesca comercial. Os reflexos dessas mudanças atingem diretamente a organização do trabalho indígena, que se tornaram fornecedores de lenha, pescados e peles. De toda maneira, como foi demonstrado, os estímulos para a colonização do médio Araguaia não surtiram os efeitos desejados pelas autoridades e comerciantes. Foi somente nas primeiras décadas do século XX que o extrativismo animal e o aparecimento espontâneo de uma frente pecuária na região acabam promovendo alguma ocupação no entorno da ilha do Bananal, com a formação de fazendas e ranchos voltados à criação bovina e o surgimento de pequenos povoados.

No final do século XIX, sob a inspiração dos debates sobre a conservação da natureza nos EUA, ocorre a primeira proposta conhecida de estabelecimento de um parque nacional na ilha do Bananal, por iniciativa de André Rebouças. Décadas mais tarde, as elites goianas concentradas no Rio de Janeiro, a partir da revista *A Informação Goyana (1917-1935)*, propagam a imagem da ilha como um paraíso selvagem, o que motivou manifestações em defesa da sua conservação por razões estéticas, científicas e econômicas, demonstrando o

contato dessas elites locais com os debates que vinham ocorrendo no âmbito das instituições científicas brasileiras sobre a conservação da natureza.

Durante a Marcha para o Oeste (1937-1945), ocorreram mudanças estruturais significativas na região do médio Araguaia, ocasionando uma ocupação mais densa decorrente da onda migratória para o Oeste. Como resultado das políticas governamentais para a ocupação do interior nesse período, consolidaram-se a frente pecuária, o extrativismo animal e um tipo de turismo de caça e pesca, que teve a ilha do Bananal como principal atrativo. Na década seguinte, o Bananal se tornou o palco das disputas características de uma típica fronteira de exploração.

A pesquisa demonstrou que, a intensificação da caça e da pesca profissional e o estabelecimento de um turismo de características altamente predatória na ilha do Bananal favoreceu a emergência, por parte de atores locais, de preocupações relacionadas com a destruição da natureza e com a sua valorização como patrimônio natural. Esses atores criticaram a falta de uma atuação incisiva do governo estadual e federal no sentido de coibir o abusivo extrativismo animal na região e cobram do poder público a transformação da ilha do Bananal em uma zona de proteção da fauna e da flora silvestres. Na sua concepção, a transformação da ilha em um parque nacional visava garantir que restasse alguma vida selvagem para ser apreciada pelas gerações vindouras. Neste trabalho, destacamos: (i) a sensibilidade e o comprometimento de Leolídio di Ramos Caiado na preservação das paisagens naturais e da fauna do Araguaia, (ii) a atuação política de Gerson de Castro Costa e, principalmente, de Jerônimo Coimbra Bueno em defesa da criação do parque nacional do Araguaia. A sensibilidade contrária à destruição da vida selvagem do Bananal presente no discurso desses intelectuais e seu esforço no sentido de protegê-la através da criação de um parque nacional, demonstra que em Goiás existiram homens sintonizados com o movimento conservacionista brasileiro da primeira metade do século XX.

A proposta do parque nacional da ilha do Bananal acabou sendo inserida no plano governamental de integração nacional no período JK. A incorporação da bacia do Araguaia ao projeto de interiorização do desenvolvimento, cujo núcleo foi a construção de Brasília, se deu através da implementação do PNA,

reunindo um conjunto de ações consolidadas na 'Operação Bananal'. Tal operação, a cargo da agência colonizadora FBC, impôs ao parque uma administração atípica na medida em que retirou da Seção de Parques Nacionais do Serviço Florestal do Ministério da Agricultura, agência responsável pela gestão das áreas protegidas na esfera federal. A ingerência da FBC, fez com que os técnicos que atuavam na conservação não tivessem nenhuma autoridade sobre o PNA nos seus primeiros anos. Esta condição foi prejudicial à conservação na medida em que a visão dos técnicos da FBC sobre o PNA era a de um projeto de colonização e não a de uma área de conservação.

Além da FBC, o PNA esteve, desde sua criação, sujeito a políticas indigenistas através da atuação do SPI. Como no período prevalecia a ideia de incorporação dos índios à sociedade nacional através de sua formação como trabalhador rural, o PNA acabou sendo submetido aos padrões regionais de ocupação territorial e uso dos recursos naturais, envolvendo a formação de fazendas de criação de gado no seu interior, o arrendamento de extensas áreas de pastagens, a invasão de suas terras por pequenos posseiros e grandes fazendeiros da região. A forma como o turismo de caça e pesca no interior da ilha foi estimulado pelos agentes do SPI desconsiderava os objetivos da conservação e a própria finalidade do PNA.

A presença secular de populações indígenas na ilha do Bananal se mostrou uma questão problemática. Mesmo com a significativa redução da área do PNA para a criação do PQARA na década seguinte, a coexistência entre essas duas categorias de áreas protegidas se mostrou conflituosa na sua essência. Ao final, a visão que prevaleceu foi contraditória àquela defendida pelos conservacionistas à época da criação do PNA, especialmente por Coimbra Bueno, que não admitia a presença humana no interior do parque e tampouco a exploração dos seus recursos naturais.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AB'SABER, A. **Problemas das migrações pré-históricas na América Latina**. Anais do I Simpósio de Pré-História do Nordeste – CLIO, Universidade de São Paulo, 1987, p. 11-15.
- AB'SABER, A. **Os domínios da Natureza no Brasil**. Potencialidades paisagísticas. São Paulo: Ateliê Editorial, 2003.
- ABREU, C. **Capítulos de História Colonial**. São Paulo: Publifolha, 2000.
- AGUIAR, M. A. A. **Terras de Goiás**. Estrutura fundiária (1850 – 1920). Goiânia: UFG, 2003.
- AMERICANO DO BRASIL, A. **Pela história de Goiás**: introdução, seleção e notas de Humberto Crispim Borges. Goiânia: UFG, 1980.
- AMOROSO, M. **Terra de índio**: imagens em aldeamentos do Império. Antropologia Hoje. São Paulo: Terceiro Nome, 2016.
- AQUINO, S. et al.. **Relações entre o regime hidrológico e os ecossistemas aquáticos da planície aluvial do rio Araguaia**. Acta Sci. Biol. Sci. Maringá, v. 30, n. 4, 2008, p. 361-369.
- AQUINO, S. et al.. **Caracterização Hidrológica e Geomorfológica dos Afluentes da Bacia do Rio Araguaia**. Revista Brasileira de Geomorfologia, v.10, n.1, 2009, p.43-54.
- ATAÍDES, J. M. **Sob o signo da violência: colonizadores e Kayapó do Sul do Brasil Central**. Goiânia: PUC, 1998.
- ATAÍDES, J. M. (org.). **Documenta Indígena do Brasil Central**. Goiânia: UCG, 2001.
- BALDUS, H. **Tapirapé**: tribo tupí no Brasil Central. São Paulo: Edusp/Companhia Editora Nacional, 1970.
- BARBOSA, A. S. (coord.). **Programa Arqueológico de Goiás**. Projeto Ilha do Bananal. 1ª Etapa. Instituto goiano de Pré-história e Arqueologia, Universidade Católica de Goiás, Goiânia, 1985.

- BARBOSA, A. S. **Paleoecologia e povoamento indígena do cerrado**. Primeiro Encontro de Botânicos do Centro-Oeste, Brasília. [Programa e Resumos]. Brasília: UnB, 1991, p. 64.
- BARBOSA, A. S. **Peregrinos do cerrado**. Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia, São Paulo, 1995, p.159-193.
- BARBOSA, A. S. et al. **O piar da Juriti Pepena**. Narrativa ecológica da ocupação humana do Cerrado. Goiânia: PUC-GOIÁS, 2014.
- BARBOSA, A. S. et al. Ocupações indígenas do Cerrado: esboço de uma história. In: SANO, S.M.; ALMEIDA, S.P. de; RIBEIRO, J. F. (ed.). **Cerrado: ecologia e flora**. Brasília: Embrapa Cerrados, 2008, p. 47-68.
- BARBOSA, A. S.; SCHMITZ, P. I. Ocupação indígena dos cerrados na visão do pré-historiador. Reunião Especial da SBPC, **O cerrado e o século XXI: o homem, a terra e a ciência**. Uberlândia: UFU/SBPC, 1994, p.26. (Resumo).
- BARBOSA, L. M. et al. Description of the preliminary geologic map of the Middle Rio Doce. INTERNATIONAL FIELD INSTITUTE, Washington, Guidebook Brazil. Washington, American Geological Institute, 1966, p.1-7.
- BARROS, W. D. **Parques Nacionais do Brasil**. Rio de Janeiro: MASIA, 1947
- BATISTA, A. A. **(in)viabilidade da navegação comercial pelo Araguaia: um século de desafios**. MARGENS - Revista Interdisciplinar, Dossiê: Trabalho e Educação Básica.v.11, n. 16, jun.2017, p. 161-173.
- BERNARDES, C. Jângala Complexo Araguaia. Goiânia: Autor, 1994.
- BERTRAN P., **Uma introdução à história econômica do centro-oeste do Brasil**, Brasília:UCG/Codeplan, 1988.
- BERTRAN P. Desastres ambientais na Capitania de Goiás. In: SBPC. **Ciência Hoje**. A história dos desastres ambientais: espécies em extinção, cérebro eletrônico, digestão dos insetos. v. 12, n.70, jan./fev. 1991, p. 40-48.
- BERTRAN, P. **As primeiras descobertas dos Cerrados**. Humanidades, v.8, n. 2, 1992, p. 229-237.

BERTRAN, P. **História da Terra e do homem no Planalto Central**. Eco-Histórica do Distrito Federal. Do indígena ao colonizador. Brasília: UnB, 2011.

BHERING, J. M. ; MAIO, M. C. **Ciência, Positivismo e agricultura: uma análise do Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio na Primeira República**. VARIA HISTORIA, Belo Horizonte, v. 27, n. 46, jul./dez. 2011, p.689-709.

BORGES, D. R. **Rio Araguaia Corpo e Alma**. São Paulo: IBRASA/USP, 1987.

BUENO, L.; DIAS, A. **Povoamento inicial da América do Sul: contribuições do contexto brasileiro**. Estudos Avançados, v. 29, n. 83, 2015, p. 119-147.

CARRUTHERS, J. Pilanesberg National Park, North West Province, South Africa: Uniting economic development with ecological design – A history, 1960s to 1984. Koedoe, v. 53, n. 1, 2011.

CARVALHO, F. L. **Nas águas do Araguaia**. Navegação e hibridez cultural. Goiânia: Kelps, 2009.

CARVALHO, F. L. A formação de cidades ribeirinhas no Araguaia a partir de presídios militares – século XIX. Labor & Engenho, Dossiê rios e cidades: Araguaia, Campinas, v. 11, n. 2, abr./jun. 2017, p.83-207.

CARVALHO, F. L.; CAVALCANTE, M. E. S. R. **Rio Araguaia: o caminho dos sertões**. História Revista, v. 14, n. 2, 2010, p. 1-17.

CARVALHO, M. A. R. **O quinto século**. André Rebouças e a Construção do Brasil. Rio de Janeiro: Revan/IUPERJ-UCAM, 1998.

CHAIM, M. M. **Aldeamentos indígenas (Goiás 1749-1811)**. São Paulo: Nobel/Pró-Memória Instituto Nacional do Livro, 1983.

CHAIM, M. M. **Sociedade colonial (Goiás 1749-1822)**. São Paulo: Prefeitura Municipal, 1987.

CHAUL, N. F. **Caminhos de Goiás**. Da construção da decadência aos limites da modernidade. Goiânia: UFG/UCG, 1997

- CONAN, M. A natureza, a religião e a identidade americana. In: BOURG, D. (org.). **Os sentimentos da natureza**. Lisboa: Perspectivas ecológicas, 1993.
- CORRÊA, M. M. S. Naturalistas e viajantes estrangeiros em Goiás (1800-1850). In: CHAUL, N. F.; RIBEIRO, P. R. **Goiás: identidade, paisagem e tradição**. Goiânia: UCG, 2001, p. 75-121.
- COSTA, K. S. **Meia Ponte: história e meio ambiente em Goiás**. Brasília: Paralelo 15, 2013.
- CUNHA, M. C. Política indigenista no século XIX. In: CUNHA, M. C. (org.). **História dos Índios no Brasil**. São Paulo : Companhia das Letras/FAPESP/ S.M.C. 1992, p. 133-154.
- CUNHA, M. C. **Índios no Brasil : história, direitos e cidadania**. São Paulo: Claro Enigma, 2012.
- DAMATTA, R. Em torno da representação da natureza no Brasil: pensamentos, fantasias e divagações. In: BOURG, D. (org.). **Os sentimentos da natureza**. Lisboa: Perspectivas ecológicas, 1993.
- DEAN, W. **A ferro e fogo: história e devastação da Mata Atlântica brasileira**. São Paulo: Cia das Letras, 1996.
- DOLES, D. E. M. **As comunicações fluviais pelo Tocantins e Araguaia no século XIX**. Goiânia: Oriente. 1973.
- DORNAS, T. et al. **Importantes e inéditos registros de aves para o ecótono Amazônia/Cerrado no centro norte do Estado do Tocantins**: implicações biogeográficas e extensão de distribuição geográfica de aves amazônicas. Revista Brasileira de Ornitologia, v.20, n.2, 2012, p. 119-127.
- DRUMMOND, J. A. A. **Legislação Ambiental Brasileira de 1934 a 1988**: Comentários de um Cientista Ambiental Simpático ao Conservacionismo. Ambiente e Sociedade (Campinas), Campinas, SP, v. II, n.3 e 4, 1999, p. 127-149.

DRUMMOND, J. A. A. **Áreas de Fronteira, recursos naturais e dinâmicas sociais:** breve reflexão conceitual e analítica. *Maquinações*, v.1, n.1, Universidade Estadual de Londrina, out./dez. 2007.

DUTRA e SILVA, S. No caminho, um jatobá: enfrentamento e devastação da natureza na conquista do último oeste. In: : FRANCO, J. L. A.; DUTRA e SILVA, S.; DRUMMOND, J. A.; TAVARES, G. G. (orgs.). **História Ambiental:** fronteiras, recursos naturais e conservação da natureza. v. 1, 2012, p. 147-170.

DUTRA E SILVA, S. et al. **Fronteira, história e natureza:** a construção simbólica do Oeste brasileiro (1930-1940). *Revista de História Iberoamericana*, v. 7, n. 2, 2014.

DUTRA e SILVA et al. A fronteira do gado e a história do Oeste brasileiro: coronelismo, violência e dominação fundiária em Goiás. In: FRANCO, J. L. A.; DUTRA e SILVA, S.; DRUMMOND, J. A.; TAVARES, G. G. (orgs.). **História Ambiental:** territórios, fronteiras e biodiversidade. v.2, Rio de Janeiro: Garamond, 2016, p. 259-283.

DUTRA E SILVA, S. **No Oeste e terra e o céu: a expansão da fronteira agrícola no Brasil Central.** Rio de Janeiro: Mauad, 2017.

FAUSTO, C. **Os índios antes do Brasil.** Coleção Descobrimos o Brasil, Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

FERNANDEZ, F. A. S.; ARAÚJO, B. B. A. As primeiras fronteiras: impactos da expansão humana pelo mundo. In: FRANCO, J. L. A. et al. (orgs.). **História Ambiental:** fronteiras, recursos naturais e conservação da natureza. Rio de Janeiro: Garamond, 2012, p. 97-117.

FERREIRA, M. R. **As Bandeiras do Paraupava.** São Paulo: Prefeitura Municipal de São Paulo, 1977.

FLORES, K. M. **Caminhos que andam:** o rio Tocantins e a navegação fluvial nos sertões do Brasil. 2006. Tese (Doutorado em História). Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte.

FOGAÇA, E. A tradição Itaparica e as indústrias líticas pré-cerâmicas da Lapa do Boquete (MG – Brasil). *Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia*, São Paulo, v. 5, 1995, p. 145-158.

FRANCO, J. L. A. et. al. **Biodiversidade e ocupação humana do Pantanal mato-grossense: conflitos e oportunidades**. Rio de Janeiro: Garamond, 2013.

FRANCO, J. L. A. **A Primeira Conferência Brasileira de Proteção à Natureza e a questão da Identidade Nacional**. *Varia História*, n. 26, 2002, p. 77-96.

FRANCO, J. L. A.; DRUMMOND, J. A. **Proteção à Natureza e Identidade Nacional no Brasil, anos 1920-1940**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2009.

FRANCO, J. L. A.; DRUMMOND, J. A. **Nature Protection: the FBCN and Conservation Initiatives in Brazil, 1958 – 1992**. *HALAC*, vol. II, n.2, mar/ago. 2013, p. 338-367.

FREITAS, F. S. S. **Boundaries of nature: National Parks and environmental change at the argentine-brazilian border, 1890-1990**. 2016. Tese (Doutorado em Filosofia), Universidade de Stanford, Departamento de História, Stanford, 328p.

FUNARI, P. P.; NOELLI, F. S.. **Pré-História do Brasil**. São Paulo: Contexto, 2015.

GALETTI, L. S. G. **Sertão, fronteira, Brasil: imagens de Mato Grosso no mapa da civilização**. Cuiabá: Entrelinhas/UFMT, 2012.

GALVÃO, E. G. 2017. **A Produção Textual de Henrique Silva no Jornal O Paiz e em A Informação Goyana como projeto de memória: a escrita de si e a recepção dos leitores – 1890 a 1935**. 2017. Dissertação (Mestrado em História), Universidade Federal de Goiás, Goiânia.

GANDARA, G. S.; PEREIRA, R. C. M. **Às margens do Rio Araguaia... o Presídio Militar de Santa Leopoldina (Província de Goyaz, 1850-**

1959). Labor & Engenho, Dossiê rios e cidades: Araguaia, Campinas, v. 11, n. 2, abr./jun. 2017, p. 146-164.

GARFIELD, S. Onde a terra toca o céu: A Luta dos índios Xavante por terra, 1951-1979. In: COIMBRA JR., C. E. A.; WELCH, J. R. (orgs.). **Antropologia e História Xavante em Perspectiva**. Rio de Janeiro: Museu do Índio/FUNAI, 2014, p. 39-66.

GARFIELD, S. **As raízes de uma planta que hoje é o Brasil**: os índios e o Estado-Nação na era Vargas. Revista Brasileira de História. São Paulo, v. 20, n. 39, 2000, p. 15-42.

GONÇALVES, N. C. **J. Kasos e Kasos sem J.**. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1984.

GUIMARÃES, S. W. F. **Ocupação caçadora e coletora no Planalto Central brasileiro**. Revista Tecnologia e Ambiente, Dossiê Arqueologia, Ambiente e Patrimônio, v. 17, 2011, p. 101-120.

HALLER, A. et al. **Os níveis de desenvolvimento socioeconômico da população da Amazônia brasileira – 1970 e 1980**. História, Ciências, Saúde – Manguinhos, v. VI (suplemento), jul. 2000, p. 941-973.

HENNESSY, A. **The Frontier in Latin American History**. Albuquerque: University of New Mexico, 1978.

HOLANDA, S. B. **Monções**. São Paulo: Brasiliense, 2000.

HRBEK T. et al. **A New Species of River Dolphin from Brazil or: How Little Do We Know our Biodiversity**. PLOS ONE v.9, n1. 2014.

JORGE et al. **Avaliação do estado de conservação do Cachorro-vinagre Speothos venaticus (Lund, 1842) no Brasil**. Biodiversidade Brasileira, v. 3, n. 1, 2013, p. 179-190.

JUCA, R. **André Rebouças**. Reforma e utopia no contexto do segundo Império. Quem possui a terra possui o Homem. Rio de Janeiro: Odebrecht, 2001.

JUNK, W. J. et al. The flood pulse concept in river-foodplain systems. In: DODGE, D. P. (ed.) **Proceeding of the International Large River Symposium**. Can. Spec. Publ. Fish Aquat. Sci. 106, 1989, p. 110-117.

JUNK, W. J. et al. **The comparative biodiversity of seven globally importante wetlands:** a synthesis. *Aquat. Sci.* 68, 2006, p. 400–414.

JUNK, W. J. et al. **Brazilian wetlands:** their definition, delineation, and classification for research, sustainable management, and protection. *Aquatic Conserv: Mar. Freshw. Ecosyst.*, 2013.

KARASCH, M. Catequese e Cativoiro. Política indigenista em Goiás: 1780 – 1889. In: CUNHA, M. C. (org.). **História dos Índios no Brasil.** São Paulo: Companhia das Letras/FAPESP/SMC, 1992, p. 398-412.

KARASCH, M. C. **Before Brasília.** Frontier life in Central Brazil. Albuquerque: University of New Mexico Press, 2016

KOK, G. **Descalços, violentos e famintos.** *Revista de História da Biblioteca Nacional.* Ano 3, n. 34, jul.2008, p. 22-24.

LATRUBESSE, E. M. et al. **Late Miocene continental sedimentation in southwestern Amazonia and its regional significance:** Biotic and geological evidence. *Journal of South American Earth Sciences* 23, 2007, p.61–80.

LATRUBESSE, E. M. et al. **The geomorphologic response of a large pristine alluvial river to tremendous deforestation in the South American tropics:** The case..., *Geomorphology*, 2009.

LATRUBESSE, E. M.; STEVAUX, J. C. **Geomorphology and environmental aspects of the Araguaia fluvial basin, Brazil.** *Z. Geomorpho N. F., Suppl – Bd. 129*, 2002, p.109-127.

LATRUBESSE, E. M.; STEVAUX, J. C. **Características físico-bióticas e problemas ambientais associados à planície aluvial do Rio Araguaia, Brasil Central.** *Revista UnG – Geociências* v.5, n.1, 2006, p. 65-73.

LATRUBESSE, E. M.; CARVALHO, T. M. **Geomorfologia do Estado de Goiás e Distrito Federal.** Goiânia, 2006.

LEONARDI, V. **Entre Árvores e Esquecimentos.** A modernidade e os povos indígenas no Brasil. *História dos sertões.* 2 ed., Brasília: Paralelo 15/Unb, 2016.

LIMA, A. C. S. O governo dos índios sob a gestão do SPI. In: CUNHA, M. C. (org.). **História dos Índios no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras/FAPESP/SMC, 1992, p. 156-172.

LIMA FILHO, M. F. **O desencanto do Oeste: memória e identidade social no médio Araguaia**. Goiânia: UCG, 2001.

LIMA, G. **Goiás Libertado**. (O livro branco da campanha democrática), Rio de Janeiro: Artes Gráficas Indústrias Reunidas, 1947.

LISBOA, A. S. **O Brazil-Central e suas potencialidades na Revista A Informação Goyana (1917–1935)**. 2009. Dissertação (Mestrado em História), Universidade Federal de Goiás, Goiânia.

MACIEL, D. P. **Estado e território no Centro-Oeste brasileiro (1943-1967)**. Fundação Brasil Central (FBC): a instituição e inserção regional no contexto sociocultural e econômico nacional. Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH, São Paulo, julho, 2011.

MACINTYRE, A. **Descendo o rio Araguaia**. Contagem: AME Menor, 2000.

MAIA, J. M. E. **A terra como invenção**. O espaço no pensamento social brasileiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2007.

MAIA, J. M. E. **As ideias que fazem o Estado andar**: imaginação espacial, pensamento brasileiro e território no Brasil Central. DADOS – Revista de Ciências Sociais, Rio de Janeiro, v. 53, n.3, 2010, p. 621-655.

MAIA, J. M. E. **Estado, território e imaginação espacial**. O caso da Fundação Brasil Central. Rio de Janeiro: FGV, 2012.

MARIMON, B. S. et al. **Florística dos campos de murundus do Pantanal do Araguaia, Mato Grosso, Brasil**. Acta Botanica Brasilica, v. 26, n.1, 2012, p. 181-196.

MARTINS, J. S. **Fronteira**. A degradação do Outro nos confins do humano. São Paulo: Contexto, 2012.

MCCORMICK, J. **Rumo ao Paraíso**. História dos movimentos ambientalistas. Rio de Janeiro: Relume-Durnará, 1992.

MCCREERY, D. **Frontier Goiás, 1822-1889**. California: Stanford University Press, 2006.

MEDEIROS, E. A.; CORMINEIRO, O. M. M. **Barqueiros, navegação e cultura**: narrativas e representações acerca da dominação e das resistências nas águas dos rios Araguaia e Tocantins entre os séculos XIX e XX. *Historia. Revista*, v. 19, n. 3, 2014, p. 151-187.

MEDEIROS, W. A. **Jeronimo Coimbra Bueno** – apontamentos iniciais sobre uma trajetória profissional. *Urbana – Dossiê: Urbanistas e Urbanismo: a escrita da história*, v. 5, n. 7, out. 2013, p. 110-128.

MEDICI et al; **Avaliação do Risco de Extinção da Anta brasileira *Tapirus terrestris Linnaeus, 1758, no Brasil***. *Biodiversidade Brasileira*, ano II, n. 3, 2012, p. 103-116.

MELLO, V. P. S.; SÁ, D. M. **O “agricultor progressista”**: ciência e proteção à natureza em A Lavoura (1909-1930). *Fronteiras: Revista Catarinense de História*, 2016, p. 27-63.

MILANO, M. S. Unidades de conservação – técnica, lei e ética para a conservação da biodiversidade. In: BENJAMIN, A. H. (coord.), **Direito Ambiental. das áreas protegidas**. O regime jurídico das Unidades de Conservação. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2001, p. 3-41.

MONTEIRO, J. **Bandeiras mestiças**. *Revista de História da Biblioteca Nacional*. Ano 3, n. 34, jul. 2008, p. 16-21.

MORAIS, R. P. 2002, **Mudanças históricas na morfologia do canal do Rio Araguaia no trecho entre a cidade de Barra do Garças (MT) e a foz do Rio Cristalino na Ilha do Bananal no período entre as décadas de 60 e 90**. 2002. Dissertação (Mestrado em Geografia), Instituto de Estudos Socioambientais, Universidade Federal de Goiás, Goiânia.

MORAIS, R. P. **A Planície Aluvial do Médio Araguaia**: processos geomorfológicos e suas implicações ambientais. 2006. Tese (Doutorado. em Ciências Ambientais), Universidade Federal de Goiás. Goiânia.

MORAIS, R. P. et al. **Controles hidrogeomorfológicos nas unidades vegetacionais da planície aluvial do rio Araguaia, Brasil.** Acta Sci. Biol. Sci. Maringá, v. 30, n. 4, 2008, p. 411-421.

MORALES, W. F. **Um estudo de Arqueologia Regional no médio curso do rio Tocantins, TO, Planalto Central brasileiro.** Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia, São Paulo, v. 17, 2007, p. 69-97.

MURARI, L. **Natureza e Cultura no Brasil (1870 – 1922).** São Paulo: Alameda, 2009.

MYERS, N. et al. **Biodiversity hotspots for conservation priorities.** Nature, n. 403, 2000, p. 853-858.

NASH, R. F. **Wilderness and the American mind.** New Haven and London: Yale University Press, 1982.

NEPOMUCENO, M. A. **O papel político-educativo e A INFORMAÇÃO GOYANA na construção da nacionalidade.** Goiânia: UFG, 2003.

NIMER, E. **Climatologia do Brasil.** Rio de Janeiro: IBGE, 1989.

OLIVEIRA, E. R. **Aspectos da interação cultural entre os grupos ceramistas pré-coloniais do médio Tocantins.** 2005. Dissertação (Mestrado em Arqueologia), Universidade de São Paulo, São Paulo.

OLIVEIRA, J. K. **Por que construí Brasília.** Rio de Janeiro: Edições Bloch, 1975.

OLIVEIRA, J. K. **50 anos em 5.** Meu caminho para Brasília. Rio de Janeiro: Edições Bloch, 1978.

OLIVEIRA, L. L. **Americanos:** representações da identidade nacional no Brasil e nos EUA. Belo Horizonte: UFMG, 2000.

OLIVEIRA, L. L. Natureza e identidade: o caso brasileiro. Desigualdade & Diversidade – Revista de Ciências Sociais da PUC-Rio, n 9, ago./dez. 2011, p. 123-134.

OLIVEIRA, M. **A participação goiana na construção de Brasília.** Sociedade e Cultura, v. 8, n. 1, jan./jun. 2005.

OLIVEIRA, M. F. **Cidades Ribeirinhas do Rio Tocantins: identidades e fronteiras**. 2008. Tese (Doutorado em História). Universidade Federal de Goiás, Goiânia.

OLIVEIRA, P. R. **Duas visões sobre o sertão na passagem do século XIX para o século XX: do administrador Leite Moraes aos propagandistas de “A informação goiana”**. *Fronteiras*, v.14, n.25, 2012, p.19-33.

OLIVEIRA, J. E.; VIANA, S. A. **O Centro-Oeste antes de Cabral**. *Revista da Universidade de São Paulo*, n.44, dez./fev. 1999-2000, p. 142-189.

OLIVEIRA-FILHO, A. T. **Floodplain “murundus” of Brazil Central: evidence for the termite-origin hypothesis**. *Journal of Tropical Ecology* 8, 1992, p. 465-486.

PALACIN, L. **Coronelismo no Extremo Norte de Goiás: O Padre João e as Três Revoluções de Boa Vista - Tocantinópolis**. São Paulo: Edições Loyola, 1990.

PALACIN, L. **O século do ouro em Goiás 1722-1822: estrutura e conjuntura numa capitania de minas**. Goiânia: UCG, 1994.

PALACIN, L.; MORAIS, M. A. **História de Goiás**. Goiânia: UCG/Vieira, 2008

PÁDUA, J. A. **Um sopro de destruição**. Pensamento político e crítica ambiental no Brasil escravista (1786 – 1888). Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004.

PÁDUA, J. A. A ocupação do território brasileiro e a conservação dos recursos naturais. In: MILANO, M.; TAKAHASHI, L.; NUNES, M. (orgs.). **Unidades de Conservação: Atualidades e Tendências**. Curitiba: Fundação O Boticário, 2004.

PÁDUA, J. A. **As bases teóricas da história ambiental**. *Estudos Avançados*, n. 24, v.68, 2010, p. 81-101.

PEDROSO, D. M. R. **O povo invisível**. Goiânia: UCG, 1994.

PEREIRA, P. H.; OLIVEIRA, M. F. **Políticas de aproveitamento do rio Araguaia: uma medida para contrapor a temporalidade e o distanciamento dos sertões de Goiás no século XIX**. ANAIS -

Seminário de Pesquisa, Pós-Graduação, Ensino e Extensão do CCSEH – SEPE. O cenário econômico nacional e os desafios profissionais, Universidade Estadual de Goiás, Anápolis, 2016.

PINHEIRO, R. T. **Avifauna do corredor de biodiversidade do Araguaia**: distribuição e conservação na área de proteção ambiental Ilha do Bananal/Cantão. Revista Carbono Social, v.1, n. 04, out./nov./dez. 2007, p. 65-71.

PINHEIRO, R. T.; DORNAS, T. **Distribuição e conservação das aves na região do Cantão, Tocantins**: ecótono Amazônia/Cerrado. Biota Neotrop., v. 9, n. 1, jan./mar. 2009.

PRADO JÚNIOR, C. **Formação do Brasil Contemporâneo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

PRIMACK, R.; RODRIGUES, E. **Biologia da Conservação**. Londrina: E. Rodrigues, 2001.

PROUS, A. **Arqueologia brasileira**. Brasília: UNB, 1992.

PROUS, A. **O Brasil antes dos brasileiros**. A pré-história do nosso país. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006.

PUREZA, F. et al.. **Unidades de Conservação**. Fatos e personagens que fizeram a história das categorias de manejo. São Paulo: Matrix, 2015.

RAMOS, L. M. J. **Romaria das águas: ambiente, afeto e representações nas praias do rio Araguaia/GO**. Tese (Doutorado em Geografia), Universidade Federal de Goiás, Instituto de Estudos Socioambientais, Goiânia, 2011, 238p.

RAVAGNANI, O. M. **A agropecuária e os aldeamentos indígenas goianos**. Perspectiva, São Paulo, n.9/10, 1987, p. 119-143.

RIBEIRO, J. F.; WALTER, B. M. T. Fitofisionomias do bioma Cerrado. In SANO, S. M.; ALMEIDA, S. P., (ed.). **Cerrado**: ambiente e flora. Planaltina: Embrapa-CPAC, 1998, p.89-166.

RIBEIRO, J. F.; WALTER, B. M. T. As Principais Fitofisionomias do Bioma Cerrado. In: SANO, S. M.; ALMEIDA, S. P., (ed.). **Cerrado - Ecologia e Flora**. Brasília: EMBRAPA, 2008.

ROBRAHN-GONZALEZ, E. M. **Os grupos ceramistas pré-coloniais do Centro-Oeste brasileiro.** Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia, São Paulo, v. 6, 1996a, p. 83-121.

ROBRAHN-GONZALEZ, E. M. **A ocupação ceramista pré-colonial do Brasil central:** origens e desenvolvimento. Tese (Doutorado em arqueologia) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1996b, 232 p..

ROCHA, L. M.. **O Estado e os Índios:** Goiás, 1850-1889. Goiânia: Ed. UFG, 1998.

RODRIGUES, W.; OLIVEIRA, T. J. A. **O Norte do Goiás antes do Tocantins:** as decisões do estado que influenciaram no processo de criação desta nova unidade da federação. Fronteiras, Dourados, v.15, n.26, 2013, p.57-71.

RODRIGUES, P. M. **O Povo do Meio:** tempo, cosmo e gênero entre os Javaé da Ilha do Bananal. 1993. Dissertação (Mestrado em Antropologia), Universidade de Brasília, Departamento de Antropologia, Brasília.

RODRIGUES, P. M. 2008. **A caminhada de Tanyxiwè:** uma teoria Javaé da História. 2008. Tese (Doutorado em Filosofia), Universidade de Chicago, Departamento de Antropologia da Divisão de Ciências Sociais, Chicago.

ROOSEVELT, A. O povoamento das Américas: o panorama brasileiro. In: TENÓRIO, M. C. (org.). **Pré-História da Terra *Brasilis*.** Rio de Janeiro: UFRJ, 1999, p. 35-50.

RUBIN, J. C. R. et al. **Arqueologia e paleoambiente em áreas de Cerrado.** Revista Habitus, Goiânia, v.9, n.1, jan./jun. 2011, p. 49-59.

SALGADO-LABOURIAU, M. L.. **Late Quaternary palaeoclimate in the savannas of South América.** Journal of Quaternary Science, v. 12, n. 5, 1997, p.371-379.

SALGADO-LABOURIAU, M. L. **Reconstruindo as comunidades vegetais e o clima no passado.** Revista Humanidades, n.48, 2001, p. 24-40.

SANO, S. M.; ALMEIDA, S. P.; RIBEIRO, J. F. (ed.). **Cerrado: ecologia e flora.** Brasília: EMBRAPA, 2008.

SANTOS, C. A. **Araguaia-natureza, Araguaia-projeto:** paisagens socioambientais em Couto de Magalhães, século XIX. Dissertação (Mestrado em História), Universidade de Brasília, Brasília, 2007, 140p.

SCHMITZ, P. I. **Áreas arqueológicas do Litoral e do Planalto do Brasil.** Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia, São. Paulo, v. 7, 1991, p.3-20.

SCHMITZ, P. I. A questão do Paleoíndio. In: TENÓRIO, M. C. (org.). **Pré-História da Terra *Brasilis*.** Rio de Janeiro: UFRJ, 1999, p. 55-59.

SCHMITZ, P. I. **O Povoamento do Planalto Central do Brasil 11.000 a 8.500 anos A.P.** Anais do 2º Workshop Arqueológico de Xingó. Canindé do São Francisco, SERCORE, 2003, p. 27-45.

SCHMITZ, P. I. **Os caçadores do Holoceno inicial podiam ter assentamentos estáveis?** Canindé. Revista do Museu de Arqueologia de Xingó (MAX). n. 6, dez. 2005, p.11-24.

SCHMITZ, P. I.; BARBOSA, A. S. **Horticultores pré-históricos do Estado de Goiás.** Instituto. Anchieta de Pesquisas, São Leopoldo, 1985.

SEVILHA, F. **Natureza e Civilização:** a resistência indígena e as políticas de aldeamento nas margens dos rios Tocantins e Araguaia (1822-1850) Diálogos – Revista do Departamento de História e do Programa de Pós-Graduação em História, v. 21, n. 3, 2017, p. 64-78.

SILVA, A. L. Dois séculos e meio de história Xavante. In: In: CUNHA, M. C. (org.). **História dos Índios no Brasil.** São Paulo: Companhia das Letras/FAPESP/SMC, 1992, p. 358-378.

SILVA, M. C. et al. **História do povoamento bovino no Brasil Central.** Revista UFG, Ano XIII, nº 13, dez. 2012, p. 34-41.

SILVA, E. B. B.; ROCHA, L. M. **Visões sobre o rio Araguaia:** imprensa goiana e imaginário no século XIX. Confins, Dossiê Araguaia, jun. 2017.

SILVA, J. M. C.; BATES, J. M. **Biogeographic Patterns and Conservation in the South American Cerrado:** A Tropical Savanna Hotspot. BioScience. March, v. 52, n. 3, 2002, p. 225-233.

- SILVA, L. S. D. **A construção de Brasília:** modernidade e periferia. Goiânia: UFG, 1997.
- SILVA, M. C. **Distribution of Amazonian and Atlantic Birds in Gallery Forests of the Cerrado Region, South America.** *Ornitologia Neotropical*, v. 7, 1996, p. 1-18.
- TERBORGH, J.; SCHAIK, C. Por que o mundo necessita de parque? In: TERBORGH, J; SCHAIK, C.; DAVENPORT, L. RAO, M. (orgs). **Tornando os parques eficientes:** estratégias para a conservação da natureza nos trópicos. Curitiba: Editora UFPR/Fundação O Boticário, 2002, p. 25-36.
- TREVISAN, R. et al. **Operação Bananal: do domínio territorial ao balneário esquecido de Brasília.** In: XIII Seminário de História da Cidade e do Urbanismo, Brasília, Anais do XIII SHCU, 2014.
- TORAL, A. A. 1992. **Cosmologia e Sociedade Karajá.** Tese (Doutorado em Antropologia). Universidade Federal do Rio de Janeiro, Museu Nacional, Rio de Janeiro, 1992.
- TORAL, A. A. **Os Tapirapé e sua área tradicional:** Urubu Branco. In: RICARDO, Carlos Alberto (ed.). **Povos Indígenas no Brasil: 1991/1995.** São Paulo: Instituto Socioambiental, 1996, p. 661-663.
- TORAL, A. A. Terras Indígenas e o Parque Nacional do Araguaia. In: RICARDO, F. (org.). **Terras Indígenas e Unidades de Conservação da Natureza:** O Desafio das Sobreposições. São Paulo: Isa, 2004, p. 482-485.
- TURNER, F. J. **The Frontier in American History.** New York: Robert E. Krieger, 1976.
- URBAN, T. **Saudade do Matão.** Relembrando a história da conservação da natureza no Brasil. Curitiba: UFPR, 1998.
- VALENTE, C. R.; LATRUBESSE, E. M. **Fluvial archive of peculiar avulsive fluvial patterns in the largest Quaternary intracratonic basin of tropical South America:** The Bananal Basin, Central-Brazil. *Palaeogeography, Palaeoclimatology, Palaeoecology* 356–357, 2012, p. 62–74.

VELHO, O. G. Frente de expansão e estrutura agrária: estudo do processo de penetração numa área da Transamazônia. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2009.

VIEIRA, P. A. 2002 **Caracterização das unidades geomorfológicas geoambientais da Planície do Bananal**. Dissertação (Mestrado em GEografia), Universidade Federal de Goiás, Instituto de Estudos Socioambientais, Goiânia, 2002, 148 f.

VILLAS-BÔAS, O.; VILLAS-BÔAS, C. **A Marcha para o Oeste**. A epopeia da expedição Roncador-Xingu. Ed. 5, Rio de Janeiro: Globo, 1994.

VITAL, A. V.; TEJERINA-GARRO, F. L.. **O incentivo à pesca comercial de *Arapaima gigas* (pirarucu) do rio Araguaia (Brasil Central) na revista “A Informação Goyana” (1917-1935)**. Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas, v. 13, n. 1, jan./abr. 2018, p. 159-174.

WAKILD, E. Araguaia e Ilha do Bananal: um paradoxo da conservação e do uso compartilhado. In: DRUMMOND, J. A.; FRANCO, J. L. A.; DUTRA e SILVA, S.; BRAZ, V. S. (orgs). **História Ambiental 3: natureza, sociedade, fronteiras**. Rio de Janeiro: Garamond, 2019 (no prelo).

WALTER, B. M. T.; CARVALHO, A. M.; RIBEIRO, J. F. O conceito de Savana e de seu componente Cerrado. In: SANO, S. M.; ALMEIDA, S. P.; RIBEIRO, J. F. (eds.). **Cerrado: ecologia e flora**, Brasília: EMBRAPA, 2008, p. 21-45.

WARD, J. V.; STANFORD, J. A. **Ecological connectivity in aluvial river ecosystems and its disruption by flow regulation**. Regulated Rivers: Research & Management, v. 2, 1995, p. 105-119.

WEBB, W. P. **The Great Frontier**. Austin: University of Texas, 1979.

WORSTER, D. **Para fazer História Ambiental**. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, v. 4, n. 8, 1991, p.198-215.

WÜST, I. **A cerâmica Karajá de Aruanã**. Anuário de Divulgação Científica, v. 2, n. 2, Goiânia, 1975, p. 95-166.

WÜST, I. 1990. **Continuidade e Mudança** – para uma interpretação dos grupos ceramistas pré-coloniais da bacia do rio Vermelho, Mato Grosso. Tese (Doutorado em Arqueologia), Universidade de São Paulo, São Paulo, 1990.

WÜST, I. **Contribuições arqueológicas, etno-arqueológicas e etno-históricas para o estudo dos grupos tribais do Brasil Central: o caso Bororo.** Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia, São Paulo, n. 2, 1992, p.13-26.

WÜST, I. **As sociedades agrícolas do Brasil Central antes da conquista.** Anais do Seminário para a implantação da temática Pré-história brasileira no ensino do 1º, 2º e 3º graus. Museu Nacional do Rio de Janeiro UFRJ/SESU/MEC, 1993, p. 100-110.

WÜST, I. As aldeias dos agricultores ceramistas do Centro-Oeste brasileiro. In: TENÓRIO, M. C. (org.). **Pré-história da Terra *Brasilis*.** Rio de Janeiro: UFRJ, 1999, p. 321-37.

WÜST, I.; SCHMITZ, P. I. **Fase Jataí: estudo preliminar.** Anuário de Divulgação Científica II, n. 2, Goiânia, 1975, p. 71-93.

FONTES

AMERICANO DO BRASIL, A. **Horizontes da política florestal**. A Lavoura, Rio de Janeiro, Ano XXVIII, n.6, jun./ 1924, p. 227-230.

AMERICANO DO BRASIL, A. **Súmulas de História de Goiás**. 2 ed., Goiás. Departamento Estadual de Cultura, 1961.

AZEVEDO, J. L. **Os Jesuítas no Grão-Pará**. Suas Missões e a Colonização. Bosquejo Histórico com vários documentos históricos. Lisboa: Tavares Cardoso & Irmão, 1901.

BAENA, A. L. M. **Resposta dada em 1847 ao Exm. Presidente da província do Pará pelo Sr. tenente-coronel Antônio Ladislão Monteiro Baena, membro correspondente do Instituto, sobre a comunicação mercantil entre a dita província de Goyaz**. Revista Trimestral do Instituto Historico e Geographico Brasileiro, Tomo X, Rio de Janeiro: Typografia João Ignacio da Silva, 1870, p.80-107.

BUENO, J. C. Rio Tocantins – o Mississipi da América do Sul. In: DEMOSTHENES, M. (Org.). **Estudos sobre a nova capital do Brasil**. Rio de Janeiro: Livraria Agir Editora, 1947, p. .

CAIADO, L. R. **Expedição Sertaneja Araguaia-Xingu**. Goiânia: Editora Bolsa de Publicações Hugo C, 1945.

CAIADO, L. R. **Dramas do Oeste**. História de uma excursão nas regiões da Ilha do Bananal. Goiânia: UNIGRAF, 1950.

CAIADO, L. R. **Curichão da Saudade**. Goiânia: UFG, 1963.

CAIADO, L. R. **Arapoema**. Goiânia: Oriente, 1975.

CASTELNAU, F. **Expedição às regiões centrais da américa do Sul - 1842**, v.1, Coleção Brasiliana, 1949. Brasiliana Eletrônica, <http://www.brasiliana.com.br/obras>

COUDREAU, H. **Voyage au Tocantins-Araguaya, 31 décembre 1896 – 23 mai 1897**. Paris: A. Lahure, Imprimeur-Éditeur.

COUDREAU, H. **De Belém a S. João do Araguaya**. Valle do rio Tocantins. Rio de Janeiro/Paris: H. Garnier, 1910.

FONSECA, J. P. **Da carta que o Alferes José Pinto da Fonseca escreveu ao Exm. General de Goyazes, dando-lhe conta do descobrimento de duas Nações de índios, dirigida do sítio onde portou, 1775**. Revista Trimestral do Instituto Historico e Geographico Brasileiro, 3º Trimestre de 1867, Tomo VIII. Rio de Janeiro: Typographia João Ignacio da Silva, 1867, p. 376-390.

JARDIM, J. R. M. **O rio Araguaya**. Relatório de sua exploração. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1880.

MACHADO, E. O. **Fala que recitou o presidente da Província de Goiás, o doutor Eduardo Olímpio Machado, n'abertura da Assembleia Legislativa da mesma Província em 10 de maio de 1850**. Goiás, Typ. Provincial, 1850a.

MACHADO, E. O. **Relatório com que o ex-presidente da província de Goiás, o sr. Eduardo Olímpio MACHADO, entregou a presidência da mesma ao seu sucessor, o exmo. sr. dr. Antônio Joaquim da Silva Gomes em 10 de maio de 1850**. Goiás, Typ. Provincial, 1850b.

MAGALHÃES, A. C. **Encantos do Oeste**. Rio de Janeiro: imprensa Nacional, 1949.

MAGALHÃES, J. V. C. **Viagem ao Araguaia [1863]**. Coleção Obras imortais da nossa literatura. São Paulo: Editora Três, 1974.

MASCARENHAS, F. A. **Carta escrita por D. Francisco de Assis Mascarenhas no dia em que deu posse do Governo da Capitania de Goyaz a Fernando Delgado Freire de Castilho nomeado seu sucessor. 1809**. Revista Trimestral do Instituto Historico e. Geographico Brasileiro, Tomo V, Rio de Janeiro: , 1885, p 69-71.

MORAES, J. A. L. **Relatorio que á Assembleia Legislativa Provincial de Goyaz apresentou na sessão ordinaria de 1881 o exm. presidente da mesma provincia, doutor Joaquim de Almeida Leite de Moraes**.

MORAES, J. A. L. **Apontamentos de Viagem**. De São Paulo á capital de Goyaz, desta á do Pará, pelos rios Araguaia e Tocantins, e do Pará á Corte – considerações administrativas e políticas. 1882. Brasiliana Eletrônica <http://www.brasiliana.com.br/obras>.

PIRES DE CAMPOS, A. **Breve noticia que dá o Capitão Antônio Pires de Campos do gentio bárbaro que ha na derrota da viagem das minas do Cuyaba e seu recôncavo ...até o dia 20 de maio de 1723**. Revista Trimestral do Instituto Historico e Geographico Brasileiro, Tomo XXV, 1º Trimestre de 1862, Rio de Janeiro: Typografia D. Luiz de Santos, 1862, p. 437-449.

PROVÍNCIA DE GOYAZ. **Livro da Lei Goyana**. Contém as leis, e Resoluções da Assembleia Legislativa da Província de Goyaz em as Sessões Ordinárias de 1852. Goyaz: Typographia Goyazense, 1852.

PROVÍNCIA DE GOYAZ. **Livro da Lei Goyana**. Contém as leis, e Resoluções da Assembleia Legislativa da Província de Goyaz em as Sessões Ordinárias de 1856. Goyaz: Typographia Goyazense, 1856.

REBOUÇAS, A. P. **Excursão ao Salto do Guayra ou Sete Quedas pelo Capitão Nestor Borba** – Notas e considerações pelo Engenheiro André Rebouças. 1876. Revista Trimestral do Instituto Historico e Geographico Brasileiro, Tomo LXI. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1898, p.67-87.

RIBEIRO SILVA, H., **Nos Sertões do Araguaia**. São Paulo: Editora J. Fagundes, 1936.

SERAFIM LEITE, S. I. **História da Companhia de Jesus no Brasil**. Tomo II, Século XVI – A Obra. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1938. Biblioteca Digital Curt Nimuendajú. <http://biblio.etnolinguistica.org>

SILVA, A. J. **Relatorio que á Assembleia Legislativa de Goyaz apresentou na sessão ordinaria de 1851 o exm. presidente da mesma provincia, doutor Antonio Joaquim da Silva Gomes**. Goyaz, Typ. Provincial, 1851.

SEKELJ, T. **Excursión a los Indios del Araguaia (Brasil)**. Biblioteca Digital Curt Nimuendajú. <http://biblio.etnolinguistica.org>

SILVA E SOUZA, L. A. **Memoria sobre o descobrimento, governo, população e cousas mais notáveis da Capitania de Goyaz, 1849.**

Revista Trimestral do Instituto Historico e Geographico Brasileiro, Tomo XII. Rio de Janeiro: Typographia João Ignacio de Silva, 1872.

TAUNAY, A. D'E. **História das Bandeiras paulistas.** Tomo II. 1924. Brasiliana Eletrônica <http://www.brasiliana.com.br/obras>.

VIEIRA JÚNIOR, W.; SILVA, E. M.; OLIVEIRA, J. S. (orgs.). **Projeto “Documentos Goyaz”.** Guia de Pesquisa, v.2, Brasília: APDF, 2014.

VILLA REAL, T. S. **Viagem de Thomáz de Souza Villa Real pelos rios Tocantins, Araguaya e Vermelho 1848.** Revista Trimestral do Instituto Historico e Geographico Brasileiro, Tomo XI,. Rio de Janeiro: 1891, p. 401-444.

Periódicos

Jornal do Brasil

Jornal Cidade de Goyaz

Jornal Correio da Manhã

Jornal de Notícias

Jornal O Commercio

Jornal O Globo

Jornal O Estado de Mato Grosso

Jornal O Paiz

Jornal O Planalto

Jornal O Popular

Jornal Voz do Povo

Revista A Informação Goyana.

Revista A Lavoura

Revista Fauna

Relatórios Ministeriais e documentos diversos de entidades públicas e privadas

ANA. **Plano Estratégico da Bacia Hidrográfica dos Rios Tocantins e Araguaia**. Brasília: ANA, 2009.

ANA. **Conjuntura dos Recursos Hídricos no Brasil: regiões hidrográficas brasileiras**. Brasília: ANA, 2015.

FUNDAÇÃO BRASIL CENTRAL. **Documentos variados**. Caixas-arquivo de número 1 a 153, localizadas no Arquivo Nacional de Brasília, Brasília, DF.

FERRAZ, L. 2012. **Relatório Ambiental da Terra Indígena Javaé/Avá-Canoeiro**. Brasília: FUNAI.

IBDF. **Parques Nacionais e reservas equivalentes no Brasil**. Relatório com vistas a uma revisão da política nacional nesse campo. 1969. Brasília: IBDF, 1969.

IBDF. Ofício 5698/7.149/68-P encaminhado à Presidência da FUNAI. Assunto: Parque Nacional do Araguaia. Proposta de divisão. 17 de novembro de 1970.

IBAMA. **Plano de Manejo do Parque Nacional do Araguaia**, 2001. Brasília: IBAMA, 2001.

ICMBIO. **Unidades de conservação do Cerrado**. <http://www.icmbio.gov.br>. Acesso em 20/04/2016.

IUCN. **Liste des Nations Unies des parcs nationaux et réserves analogues 1974**. N.29. Morges: IUCN Publications New Science,1974.

IUCN. **Liste des Nations Unies des parcs nationaux et réserves analogues 1975**. N. 33, Morges: IUCN Publications New Science, 1975.

FUNAI. DGEP. Informação. Processo N° 1.2781/MI/S.COM/BSB/70. 30 de novembro de 1970.

MILESKI, E. **Aspectos da vegetação e do Ecossistema da Ilha do Bananal**. Mapa fitoecológico e indicadores de pressão antrópica. Programa

de Zoneamento Ecológico Econômico do Território Nacional. Presidência da República, Secretária de Assuntos Estratégicos. Brasília, 1994.

MINISTÉRIO DAS MINAS E ENERGIAS. **Projeto RADAM BRASIL, 1981**. Levantamento de Recursos Naturais Volume 22. Folhas SC.22 Tocantins. Geologia, Geomorfologia, Pedologia, Vegetação, Uso Potencial da Terra. Rio de Janeiro. 523p.

NASCIMENTO, J. L. ; CAMPOS, I. B. (orgs.). **Atlas da fauna brasileira ameaçada de extinção em Unidades de Conservação federais**. Brasília: ICMBIO, 2011

NATURANTINS. **Plano de Manejo do Parque Estadual do Cantão/Revisão**, 2015. Palmas: SEPLAN-TO, 2015.

OLIVEIRA, J. K. **Programa de metas do Presidente Juscelino Kubitschek. Estado do plano de desenvolvimento econômico em 50 de junho de 1958**. Rio de Janeiro, Presidência da República, Serviço de documentação, 1958.

RODRIGUES, P. M. 2012. **Relatório Circunstanciado de Identificação e Delimitação Terra Indígena Taego Æwa** (conhecida provisoriamente nas portarias de constituição do GT como “Terra Indígena Avá-Canoeiro do Araguaia”). Brasília: FUNAI.

RODRIGUES, P. M. 2013. **Relatório Circunstanciado de Reestudo de Limites da Terra Indígena Tapirapé / Karajá**. Brasília: FUNAI.

SEPLAN-TOCANTINS. **Atlas do Tocantins**. Subsídios ao planejamento territorial. Palmas: SEPLAN-TO, 2012.

TORAL. A. A. 1999. **Relatório de Identificação e Delimitação da Terra Indígena Inãwébohona**. Brasília: FUNAI.

Leis, Decretos, Projetos de Lei.

BRASIL. CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA DOS ESTADOS UNIDOS DO BRASIL, de 16 de julho de 1934.

BRASIL. CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA DOS ESTADOS UNIDOS DO BRASIL, de 18 de setembro de 1946.

BRASIL. CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL, de 24 de janeiro de 1967.

BRASIL. CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL, de 05 de outubro de 1988.

BRASIL. DECRETO Nº 23.793, de 23 de janeiro de 1934. Aprova o Código Florestal que com este baixa.

BRASIL. DECRETO Nº 23.672, de 2 de janeiro de 1934. Aprova o Código de Caça e Pesca que com este baixa.

BRASIL. DECRETO Nº 24.642, de 10 de julho de 1934. Decreta o Código de Minas..

BRASIL. DECRETO Nº 24.643, de 10 de julho de 1934. Decreta o Código de Águas.

BRASIL. DECRETO Nº 24.645, de 10 de julho de 1934. Estabelece medidas de proteção aos animais.

BRASIL. DECRETO-LEI Nº 794, de 19 de outubro de 1938. Aprova e baixa o Código de Pesca.

BRASIL. DECRETO-LEI Nº 5.894, de 20 de outubro de 1943. Aprova e baixa o Código de Caça.

BRASIL. DECRETO Nº 47.570, de 31 de dezembro de 1959. Cria o Parque Nacional do Araguaia, integrante da Seção de Parque e Florestas Nacionais do Serviço Florestal do Ministério da Agricultura.

BRASIL. DECRETO Nº 69.263, de 22 de setembro de 1971. Cria o Parque Indígena do Araguaia entre os Estados de Goiás e Mato Grosso, estabelecendo os seus limites.

BRASIL. DECRETO Nº 47.570, de 24 de junho de 1980. Altera os limites do Parque Nacional do Araguaia e do Parque Indígena do Araguaia.

BRASIL. DECRETO PRESIDENCIAL s/n de 18 de abril de 2006. Homologa a demarcação administrativa da Terra Indígena Inãwébohona, localizada nos Municípios de Pium e Lagoa da Confusão, no Estado do Tocantins.

BRASIL. LEI Nº 9.985 de 18 de julho de 2000. Regulamenta o art. 225, § 10, incisos I, II, III e VII da Constituição Federal, institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. PROJETO DE LEI Nº 256 de 5 de maio de 1959. Cria o Parque Nacional do Araguaia, no Estado de Goiás, e dá outras providências. Autoria Deputado Gerson de Castro Costa. Congresso Nacional, Rio de Janeiro, 1959.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. PROJETO DE LEI Nº 1772 de 11 de abril de 1960. Declara de utilidade pública a “Fundação Coimbra Bueno pela nova Capital do Brasil”. Autoria do Deputado Alfredo Nasser. Congresso Nacional, Rio de Janeiro, 1960.

SENADO. PROJETO DE LEI Nº 23, 11 de maio de 1960. Declara de Utilidade Pública a fundação Brasileira para a Conservação da Natureza. Autoria Senador Jerônimo Coimbra Bueno.

GOIÁS. LEI Nº 2.370 de 17 de dezembro de 1958. Autoriza o Poder Executivo a doar a Ilha do Bananal, de propriedade do Estado, e dá outras providências.

Pronunciamentos, depoimentos, discursos, entrevistas, mensagens

BUENO, A. C. **Depoimento de Abelardo Coimbra Bueno** – Programa de História Oral, Arquivo Público do Distrito Federal, Brasília, 1990.

BUENO, A. C. **Sugestão para a imediata criação do Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros**. Ofício n. 96 ao Presidente Juscelino Kubitschek de Oliveira. Rio de Janeiro, 1 de dezembro de 1960.

BUENO, J. C. **Depoimento de Jeronimo Coimbra Bueno** – Programa de História Oral, Arquivo Público do Distrito Federal, Brasília, 1990.

BUENO, J. C. **Pronunciamento do Senador Jerônimo Coimbra Bueno**, Diário do Congresso Nacional, 28 de maio de 1960, p. 1223-1224.

BUENO, J. C. **Pronunciamento do Senador Jerônimo Coimbra Bueno**, Diário do Congresso Nacional, 04 de junho de 1960, p. 1274-1277.

BUENO, J. C. **Pronunciamento do Senador Jerônimo Coimbra Bueno**, Diário do Congresso Nacional, 18 de junho de 1960, p. 1389-1392.

BUENO, J. C. **Pronunciamento do Senador Jerônimo Coimbra Bueno**, Diário do Congresso Nacional, 15 de junho de 1960, p. 1369-1370.

BUENO, J. C. ; BUENO, A. C. **Manifesto por uma Civilização Sertaneja**. Rio de Janeiro, 1956.

OLIVEIRA, J. K. **Mensagem ao Congresso Nacional remetida pelo Presidente da República Juscelino Kubitschek de Oliveira na abertura da Sessão Legislativa de 1956**. Rio de Janeiro, Brasil, 1956.

OLIVEIRA, J. K. **Mensagem ao Congresso Nacional remetida pelo Presidente da República Juscelino Kubitschek de Oliveira na abertura da Sessão Legislativa de 1957**. Rio de Janeiro, Brasil, 1957.

OLIVEIRA, J. K. **Mensagem ao Congresso Nacional remetida pelo Presidente da República Juscelino Kubitschek de Oliveira na abertura da Sessão Legislativa de 1958**. Rio de Janeiro, Brasil, 1958.

OLIVEIRA, J. K. **Mensagem ao Congresso Nacional remetida pelo Presidente da República Juscelino Kubitschek de Oliveira na abertura da Sessão Legislativa de 1959**. Rio de Janeiro, Brasil, 1959.

OLIVEIRA, J. K.. **Mensagem ao Congresso Nacional remetida pelo Presidente da República Juscelino Kubitschek de Oliveira na abertura da Sessão Legislativa de 1960**. Rio de Janeiro, Brasil, 1960.

OLIVEIRA, J. K. **Discursos proferidos no primeiro. ano do mandato presidencial, 1956**. Presidência da República, Rio de Janeiro, 1956.

OLIVEIRA, J. K. **Discursos proferidos no segundo. ano do mandato presidencial, 1957**. Presidência da República, Rio de Janeiro, 1957.

OLIVEIRA, J. K. **Discursos proferidos no terceiro. ano do mandato presidencial, 1958**. Presidência da República, Rio de Janeiro, 1958.

OLIVEIRA, J. K. Discursos proferidos no quarto. ano do mandato presidencial, 1959. Presidência da República, Rio de Janeiro, 1959.

OLIVEIRA, J. K. Discursos proferidos no quinto ano do mandato presidencial, 1960. Presidência da República, Rio de Janeiro, 1960.

OLIVEIRA, J. K. Depoimento Juscelino Kubitschek I (1974). Rio de Janeiro, CPDOC, 1979.

OLIVEIRA, J. K. Depoimento Juscelino Kubitschek II (1976). Rio de Janeiro, CPDOC, 1979.

VARGAS, G. Discurso pronunciado pelo Excelentíssimo Presidente Getúlio Vargas, na sessão de fundação da "Cruzada Rumo Oeste", em Goiânia, na sede do Automóvel Clube de Goiás , a 8 de agosto de 1940. Câmara dos Deputados, Rio de Janeiro, 1940.